UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFLCH – FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

WESLEY DARTAGNAN SALLES

**Hidra de sete cabeças: Manifestações da crise geral do século XVII na
Bahia e em Angola**

A handwritten signature in blue ink, reading "G. J. Ferlini". The signature is written in a cursive style with a large, stylized initial "G".

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFLCH – FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

WESLEY DARTAGNAN SALLES

**Hidra de sete cabeças: manifestações da crise geral do século XVII na
Bahia e em Angola**

Versão original

Tese de doutorado apresentada à banca do programa de pós-graduação em História Econômica do Programa de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Vera Lúcia Amaral Ferlini

São Paulo - SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S168h Salles, Wesley Dartagnan
Hidra de sete cabeças: Manifestações da crise geral do século XVII na Bahia e em Angola / Wesley Dartagnan Salles ; orientadora Vera Lucia Amaral Ferlini. - São Paulo, 2020.
211 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Crise século XVII. 2. Bahia. 3. Angola. 4. Dinâmica Colonial. 5. Circuito Atlântico. I. Ferlini, Vera Lucia Amaral, orient. II. Título.

Banca Examinadora – folha de avaliação

Dedicatória

À Bruna e Lucca

Agradecimentos

Meus agradecimentos, em primeiro lugar, vão para minha orientadora Professora Doutora Vera Lucia Amaral Ferlini. Agradeço não apenas por ter me orientado nesta tese, mas, sobretudo por ter me inspirado com sua erudição, objetividade, energia, força e dedicação incansável ao trabalho. Carregarei esses ensinamentos por toda minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos membros aos colegas da Cátedra Jaime Cortesão pelas discussões realizadas ao longo dessa pesquisa, em especial ao Pablo Oller Mont Serrath e Rafael da Silva Coelho. À secretária da Cátedra, Patrícia Machado, agradeço pelo auxílio técnico e burocrático que pouparam horas de trabalho, principalmente, nesta fase final da pesquisa.

Aos professores da UNESP/Assis por terem dado as bases intelectuais necessária para eu chegar até aqui, sobretudo, meu orientador do Mestrado Claudinei M. Mendes e ao Paulo Gonçalves. Aos meus colegas de graduação e mestrado, Raphael Ricardo, Cintia Gonçalves e, sobretudo, a Junior Sampaio que nos deixou tragicamente este ano (esta tese é em sua memória).

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos que frequentei nesse período de pesquisa: biblioteca “*Florestan Fernandes*” da FFLCH, biblioteca “*Acácio José Santana Rosa*” da UNESP/ Assis; à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, sou muito grato pela presteza no atendimento.

Agradeço a CNPq pela bolsa que obtive no ano de 2019, período de maior intensidade da pesquisa.

Agradeço aos meus alunos de Muay Thai, que em diversos momentos desta pesquisa me serviram de fuga para dissolver a pressão psicológica que o trabalho me causou. Não foram poucos esses momentos e sem eles eu não teria conseguido terminar essa pesquisa. Em especial, agradeço a Leandro Evangelista que, por incontáveis vezes, dentro e fora do ringue, me impediu de sucumbir.

Aos meus pais, Francisco e Sandra por terem me dado suporte financeiro e psicológico em momentos decisivos dessa pesquisa.

Por fim, para além de agradecer pelo apoio psicológico e técnico de corretora, devo desculpas à minha esposa Bruna pela distância nos últimos dias desta pesquisa. Que estas desculpas se estendam ao nosso bebê Lucca, que foi privado da minha presença. Amo vocês.

Epígrafe

“Dizem os que têm mais aguda vista que, assim como esta espada escondeu os punhos, assim está com a ponta, ou tocando, ou apontando para a constelação chamada Hidra: a Hidra é aquela bicha de sete cabeças, que nasce da água, como declara o mesmo nome, e por mar veio ao Brasil haverá dez anos. Como tem sete cabeças, e outros tantos venenos, por isso se não tem atinado com a origem e qualidade do mal, nem com o remédio dele; e se desde princípio em que entrou no Brasil esta bicha, continuara até hoje, quão despovoada e acabada estaria a Bahia, e tudo o mais de que ela é cabeça!”

“Voz de Deus à Bahia” Sermões. Padre Antônio Vieira. Vol. XII. Erechim: Edelbra, 1998

SALLES, Wesley Dartagnan (2020). *Hidra de sete cabeças*: manifestações da crise geral do século XVII na Bahia e em Angola. (Tese de Doutorado). Departamento de História econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Resumo

Nesta tese partimos da perspectiva que o século XVII, do ponto de vista global, representou momento de reconfiguração no mapa político das potências europeias e que colocou Portugal na periferia do sistema, resultando, dessa maneira, em mudanças na dinâmica colonial. Com o advento de novas potências colonialistas (França, Holanda e Inglaterra), Portugal perdeu o regime de monopólio que lhe assegurava o controle nos preços. Do ponto de vista das colônias, o sistema fiscal e os mecanismos de controle colonial se intensificaram. Se o século XVII representou um ponto de viragem no sistema da economia mundial, para Portugal e suas colônias, a mudança não foi menos importante. Demonstramos ao longo desta tese que a crise geral se manifestou de maneira distinta nos setores da economia do império, em especial Bahia e Angola. Assim, da perspectiva estrutural, a crise se manifestou nas relações de concorrência entre as nações europeias, na queda geral dos preços, na falta de moedas, na crise do açúcar e na ascensão da Costa da Mina. Conjunturalmente, apresentou-se na instabilidade das safras, no endividamento dos senhores de engenho, nos surtos de varíola e febre amarela, na fome no Recôncavo.

Palavras-chave: crise geral; açúcar; tráfico negreiro

SALLES, Wesley Dartagnan (2020). *Lernaeon Hydra*: manifestations of the general crisis of the 17th century in Bahia and Angola (Tese de Doutorado). Departamento de História econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Abstract

In this thesis we start from the perspective that the 17th century, from a global point of view, represented a moment of reconfiguration in the political map of European powers and that placed Portugal in the periphery of the system, resulting, in this way, in changes in the colonial dynamics. With the advent of new colonialist powers (France, Holland and England), Portugal lost the monopoly regime that ensured price control. From the point of view of the colonies, the tax system and the mechanisms of colonial control have intensified. If the 17th century represented a turning point in the world economy system, for Portugal and its colonies, the change was no less important. We demonstrated throughout this thesis that the general crisis manifested itself in a different way in the sectors of the empire's economy, especially Bahia and Angola. Thus, from a structural perspective, the crisis manifested itself in the competitive relations between European nations, in the general fall in prices, in the lack of currencies, in the sugar crisis and in the rise of the Costa da Mina. At the same time, it appeared in the instability of the harvests, in the indebtedness of the planters, in the outbreaks of smallpox and yellow fever, in the famine in the Recôncavo.

Keywords: general crisis; sugar; salave trade

Lista de tabelas

Tabela 1 Preço do açúcar branco baiano (1669 – 1690).....	p. 53
Tabela 2 Divisão sobre o Dote e a Paz a partir da resolução do Governador Francisco Barreto, em 1662.	p. 68
Tabela 3 Produção de açúcar na Bahia (1660).....	p. 100
Tabela 4 Bahia (1650 - 1689). Preço do açúcar Branco.....	p. 104
Tabela 5 Amsterdã (1650 - 1689) Preço do açúcar Branco.....	p. 104
Tabela 6 Escravos embarcados no continente africano (1601 - 1700).	p.131
Tabela 7 Número de escravos desembarcados no Brasil (século XVII).	p. 132
Tabela 8 Estimativas da margem de comércio (Angola e Brasil).....	p. 136

Abreviaturas e siglas

ABN. Anais da Biblioteca Nacional

ART. Antigo Regime nos Trópicos

ASC. Antigo Sistema colonial

DHBN. Documentos históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

MMA. Monumenta Missionária Africana

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	25
AÇÚCAR E COLONIZAÇÃO EM DEBATE	25
1. Ruínas da história colonial? A proposta pós-moderna de história das colonizações	26
2. Da crise geral do século XVII.....	39
3. A crise na produção de açúcar	51
CAPÍTULO 2	61
RUÍNAS DA BAHIA.....	61
1. Responsabilidade pela segurança da Bahia.....	61
2. É Pedido, não tributo.....	66
3. O Conchavo da Farinha	69
4. A fome universal.....	71
5. O problema da moeda	76
6. Senhores e Lavradores	83
7. Queda nos preços do açúcar.....	103
8. Características conjunturais da crise açucareira da segunda metade do século XVII	106
8.1. As bexigas.....	108
8.2. A “Bicha”	123
9. A fome e a peste.....	126
CAPÍTULO 3	130
RUÍNAS DE ANGOLA	130
1. Estimativas sobre o tráfico negreiro.....	131

2. Preços	136
3. Legislação	137
4. As causas da ruína de Luanda	141
5. O massacre de Ambuíla e a conversão da rainha Nzinga.	143
5.1. A era de ouro do tráfico escravista na África Central	147
6. A tentativa de monopólio da África Central	154
7. Crise da África Central e o surgimento da Costa da Mina: aspectos estruturais.	166
8. As causas conjunturais das ruínas de Angola	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
FONTES	188
BIBLIOGRAFIA	198

INTRODUÇÃO

Em sua interpretação do cometa que cruzou o céu da Bahia em 1686, Padre António Vieira fez uma análise bastante rica dos problemas baianos, na qual atribui ao ocorrido uma função de aviso divino para os defeitos da cidade arruinada. Segundo ele, Deus a estava alertando ao mostrar sua espada divina (o cometa) apontando para a Hidra de sete cabeças¹, pronto para punir o Recôncavo e arruiná-lo definitivamente. Vieira tratava, claramente, da grande crise que se abateu na Bahia na segunda metade do século XVII, a qual gerou inúmeras interpretações e buscas por soluções. Nossa hipótese é a de que a Hidra de sete cabeças não se encontrava apenas no Recôncavo baiano, mas em boa parte do império ocidental português. O próprio Vieira nota que ela estava em todo o “Estado do Brasil”. Ainda podemos utilizar essa expressão metafórica para interpretar o contexto angolano, na África, cujos problemas estiveram bastante ligados aos brasileiros. Sendo assim, este trabalho procura a Hidra de cada uma das regiões, tentando explicá-las de forma comparativa e depois enquadrá-las em um panorama geral.

Esta tese é relativa, portanto, à compreensão do império português no período da segunda metade do século XVII, principalmente, no que concerne à colonização portuguesa da América e África, tendo como foco a Bahia e Angola. O recorte cronológico é de 1640 a 1695. Nossa hipótese central é a de que houve uma profunda crise econômica dentro desse período, conhecida pela historiografia como “crise da segunda metade do século XVII”². A tese é tradicionalmente estabelecida e se fundamenta numa longa construção historiográfica.

Nosso panorama geral de análise se inicia depois de 1640, quando da separação entre os tronos de Portugal e Espanha, com a Restauração. Como consequência de fatores políticos e econômicos, o Reino ficou na premência de perder sua liberdade política e de ser definitivamente anexado ao decadente império Habsburgo. A querela espanhola com os

¹ Referência ao segundo trabalho de Hércules, cuja tarefa foi matar a Hidra de Lerna. A Hidra representa os problemas internos, quando se corta uma de suas cabeças nascem duas no lugar. Para Vieira, a sociedade baiana deveria fazer como Hércules, ajoelhar-se para depois erguer-se sobre a névoa venenosa para matar a Hidra. Segundo ele, a Hidra baiana tinha vindo pelo mar havia 10 anos.

² Há um debate em torno da interpretação dessa crise da segunda metade do século XVII. Sintetizamos abaixo as principais vertentes em artigo, que foi fruto de nossas pesquisas de I. C. e Mestrado, financiadas pela FAPESP. SALLES, Wesley Dartagnan. “Os Brincos das Orelhas e as saias das viúvas”: a Bahia e a crise açucareira da segunda metade do século XVII. **Revista Eletrônica-Expedições/Expeditions: Teoria da História e Historiografia** v. 4, n. 2, p. 210-233, 2013.

européus tinha levado aos portugueses ataques ao seu território e, com isso, em 1640 – quando D. João IV foi declarado rei – acabam perdendo suas possessões ultramarinas mais importantes. Em primeiro lugar, as possessões da Índia que asseguravam o comércio de especiarias com o Oriente; depois, Pernambuco e Angola no Ocidente. Os holandeses foram seus principais inimigos. Equivale a dizer que os portugueses, ao conquistarem sua independência, estavam prestes a perder todo seu Império e ainda ter sua Coroa retomada por Filipe da Espanha³.

Nessa tomada de posição política em torno das colônias, a produção de açúcar e a riqueza que ela gerava passou a ser o carro chefe da economia lusitana, até que se encontrasse ouro nas Minas Gerais, por volta de 1695⁴. Havia uma rede aristocrática que cercou a coroação de D. João, a mesma que tinha também investimentos no Ultramar. A essa rede, tudo sugere, interessava, sobretudo, não perder as colônias. Seria interessante saber, por exemplo, quantos dos quais apoiaram D. João tinham investimentos em Angola e Pernambuco e como essa relação afetou a proposta de retomada dessas possessões. Mas, é certo que ao menos Salvador Correa de Sá, que organizou a retomada de Angola, tinha interesses no Brasil, tanto é que por muito tempo a colonização de Angola passou a ser determinada por governadores oriundos do Brasil⁵. Havia uma camada da sociedade colonial, seja na África ou na América, que concebia o rei português como soberano e que, como tal, centralizava nele a organização da tentativa de recuperação da crise em que se encontrava⁶. O rei inglês, por exemplo, no mesmo período, se submeteu à burguesia inglesa⁷. Em Portugal, por outro lado, a elite, por assim dizer, com investimentos coloniais conseguiu se aliar à Coroa e fazer sentir seu poder no trato

³ MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil**. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. Período que classificamos como **crise política** (1640-1668), quando as ações diplomáticas salvaguardaram a independência e a retomada de quase todas as colônias perdidas.

⁴ CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda do Brasil**. Século XVII. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. Principalmente a introdução.

⁵ ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico sul. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973. A documentação referente se encontra, principalmente, na Monumenta Missionária Africana, a partir daqui MMA. O assunto é aprofundado em nossa Dissertação de Mestrado: SALLES, Wesley D. **Tempos de Crise**. Capítulo 4.

⁶ Adotamos o conceito, ainda que relativizado, de absolutismo monárquico. Temos concepção das críticas feitas recentemente ao conceito e à noção de centralização. Para observar tais críticas: PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII” IN: **Penélope. Fazer e desfazer história**. N. 6. (Setembro de 1991). pp. 119 -144.; HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. Em resposta a essa concepção observar, principalmente: SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra**. Política e administração na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁷ ARRUDA, José Jobson de. **A Grande Revolução Inglesa. 1640 – 1780**. Revolução Inglesa e Revolução Industrial na construção da Sociedade Moderna. São Paulo: Hucitec, 1996.

Ultramarino. Aos colonos, donos de engenho, plantadores com menor influência política, restou, também, se aliar ao rei em um processo manipulado pela rede que cercava a nova Coroa.

Por conta da Restauração política portuguesa, a economia do Império entrou em crise. Primeiramente, os elevados gastos com a crise política de 1640 – 1668 determinaram um grande gasto para sustentar as batalhas⁸. Os diversos tratados de Paz com Inglaterra, Holanda, França, entre outros, igualmente entraram na conta ao impulsionar o aumento dos impostos⁹¹⁰. Em contrapartida, depois que se produziu um novo pólo produtor nas Antilhas Caribenhas, as capitanias brasileiras perderam o monopólio da produção e venda na Europa. Este é um dos fatores mais importantes na sustentação da interpretação da crise açucareira. Mas, não é somente da concorrência antilhana que sofre a economia; como exemplo, dentro do território português houve uma diminuição muito grande das exportações de sal e vinho. Por isso, devido a toda essa situação observada em conjunto, pode ser entendida como uma crise comercial tanto nas colônias, quanto na metrópole. Uma crise geral do sistema português.

Embora existam várias diferenças interpretativas a respeito da crise da segunda metade do século XVII, podemos dividi-las entre duas linhas historiográficas. Em primeiro lugar, a corrente que defende a existência de uma crise geral e que sustenta suas teses em análises locais. Em segundo, uma linha que nega a sua existência.

Vitorino de Magalhães Godinho afirma que dentro de um panorama de queda geral dos preços, o açúcar foi o produto mais atingido. O grande problema foi a queda brusca dos preços dos produtos que atingiu diretamente toda a economia do império.¹¹

A queda nos preços de variados produtos acarretou uma série de problemas na economia, tanto do reino, quanto das colônias: “*De resto, pode-se estabelecer que os preços da produção portuguesa não diminuíram, e há mesmo que registrar uma alta nalguns deles, nomeadamente no dos escravos*”¹² A alta no preço dos escravos aconteceu devido à entrada das Antilhas como concorrente. “*Ao mesmo tempo, o abastecimento em prata sobre uma nova crise*”. O ouro que saía da Espanha e seguia para Portugal, agora em menor quantidade,

⁸ LOUSADA, A. P. A guerra na 1ª metade do Século XVII. IN: **Revistas de História das ideias. Vol. 30. A Guerra. Coimbra, 2009.**

⁹ DHBN. **Cartas Régias.** 1667 – 1681. Vol. LXVII, 1945. P. 226. Documento que mostra os valores do Dote e Paz, isto é, dos acordos que Portugal fez com Inglaterra e Holanda e legou à suas colônias parte do pagamento. FERREIRA, Letícia dos Santos. **É Pedido, não Tributo.** O Donativo para o Casamento de Dona Catarina de Bragança e Paz de Holanda (c. 1660 – c. 1725). Tese de Doutorado. UFF: Rio de Janeiro, 2014.

¹⁰ CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda do Brasil.** Século XVII. Capítulo 1

¹¹ GODINHO, Vitorino de Magalhães. “Frotas do açúcar e do ouro”. In: **Ensaio II.** Lisboa: Editora Sá da Costa, 1968. P. 300.

¹² *Idem. Ibidem.*

também ia para o comércio holandês. Em suma, a entrada da Holanda como colonizadora não afetava somente a produção de açúcar, mas, além disso, provocava um efeito dominó em alguns preços desencadeando uma crise geral: “*e eis que esta crise é, simultaneamente, uma crise de açúcar, do tabaco e da prata. E que o governo português vai tentar por-lhe cobro*”¹³

Depois, Alice Canabrava aponta para o surgimento das Antilhas como fator desestruturador da produção brasileira, quebrando-lhe o monopólio. Sendo assim, a primazia da crise brasileira se deu em decorrência da expulsão dos holandeses de Pernambuco em 1654 e a criação de um pólo produtor de açúcar nas Antilhas, que viria a afetar o Brasil posteriormente.

Vera Ferlini, não obstante, deixa claro que a concorrência das Antilhas teve pouca influência na crise brasileira e elucida, ainda, que a diminuição das vendas ocorreu devido à queda dos preços gerais, já que as Antilhas também teriam sofrido com o mesmo processo:

O problema não esteve ligado diretamente à concorrência antilhana, mas à própria reestruturação dos mecanismos de mercado durante o século XVII. A produção Antilhana incrementava-se e abastecia os mercados metropolitanos mas, durante muito tempo, o açúcar do Brasil, de melhor qualidade, manteria seus consumidores. O que se fez sentir, principalmente a partir de 1670, foi o declínio inexorável dos preços. O fenômeno não afetava apenas o produto brasileiro, e o açúcar antilhano caía na mesma proporção que o do Brasil. No entanto, considerava-se próspera a produção da região. Vista deste ângulo, a crise da economia açucareira não pode ser condicionada, em si, à concorrência dos novos produtores antilhanos. A própria natureza da *plantation* e da comercialização do açúcar, a partir de 1640, tendia à ampliação do produto, que, se não ocorresse nas Antilhas, ocorreria no Brasil ¹⁴

Sendo assim, seria o mercado europeu o fator que implicou no desequilíbrio da produção do açúcar no Brasil. Deste viés interpretativo, a produção do açúcar, por ser voltada ao mercado europeu, sofreu com a queda nos preços de maneira direta. Em última análise, do ponto de vista teórico, a interpretação busca comprovar a relação de dependência da produção colonial com o mercado europeu.

Com uma abordagem teórica similar, Stuart Schwartz (2002) observa que além da queda dos preços do açúcar, também devido à concorrência das Antilhas, os senhores de

¹³ *Idem. Ibidem.*

¹⁴ FERLINI, Vera Lúcia A. **Terra, trabalho e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988. P. 71.

engenho passaram a reclamar do aumento no valor dos escravos que compravam¹⁵. O autor concebe que as dificuldades que os senhores de engenho passavam foram devidas ao contexto atlântico e não às características internas da produção. Em outras palavras, desconsidera os fatores internos relacionados à produção.

Crítico dessa geração de autores que entendem a segunda metade do século XVII como uma crise geral, Sampaio (2003) afirma que não existiu uma crise geral no império português. O autor está ligado à historiografia que ao longo da década de 1990 procurou romper com o paradigma interpretativo de Antigo Sistema Colonial, elaborado principalmente nos livros **Homens de Grossa Aventura**, de João Fragoso¹⁶ e de **Arcaísmo como projeto**, de Fragoso e Manolo Florentino¹⁷¹⁸. Sendo assim, nota-se uma primeira diferença no modo de conceber o período, que é de caráter metodológico. Para o autor, a colônia não dependia da metrópole para se desenvolver; ou seja, ao contrário do que é para Ferlini, Schwartz (seus principais interlocutores) e ainda Godinho, a história das colônias para esse segundo grupo estava desatrelada, ao menos do viés econômico. Sendo assim, poderia acontecer que o centro estivesse passando por uma crise e a colônia se desenvolvendo, e vice-versa. Segundo o que se conclui em seu livro **Na Encruzilhada do Império**¹⁹, o Rio de Janeiro ascendeu economicamente no período em questão ao ponto de se tornar capital no século XVIII. Sampaio apoia-se na tese de Ruggiero Romano, em **Conjuntura opuestas**²⁰, para explicar que o Rio de Janeiro, mesmo no momento de crise na Europa, se ascendeu economicamente.

O segundo ponto de sua crítica é em relação à documentação. Para ele não há dados suficientes capazes de sublinhar as tendências gerais na produção de açúcar durante o século XVII. “No trabalho de Schwartz, por exemplo, encontramos estimativas até 1629/30 e, no parágrafo seguinte, o autor pula para o ano de 1702. A razão é a falta de fontes que permitam este tipo de estimativa para o período”²¹

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart. E PECORA, Alcir (orgs). **As excelências do Governador**. Tradução Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 24.

¹⁶ FRAGOSO, J. Luís. **Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790 – 1830**. 2ª edição revista. Rio de Janeiro. 1998.

¹⁷ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c1840**. Rio de Janeiro: Didorim, 1993.

¹⁸ Ainda não podemos conceber esses livros dentro da análise de **Antigo Regime nos Trópicos**, que tomou corpo apenas no decorrer do livro que deu nome ao Grupo, em 2001. Nem mesmo o livro de Sampaio, que foi publicado em 2003 pode ser colocado dentro do pensamento do grupo. Para nós, houve uma mudança de pensamento fundamental depois da formação do ART. SALLES, Wesley D. **Tempos de Crise**. Capítulo 1.

¹⁹ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

²⁰ ROMANO, Ruggiero. **Coyunturas opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica**.

²¹ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**. P. 35.

Mais grave ainda, entretanto, é o caso de Vera Ferlini. Segundo a autora, entre 1650 e 1660 a produção açucareira na colônia teria sofrido um “notável declínio”. Para fazer afirmação tão categórica, baseia suas informações unicamente nos dados do engenho Sergipe do Conde (velho fetiche dos historiadores ligados à história do Nordeste colonial), sem apresentar quaisquer justificativas para a extrapolação feita dos dados de um único engenho para o conjunto da economia açucareira colonial ²²

Não seria, portanto, possível apontar para uma crise geral na segunda metade do século XVII sem realizar afirmações documentalmente infundadas. E, se houve de fato uma decadência na produção do açúcar, esperava-se, segundo ele, que houvesse nas documentações um número menor de engenhos em comparação ao período anterior, pois, segundo uma lógica econômica, mediante a crise, deixaria de se investir na produção de açúcar, desfabricando²³, conseqüentemente, os engenhos, e não construindo novos. Ao estudar Antonil, a conclusão, segundo ele, é contrária, pois se observa um aumento no número de engenhos entre o fim do século XVII e início do XVIII. Se houve um século de crise, deveria ter diminuído a quantidade de engenhos ao invés de ter aumentado²⁴

Desse modo, para Sampaio o que se deve explicar é como, em situação desfavorável dos preços do açúcar, persistem os investimentos e o número de engenhos continua a crescer. “*Ou seja, como ela [produção] é capaz de resistir e mesmo aumentar de tamanho numa conjuntura desfavorável no que tange aos preços*”²⁵. Assim, se houvesse de fato uma situação desfavorável em relação à produção de açúcar, os plantadores e senhores de engenho teriam abandonado a produção para realizar outras atividades, conforme a lógica econômica na qual se baseia o autor²⁶.

Concluindo, podemos afirmar, frente aos dados aqui apresentados, que temos diante de nós um quadro econômico bastante diverso daquele que a historiografia relativa ao Brasil tem nos apresentado até agora sobre os cem anos situados entre 1650 e 1750, sobretudo no que se refere à segunda metade do XVII. Em primeiro lugar, porque não se verifica a ‘crise geral’ que muitos pensavam perceber na América seiscentista, e na qual o Brasil seria apenas mais um partícipe. E segundo, os dados utilizados até agora para corroborar a ideia de crise agrícola no Brasil mostram-se frágeis, e sequer são capazes de nos convencer sobre a decadência setorial, ou seja, do setor açucareiro. Além disso, falta uma análise mais detalhada que leve em conta as

²² *Idem. Ibidem.*

²³ Termo da época que significava a desmontagem do engenho.

²⁴ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**. P. 36.

²⁵ *Idem. Ibidem.*

²⁶ Creemos que esta visão está pautada numa lógica capitalista, que não era a da época.

diferenças regionais, pelo menos no que se refere às três principais regiões açucareiras: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. E, por fim, a influência da expansão da fronteira colonial para o interior, seguindo as rotas da mineração e do seu abastecimento, só foi apreendida até agora em traços muito gerais²⁷ (grifos nossos).

Portanto, a tese de Sampaio consiste em afirmar que o Rio de Janeiro teria ascendido economicamente na segunda metade do século XVII, e na primeira metade do século XVIII teria se tornado o centro de interesses econômicos e comerciais dentro do império português, compondo um quadro muito diverso das outras localidades que se mostravam em contexto de aparente estagnação.

Depois do texto de Sampaio, alguns trabalhos foram escritos procurando retomar as colocações dos autores citados anteriormente. Vejamos inicialmente, Puntoni (2010). O autor estuda a história da Bahia da segunda metade do século XVII observando que ao menos ali, naquela capitania, um “grande mal” ocorreu. Para além de um problema econômico houve um problema social²⁸.

Maximiliano Menz (2013), por sua vez, ao comparar a crise do século XVIII com a do século XVII, procura demonstrar que para além do problema dos preços, houve uma crise de abastecimento na Bahia que acabou por interferir na produção²⁹. Também, para a questão da Bahia é evidente mesmo que Puntoni e Menz têm razão ao mostrarem que não foram apenas os preços, mas toda uma conjuntura de crise interna. Aprofundamos essa questão em nossa Dissertação, mostrando que a crise não ocorreu apenas na interpretação da queda dos preços do açúcar³⁰. Ainda nos diferenciamos dos referidos autores ao propor que havia uma problemática conjuntural na Bahia, basicamente desde 1661³¹.

Retomando nossa dissertação, o ponto principal foi entender que a legislação relativa ao tráfico de escravos, a “lei das arqueações de 1684”³², foi elaborada como proposta (entre várias outras mostradas) para a solução³³ da ruína da Bahia, pois, a Coroa percebeu que os senhores de engenho reclamavam dos escravos que chegavam ao Recôncavo sem condições

²⁷ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**. P. 43.

²⁸ PUNTONI, Pedro. “O mal do estado Brasília”: A Bahia na Crise Final do século XVII. In: Segundo congresso Latino de história Latino Americana. (CLADHE-II). / México: 2010.

²⁹ MENZ, M. M. . Reflexões sobre duas crises econômicas no império português (1688 e 1770). **Varia História** (UFMG. Impresso), 2014.

³⁰ SALLES, Wesley. Dartagnan. **Tempos de Crise**. Principalmente o capítulo 3.

³¹ SALLES, Wesley Dartagnan. “Os Brincos das Orelhas e as saias das viúvas”.

³² Publicamos artigo a respeito. SALLES, Wesley D. **Lei das arqueações de 1684**: por uma nova interpretação. Vol. 4. No 2, 2011.

³³ (DHAMB, Cartas do Senado, 2 vol, 1952, p. 52- 53).

de trabalhar, debilitados pelas doenças³⁴³⁵. A Coroa compreendeu que melhorar o modo de fazer o transporte era a solução, nesse sentido, determinou a quantidade mínima e máxima de escravos a ser transportados, a quantidade de água e alimento a cada peça, além de a obrigação de um médico e padre a bordo³⁶. A partir desse ponto surgiu a ideia desse projeto. Acreditamos que a noção de crise açucareira deve ser estudada de dois panoramas: interno e externo.

No panorama externo, que concebe a crise do ponto de vista do mercado europeu, há vasta bibliografia que aceita uma problemática econômica³⁷, acima de tudo pela lógica de que as mercadorias brasileiras tinham como finalidade esse mercado. Assim, os autores passaram a ver, de forma clara, uma crise ligada à outra. Contudo, nossa proposta inova-se metodologicamente na medida em que também procura atrelar o mercado africano, tanto como exportador, quanto como importador de mercadorias.

Sampaio (2003) afirma que o Rio de Janeiro não passou por essa problemática e, ao contrário, teria se tornado centro do império justamente neste momento. Não obstante, na afirmação do autor há, talvez, um equívoco ou mesmo um anacronismo. Seu recorte temporal é de 1650 – 1750. Ele aponta que os fatores que levaram à ascensão do Rio de Janeiro foram influenciados pela transformação da capitania em centro distribuidor de alimentos. Entretanto, isso ocorreu apenas com descoberta de ouro em Minas, no início do século XVIII. Temos algumas evidências iniciais de que os senhores de engenho do Rio de Janeiro também pereceram com a crise geral. Pois, do contrário, a Coroa não incentivaria por decreto que os navios de Angola devessem abarcar nesta Capitania para deixar escravos em 1664, já que os senhores de engenho estavam em dificuldades devido ao surto de doença que fez muitos engenhos serem desfabricados³⁸ nesta região, levando-os à ruína.

Sobre Angola é vasta a historiografia que demonstra um panorama negativo. Os trabalhos de Miller³⁹ explanam que doenças como a febre amarela e a varíola implicaram no quase abandono da região pelos traficantes. Também em nossa dissertação mostramos por

³⁴ DHBN, Vol. LXXXIX, 1950, p.25 referência a Varíola.

³⁵ PROVISÃO RÉGIA SOBRE OS NAVIOS DE ESCRAVOS (13/10/1670). ATT., *Chancelaria de D. Afonso VI*, Liv. 41, fl. 41 v. (MMA, vol XVIII, 1982, p. 124)

³⁶ SALLES, Wesley D. **Lei das arqueações de 1684**. Documento se encontra AHU., *Angola*, cx. 12. — Impresso. (MMA, vol. XVIII, 1982, p. 558).

³⁷ HOBBSAWM, Eric. **Em torno de los Orígenes de La Revolución Industrial**. Espanha: Siglo Vinte Uno, 1971.

³⁸ PROVISÃO RÉGIA SOBRE OS NAVIOS DE ESCRAVOS (13/10/1670). ATT., *Chancelaria de D. Afonso VI*, Liv. 41, fl. 41 v. (MMA, vol XVIII, 1982, p. 124)

³⁹ MILLER, J. The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa. **The Journal of African History**. Vol. 23, No. 1 (1982), pp. 17-61. 10/06/2013 14:23; MILLER, J. **Way of death**. Merchant capitalism and the Angolan slave trade 1730 – 1830. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1988.

meio de gráficos elaborados a partir de dados retirados da *Trans-Atlantic Slave Trad Database*, que houve uma evidente diminuição dos escravos transportados da região de Angola e África Central e um aumento espetacular na Costa da Mina entre 1670 e 1680⁴⁰. Essa mudança de direção é tratada como se fosse devida ao comércio de tabaco no Brasil, como apontam Pierre Verger⁴¹ e Acioli Lopes⁴² com a região da Costa da Mina. Nossa explicação, portanto, embora não negue esta forma de pensar, tende a explicar a mudança como resultado de uma conjuntura de mercado geral. Ou seja, do surgimento das Antilhas, ou melhor, da Holanda e Inglaterra na busca por mão de obra para suas colônias, implicou numa concorrência entre as regiões importadoras e, com efeito, a própria Costa da Mina estava mais apta ao mercado europeu pela forma como realizavam o comércio.

Nesse sentido, nos embasando na tese de Peter Emmer⁴³, na qual defende a existência de dois sistemas atlânticos no século XVII, temos evidências de que essa diferença sistêmica foi fundamental, também, para a crise angolana. Assim, pensamos que Angola, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, faziam parte deste sistema ibérico, no qual a presença da Coroa, por meio da camada administrativa, passou a sofrer com o novo tipo de concorrente. Até 1654, a Holanda foi um arremedo fracassado de colonização lusitana, falhando duplamente: em Pernambuco e em Angola. A questão é que o governo holandês não tinha o poder centralizado nas mãos de um rei e sim de vários acionistas. Portugal colhia há muito o sucesso de uma colonização centralizada na Coroa, que legislava e organizava a rede de colonos. Os holandeses perceberam que era melhor que não tomassem essa posição, por isso, apenas investiram seu capital para usufruir das rendas. Nesse sentido, abandonaram Pernambuco e Angola. Conseguiram as Antilhas e o mercado da Costa da Mina. A Inglaterra que passou a desenvolver sua produção, às vezes, com capital holandês se tornou especialistas no tráfico. Segundo José Arruda, com as Revoluções do século XVII, a burguesia passou a dominar os interesses ingleses⁴⁴. Nesse momento há um fortalecimento muito grande da marinha inglesa, no qual o tráfico de escravos teve um papel fundamental, já que começa a dinamizar a indústria têxtil inglesa, vendendo para os africanos, principalmente para a Região

⁴⁰ SALLES, Wesley D. **Tempos de crise**. P. 249-252.

⁴¹ VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX**. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Editora Corrupio, 1987.

⁴² LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654 - 1760)**. USP: Tese de Doutorado, 2008.

⁴³ EMMER, Peter. "The Dutch and the Making of the Second Atlantic System". In SOLOW, Barbara (Ed.). **Slavery and the Rise of the Atlantic System**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993.

⁴⁴ ARRUDA, José Jobson de. **A Grande Revolução Inglesa. 1640 – 1780**.

da Costa da Mina. A Hipótese, dessa maneira, é que a crise geral foi um momento de decadência do sistema português frente a ascensão do sistema holandês.

Como já demarcamos, o tema desta tese é o império português e sua crise na segunda metade do século XVII. O período de crise é de 1640 a 1695. O recorte cronológico a partir de 1640 se deu pelo fim da União Ibérica e início de um regime de comércio voltado para as colônias ocidentais, as quais foram fundamentais no sentido de tirar os portugueses da crise política da Restauração, principalmente, em relação às dívidas advindas da guerra. Não obstante, o mesmo sistema econômico que retirou os portugueses da crise política engendrou a crise econômica, que começou a dar sinais em 1661. O ano de 1695 foi escolhido devido à descoberta do ouro em Minas Gerais. A partir de quando o império, temporariamente, sai da crise. Nessa nova conjuntura, a Bahia perde espaço para o Rio de Janeiro; Angola passa a recuperar-se da crise, resultado da interferência do “Estado” português que manteve seu apoio, mesmo diante da facilidade maior de se comprar escravos na Costa da Mina. O que nos leva a questionar: o que teria feito os portugueses insistirem em seu sistema e não se entregar à evidente superioridade do sistema holandês? O primeiro ponto é que não havia esta clara distinção teórica que fazemos aqui entre os dois sistemas. Em segundo lugar, a influência política e econômica das elites angolanas e “brasileiras” que pesavam nas escolhas reais, era bastante considerada. Em outras palavras, defendemos que se a Coroa insistiu na compra de escravos doentes de Angola foi porque a elite local influenciou bastante essa escolha⁴⁵

O objetivo central é comprovar que existiu, de fato, uma crise geral e que, por conseguinte, ela afetou, e também foi fruto, da produção do “Estado do Brasil” e da África portuguesa. Para isso, vamos trabalhar cada capitania separada e comparativamente e tentar matizar o ápice da queda das vendas e suas consequências. Depois, vamos enquadrá-las dentro do panorama geral da economia europeia. Em outros termos, comprovar que existiu uma crise na Bahia, e em Angola, tendo cada qual sua peculiaridade, a sua Hidra. O mais importante é conferir que a crise ocorreu por influência das transformações gerais, mas, também pelas dificuldades locais que, algumas vezes, estavam desatreladas ao panorama geral. Por crise geral, ainda cabe esclarecer, não se entende que todos os setores estavam em decadência..

Outra preocupação foi pensar em quais fontes cobrirão o foco analítico proposto. São duas as categorias: as fontes administrativas e os relatos. As primeiras são maioria e têm duas origens geográficas: as produzidas no reino e na colônia.

⁴⁵ Podemos conferir essa hipótese numa consulta aos documentos portugueses na Torre do Tombo e Biblioteca Nacional. A comunicação da Câmara Municipal com a Coroa certamente confirmará essa hipótese. A documentação que temos, encontrada na MMA já aponta para isso.

Primeiramente, elucidaremos a respeito da categoria das leis escritas no reino. No período moderno não havia um código rígido delas, como há atualmente. Sendo assim, existiam duas formas de se consultar a legislação: *As ordenações*⁴⁶ e *as leis extravagantes*.⁴⁷ Na mesma categoria dos documentos escritos no reino estão os pareceres do Conselho Ultramarino⁴⁹, criado em 1643, com a função de instruir a Coroa a respeito dos problemas ultramarinos⁵⁰.

A outra classe de documentações foi produzida nas colônias, muitas delas em diálogo direto com o Conselho Ultramarino e/ou com a Coroa. É formada pelas cartas das Câmaras Municipais, pois, no período em questão, além do Governador, havia esta instituição que assim como o primeiro, também tinha certa autonomia em resolver os problemas da cidade. Os documentos camarários são pouco trabalhados pela historiografia, se comparado à sua importância. Eles detalham o funcionamento das cidades que tinham jurisdição, principalmente, sobre as questões políticas e econômicas, redes de comércio, discussão sobre o preço dos produtos, etc⁵¹.

Sobre Angola, existe a grande documentação contida na Monumenta Missionária Africana, da qual temos toda a coleção. Há também os documentos da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo, em Portugal. Embora já tenhamos muitos documentos relativos a Angola, faz-se necessária uma consulta sobre a Câmara de Luanda, para estudar o papel dos seus membros no momento de crise, e como reagiram às problemáticas. Também, os relatos de alguns jesuítas vão ajudar a compreender este processo.

⁴⁶ As primeiras eram compilações das leis feitas em alguns momentos da história do país, as *Ordenações Afonsinas* (1454); as *Ordenações Manuelinas* (1513) e as *Ordenações Filipinas* (1695). As ordenações são, portanto, codificações que buscavam organizar as diversas leis que os reis iam produzindo conforme a necessidade dos tempos. Assim, depois do fim da União Ibérica, em 1643 D. João incorporou as *Ordenações Filipinas* ao reinado de Portugal.

⁴⁷ A outra fonte se refere às *Leis extravagantes*, as quais extravasam as Ordenações. Elas surgiam conforme a necessidade do rei e de seus conselheiros administrarem, de forma momentânea, tanto o reino quanto o império. Elas têm uma estrutura informal e a validade é indeterminada, até que o rei a contradiga. Entre elas estão as *Provisões*, os *Alvarás* e as *Cartas* em forma de lei, os *decretos*, etc (LARA, 2000, p. 20). Elas tinham grande função nas colônias, mediante a descoberta do novo mundo, onde havia grande necessidade de inovações perante novos costumes. Ainda havia a comunicação da Coroa com os administradores que não necessariamente se tornavam leis

⁴⁸ São variadas as localizações. Existem compilações de algumas dessas leis, mas, estão disponíveis nos volumes dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e Anais da Biblioteca Nacional. Todos os Volumes disponíveis em nossa biblioteca.

⁴⁹ Temos toda a documentação em HD. Disponível também na internet: http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php

⁵⁰ O mais importante desse tipo de documentação é que descreve muitas questões que envolviam as possessões, narrando detalhadamente os problemas. Por meio desses pareceres iremos verificar a existência da crise já que nas consultas estão relatos dos problemas das capitanias, como a questão das dívidas, da moeda, da alimentação, como esboçados acima.

⁵¹ A documentação referente à Câmara Municipal da Bahia foi publicada em 6 volumes, de difícil acesso. Mas temos todos copiados.

CAPÍTULO 1

AÇÚCAR E COLONIZAÇÃO EM DEBATE

O debate que se tornou que ganhou força a partir dos anos 2000 sobre a natureza da colonização do Brasil é resultado, entre outros, de um longo processo de críticas à história de viés estruturalista e, acima de tudo, marxista de se conceber a história⁵². A partir a influência do movimento denominado pós-modernismo os conceitos que fundamentavam a compreensão sobre colonização, como o mercantilismo, o absolutismo e mesmo a exploração colonial deixaram de ser categorias de análise para a história. Parte da historiografia que enveredou por esse caminho, adotou uma postura negacionista sobre pontos importantes de nossa história, como sobre a escravidão e o tráfico negreiro, sobre a repressão de revoltas no Brasil colonial e no ataque aos reinos africanos e, no caso em tela, negar a existência de uma crise geral no século XVII e que, acima de tudo, ela se manifestou nas colônias⁵³. O recorte do debate historiográfico realizado na primeira parte deste capítulo articula-se às segundas e terceiras partes do ponto de vista da explicação geral sobre os porquês da negação sobre a crise geral do século XVII, isto é, reflexo de um contexto histórico cujas críticas ao sistema capitalista eram cada vez menores (o neoliberalismo e a globalização). Em outras palavras, no caso brasileiro, a influência da crítica pós-moderna à historiografia marxista, sobretudo na

⁵² O processo de crítica à escrita da história como ciência redundou na crítica ao método historiográfico característico da modernidade, cuja verdade e objetividade científica sustentam a escrita do pesquisador. O momento chave para essa crítica é a década de 70, cuja obra de Meta-história WHITE, Hayden: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. (Primeira edição de 1973: *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.)

⁵³ Observar principalmente a introdução do livro SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Ao adotar a escolha pelos estudos sobre as relações políticas na colonização o Antigo Regime nos Trópicos praticamente suprimiu da história da colonização as relações de exploração sobre os escravos. Nos referimos às pesquisas posteriores aos anos 2000. Ao conceberem a colonização do ponto de vista político em oposição ao econômico do grupo Antigo Sistema Colonial, suprimiram da história a opressão sobre os escravos e sobre os colonos, em função de uma tese de equidade nas relações políticas entre metrópole e colônia. Ainda em oposição à história ligada ao Antigo Sistema colonial, encontra-se a antítese de Jucá Sampaio sobre a crise na produção açucareira.

década de 90, estimulou o surgimento de pesquisas que não concebiam o capitalismo como chave explicativa para os problemas do desenvolvimento econômico do Brasil.

1. Ruínas da história colonial? A proposta pós-moderna de história das colonizações

Ao publicar o texto “Frotas do açúcar e do ouro” em 1968, Vitorino de Magalhães Godinho explicou que na segunda metade do século XVII os portugueses tiveram seus produtos indeferidos na Europa mediante à concorrência de países como Holanda, Inglaterra e França⁵⁴. O artigo de Godinho surgiu no contexto do desenvolvimento de pesquisas relacionadas à discussão sobre a crise geral do século XVII⁵⁵. Depois de Godinho, Vera Ferlini⁵⁶ e Stuart Schwartz⁵⁷, também explicaram a história da segunda metade do século XVII da economia colonial interligada à europeia. Ocorre que em tese de doutoramento, Antônio Carlos Jucá Sampaio, questionou a existência de uma crise na produção de açúcar no Brasil colonial⁵⁸.

As críticas de Sampaio se explicam a partir do amadurecimento de pesquisas que tiveram como foco antagonizar com as teses atreladas ao marxismo e ao ASC, cujas análises se preocupavam com o desenvolvimento do capitalismo⁵⁹. Esses trabalhos colocaram em campos antagônicos a produção historiográfica sobre a colonização, elegendo a historiografia paulista como oponente no debate. A dicotomia analítica estava relacionada ao *materialismo histórico* da interpretação de Fernando Novais e sua explicação sobre as características da colonização do Brasil, resultado de um esquema explicativo que concebia a colônia como *alavanca* para a acumulação primitiva de capital

⁵⁴ GODINHO, Vitorino de Magalhães Godinho. “Frotas do açúcar e do ouro”. In: *Ensaio II*. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1968.

⁵⁵ Fazemos referência ao debate sobre a crise geral do século XVII, iniciado com o artigo HOBBSAWM, Eric. “The General Crisis of the European Economy in the 17th Century” *Past & Present*, nº 5. 1954. Pp. 33-53. Abaixo, discutimos detalhadamente este aspecto.

⁵⁶ FERLINI, Vera. *O engenho Sergipe do Conde: Contar, Constatar e questionar (Bahia 1622/1653)*. São Paulo: Dissertação de mestrado em História econômica, 1980. FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. Primeira edição de 1985

⁵⁸ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. P. 35.

⁵⁹ No artigo: SALLES, Wesley Dartagnan. A quebra do paradigma “Sentido Da Colonização”: notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos. *Almanack* [online]. 2017, n.15, pp.245-293. Discuto a dicotomia estabelecida entre os dois modelos de escrita da história do Brasil colônia, ASC e ART.

dos países europeus⁶⁰. Em continuidade desses trabalhos surgiu o grupo denominado ART, depois da publicação do livro *Antigo Regime dos Trópicos*⁶¹

Fragoso e Gouvêa ao avaliar o livro em 2010 explicam que os objetivos das pesquisas do ART em 2001 eram a de superar “*Na verdade, pretendia-se ultrapassar – sem negar a importância – o debate historiográfico que trata da dependência externa versus a excessiva ênfase no caráter único e singular da sociedade colonial-escravista*”⁶². A ênfase dada pelo grupo, desde as primeiras linhas do livro, é em Caio Prado Junior, Fernando Novais e Ciro Flamarion Cardoso. Mesmo colocando-se como discípulos de Ciro Flamarion Cardoso no que se refere à dinâmica interna da colonização, o grupo explica que “*ultrapassou*” as suas pesquisas⁶³ e, sobretudo, a maneira dicotômica entre metrópole e colônia que sustentavam os trabalhos de Caio Prado Junior e Fernando Novais⁶⁴. Segundo Fragoso e Gouvêa, essa premissa inicial foi colocada em segundo plano perante os resultados posteriores ao livro *Antigo Regime nos Trópicos*. Em outros termos, eles tinham construído um modelo de escrita histórica completamente diferente daquele que estava preso ao debate, dinâmica interna *versus* exportação. Tal abordagem, em síntese, é a abordagem política sobre o império português, cujas relações de produção, o escravismo, o absolutismo e, sobretudo, o caráter antagônico entre a metrópole e a colônia ficam em segundo plano ou deixam de existir⁶⁵. Pontuando nossa pesquisa, essa dicotomia na abordagem sobre a colonização, interfere diretamente na interpretação sobre a segunda metade do século XVII, na crise geral do século XVII e sua manifestação nas colônias.

A obra de Fernando Novais é o ponto mais importante no que se refere ao debate historiográfico, ela é a interlocutora, a matriz dos apontamentos críticos realizados

⁶⁰ Me refiro aos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso e depois João Fragoso e Manolo Florentino. Entre os principais: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1979; FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c1840. Rio de Janeiro: Didorim, 1993.

FRAGOSO, J. Luís. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790 – 1830. 2ª edição revista. Rio de Janeiro. 1998; FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. Uma história do tráfico entre Angola e Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁶¹ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁶² FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. de Fátima. *Na Trama das Redes*. Política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Record, 2010. P. 13

⁶³ A discussão, iniciada na década de 70 girava em torno da concepção de haver ou não uma dinâmica interna em detrimento das exportações como epicentro da colonização. A proposta, portanto, era superar esse debate.

⁶⁴ Logo na primeira nota de rodapé do livro encontra-se esta afirmação.

⁶⁵ Em nossa visão, simplificada, o sentido da colonização deixa de ser econômico e passa a ser político.

pelo ART. Portanto, compreender as bases da produção do autor é de suma importância. Dois autores exercem profunda influência na obra de Novais: Caio Prado Junior e Eric Williams. Começemos por Caio Prado

Para Caio Prado Junior a colonização ocorreu dentro do sistema capitalista e por isso, ganhava um sentido relacionado à base econômica, qual seja, fornecer produtos primários à Europa “*Não sofremos nenhuma descontinuidade no decorrer da história da colônia (...)*”⁶⁶. A história dos três séculos brasileiro, desde a criação, tinha como elemento final a economia europeia. “*Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu.*”⁶⁷. A concepção sobre a história do Brasil de Caio Prado Junior deu sustentação para os trabalhos de Fernando Novais na preocupação de entender a função da colônia dentro da formação do capitalismo europeu, dentro do paradigma marxista. Os contextos de produção de ambos os autores era diferente⁶⁸. Caio Prado Junior explicava o Brasil dentro do quadro do sistema capitalista⁶⁹, em outras palavras, o Brasil e sua produção atendiam – desde o princípio -, ao mercado europeu e por isso era carente de uma *economia nacional*, pois, não tinha se libertado das amarras do sentido que havia ganhado a colonização, a *economia colonial*. Para Novais, os primeiros séculos da colonização do Brasil ocorreu dentro da formação do sistema capitalista.

Ao analisar a obra de Novais e de seus discípulos, alguns pontos são bem característicos no que se refere à influência da obra de Eric Williams⁷⁰. O comércio triangular (base de sustentação de Williams) foi o elemento sustentador da tese de Fernando Novais no que se refere à relação comercial que o Brasil mantinha com a África, sendo a explicação para o trato negreiro. O tráfico de escravos teria a função estruturadora da produção colonial, primeiro do açúcar e depois do ouro. Assim, como teria ocorrido

⁶⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. 24ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996. P. 8

⁶⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. 24ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996. P. 8

⁶⁸ Outros autores, assim como Caio Prado Junior, se preocuparam em explicar a formação do Brasil mediante a colonização: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. 14ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Primeira edição de 1936; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Formação da Família Brasileira sob o regime patriarcal. 18ª edição brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1977. Primeira edição de 1933; SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 3 ed. Brasília: Editora do Senado Federal, 2005. Primeira edição de 1936.

⁶⁹ O diálogo de Caio Prado Júnior era com o partido PCB que entendia a colonização como um período feudal

⁷⁰ WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Companhia editora Americana, 1976.

com a Inglaterra, a política mercantilista deu bases legais para os ganhos advindos da exploração. Em que pese a diferença, Portugal manteve seu antigo regime intacto enquanto a Inglaterra orientou para a nascente burguesia a exploração. Entretanto, a própria relação diplomática de Portugal e Inglaterra, pelos tratados posteriores a 1640 consubstanciam a proximidade e a intenção dos ingleses em desenvolverem sua indústria a partir de uma política comercial externa que tencionavam o lucro. Novais não somente concorda com a tese de Williams como a endossa demonstrando que o Brasil colonial foi um certo arremedo de colonização inglesa.

Plantations monocultora, trabalho escravo africano, com características exportadoras – para o acúmulo de capital europeu, para desenvolver a burguesia metropolitana –, criação do “Pacto Colonial”, foram pré-requisitos para a industrialização europeia e para o desenvolvimento, dessa maneira, do histórico do capitalismo.

Na década de 70, as interpretações de Caio Prado Junior e Fernando Novais receberam as primeiras críticas, alguns autores como Ciro Flamarion Cardoso⁷¹ e Jacob Gorender⁷² se destacam.

Cardoso, ao estudar as relações de trabalho na América, encontrou algumas dissonâncias nas teses *Sentido da Colonização e Sistema Colonial*. Como mostrado acima, as interpretações advindas do paradigma pradiano tendem a estudar as relações de produção voltadas somente para a exportação, por isso mesmo os estudos se orientaram para a produção com base no trabalho escravo⁷³. Primeiro para o açúcar, depois para o ouro e café. Nesse aspecto reside a crítica do autor carioca aos pesquisadores que abordavam o assunto entendendo o período como fruto exclusivo das produções externas distorceram a história “*obcecada pela plantation monocultora e exportadora*”. Sua grande contribuição crítica⁷⁴ se encontra na construção de uma história para além das

⁷¹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1979.

⁷² GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

⁷³ Talvez o melhor exemplo do uso exacerbado da concepção do escravismo colonial como elemento mais importante da colonização tenha sido o livro *Escravidão Colonial* de Gorender, que definiu o escravismo como um modo de produção proeminentemente colonial. Posteriormente, o próprio Cardoso chamou a atenção para o problema formado com o excessivo uso de sua interpretação em relação à universalização da *brecha camponesa*. Posteriormente, o próprio Cardoso chamou a atenção para o problema formado com o excessivo uso de sua interpretação em relação à universalização da *brecha camponesa*. GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978

⁷⁴ De fato, havia uma grande dinâmica interna que escapava às interpretações dos autores paulistas e seus discípulos. Mas, ao buscar contrapor-se a essas explanações, em algum momento, passou a acentuar em demasia sua explicação, transformando-a em caráter universal da produção colonial e, por isso concebeu a *brecha camponesa* como um fator estruturador da sociedade da colônia.

relações interna/externa, norteadas por uma *dinâmica interna* que se baseava naquilo que chamou de *brecha camponesa*⁷⁵.

Mas, o que compete indagar é: as interpretações fundamentadas no seio da *brecha camponesa* teoricamente superaram o estudo de Caio Prado Junior e Fernando Novais? Ao admitir que existia, para além de uma produção voltada para o mercado externo, uma produção interna, mesmo concebendo-a universalmente como modo de produção, os autores superaram e substituíram o modo de se conceber a história da colônia? Diretamente, devido à brecha camponesa, o sentido da colonização e o sistema colonial deixaram de servir como modelos explicativos de história?

As interpretações que procuraram valorizar a dinâmica interna na colônia foram tão somente criadas dentro do círculo interpretativo de Caio Prado Junior e Fernando Novais. A síntese crítica de Ciro Flamarion Cardoso, resume-se em dispor no quadro interpretativo do autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* elementos não tratados com ênfase devido a sua obsessão pela *plantation monocultora*⁷⁶.

Em suma, Cardoso propriamente reconhece que, de modo oposto, havia exagerado no uso corrente da sua interpretação, pois, se antes apenas se observava o mercado externo na relação colonial, com o desenvolvimento equivocado de sua interpretação, passou-se apenas a conceber as relações internas da produção. Dito de outro modo, o autor não chegou a discordar profundamente de Caio Prado, não obstante, embutiu um valor para as variáveis internas de modo a atrelar historicidade às relações internas da colonização. Acerca de Caio Prado Junior, ressalta-se que ele não teve como objetivo observar as relações internas de produção. Sua preocupação era com o problema de seu *Brasil Contemporâneo* desindustrializado. Por isso encontrou na colônia o sentido do problema econômico de sua atualidade, a tendência história, caracterizada com *sentido da colonização*, de exportar mercadorias para a Europa capitalista. Portanto, não tinha porque o autor estudar a dinâmica interna. Concluiu Mendes (2008) que o autor paulista

⁷⁵ Ao estudar a crítica construída por Cardoso, Mendes conclui: “Ao definir as atividades econômicas autônomas dos escravos que escapavam do sistema de *plantation* como *brecha camponesa*, Cardoso pretendeu valorizar o que denominou de *variáveis internas*. Sua intenção foi mostrar que, na colônia, existiam atividades produtivas que, escapando às injunções externas, davam à sociedade colonial uma estrutura que não era explicada somente por sua ligação com o mercado mundial. Chegou a considerar a *brecha* como uma atividade *universal* no escravismo americano, portanto, um fato *estrutural* da escravidão colonial” MENDES, Claudinei. M. M. *Política e história em Caio Prado Júnior*. São Luís: 1ª ed. UEMA, 2008

⁷⁶ MENDES, Claudinei M. M. *Política e história em Caio Prado Júnior*. São Luís: 1ª ed. UEMA, 2008. P. 59.

estava comprometido politicamente com o seu tempo, fruto de um debate pela industrialização do país.

Entre as décadas de 50 e 60 o debate que havia se desenvolvido, não somente no Brasil, era sobre o surgimento do capitalismo⁷⁷, sobre o momento de transformação do sistema feudal ao sistema capitalista. Dentro do paradigma marxista, Novais compreendeu que o Antigo Sistema Colonial se desenvolveu articulado ao capitalismo, isto é, as colônias foram a alavanca para a industrialização sendo a base para a acumulação primitiva de capital.

Contudo, principalmente no início da década de 90, os rumos historiográficos do debate sobre a colonização brasileira, e mesmo mundial, começaram a mudar significativamente. Explica-se parte dessas mudanças como derivação da conjuntura posterior à destituição da expectativa do comunismo, com o fracasso da URSS e a queda simbólica do Muro de Berlim. O neoliberalismo venceu como doutrina de governo e essa postura acabou por influenciar significativamente alguns historiadores. Com isso, demonstrou ao mundo ser a única maneira possível de governo naquele momento, se expandindo por várias partes do planeta, à força ou naturalmente. Junto a isso, os países do Ocidente, e o Brasil também, se entregaram ao viés neoliberal. Derivada desse mundo de dissoluções teóricas, correntes pós-modernas passaram a dirigir parte dos estudos historiográficos brasileiros. Acreditamos que esses dois fatores ajudam a explicar o surgimento e desenvolvimento do ART. Nos foquemos, entretanto, nesse momento no “pós-modernismo”, conceito tão impreciso quanto sua essência teórica, ou atórica.

O campo historiográfico sofreu no século passado movimentos relevantes que culminaram na tentativa de superação do pensamento Iluminista, em que a razão caracteriza-se como o centro das elucubrações. Ainda no século XIX, Nietzsche faz as primeiras críticas acerca das certezas de uma sociedade que tinha a crença na evolução, no progresso, a partir da razão e da ciência. A escola metódica alemã, o positivismo de Augusto Comte, e mesmo o materialismo histórico derivado da interpretação de Karl

⁷⁷ Embora, Novais tenha elaborado seu esquema histórico pautado no materialismo histórico marxista, o diálogo com outros autores foi importante. Por exemplo, Em 1965 Novais viaja à Europa e conversa com Fernand Braudel que, exatamente nesse momento produz sua obra *Civilização Material Economia e Capitalismo*, cuja principal preocupação é tão somente explicar o surgimento do Capitalismo, dentro dos “seus” três tempos históricos e de uma proposta – ao seu modo – estrutural da história, e recebe certa influência do autor francês. Mesmo Novais não citando *Civilização material, economia e capitalismo*, em seu trabalho principal, percebemos que tem preocupações similares às de Braudel e, possivelmente, tenha sido influenciado por ele na construção de seu texto Fernando Novais: Braudel e a “missão francesa” in: *Estud. av.* vol.8 no.22 São Paulo, 1994.

Marx, estavam soterrados pela crença inabalável na verdade. Mesmo sendo crítico da razão, Kant esteve ligado a esse pensamento racionalista e iluminista⁷⁸

Com a crítica feita pelos historiadores dos *Annales* aos “historicistas” (ditos positivistas) franceses ocorre uma tentativa de rompimento com essas certezas que existiam no bojo da historiografia e emanavam da filosofia burguesa. Tanto os *Annales*, quanto os marxistas não conseguiram abalar de maneira efetiva os pilares do pensamento iluminista, a crença na ciência, e trouxeram à disciplina histórica a responsabilidade de ser uma ciência. A história problema, a história total e a história das mentalidades procuraram ser científicas, uma vez que estabeleceram um diálogo com outras áreas de conhecimento e nunca abandonaram o documento, criando métodos críticos para concebê-lo, mesmo depois de toda a crítica dos pais fundadores dos *Annales* aos “positivistas” alemães e sua crença na verdade documental, o documento histórico sustenta os trabalhos dos historiadores. Fazemos isso nos pautando na razão científica, numa razão iluminista.

Os pilares da “razão”, em detrimento da fé, fundamentaram as linhas de pensamento que levaram à criação e ao desenvolvimento do *topos* filosófico ciência, de que resulta a noção de progresso. A crença na razão produziu a sociedade capitalista e a riqueza material, o individualismo, o liberalismo e a “liberdade”; produziu também a Medicina e as “melhorias na saúde”, a Engenharia e o desenvolvimento dos bens materiais. Em outras palavras, a política liberal, o livre mercado, o progresso científico e a inovação tecnológica. Todos esses pontos são as bases para a concepção de felicidade e progresso da sociedade moderna⁷⁹. A ciência moderna, portanto, atende ao mundo e à filosofia burguesa de cunho Iluminista; e a sociedade Ocidental esteve embasada nesses princípios durante dois séculos. Portanto, a historiografia esteve imersa nessa crença e na noção de que a disciplina histórica é uma ciência e busca a “verdade científica”, em maior ou menor medida. Tais pilares guiaram o trabalho do historiador no século passado e ainda guiam parte da historiografia, mesmo que de maneira inconsciente.

Evidentemente, devemos relativizar tais afirmações. Observamos o exemplo da primeira geração dos *Annales*, cuja principal crítica aos “positivistas” foi em relação à crença na objetividade pura do documento (preferencialmente oficial) como signo de

⁷⁸ HARVEY, David. *A condição Pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Sobral e Maria Estela Gonçalves. 17ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008; BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. A aventura da modernidade. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁷⁹ HICKS, Stephen. *Explicando o pós-modernismo*. São Paulo: 2008. P. 23.

verdade, quando o fato/acontecimento era o norteador da escrita histórica. Ao aceitar outras formas de documentos e outras “ferramentas” de outras áreas procuraram dar legitimidade científica à disciplina, não propriamente, torná-la acientífica.

Em posição crítica ao conceito de razão, de ciência burguesa, de verdade histórica, houve uma mudança de direção no âmago dos debates historiográficos, desencadeada pelo que os teóricos denominaram de movimento pós-moderno ou pós-modernidade⁸⁰: uma tentativa de superação dos preceitos da modernidade estabelecida. A ciência, tal como concebida pelos iluministas, sofre ranhuras teóricas na medida em que integra um dos sustentáculos do pensamento racionalista, fruto das teorias universalizantes e de narrativas lineares do século XIX⁸¹.

A condição pós-moderna aparece como decorrência da sociedade moderna, pelo desenvolvimento das máquinas, da imprensa, da televisão, de um mundo acelerado e repleto de informações velozmente multiplicadas. Configura-se, assim, uma necessidade contínua de produzir explicações na velocidade e abundância dos meios de comunicação. Com o desenvolvimento da internet e aparelhagem tecnológica, esse processo, nos parece, cada vez mais pujante. Ocorre que tal situação produziu uma sociedade com acesso muito rápido a bases de dados, artigos, notícias; mas, que se perde nessa imensidão de narrativas, pois, o excesso informativo é uma das mais efetivas induções ao esquecimento⁸². Toda a produção material construída pela ciência iluminista acelerou o tempo e consequentemente desbastou os pilares que sustentam o pensamento moderno.

Como os historiadores estão trabalhando com essa situação? Até décadas atrás, por exemplo, os pesquisadores relacionados à história do Brasil colonial tinham que viajar milhares de quilômetros em busca de documentos, para acervos no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, sobretudo, Portugal. Hoje, com poucos *gigabytes* de memória, em um HD externo, ele carrega consigo as milhares de páginas de arquivos do “Projeto Resgate”⁸³. Esta tese, por exemplo, foi escrita a partir de *downloads* de vários textos, como os da base de dados Jstor⁸⁴, que, outrora, seriam de difícil acesso. Outro

⁸⁰ O termo pós-moderno começa a ser usado já no século XIX, mas, seu uso teórico e consciente se dá a partir de cerca de 1970. ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9 -23.

⁸¹ HICKS, *op. cit.* p. 23.

⁸² HARVEY, David. 2008. *Op. cit.* 315.

⁸³ Nos referimos ao documentos da Torre do Tombo que também pode ser buscado na internet: <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>

⁸⁴ <http://www.jstor.org/>

exemplo é a atual facilidade de consultar o número de africanos transportados da África às várias regiões do mundo, por meio do acesso ao site da Trans-Atlantic Slavery Data base⁸⁵. Em síntese, temos acesso a uma infinidade de informações e a quantidade de artigos produzidos, como consequência, tende a ir ao encontro dessa aceleração pela rapidez da acessibilidade. O problema é: o que estamos fazendo com todo esse volume de informações? As pesquisas históricas depois da década de 70 passaram a ser cada vez mais fragmentárias e locais. Nesse processo, começa a haver um descentramento do estruturalismo como elemento norteador das narrativas⁸⁶.

O *linguistic turn*⁸⁷ foi uma ocasião decisiva no processo de mudança e crítica aos estabelecidos paradigmas estruturalistas da historiografia. O marxismo e a história totalizante dos *Annales* foram rigorosamente destronados de suas posições reinantes, para dar espaço a uma "história em migalhas". Os *Annales*, depois da "história das mentalidades", desenvolveram a "história cultural" que atende, em certa medida, às críticas do movimento desconstrucionista,⁸⁸ visto que não se pretende estrutural⁸⁹.

E, com isso, os historiadores voltados para uma posição de esquerda começaram a mudar o foco dos seus interesses deixando de lado a luta de classes para pôr no centro do debate questões que a esquerda ortodoxa (sobretudo aquela ligada aos governos de esquerda, tais como na Rússia) considerava ser segundo plano⁹⁰.

⁸⁵ <http://www.slavevoyages.org/voyage/search>

⁸⁶ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999; DERRIDA, J. *Positions*. Trad. Alan Bass. Chicago: University of Chicago Press, 1981. FOUCAULT, M. *Poder e saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, etc.

⁸⁷ WHITE, Hayden. *Meta-história*. A imaginação histórica do século XIX. Tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

⁸⁸ DERRIDA, Jacques. Op. cit.

⁸⁹ "Esse aspecto do pós-modernismo foi reforçado pelas atividades dos desconstrucionistas. Em sua suspeita de toda narrativa que aspire a ter coerência, e em seu aqodamento de desconstruir qualquer coisa que ao menos pareça uma metateoria, eles solaparam todas as proposições básicas. Na medida em que todos os relatos da narrativa oferecidos continham pressuposições e simplificações ocultas, havia necessidade de um escrutínio crítico, mesmo que este terminasse por fortalecê-la. Mas, ao desafiar todos os padrões consensuais de verdade e de justiça, de ética e de significado, e ao procurar dissolver todas as narrativas e metateorias num universo difuso de jogos de linguagem, o desconstrucionismo terminou, apesar das melhores intenções dos seus praticantes mais radicais, por reduzir o conhecimento e o significado a um monte desordenado de significantes. Assim fazendo, produziu uma condição de niilismo que preparou o terreno para o ressurgimento de uma política carismática e de proposições ainda mais simplistas do que as que tinham sido desconstruídas" HARVEY, 2008, op. cit. p. 314

⁹⁰ "A nova esquerda preocupava-se com uma luta para libertar-se das algemas duais da política da velha esquerda, particularmente em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelo marxismo "ortodoxo", e dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas (o Estado, as universidades, os sindicatos etc.). Ela via a si mesma, desde o começo, como uma força cultural e político-econômica, tendo ajudado a produzir a virada para a estética que o pós-modernismo representava" HARVEY, 2008, op. cit. p. 314

Os textos de Michel Foucault muito contribuíram para essa mudança⁹¹. A década de 80 produziu ainda a falência na crença do marxismo como uma forma de conceber a história; isto é, esse fato comprovaria (material e politicamente) que não podemos “prever” e que não podemos conceber o mundo de maneira geral, estruturada. Em última análise, o pós-modernismo também representa a frustração em torno da ciência e das suas certezas empiristas. Racismo e sexismo, por exemplo, tomam o lugar no campo de estudos, ou seja, a antiga formulação do opressor e oprimido e a luta de classes perdeu seu mote principal e agora atende às micro injustiças sociais.

Nesse momento da história, toda a verdade científica é questionada: *“Para o pós-modernista, as certezas científicas sobre as quais os modernistas sempre trabalharam são todas como que variantes do paradoxo do mentiroso”*⁹². Em suma, no final do século XX, os estudos passaram a incorporar a noção de subjetividade sociolinguística, cuja relatividade toma conta dos trabalhos acadêmicos. A semântica passa a ser a chave explicativa de alguns trabalhos, a palavra explica toda a sociedade. A “realidade” passa a ser vista como uma construção linguística, que atende a determinados grupos sociais, normalmente ocupantes do poder. Sobre esse movimento, concordamos com Harvey: *“Com efeito, a hiper-retórica dessa ala da reação pós-moderna pode decair na mais alarmante irresponsabilidade.”*⁹³

Em alguns pontos, podemos perceber pesquisas sérias voltadas para as esferas locais. Como exemplo, observamos o trabalho de Michael Foucault. Para ele, a ciência e o poder são categorias interligadas de variadas maneiras. Segundo o autor, ao longo do século XIX e XX houve um processo de aumento do controle sobre o corpo, determinadamente, nos casos da Psicologia e Medicina, que ele chama de “corpos dóceis”. O Estado e a Igreja não seriam, portanto, espaços para procurar a configuração do poder e, sim, as diversas micro-esferas da sociedade, nos discursos, nos pequenos pontos constitutivos de potência, na realidade multifacetada. Ou seja, para ele, o Estado não tem o poder de controle conforme, por exemplo, os socialistas modernistas afirmavam. Portanto, de nada adiantaria procurar a resistência contra o Estado, já que o discurso de poder não se assenta nele⁹⁴. Dessa linha de pensamento, derivam alguns

⁹¹ Para uma análise do tema, observar: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru, Edusc. 2007.

⁹² HICKS, Op. cit. p. 120

⁹³ HARVEY, 2008, op. cit. p. 315

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A vontade de Saber*. São Paulo, Graal, 1999.

pontos de contestação do pós-modernismo. No entanto, a irresponsabilidade, como diria Harvey, se encontra nos excessos de tal interpretação.

Em suma, na segunda metade do século XX configura-se um processo de crítica aos paradigmas estruturais, que buscavam nas teorias generalizantes as explicações para a realidade. Grosso modo, em história pululam os trabalhos micro, locais e fragmentários. A história cultural, como novo paradigma, está imersa nesse contexto de valorização das características individuais, de grupos locais, de costumes específicos. Com tal virada, parte da esquerda historiográfica deixa de fazer uma crítica consistente e com propostas multifacetadas, deixa de lado os estudos sobre o proletariado e, acima de tudo, não se preocupa mais com a grande luta de classes, passando a criticar a esquerda tradicional, concebendo-a mesmo como passiva ou reacionária sobre questões de gênero e raça⁹⁵. Acreditamos que essa fratura no âmago do pensamento de esquerda é a ordem do dia para os pensadores dessa linha, pois, “*ao fazer esse movimento, a nova esquerda tendia a abandonar a sua fé tanto no proletariado como instrumento de mudança progressista como no materialismo histórico enquanto modo de análise*”⁹⁶. O materialismo histórico, como ferramenta de análise, agoniza perante os ataques pós-modernos. Assim surge o grupo de estudos ART, fruto desse novo universo de relações e paradigmas.

E, com isso, os historiadores voltados para uma posição de esquerda começaram a mudar o foco dos seus interesses deixando de lado a luta de classes para pôr no centro do debate questões que a esquerda ortodoxa (sobretudo aquela ligada aos governos de esquerda, tais como na Rússia) considerava ser segundo plano⁹⁷.

Os textos de Michel Foucault muito contribuíram para essa mudança⁹⁸. A década de 80 produziu ainda a falência na crença do marxismo como uma forma de conceber a história; isto é, esse fato comprovaria (material e politicamente) que não podemos “prever” e que não podemos conceber o mundo de maneira geral, estruturada. Em última análise, o pós-modernismo também representa a frustração em torno da ciência

⁹⁵ HARVEY, 2008, op. cit. p. 319-320.

⁹⁶ HARVEY, 2008, op. cit. p. 319-320.

⁹⁷ “A nova esquerda preocupava-se com uma luta para libertar-se das algemas duais da política da velha esquerda, particularmente em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelo marxismo “ortodoxo”, e dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas (o Estado, as universidades, os sindicatos etc.). Ela via a si mesma, desde o começo, como uma força cultural e político-econômica, tendo ajudado a produzir a virada para a estética que o pós-modernismo representava” HARVEY, 2008, op. cit. p. 319-320

⁹⁸ Para uma análise do tema, observar: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru, Edusc. 2007.

e das suas certezas empiristas. Racismo e sexismo, por exemplo, tomam o lugar no campo de estudos, ou seja, a antiga formulação do opressor e oprimido e a luta de classes perdeu seu mote principal e agora atende às micro injustiças sociais.

Nesse momento da história, toda a verdade científica é questionada: *“Para o pós-modernista, as certezas científicas sobre as quais os modernistas sempre trabalharam são todas como que variantes do paradoxo do mentiroso”*⁹⁹. Em suma, no final do século XX, os estudos passaram a incorporar a noção de subjetividade sociolinguística, cuja relatividade toma conta dos trabalhos acadêmicos. A semântica passa a ser a chave explicativa de alguns trabalhos, a palavra explica toda a sociedade. A “realidade” passa a ser vista como uma construção linguística, que atende a determinados grupos sociais, normalmente ocupantes do poder. Sobre esse movimento, concordamos com Harvey: *“Com efeito, a hiper-retórica dessa ala da reação pós-moderna pode decair na mais alarmante irresponsabilidade.”*¹⁰⁰

Em alguns pontos, podemos perceber pesquisas sérias voltadas para as esferas locais. Como exemplo, observamos o trabalho de Michael Foucault. Para ele, a ciência e o poder são categorias interligadas de variadas maneiras. Segundo o autor, ao longo do século XIX e XX houve um processo de aumento do controle sobre o corpo, determinadamente, nos casos da Psicologia e Medicina, que ele chama de “corpos dóceis”. O Estado e a Igreja não seriam, portanto, espaços para procurar a configuração do poder e, sim, as diversas micro-esferas da sociedade, nos discursos, nos pequenos pontos constitutivos de potência, na realidade multifacetada. Ou seja, para ele, o Estado não tem o poder de controle conforme, por exemplo, os socialistas modernistas afirmavam. Portanto, de nada adiantaria procurar a resistência contra o Estado, já que o discurso de poder não se assenta nele¹⁰¹. Dessa linha de pensamento, derivam alguns pontos de contestação do pós-modernismo. No entanto, a irresponsabilidade, como diria Harvey, se encontra nos excessos de tal interpretação.

Em suma, na segunda metade do século XX configura-se um processo de crítica aos paradigmas estruturais, que buscavam nas teorias generalizantes as explicações para a realidade. Grosso modo, em história pululam os trabalhos micro, locais e fragmentários. A história cultural, como novo paradigma, está imersa nesse contexto de valorização das características individuais, de grupos locais, de costumes específicos.

⁹⁹ HICKS, Op. cit. p. 120

¹⁰⁰ HARVEY, 2008, op. cit. p. 315

¹⁰¹ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A vontade de Saber*. São Paulo, Graal, 1999.

Com tal virada, parte da esquerda historiográfica deixa de fazer uma crítica consistente e com propostas multifacetadas, deixa de lado os estudos sobre o proletariado e, acima de tudo, não se preocupa mais com a grande luta de classes, passando a criticar a esquerda tradicional, concebendo-a mesmo como passiva ou reacionária sobre questões de gênero e raça¹⁰². Acreditamos que essa fratura no âmago do pensamento de esquerda é a ordem do dia para os pensadores dessa linha, pois, “*ao fazer esse movimento, a nova esquerda tendia a abandonar a sua fé tanto no proletariado como instrumento de mudança progressista como no materialismo histórico enquanto modo de análise*”¹⁰³. O materialismo histórico, como ferramenta de análise, agoniza perante os ataques pós-modernos. Assim surge o grupo de estudos ART, fruto desse novo universo de relações e paradigmas.

O neoliberalismo, a cultura do pós-modernismo e a globalização, acabaram por seduzir parte da intelectualidade brasileira que passou a escrever conforme esse pensamento. Isto é, deixando de conceber o Estado como o elemento norteador da sociedade e centralizando no capitalismo o motor de seu desenvolvimento¹⁰⁴.

Boa parte da historiografia sobre a colonização, até então, tinha como ferramenta teórica o materialismo histórico e, com isso, explicava os problemas brasileiros a partir da formação do capitalismo: o Brasil, como demonstrado acima, havia se formado historicamente para ser *alavanca* à acumulação primitiva de capital na Europa, sendo o mercado externo (que na década de 90 passou a ser bem visto pelos neoliberais) o responsável por construir um país dependente do mercado externo. Não é por acaso que, como veremos a seguir, parte da historiografia brasileira passou a observar o capitalismo em formação não mais como o elemento que explicaria o atraso econômico do país, e sim como reflexo de uma formação social elitista e excludente.

¹⁰² HARVEY, 2008, op. cit. p. 319-320.

¹⁰³ HARVEY, 2008, op. cit. p. 319-320.

¹⁰⁴ COSTA, Valter Mattos. *O Canto Da Sereia*. A influência pós-moderna na Historiografia. Fluminense do Antigo Regime nos Trópicos. 2014. 238 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de história, Rio de Janeiro, 2014.

2. Da crise geral do século XVII

Desde que Maurice Dobb publicou seu clássico *Studies in the Development of Capitalism* em 1946¹⁰⁵ inaugurou-se uma ampla discussão cuja preocupação central foi compreender o momento de passagem do sistema feudal para o sistema capitalista. Embora a tese de Dobb tenha sido concebida dentro dos parâmetros metodológicos marxistas, a discussão abarcou as mais diversas correntes historiográficas ao longo do século XX e XXI¹⁰⁶. Em 1954, Eric Hobsbawm escreveu um artigo¹⁰⁷ em resposta à tese de Dobb no qual lançou as bases para um novo debate: “*a crise geral do século XVII*”. Foi a propósito desse prisma que debruçamos nossa análise historiográfica, não sobre o declínio do feudalismo, que aqui teve uma função ancilar na explicação. Não obstante, fez-se necessária uma síntese da obra de Dobb mediante sua ligação com nossa preocupação, compreender a crise do século XVII.

Ao criticar os trabalhos de Werner Sombart e Max Weber a respeito da compreensão do capitalismo como resultado de um espírito empreendedor característico da modernidade, essencialmente burguês, Dobb afirmou que a noção sobre a importância da acumulação de capital com finalidade econômica não foi uma característica específica do pensamento burguês, específico da modernidade. Outras sociedades passadas, segundo o autor, tiveram a experiência de produzir com a intenção de acumular capital. O surgimento do capitalismo, sendo assim, esteve intrinsecamente relacionado a outros fatores: ao desenvolvimento do comércio e das cidades durante o período medieval.

Eric Hobsbawm cuja preocupação em toda carreira acadêmica foi compreender o capitalismo, iniciou os estudos justamente mirando no nascimento desse sistema. Em 1954 publicou um polêmico e impactante texto na revista *Past and Present*¹⁰⁸. A partir de seu artigo surgiram diversas interpretações para reafirmar ou contrapor-se às suas ideias.

Preocupado em compreender os aspectos gerais de passagem do sistema feudal ao sistema capitalista, Hobsbawm passou a estudar o século XVII e concluiu que

¹⁰⁵ Traduzido para o português como *Evolução do capitalismo*. DOOB, Maurice. *A evolução do Capitalismo*. Trad. Manuel do Rego Braga. 3ª ed. São Paulo: Nova cultural, 1988.

¹⁰⁶ Algumas obras importantes tiveram essa intenção, entre elas, o clássico de Fernand Braudel, *Civilização material economia e Capitalismo*, cuja escrita inicia-se em 1955 e termina com o último volume em 1979. O historiador liderou a segunda geração dos Annales e orientou e influenciou diversas obras estrangeiras ligadas ao entendimento do início da modernidade: entre eles Immanuel Wallerstein.

¹⁰⁷ HOBBSAWM, ERIC. , “The Crisis of the Seventeenth Century,” *Past & Present*. N. 6, 1954

¹⁰⁸ HOBBSAWM, Eric. “The General Crisis of the European Economy in the 17th Century” *Past & Present*, nº 5. 1954. Pp. 33-53.

existiu uma crise geral, responsável por eliminar os entraves feudais presentes na sociedade europeia e que impediam o pleno desenvolvimento do capitalismo. A crise do século XVII representou um momento de transição geral do modo de produção feudal para o capitalista e teve como *turning point* os anos de 1619/1620. A passagem de um sistema a outro foi lenta, um processo longo, secular. Foram várias as mudanças econômicas que fizeram surgir a crise fundadora do capitalismo: 1) A sociedade feudal passou a se tornar revolucionária, a contestar a classe dominadora (um “*levante feudal*”); 2) houve por meio do avanço econômico do século XVI, condições de acumulação de capital capaz de sustentar melhorias tecnológicas e financiar o desenvolvimento técnico (especialização dos capitais feudais); 3) Aumento progressivo da divisão social do trabalho e expansão econômica da Europa Oriental; 4) Um sistema colonial revolucionário.

O século XVI promoveu significativo avanço na economia europeia no sentido de criar meios de acumulação de capital que, no entanto, não foram suficientes para promover o surgimento do capitalismo pois a sociedade não estava preparada para alavancar a mudança de um sistema ao outro. Hobsbawm demonstrou que a sociedade foi se tornando revolucionária ao longo do século XVI e fez a Revolução no século XVII, já que teve condições econômicas, políticas e sociais para isso. A crise geral é sinalizadora dessa mudança. Ela teve três fases principais: 1620 (aguda); 1640 – 1670 (estável); 1680 (declínio).

Politicamente, o próprio surgimento do absolutismo foi um reflexo da crise geral, pois foi uma resposta ao avanço revolucionário dos camponeses. Os reis tomaram o poder com o intuito de proteger sua classe social, como podemos observar na criação de grandes exércitos para salvaguardar a Coroa. Essa situação modificou o mercado interno e também os métodos de produção. Houve um aumento populacional e uma revolução nos preços dos produtos. Essa situação esteve relacionada aos descobrimentos, cujos metais preciosos encontrados implicaram na acumulação de capitais nos centros coloniais. Nesse sentido, a colonização, para Hobsbawm teve um papel deveras importante, *sine qua non* para o desenvolvimento geral do sistema capitalista.

O século XVI foi um século de expansão da economia em todos os sentidos. O colonialismo promoveu uma demanda de bens que favoreceu o desenvolvimento produtivo nas capitais metropolitanas. No entanto, retomando, a sociedade ainda não era revolucionária no século XVI, não estava amadurecida para a mudança. Dentro do paradigma marxista que o autor estava inserido, a mudança de um modo de produção ao

outro, necessariamente, deveria passar por uma revolução. No século XVII a sociedade, sobretudo a inglesa, estava preparada para a revolução e assim a fez: a Revolução Puritana de 1640 e depois a gloriosa em 1688

Em todo esse processo revolucionário, a acumulação de capitais e as disputas pelos mercados coloniais foram peças fundamentais. Por isso, as guerras coloniais surgiram: devido sua importância dentro do sistema que nascia. Hobsbawm, afirma que depois do *turning point* da década de 1620 houve uma nova etapa de colonização, a qual chamou de “novo colonialismo”; que esteve diretamente ligado ao surgimento do capitalismo num processo de expansão geral do capital nas mãos de empreendedores que procuravam sistematicamente o lucro.

Um dos maiores críticos imediatos da tese de Eric Hobsbawm foi Hug Trevor-Roper em 1959 na revista *Past And Present*¹⁰⁹. O ponto de partida da crítica sobre o texto de Hobsbawm é a respeito do método marxista do historiador. Segundo Trevor-Roper, Hobsbawm não analisou os fatos e depois comprovou a partir de uma verificação crítica, mas, enquadrou a crise e as revoluções do século XVII no esquema construído *apriori*, ou seja, ele teria procurado um momento histórico adequado para explicar a passagem do sistema feudal para o sistema capitalista. Sendo assim, tanto a crise quanto as revoluções do século XVII tiveram o caráter de exemplificar a teoria da evolução histórica marxista. Trevor-Roper não conseguiu encontrar evidências a respeito da “crise geral” tal qual teria pontuado Hobsbawm.

Trevor-Roper aponta para uma crise do “Estado” em relação à sociedade. Suas conclusões sinalizam para uma concepção de que, ao longo do final da Idade Média existiram algumas mudanças em relação ao governo e a sociedade. Cada vez mais, os principados locais foram centralizando o poder em detrimento do povo e burocratizando a administração. Essa atitude implicou em algumas consequências: 1) as cidades ricas do Renascimento que tiveram ao longo do final da Idade Média certa autonomia, foram perdendo espaço para os principados locais e, portanto, perdendo sua autossuficiência 2) o poder dos príncipes locais (por meio dos tribunais principescos) cresceu e gestou o absolutismo monárquico que teve êxito no século XVII 3) a criação de uma burocracia de Estado parasitária que extraía ao máximo a riqueza produzida pela população, esmagando o campesinato.

¹⁰⁹ TREVOR-ROPER, H. R. The General Crisis of the 17th Century. IN: *Past and Present*, n. 16. 1959. Pp. 31-64.

No século XVI, esse modo de operar não causou mais revoltas devido ao fato do amplo desenvolvimento econômico ocasionado, sobretudo, pelo expansionismo marítimo na fase de *boom* econômico ter gerado uma sensação de bem-estar geral para os padrões da época. Não obstante, passada essa etapa de amplo desenvolvimento e de uma evidente depressão na economia, a sociedade (país) passou a contestar as Coroas (Estado) em relação às excessivas taxações. Trevor-Roper afirma que esse momento de depressão foi de 1640 a aproximadamente 1660, não mais que isso. Dito de outra forma, enquanto a economia ia bem, a nobreza conseguiu criar condições para se assegurar no poder centralizando forças militares e econômicas, mas quando houve no século XVII a evidente estagnação do mercado, a população se revoltou contra o Estado radicalizando as ações por meio de revoltas. Cada país na Europa encontrou uma saída, alguns permaneceram no âmbito do absolutismo, fortalecendo-se reprimindo as revoltas (como é o caso da França) e em outros tiveram a necessidade do afastamento dos reis (caso da Inglaterra). Nesses termos, as Revoltas do século XVII, como a Guerra dos Trinta Anos e outras são reflexos de uma luta da população contra o Estado. Não seria, portanto, uma luta de classes sociais conflitantes. O absolutismo era dinâmico e exigia da sociedade mudanças que ela não estava preparada ou não se interessava em realizar. Nesse sentido, o Estado era revolucionário e a própria sociedade era conservadora. As revoltas surgiram para frear os avanços do poder absolutista e da sociedade de corte, parasitária. Essa tese recebeu duras críticas, sobretudo de Johan Elliott e Mousnier. Não obstante, veremos isso mais abaixo. Por ora, seguiremos o método cronológico de exposição.

Resultado de uma discussão entre vários autores¹¹⁰ que pensaram a crise do século XVII, em 1960 a revista *Past and Present*, organizada justamente por Trevor-Roper, publicou um texto no qual sintetizava várias críticas sobre suas ideias e as de Hobsbawm. Entre os apontamentos estão a crítica feita a Hobsbawm sobre o caráter limitado de sua tese, devido ao excessivo uso da literatura inglesa em detrimento do restante da Europa. Como apontar para uma crise geral na economia utilizando apenas dados sobre a Inglaterra que, justamente, ascendeu economicamente nesse momento?¹¹¹ Sobre esse aspecto da análise detalhada da crise, a crítica incentivou alguns estudos e

¹¹⁰ MOUSNIER, Roland. J. H. ELLIOTT, STONE, Lawrence, TREVOR-ROPER, H. R., KOSSMANN E. H., HOBSBAWM, E. J. e HEXTER, J. H.; IN: *The General Crisis of the Seventeenth Century*. "Source: *Past & Present*, 1960.

¹¹¹ Discussion of H. R. Trevor-Roper: "The General Crisis of the Seventeenth Century." *Past & Present*, 1960. P. 34.

novas apreciações, não somente a Hobsbawm, bem como à tese de Trevor-Roper de “país versus Estado”.

Do ponto de vista da história econômica, em 1962, Ruggiero Romano publicou na Revista Estorica Italiana o texto “*Tra XVI e XVII secolo. Una crisi economica 1619-1622*”, chamando a atenção para alguns pontos: 1) que a “crise” deve ser entendida setorialmente – pelos fretes, trigo, vinho, etc.; 2) que a “crise” não foi estrutural, mas cíclica - em oposição à interpretação de Hobsbawm. Segundo o autor, teria havido uma expansão industrial e capitalista no século XVI e uma desaceleração no século XVII. Com efeito, o século XVII seria de regressão econômica; 3) que regiões escaparam a essa desaceleração econômica, tais como a Inglaterra e a Holanda. Além desses pontos levantados, é interessante notar o método utilizado pelo autor: o de conferir a extensão da crise pelos mais variados preços. Com esse intuito, detecta que houve uma queda geral (com exceções) nos preços a partir dos anos de 1619 e 1622¹¹²

Segundo a tese de Hobsbawm, a crise do século XVII consistiria no momento final de passagem do feudalismo ao capitalismo. Segundo os apontamentos de Romano, o século XVI se caracterizou por um amplo avanço capitalista advindo, sobretudo, da expansão do comércio ultramarino. Dessa maneira, dois pontos se sobressaíram no século XVII: um processo de declínio do crescimento econômico aproveitado pela classe feudal para tentar “refeudalizar” a economia.

Ao tentar estudar as regiões a partir da história dos preços o historiador encontra lapsos documentais que não permitem análises mais detalhadas e, portanto, a determinação de uma crise geral a partir dos preços “*Le frequenti lacune impediscono di giungere a delle conclusioni sicure, anche perchè non si può, in alcun modo, fare una distinzione troppo esatta tra La parte ‘comerciale’ e quella ‘industriale’ del movimento*”¹¹³ Outro ponto a considerar sobre a produção é a questão do contrabando, sobretudo, no que se refere ao comércio ultramarino da prata espanhola.

Não obstante, mesmo levando em consideração esses aspectos relacionados às fontes documentais, o autor, dentro de um panorama econômico, detecta uma pré-crise entre 1609 e 1613 e uma viragem econômica a partir de 1619. Entre os anos de 1613 e

¹¹²ROMANO, Ruggiero. “*Tra XVI e XVII secolo. Una crisi economica 1619-1622*”. Revista Estorica Italiana. 1962. 480 – 451.

¹¹³ ROMANO, Ruggiero. “*Tra XVI e XVII secolo. Una crisi economica 1619-1622*”. Revista Estorica Italiana. 1962. P. 503

1622 houve uma desvalorização geral das moedas europeias, uma desvalorização brusca e, contribuindo para a dificuldade no comércio, houve um declínio no crédito¹¹⁴

Entretanto, segundo assevera o autor, a agricultura não declinou mesmo com a queda dos preços, ela continuou a se expandir. Outro fator é a ascensão da Holanda e da Inglaterra. Por isso, para o autor a crise é cíclica e não estrutural, segundo o que os seus dados indicam, o capitalismo comercial já estava implantado¹¹⁵

Dessa maneira, entendemos que o autor se diferencia de Eric Hobsbawm ao afirmar que a crise é cíclica (conjuntural) e não estrutural. Dessa maneira, ele lança a ideia de se estudar a economia por setores para entender de maneira localizada a crise.

Publicado em russo em 1965, traduzido para o inglês em 1968, o livro de Alexandra Dmitrievna Lublinskaya, *French Absolutism: The Crucial Phase*¹¹⁶ coloca novas cores no debate. A autora procurou questionar a validade da tese de Hobsbawm com novas críticas. Segundo a pesquisadora, existe um equívoco muito grave na tese de Eric Hobsbawm ao tratar da Europa como um lugar homogêneo no século XVII. Na Europa existe uma variação econômica muito grande nesse momento, uma divisão social do trabalho logo cedo em locais como Alemanha, Espanha e, sobretudo, na França, ao contrário do que aponta Hobsbawm. Segundo ela, o problema do autor consistiu no fato de concluir para toda a Europa um processo que ocorreu exclusivamente na Inglaterra.

Outro ponto nevrálgico de sua crítica é a respeito da suposta acumulação de capital que, segundo Eric Hobsbawm, teria implicado num processo de aceleração da economia que transformou a estrutura europeia. Para ela, a acumulação de capitais ao longo dos séculos XVI e XVII não foi suficiente para alavancar um processo de industrialização da economia que, portanto, não era capitalista no século XVII. Chegou a negar que tenha havido um processo de declínio setorial na economia, mas, também, explicou que em alguns pontos, assim como já havia colocado Romano, houve crescimento econômico. Não se pode dizer que houve um processo de crise econômica geral se, em muitos locais, a condição de vida de muitos europeus melhorou significativamente. Não há padrão geral.

¹¹⁴ ROMANO, Ruggiero. “Tra XVI e XVII secolo. Una crisi economica 1619-1622”. Revista Storica Italiana. 1962. P. 524.

¹¹⁵ ROMANO, Ruggiero. “Tra XVI e XVII secolo. Una crisi economica 1619-1622”. Revista Storica Italiana. 1962. P. 529.

¹¹⁶ LUBLINSKAYA, Alexandra Dmitrievna. *French Absolutism: The Crucial Phase. 1620 – 1629*. Cambridge University Press, 1968.

Em 1963 John Elliott publicou o seu livro *Imperial Spain. 1469 – 1716*¹¹⁷. Neste livro o autor analisou a história da Espanha a partir dos apontamentos de Trevor-Roper, “país” *versus* “Estado” e chegou à conclusão de que a tese do autor britânico não confere com a história espanhola. Isto é, Trevor-Roper afirmou que um grupo de principados centralizou o poder no sentido de explorar as riquezas da população. Portanto, os maiores valores eram no sentido de sustentar os gastos dessa camada parasitária. A população se revoltou e rebelou-se no século XVII. Elliott afirma que já no século XVI a população se revoltou contra o Império Espanhol, como as revoltas regionais dos Países Baixos em 1568. A conclusão de Elliott foi a de que em 1640 o Império espanhol estava em crise, mas que ela se iniciou na década de 1560. Ao longo do século XVI, inúmeros reveses podem ser apontados como um fenômeno que, dentro da concepção de crise de Trevor-Roper, podem ser considerados fruto de uma crise, a já citada Revolta de Independência dos Países Baixos e também a derrota da *Invencível Armada* em 1588. Ocorre que ao entrar no poder Olivares, há um processo de tentativa de retomar as rédeas do poder sobre a Europa e, a partir de uma investida fiscal e de uma política de tentativas de empréstimos fracassada, o império mergulhou no caos e, na década de 1640, inúmeros reinos conseguiram a independência sobre o império Habsburgo. Ocorre que desde o século XVI a Espanha tentou manter sua hegemonia frente à ascensão da Holanda, França e Inglaterra e gastou demasiadamente com a guerra. Quando a arrecadação da prata americana diminuiu, a saída foi fazer empréstimos para sustentar as batalhas, cada vez mais caras. Não obstante, muito desses empréstimos não foram quitados pelos reis espanhóis e essa situação concebeu a crise da década de 1640. Dessa forma, a maioria das arrecadações espanholas, ao contrário do que aponta Trevor-Roper, foi para sustentar a guerra.

Alguns autores procuram estudar a crise do século XVII e a refinam com suas críticas, não obstante, sem tantas inovações. O fato é que o assunto crise do século XVII se tornou um grande tema de debate entre os marxistas e os não marxistas na década de 1960 e 1970. A grande ideia é que depois dos apontamentos de Hobsbawm e de Roper que assinalavam para uma crise geral, seja por influência econômica ou social, outros autores passaram pensar o conceito de crise e de que maneira ela se enquadra no século XVII, seja com estudos gerais, seja com estudos locais

¹¹⁷ ELLIOTT, John. *Imperial Spain. 1469 – 1716*. Edward Arnold. 1963.

Nesse sentido, observa-se a reunião de pesquisas publicadas no livro organizado por Parker e Smith em 1978¹¹⁸. Nesse livro alguns textos chamam a atenção: o texto de Niels Steensgaard¹¹⁹, Ivo Schöffer¹²⁰, John Elliott¹²¹ e Geoffrey Parker e Lesley Smith¹²². Os capítulos são muito importantes porque conseguem estabelecer novos parâmetros para o conceito de crise.

Niels Steensgaard nega que somente os fatores econômicos tenham contribuído para a crise geral do século XVII, pois, o “Estado” assumiu um importante papel como comprador e distribuidor dos alimentos. Pensando numa Europa que ainda não era industrializada, vivia numa economia de subsistência, o papel do Estado se tornou relevante quando se pensa em afirmar que houve uma crise geral na economia. O século XVII, seguindo seu raciocínio, foi um dos momentos mais importantes em termos militares, já que os gastos foram altíssimos. O Estado passou a centralizar e a cada vez mais gastar com exércitos. Portanto, com tantos gastos ficaria difícil apontar uma crise geral caracterizada na economia. Para os anos de 1620 e 1630, o autor detecta, contudo, uma crise de subsistência na Europa e, a própria atitude dos Estados em relação às revoltas populares, são uma resposta à crise. Os próprios Estados absolutistas seriam uma resposta política à inflação a longo prazo que se arrastou desde o início do século.

Ivo Schöffer deu seguimento às teses de John Elliott, no sentido de questionar que houve uma crise generalizada na Europa, pois, justamente, no século XVII para ele constitui-se na “Era de ouro” da Holanda, portanto, não é um período de crise. Ademais, ele questiona a possibilidade de haver um século todo de crise em todo o continente. Crises, segundo ele, podem ser encontradas em qualquer século. Do ponto de vista analisado por Trevor-Roper e outros, como as pestes e epidemias, afirma que os séculos anteriores foram muito parecidos com o século XVII. Até o século XVIII o mundo teria sido rodeado por epidemias constantes e devastadoras. Schöffer não rejeita a ideia de um

¹¹⁸ PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

¹¹⁹ STEENSGAARD, Niel. “The seventeenth-Century crisis”. IN: PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

¹²⁰ SCHÖFFER, Ivo. “Did Holland’s Golden Age Coincide With a Period of Crisis?” in: PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

¹²¹ ELLIOTT, John H. “Revolution and Continuity in Ealy modern Europe” in: PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

¹²² PARKER, Geoffrey and SMITH, Lesley. “introduction” in: PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

declínio econômico por volta de 1650, entretanto, aponta esse momento como uma característica natural da economia do Antigo Regime.

Jan Vries, historiador norte-americano que trabalhou com a história do consumo dentro do Sistema capitalista, publicou em 1976 o texto *The Economy of Europe in an Age of Crisis, 1600-1750*. Segundo sua tese, para ter havido o desenvolvimento completo do capitalismo teve a necessidade histórica de as relações sociais de produção e consumo mudarem significativamente. As relações feudais entravavam a produção no sentido de impedir um amplo desenvolvimento do capital. O século XVII foi repleto de guerra, fome, epidemias, falências que tiveram a função de desestruturar a antiga sociedade e, dessa maneira, a crise do século XVII rompeu com as amarras feudais. Os preços dos produtos teriam subido no século XVI e depois decaído drasticamente até o século XVIII e, depois, se elevado novamente até a era napoleônica¹²³.

Talvez um dos autores que mais tenha impactado em suas opiniões sobre a tese da crise do século XVII, tenha sido Immanuel Wallerstein. Seus textos, *The Modern World-System*, vol. I (1974)¹²⁴ e vol. II (1980)¹²⁵ e “Y a-t-il une crise du XVIIe siècle?” (1979)¹²⁶. Em seus estudos, sua tese principal é demonstrar o conceito de economia mundo. Assim como Romano, Wallerstein (1979) critica a proposta de Hobsbawm de entender a crise do século XVII como um ponto de viragem estrutural. Em seu artigo publicado na Revista dos Annales em 1979, cujo título questionador é: “Y a-t-il une crise du XVIIe siècle?”, afirma que o termo crise não pode ser utilizado aleatoriamente¹²⁷

Sendo assim, afirma que o século XVII estaria enquadrando - no âmbito da historiografia dos preços – numa “fase b”. O século XVI seria um momento de “fase a”, de expansão e aumento dos custos e o XVII, um século de “fase b”, de recessão, de queda geral nos preços. Em decorrência disso, o termo “crise” só poderia ser utilizado de maneira a ser compreendido como uma “crise cíclica”, não estrutural, isto é, crise não

¹²³ VRIES, Jan de. *The Economy of Europe in an Age of Crisis, 1600-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

¹²⁴ WALLERSTEIN, E. *The Modern World-System*. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. California: University of California Press, 1974.

¹²⁵ WALLERSTEIN, E. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Academic Press, 1980.

¹²⁶ WALLERSTEIN, E. Y a-t-il une crise du XVIIe siècle ?. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 34^e année, N. 1, 1979. pp. 126-144.

¹²⁷ “La crise désignerait alors ces rares moments historiques où les mécanismes de compensation qui jouent habituellement à l’intérieur d’un système social s’avèrent si inefficaces du point du vue d’un si grand nombre d’acteurs sociaux, que devient nécessaire une restructuration d’ensemble du système économique (et pas seulement une redistribution des avantages à l’intérieur du système)”. WALLERSTEIN, E. Y a-t-il une crise du XVIIe siècle?. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 34^e année, N. 1, 1979. P. 127.

representa alterações nas flexíveis e superficiais conjunturas, mas, mudanças nas inflexíveis e profundas estruturas. Para ele, a grande mudança que ocorreu na Europa entre os anos de 1300 e 1450 representa mudanças estruturais que não ocorreram entre os séculos XVI e XVII quando prevaleceram mais continuidades que descontinuidades. O século XVII representa, nesse ínterim, um assentamento da grande expansão capitalista europeia, cuja recessão econômica representaria uma fase de fim do ciclo de expansão comercial para assegurar a estruturação do moderno sistema-mundo. Assim sendo, neste momento, há a implantação e a consolidação das economias-mundo modernas. Portanto, o século XVII não seria de crise estrutural, de mudança de um sistema ao outro, mas de afirmação do sistema capitalista moderno.

Dessa maneira, toda a movimentação militar do século XVII foi um refluxo de uma disputa hegemônica pelo centro de poder. Países como Holanda, Inglaterra e França destronam a Espanha e passam a disputar entre eles o espaço vital durante meados do século XVII e início do século XVIII. Nesse processo de disputa, existe uma rearticulação do mercado, sobretudo o mercado colonial¹²⁸.

Para Wallerstein, para ser uma potência hegemônica, entre os anos de 1600 e 1750, aproximadamente, deveria necessariamente ser um país colonizador. Portanto, segundo sua tese de que o capitalismo necessita de países hegemônicos, a colonização teve papel fundamental no processo de sustentação inicial do capitalismo. Dito de outro modo, dessa querela entre os países do centro, influenciada significativamente por ela, desenvolvia-se a história dos países colonizados (caracterizados como periferia). Importante perceber que se sobressai a ideia de que os países de características liberais (Inglaterra e Holanda) foram os quais disputaram com mais eficácia as colônias. Teria o pensamento liberal justificado o sucesso desses dois países dentro do sistema-mundo capitalista?

Para o autor, o capitalismo já estava implantado no século XVII e aquilo que os historiadores chamam de crise foi um momento de fase B, de depressão dentro de uma postura normal da economia de expansão e contração. O Século XVI foi o momento de

¹²⁸ “Numa época de contração global, algumas arenas da atividade econômica contraem-se. Ao procurarem minimizar a contração das atividades econômicas, as potências do centro concorrem fortemente umas com as outras, em parte procurando controlar, por ocupação, áreas periféricas. Por isso colonizam e ao mesmo tempo procuram impedir que as outras colonizem, o que provoca guerras coloniais encarniçadas, e procuram modelar o mercado mundial de forma a favorecer as áreas mais controláveis em detrimento das menos controláveis (as Américas contra o Leste e o Sul da Europa)” WALLERSTEIN, E. *The Modern World-System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. California: University of California Press, 1974. P. 160

alavancagem capitalista que, naturalmente, como sempre ocorre no sistema, houve uma depressão econômica. Nessa depressão, os países que apresentavam um pensamento moderno, atrelado às ideias liberais se sobressaíram.

Podemos dizer que depois da década de 70, os estudos sobre a crise do século XVII, passaram a apresentar um novo aspecto, incluindo a teoria dos ciclos econômicos, sejam os autores marxista ou os não marxistas, como os Annales. Muito por conta do historiador Fernand Braudel, cuja obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo*¹²⁹ procurava compreender justamente o surgimento desse sistema. Baseados em dois aspectos teóricos fundamentais, vem contribuir para o debate de maneira significativa. O primeiro ponto, é sua clássica compreensão *longue durée*¹³⁰. O outro é o conceito de economia-mundo desenvolvido por Immanuel Wallerstein. Utilizando esses dois conceitos, Fernand Braudel, explica que o surgimento da economia mundo ocorreu com as cidades italianas, Gênova e Veneza, que centralizaram hegemonizaram a economia desde o século XVI e que, posteriormente, a hegemonia passou a ser disputada por Holanda, países Ibéricos, França e Inglaterra. Diferentemente de Wallerstein que explica as disputas só no final do século XVI e início do XVII. Outro ponto importante na obra de Braudel, levando em consideração sua influência dentro do campo historiográfico, é a utilização da teoria dos ciclos econômicos. Mas, que importância teria a crise do século XVII para Braudel?

Não foi especificamente, na sua maior obra que o autor deu a maior contribuição sobre a crise do século XVII, junto com Sponner em 1967, na coleção *The cambridge Economic History of Europe*, com o título “*Prices in Europe from 1450 to 1750*”¹³¹. Os autores detectam um *Trend Secular* expansivo que termina no sul da Europa entre 1590 e 1600, e no norte entre os anos de 1620 e 1630, ou mesmo em 1650. O caso Ibérico é tratado de maneira destacada devido aos metais preciosos encontrados na América e na África. A base para a análise dos autores é o preço dos produtos e, com isso, chegam à conclusão de que não conseguem afirmar que existiu uma baixa em todos os preços na Europa, embora, na maior e mais importante área da economia houve, no período analisado, um processo de queda dos valores (moeda, trigo, vinho, etc.). Sendo

¹²⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Vol. 3. O tempo do mundo. Trad. Telma Costa. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

¹³⁰ BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005

¹³¹ BRAUDEL, F. SPONNER, *Prices in Europe from 1450 to 1750*” IN: RICH, E. E. *The cambridge Economic History of Europe*. The economy of expanding Europe in the Sixteenth and Seventeenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Primeira edição de 1967.

assim, o século XVII seria um momento de crise cíclica de mudança não estrutural, mas, conjuntural da economia europeia. Braudel, entende que o sistema capitalista já estava implantado no século XVI e, portanto, compreende que a crise do século XVII é um ciclo econômico, uma depressão. Para compreender esse ciclo, os autores estudam os preços dos produtos na Europa, do trigo, do ouro e prata, das moedas. Afirmam que houve uma revolução dos preços entre os séculos XVI e XVII e que apenas os países ibéricos não teriam passado por esse processo porque absorveram os metais preciosos da América e África¹³².

Então os autores apontam para uma postura oscilante da economia que teve variações, em relação aos preços, no tempo e no espaço. Nesse sentido, dialogam com Romano e chegam à conclusão de que o marco de 1619 não pode ser um fator determinante para todos os locais. *Ruggiero Romano's claim, that everything was determined by the sharp, particular crisis of 1619-20, is surprising and interesting, but not convincing. Can we believe in sudden, decisive breaks as far-reaching and simple as this ?*¹³³

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, em termos mundiais, a tese de uma crise geral no século XVII, foi sendo cada vez mais atacada seja a tese de Eric Hobsbawm, seja a tese de Trevor-Roper. Não obstante, a ideia de uma “crise geral” jamais deixou de fazer parte das discussões. O final da década de 80 os anos 90 foram caracterizados por uma quase ausência de estudos sobre a crise e, sendo retomada a alguns anos atrás.

Por fim, expomos uma última tese que, embora tenha sido pronunciada na década de 70, teve reflexo apenas nos últimos anos, sobre uma crise global. Vários argumentos são levados em consideração, quando se pensa em criticar os assuntos que abalizam para uma crise geral no século XVII, discutindo a sofisticação da economia, da política, os mecanismos dos preços, das vendas e compras dos cereais e de diversos tipos de alimentos. É evidente que uma tese que verse sobre uma generalidade normalmente sofre de críticas advindas de análises que buscam apontar os problemas locais, como ocorreu com a tese de Elliott sobre a Espanha. Não obstante, Geoffrey Parker, adota uma

¹³²“Even so in the end we can say that as a factor in the realities of everyday life, this Pre-revolution probably began to extend over all Europe at almost the same date; the exceptions are Spain and probably also Portugal. It is possible to be confident about the Spanish exception but unfortunately there are no reliable data for Portugal” BRAUDEL, F. SPONNER, *Prices in Europe from 1450 to 1750*” IN: RICH, E. E. *The cambridge Economic History of Europe*. The economy of expanding Europe in the Sixteenth and Seventeenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. P. 401.

¹³³ BRAUDEL, F. SPONNER, *Prices in Europe from 1450 to 1750*” IN: RICH, E. E. *The cambridge Economic History of Europe*. The economy of expanding Europe in the Sixteenth and Seventeenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. P. 401.

postura pouco tradicional para apontar a existência de uma crise e, deixa de assumir uma postura geral que (significa para os autores europeus) para apontar uma crise global, isto é, em todo o planeta. É uma abordagem bastante peculiar e inovadora.

O autor demonstra que no século XVII houve uma “pequena era do gelo” capaz de resfriar boa parte do globo, com uma série de anomalias climáticas que interferiu na vivência da população, friagens, várias erupções vulcânicas, etc. Muitos contemporâneos demonstraram como um fator sobrenatural, extraterrestres, em várias situações, como interpretando cometas, estrelas, o tempo, sendo a presença de Deus, do Diabo ou de Bruxas¹³⁴. Segundo o autor, o século XVII foi um século de crise coadunada entre política, economia, religião, cultural e, sobretudo, da natureza. A partir dessa análise o autor sustenta sua hipótese de que além das várias revoltas, das guerras, das mudanças de regime, as mudanças climáticas implicaram numa crise da agricultura.

Os diversos autores citados acima passaram a observar o século XVII sobre 6 prismas: 1) Como uma crise geral a partir da economia 2) Como uma crise geral a partir da política 3) Crise do desenvolvimento do capitalismo 4) crise geral em todos os aspectos da humanidade 5) Uma crise global auxiliada pelos aspectos da natureza. 6) Autores que negam, de várias formas, a existência de uma crise.

3. A crise na produção de açúcar

Dito isso, pode-se compreender com mais clareza as diferentes interpretações a respeito da segunda metade do século XVII. Com toda diferença metodológica, percebe-se que a dificuldade em aceitar que uma crise econômica tenha ocorrido no “Brasil colonial” decorre sobretudo de uma dicotomia teórica, como observamos na primeira parte desse capítulo. Agora, faz-se necessária uma explicação sobre a historiografia relativa à crise açucareira do século XVII e como ela aborda o século a questão em termos documentais.

Assim como parte da corrente historiográfica da década de 1950, Vitorino de Magalhães Godinho, notou uma queda em alguns preços dos produtos portugueses no século XVII, entre eles estão principalmente o açúcar e o tabaco:

¹³⁴ PARKER, G. “Crisis and Catastrophe: The Global Crisis of the Seventeenth Century Reconsidered” IN: *The American Historical Review*, Vol. 113, No. 4. 2008. 1061.

Em 1650 a arroba vendia-se, em Lisboa, a 3.800 réis; em 1659 primeira descida, 3.600 réis; em 1668, 2.400 réis e, portanto, uma baixa de 33% em 9 anos. E 20 anos mais tarde a arroba valerá 1.300 ou 1.400 réis, baixa, desta vez, de 41% (mas o ritmo é já mais lento).¹³⁵ Sobre o tabaco o autor afirma que a queda é ainda mais drástica: “Passemos ao tabaco: em 1650, o preço, em Lisboa, era de 260 réis o arrátel; em 1668 tinha descido para 200 réis e em 1688 caíra para 70 réis, ou seja, uma descida de 65% em 20 anos, mais forte do que a do açúcar.”¹³⁶

Seguindo o raciocínio, Godinho questiona a existência de uma crise geral na economia europeia. Não obstante, não deixa de observar que houve a expansão de alguns produtos, tais como o dos escravos devido ao aumento da demanda antilhana. Por isso, segundo ele, a crise do preço das mercadorias portuguesas é exclusiva do açúcar, tabaco e também da prata e não se estende ao restante.

Para Vera Ferlini,

O problema não esteve ligado diretamente à concorrência antilhana, mas à própria reestruturação dos mecanismos de mercado durante o século XVII. A produção antilhana incrementava-se e abastecia os mercados metropolitanos mas, durante muito tempo, o açúcar do Brasil, de melhor qualidade, manteria seus consumidores. O que se fez sentir, principalmente a partir de 1670, foi o declínio inexorável dos preços. O fenômeno não afetava apenas o produto brasileiro, e o açúcar antilhano caía na mesma proporção que o do Brasil (...) Vista desse ângulo, a crise da economia açucareira não pode ser condicionada, em si, à concorrência dos novos produtores antilhanos. A própria natureza da *plantation* e da comercialização do açúcar, a partir de 1640, tendia à ampliação da produção, que, se não ocorresse nas Antilhas, ocorreria no Brasil.¹³⁷

Para a autora de *Terra trabalho e poder*, a crise dos preços ocorre a partir do aumento da produção frente a um mercado em contração, ou seja, a crise dos preços do açúcar português ocorreu porque a oferta inflou. Sobressai a explicação na qual Ferlini demonstra que havia uma disposição ao aumento da produção de açúcar, cuja ascensão antilhana foi uma resposta a essa tendência expansionista. “Se não ocorresse nas Antilhas, ocorreria no Brasil.”¹³⁸ Podemos observar a partir de suas conclusões que a dificuldade relacionada à produção colonial foi reflexo direto da quebra do monopólio português na

¹³⁵ GODINHO, p. 74.

¹³⁶ GODINHO, P. 75.

¹³⁷ FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 70 – 71.

¹³⁸ FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 72.

produção do açúcar. Salienta-se que até então os ibéricos tinham comercializado seus produtos sozinhos no mercado europeu. Com a entrada de fortíssimos concorrentes, houve mudanças significativas na economia lusitana no reino e no Ultramar. Dessa maneira, em resumo, o mercado europeu se retraiu para os produtos portugueses:

A queda do preço dos produtos em geral, e do açúcar em particular, após 1670, refletia, em parte, a retração do mercado europeu. O declínio da demanda, aliado à oferta alargada, gerava sem dúvida nenhuma a diminuição de preços e da produção açucareira. O açúcar, que em Lisboa custava 3.500 réis a arroba em 1650, baixou para 2.400 réis em 1668 e 1.300 réis em 1688, conforme os dados de Godinho. No caso do Brasil, embora existissem flutuações, a tendência de baixa foi menos acentuada que no mercado Europeu.¹³⁹

Dessa queda de preços no mercado brasileiro, a autora conclui que as causas estão relacionadas à economia europeia, isto é, houve um padrão negativo generalizado, uma retração dos preços na qual o Brasil foi partícipe. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 1¹⁴⁰

Preço do açúcar branco baiano (1669 – 1690)

Safra	Réis arroba índice		Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/arroba	Índice
1669	1.412	100	1676	1.001	71	1684	1.109	78
1670	1.412	100	1678	1.085	77	1685	1.109	78
1671	1.412	100	1679	1.080	76	1686	1.109	78
1672	1.412	100	1680	1.109	78	1687	1.109	78
1673	1.412	100	1681	1.109	78	1688	918	65
1674	1.412	100	1682	1.109	78	1689	778	55
1675	1.220	86	1683	1.109	78	1690	778	55

¹³⁹ FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 70 – 71.

¹⁴⁰ FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 75.

A autora ainda demonstra que a tendência de queda nos preços é mais acentuada nos países europeus, para isso ela compara com o preço do açúcar em Amsterdã. Observe esse gráfico comparativo:

A partir da avaliação dos dados apresentados pela pesquisadora, podemos concluir que para ela houve na segunda metade do século XVII uma tendência a depreciação do valor do produto sacarose, tanto na produção brasileira quanto na holandesa. No caso de Amsterdã, por exemplo, o índice ficou abaixo dos 40.

Stuart Schwartz, na introdução do Panegírico Fúnebre de Afonso Furtado, discute a crise do século XVII e sua relação na Bahia¹⁴¹. Embora já tenha feito isso em outros textos, essa introdução é uma excelente síntese de sua posição em relação ao processo:

Para se ter idéia da percepção brasileira da crise com base em uma carta enviada, em 1672, pela Câmara Municipal de Salvador à Coroa portuguesa. A Câmara, que normalmente representa os interesses dos senhores de engenho, reclamava dos inúmeros impostos que recaíam sobre o açúcar, do alto custo das provisões, da escassez e do preço elevado dos escravos e, especialmente, da relutância dos comerciantes em comprar o açúcar brasileiro devido aos baixos preços oferecidos nos mercados europeus. Em 1673 e 1674, a câmara repetiu essa série de reclamações para Afonso Furtado. Parece, no entanto, que ele não fez muito para aliviar a situação, mas, verdade seja dita, não havia muito a ser feito. Entre 1650 e 1668, o preço do açúcar caiu de 3800 réis a arroba para 2400, sofrendo, portanto, um declínio de 33%¹⁴².

Para o autor a situação do Recôncavo era essa: dívidas relacionadas às taxas da Coroa sobre o açúcar, dificuldade em vender o açúcar, a queda do valor do produto e, também, o aumento do preço dos escravos. Essa situação implicou no estabelecimento de uma conjuntura negativa para os senhores de engenho que passaram reclamar para o governador que pouco pode fazer para solucionar os problemas. Segundo o que aponta o autor, a saída foi a busca por metais preciosos no sertão. Portugal também passou por uma crise econômica e, segundo ele, prova disso são as tentativas de solucionar os problemas a partir de um viés mercantilista, incentivando a produção manufatureira, além de mudanças no valor das moedas.

Pedro Puntoni, em seu livro recente, denominado “O Estado do Brasil”, levanta algumas questões relacionadas à crise do século XVII. Segundo o autor, desde meados do século XVII a Bahia passava por problemas, entre os quais elenca as dívidas dos senhores de engenho. Sua tese é a de que a falta de moedas no recôncavo foi o motor que desencadeou outras questões, como a estagnação do açúcar e as dificuldades em se

¹⁴¹ Esse texto sintetiza a tese do autor. Necessito fazer levantamento dos seus primeiros textos para referenciar

¹⁴² SIERRA, Juan Lopes. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado (1676). (Org.) SCHWARTZ, S e PÉCORA. *As excelências do governador*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. P. 24.

pagar a milícia. Um fator metodológico de bastante importância é o fato de chamar à baila documentos de história social para comprovar que outros fatores interferiam no processo que a historiografia resolveu chamar de crise na produção de açúcar. Vejamos o exemplo da febre Amarela que atingiu tanto Pernambuco quanto a Bahia. Quanto isso pode ter interferido na produção? O autor também leva em conta a análise de escritores da época, como Gregório de Matos¹⁴³.

Vincada a essa situação de endividamento, podemos destacar a guerra promovida junto aos indígenas, devido ao levante de hordas no Recôncavo, ocasionando na desestabilização da produção alimentícia local. Por exemplo, alguns autores¹⁴⁴ apontam para um período de seca que acabou por influenciar na produção: *“O período entre 1670 e 1680 é marcado pelos levantes dos índios tapuias na região, no episódio conhecido como Guerra dos Bárbaros, além da já referida seca, que seguramente abalaram o mercado de carnes e de farinha mandioca no nordeste”*¹⁴⁵.

Ou seja, em definição, a historiografia aponta para diversos fatores que implicaram na desestabilização econômica dos baianos. Não é somente nos números relacionados à produção açucareira que podemos explicar essa conjuntura negativa e os resultados de compra e venda no mercado europeu, mas também as vicissitudes da sociedade. Doenças, fomes, guerras, disputas políticas entre o reino e a metrópole, são elementos que explicam as dificuldades dos senhores de engenho baianos. Não podemos nos ater somente aos números relativos à arrematação do dízimo para explicar o desenvolvimento da crise no século XVII, na medida em que não existem dados contínuos para todo o século. É nesse ponto que os autores citados acima recebem as mais duras críticas.

Imbuídos de um pensamento historiográfico divergente ao apontado acima, ligado ao grupo Antigo Regime nos Trópicos, observamos a análise de Jucá Sampaio. Embora o autor seja o único a questionar a existência de uma crise geral, os autores ligados ao grupo carioca, tendem a não utilizar os tópicos “crise geral do século XVII” e “crise açucareira”. Sampaio mantém seu foco em Stuart Schwartz e Vera Ferlini, afirma

¹⁴³ PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil*. Poder e política na Bahia colonial. 1548 – 1700. Alameda: São Paulo, 2017. Referência ao capítulo “O mal do Estado Brasilíco. A crise na Bahia do século XVII”. Publicado pela primeira vez em 2010.

¹⁴⁴ PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650/1720*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002, p.151; CARRARA, Angelo. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil século XVII*, p.111. Apud: [MENZ, Maximiliano. M.](#) Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). P.41.

¹⁴⁵ [MENZ, Maximiliano. M.](#) Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). P. 41

que a análise sobre a crise do século XVII esteve pautada em números que não são confiáveis, primeiro porque são esparsos e depois porque são localizados a determinadas regiões da colônia¹⁴⁶.

Com relação à Stuart Schwartz, as críticas são relacionadas ao peso dado à economia externa, ao circuito de mercado entre a Europa e a América, sobretudo no que diz respeito ao preço dos escravos devido à concorrência com as Antilhas. Segundo Sampaio o aumento não foi tão catastrófico quanto apontado por Schwartz. Para fazer tal afirmação não apresenta nenhum dado satisfatório que possa contradizer os elementos elencados por Schwartz, qual seja, as reclamações dos senhores de engenho quanto ao valor pago pelos cativos. Para o autor carioca, até a década de 1680 o mercado escravista de Pernambuco e Bahia eram superiores ao do Rio de Janeiro ao ponto de em 28/01/1679 haver uma provisão afirmando que os traficantes não deveriam desviar suas rotas para as capitanias de Pernambuco e Angola. A situação do Rio de Janeiro somente mudou na década de 1680. *“Essa situação começa a se modificar na década de 1680, graças a dois fenômenos quase simultâneos: a fundação da Colônia de Sacramento e a diminuição da atuação baiana no tráfico angolano.”*¹⁴⁷

A tese do autor é de que o Rio de Janeiro transformou-se num centro econômico em ascensão, justamente por causa da relação com a Região do Prata, tese retomada de autores como Alice Canabrava¹⁴⁸ e Charles Boxer¹⁴⁹. Em resumo, Sampaio demonstrou que o Rio de Janeiro tornou-se o centro de expansão econômica devido ao contrabando com região do Prata e, posteriormente, com a descoberta de metais preciosos em Minas Gerais transformado-se na capital do Brasil.

¹⁴⁶ “Mais grave, entretanto, é o caso de Vera Ferlini. Segundo a autora, entre 1650 e 1660 a produção açucareira na colônia teria sofrido um ‘notável declínio’. Para fazer afirmação tão categórica, baseia suas afirmações unicamente nos dados do engenho Sergipe do Conde (velho fetiche dos historiadores ligados à história do Nordeste colonial), sem apresentar quaisquer justificativas para a extrapolação feita dos dados de um único engenho para o conjunto da economia açucareira” SAMPALIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro* (c. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. P. 35

¹⁴⁷ SAMPALIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro* (c. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. P. 145.

¹⁴⁸ CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio português no Rio da Prata* (1580 - 1640). Editora Itatiaia: São Paulo, 1984. A tese da autora versa sobre a história da Região do Prata mapeando o comércio do porto com regiões externas, na qual o contrabando é a principal característica. O comércio, teria mimetizado um sentimento nacional separatista atrelado à burguesia local, impulsionado o surgimento de independência da Argentina.

¹⁴⁹ BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973. Ao narrar a trajetória de vida de Salvador Correia de Sá, boxer demonstra como os interesses brasileiros passaram a fazer parte da Região do Prata e, sobretudo, de que maneira o Rio de Janeiro se beneficia dessa situação fazendo parte da rota da prata.

Neste capítulo, observamos três assuntos historiográficos: 1) a disputa entre as correntes historiográficas: ASC e ART; 2) “a crise geral do século XVII”; 2) a crise na produção açucareira no século XVII.

Embora a parte dois desse capítulo trate de uma discussão historiográfica distante do nosso objeto de análise, ela se liga perfeitamente à nossa hipótese sobre a crise da segunda metade do século XVII. Os assuntos têm uma linha e tiveram uma razão de serem expostos dessa maneira, qual seja, entender a produção historiográfica acerca do século XVII, especificamente, sobre a crise açucareira. Até os anos 2000 não existiram críticas ou se questionou a historiografia a respeito de uma crise na produção açucareira no século XVII, sendo um assunto consolidado entre os historiadores. Se questionava a crise geral do século XVII, entretanto, não a crise açucareira. A crítica ocorre nos anos 2000 porque tem, portanto, um contexto específico, como demonstramos.

Até a década de 80 do século passado, as interpretações marxistas sobre a história receberam muitas críticas. Essas críticas, no entanto, faziam parte de um mesmo contexto de produção historiográfica, no qual a grande narrativa, de grandes períodos, eram comuns. Até a década de 80, salvo raras exceções, os trabalhos historiográficos partiam de uma problemática maior, da compreensão de grandes estruturas da história. Mesmo os trabalhos de história política (não marxistas) como os de Tevor-Roper, que questionou duramente a análise de Eric Hobsbawm a respeito da crise geral do século XVII, o faz por meio de uma grande análise tempo-espacial. As obras mais impactantes nesse contexto tiveram a pretensão de explicar uma grande mudança ou mesmo uma grande permanência na história. Reflexo de um período de Guerra Fria, páginas e páginas foram escritas para compreender as características gerais do capitalismo histórico, desde o seu surgimento até o seu desenvolvimento na sociedade contemporânea. Mesmo grandes autores não marxistas tiveram essa preocupação, como Fernand Braudel.

A crise geral do século XVII é reflexo, portanto, dessa tentativa geral de compreender o capitalismo, no caso em evidência, o seu surgimento. A resposta para a pergunta feita por autores como Maurice Dobb serviram de motor para pesquisas futuras. Hobsbawm, foi o primeiro a apontar a crise geral do século XVII como o reflexo do surgimento do modo de produção capitalista. Os grandes problemas, portanto, que a sociedade do século XVII passaram estavam, segundo a tese de Hobsbawm, ligados diretamente ao surgimento do capitalismo. A resposta de Trevor-Roper, aponta para o

Estado como responsável pela crise social¹⁵⁰. Muitas críticas foram feitas à tese de Hobsbawm e os mais duros questionamentos surgiram de análises locais, revelando fendas na interpretação generalizante. As teses críticas apontaram que quando se estudavam as localidades, os dados do autor não se enquadravam para França, Espanha e outras localidades. A tese de uma crise na estrutura econômica da sociedade não era geral, tampouco europeia, restringindo-se, quiçá, à Inglaterra segundo as pesquisas.

A questão posterior é em torno do conceito crise: o que seria uma crise? Não saindo de uma análise narrativa de grande porte, Wallerstein teve uma das posições mais coerentes sobre o problema. Procurando compreender o sistema-mundo moderno, explicou que o capitalismo já estava implantado no século XVI e que ele teve seu avanço nesse século (fase a) e no século XVII, a partir da reação de forças conservadoras reagiu entrando em depressão depois da expansão (fase b). Portanto, a crise do século XVII foi conjuntural, diferente da do século XIV, que foi estrutural.

Não obstante, com as mudanças da historiografia e dos questionamentos coletivos das grandes narrativas, iniciados na década de 80, mas, tomado corpo na década de 90, os problemas históricos mudaram de foco com a quebra dos grandes paradigmas explicativos. As micro relações e os micro poderes passam a tomar conta das narrativas e, dessa forma, o desinteresse para com explicações macro é evidente. A história econômica, histórica e predominantemente atrelada ao marxismo, cada vez menos passou a servir como ferramenta de análise aos historiadores. A história local e fragmentária passou a dominar a escrita na década de 90, momento de predomínio da história cultural francesa.

No caso do Brasil, a interpretação da história colonial tem uma tradição marxista como ferramenta de análise, a partir, principalmente, de obras como a de Caio Prado Junior e Fernando Novais que ainda predominavam na década de 90, as explicações aos moldes do que se entende como Antigo Sistema Colonial. Modelo que desde a década de 70 recebia críticas, mas, que se acoplava perfeitamente às novas descobertas, ou seja, o modelo de análise dava (e ainda dá) aos historiadores uma segurança e um modelo analítico esquematizado.

A geração pós-estruturalista passou a se incomodar e a atacar esse modelo de análise, mas só conseguiu romper com o pensamento de Fernando Novais e adeptos do

¹⁵⁰ De certa forma, uma tese bastante atual, no sentido de concordar com o pensamento liberal e neoliberal, cuja respostas para os problemas da sociedade sempre se encontram nos excessos de poder e controle do Estado.

modelo Antigo Sistema colonial, no começo dos anos 2000, momento da segunda fase (como denominei) do grupo ART. Para forcejar esse rompimento, a análise historiográfica teve que revolucionar: à moda foucaultiana, negaram a existência de um rei absolutista; minimizaram a existência do mercantilismo, do escravismo e da produção colonial; conceberam a relação de colonização não mais como um processo de exploração (característica de um modelo marxista). O processo de colonização passou a ser nessas narrativas, menos violento, menos explorador, menos degradante.

Nesse sentido, a partir de um ataque à história econômica do Brasil colonial aos moldes de Fernando Novais, surgiu a tese de Jucá Sampaio. Por ser partícipe de um momento de produção historiográfica, cuja relação com a documentação passou a ser cada vez mais importante, tece duras críticas à historiografia que entende o século XVII no Brasil como um momento de crise econômica na produção açucareira. Suas críticas são relativas a falta de dados que comprovem um padrão geral no Brasil, pois, os quais foram apresentados por Vera Ferlini e Stuart Schwartz não eram, sob seu ponto de vista, satisfatórios, já que se referem somente à Bahia e a poucos momentos do século XVII. Antes de mais nada, devemos nos lembrar que estudamos um momento bastante distante de nossa história e que a “seleção natural do tempo” dizimou alguns dos documentos. Entretanto, a falta de documentos estatísticos não impede os historiadores de demonstrarem a existência de uma crise; uma crise econômica não é sentida somente nas estatísticas, bem como demonstra a historiografia da crise do século XIV. Quando existem lacunas numéricas, os historiadores devem buscar outras fontes, como no caso, os próprios relatos dos diversos homens que sofreram com o declínio econômico.

Sendo assim, apontamos que a conclusão da não existência de uma crise na produção açucareira no século XVII é reflexo de um contexto historiográfico brasileiro e mundial, um certo negacionismo para com as teses estruturalistas, é sintoma de um momento no qual a visão sobre o capitalismo já não era tão ruim. De modo algum, legamos os frutos colhidos a partir dessas críticas, seja em âmbito nacional, seja em âmbito mundial. Contudo, demonstraremos, a partir de uma abordagem documental mais ampla que não somente a produção açucareira, mas também o tráfico de escravos também foi influenciado pela crise geral. Demonstramos essa crise a partir de uma análise que tem aspirações narrativas globalizantes e visa compreender o sistema colonial português defronte às mudanças do século XVII, depois da entrada de grandes potências, como Holanda e Inglaterra.

CAPÍTULO 2

RUÍNAS DA BAHIA

1. Responsabilidade pela segurança da Bahia.

Entre as dificuldades econômicas apresentadas pela sociedade colonial durante a segunda metade do século XVII, quase todas elas tiveram características estruturais, relacionadas às mudanças advindas das guerras europeias, que se tornaram cada vez mais caras e sofisticadas com o advento de novas técnicas. Desta feita, a coroa portuguesa, assim como a Espanha, passou a cobrar taxas sobre a guerra e, ainda, a responsabilizar as localidades pela manutenção de tropas locais: as milícias.

A primeira dessas mudanças esteve atrelada à responsabilidade sobre a segurança das localidades do ultramar; no caso da Bahia, que foi atacada em 1624 pelos holandeses, as mudanças ocorreram de imediato, com o fortalecimento da milícia local. Entre 1624 e 1625, o Recôncavo passou por um período de “guerra defensiva”, isto é, foi diversas vezes ameaçado pelos holandeses, com a real necessidade de se defender. Ainda havia a constante ameaça de ataques dos indígenas aos engenhos. Padre António Vieira, em 1644 insistiu em demonstrar que a defesa da Bahia deveria ser feita no mar e não apenas por terras, visto que a geografia do Recôncavo, segundo sua análise, favorável para ser atacada em várias regiões¹⁵¹. Ao defender que, portanto, se deveria abandonar a estruturação de uma defesa territorial, o Jesuíta não levou em consideração a ameaça dos indígenas, quiçá, por isso, seus conselhos não tenham causado efeitos maiores em D. João. As colocações de Vieira se embasavam na experiência de 1624, quando em 9 de janeiro de 1624 rumou à Bahia armada comandada pelo Almirante Jacob Willekens contendo 36 navios e 3600 soldados. Em Salvador existiam cerca de 180 homens¹⁵² e, portanto, fez-se necessário o recrutamento de um número grande deles, cerca de 3000. Na cidade existiam, nesse momento, pouco mais de 10.000 e, por razões óbvias, a manutenção dessa tropa era inviável e, por isso, como o ataque não se concretizava logo, os recrutados foram dispensados e quando o ataque ocorreu não houve tempo de organizar a defesa. Os primeiros a abandonarem seus postos foram os oficiais, seguidos pela população, senhores de engenho, lavradores e clérigos que se refugiaram nas matas para,

¹⁵¹ VIEIRA, Antonio. Obras Clássicas do Padre Antonio Vieira: Cartas I. p. 1-6.

¹⁵² VIEIRA, Antonio, S.J. Cartas do Padre António Vieira. (ed. João Lúcio de Azevedo.). Vol. 1. p. 16 a 18 e 20

em seguida, fugirem para o interior, entre os dias 9 e 10 de maio¹⁵³. No dia 11 a cidade estava completamente dominada. Com tropas luso-espanholas, auxiliada por indígenas brasileiros e seus métodos de batalha, os holandeses foram expulsos em 1625¹⁵⁴. Por conseguinte, formou-se a guerra defensiva, até 1654, com o medo real de ataques holandeses, dentro da conjuntura da guerra entre os holandeses e espanhóis, até 1654 quando foram expulsos definitivamente de Pernambuco e se organizou um acordo de paz.

Com a necessidade de enfrentar as invasões holandesas, depois de 1624, especificamente, as câmaras municipais passaram a desempenhar um papel de suma importância administração colonial, gerindo os impostos arrecadados nas colônias. A Fazenda Real não tinha condições de arcar com a defesa de todo território no Ultramar e, dessa maneira, passou a progressivamente deixar a responsabilidade às câmaras. Dessa maneira, o *modus operandi* foi a criação de impostos com a finalidade de arrecadar recursos temporários, contribuições voluntárias dos moradores para arcar com a defesa. Entre as responsabilidades das câmaras estavam: manter as tropas; os fardamentos, guarnições; construção e reparo de fortalezas e presídios; cuidar do litoral contra ataques de piratas; construção e cuidado com obras públicas, entre outros¹⁵⁵.

Com a guerra de Restauração de Portugal, a responsabilidade sobre a segurança da Bahia passou cada vez mais a pesar sobre os baianos. Essa situação gerou uma tensão durante todo o século XVII para tentar resolver o problema. No ano de 1688, os soldados se amotinaram exigindo o pagamento do que a Câmara lhes devia: 3 pagas, 9 meses de soldo, 7.000 cruzados. Impulsionados pela fome, cerca de 300 soldados se rebelaram determinando a remuneração em 48 horas, com a ameaça de saquear a cidade e executar os camaristas. Movidos pela necessidade imediata, os membros da Câmara convocaram sessão extraordinária e decidiram pedir emprestado aos moradores da cidade a quantia para a cobertura dos dividendos. Ao receberem o que lhes deviam, e imaginando as possíveis consequências advindas da traição, os amotinados exigiram um perdão oficial do governador. Após a morte do governador Matias da Cunha, acometido pela “bicha”, a Coroa resolveu demonstrar sua posição em relação aos fatos, punindo severamente os envolvidos, por meio do novo governador, António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho,

¹⁵³ MAGALHAES, Pablo Antonio Iglésias. *Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624 – 1654)*. Tese de doutoramento, vol. 1. UFBA: Bahia, 2010. P. 39.

¹⁵⁴ MAGALHAES, Pablo Antonio Iglésias. *Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624 – 1654)*. Tese de doutoramento, vol. 1. UFBA: Bahia, 2010. P. 39.

¹⁵⁵ BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Municipais no Império Português. O exemplo do Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: USP, 1998.

que determinou a prisão do líder da revolta e exilou tantos outros em Angola¹⁵⁶. Em suma, a revolta de 1688 foi a junção de duas dificuldades diferentes para a sociedade baiana: a do pagamento do tributo e da manutenção das milícias.

A partir da guerra contra os holandeses, em 1624, surgiu uma grande preocupação com a proteção do Recôncavo e, assim, a manutenção de uma milícia permanente tornou-se cada vez mais importante. Dessa maneira, ao longo da segunda metade do século XVII, observamos diversas resoluções (até conflitantes) a respeito da manutenção das tropas. O pagamento do soldo era uma dificuldade constante da Câmara de Salvador, e se arrastou por décadas. Conforme verificamos na documentação, em diversos momentos foram estabelecidas taxas em alguns produtos com a finalidade de pagar o soldo, tais como para o vinho¹⁵⁷, a cachaça¹⁵⁸ e os derivados da pesca da baleia¹⁵⁹.

Que Vossa Magestade não dos acudir com seu amparo ficarão todos diminutos e a Fazenda de Vossa Magestade sem ter com que sustente seus presídios em tempos que as pipas de vinho pagavão sete mil reis fizeram os Mercantes desta praça petições ao Governo que lhe mandasse excluir a agoa ardente e cachaça que rendia a Vossa Magestade por Contrato seis mil cruzados pondo-lhe em o vinho sete mil e quinhentos pipa e em cada barril de zeíte quatrocentos reis¹⁶⁰

A Câmara passou a sofrer com a necessidade de sustentar a milícia e negociava com a coroa pequenas isenções sobre os tributos das bebidas alcoólicas e azeites “*pedimos a Vossa Magestade nos queira restituir da Imposição dos mil reis por pipa que sempre foi nossa e por causa dos presídios*”¹⁶¹. Segundo o pedido da Câmara, em algumas cartas entre 28 de Maio e 2 de abril de 1651, a isenção do imposto se dava

¹⁵⁶ PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil. Poder e política na Bahia Colonial – 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2017. P. 254 - 56. A segurança da Bahia passou a ser uma grande preocupação, sobretudo, depois do ataque dos holandeses em 1624. Antes disso, havia algumas tropas regulares, sustentada pela coroa, que se mostrou insuficiente perante ameaças contundentes. Dois terços foram criados depois da expulsão dos holandeses, cada qual com 800 homens. Mediante à guerra contra os holandeses, foram criados terços especiais. SCHWARTZ, Stuart. “A note on portuguese and brazilian military organization”, p. 173 – 177. Apud. PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil*. p. 253.

¹⁵⁷ “Registro de uma carta dos Officiais da Câmara escrevão a Sua Magestade em dois de Abril de 1651” *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia. Cartas do Senado*. 1638 – 1673. 1 Volume. P. p. 32. 33, 34 e 36.

¹⁵⁸ *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*. Atas da Câmara 1950, vol. 5, p.62-63.

¹⁵⁹ *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*, vol. 4. 1949, p. 19-35

¹⁶⁰ “Registro de uma carta dos Officiais da Câmara escrevão a Sua Magestade em dois de Abril de 1651” *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia. Cartas do Senado*. 1638 – 1673. 1 Volume. P. p. 32.

¹⁶¹ “Registro de uma carta dos Officiais da Câmara escrevão a Sua Magestade em dois de Abril de 1651” *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*. Cartas do Senado. 1638 – 1673. 1 Volume. P. p. 32.

no sentido acudir o “*sustento da Infantaria*”¹⁶². A produção de aguardente passou a estar relacionada à manutenção do soldo da infantaria da Bahia e cada vez mais as taxas sobre sua produção e comércio aumentaram. Nesse sentido, observamos que cada vez mais a produção de cachaça passou a ter importância econômica para a Câmara. Vejamos o contrato de arrematação de 1672. Cada alambique pagaria de tributo entre 50 e 60 mil reis anuais ao contratador. Caso houvesse produção sem autorização ou sem registro pagaria de multa entre 100 e 120 mil reis. Quando aguardente era destinada ao comércio com Angola ou com “*as capitâneas abaixo*”, ou em Salvador pagaria 1000 reis por pipas e o Barril de 4 pipas, 250 reis. A multa por se vender de maneira irregular era de 20 mil reis. Os produtores tinham a autorização para vender à “*tavernada*”, isto é, em quantidades pequenas. Os contratadores deveriam autorizar a venda e em caso de recusa pagariam a quantia de 100 reis ao Senado de Salvador¹⁶³.

Cabe ressaltar a produção e comércio de cachaça estão relacionadas a questões muito além da sustentação da milícia. Em dissertação de mestrado, Raphael Ricardo explicou que a segunda metade do século XVII, tanto o comércio quanto a produção de cachaça passaram por grandes vicissitudes, sendo palco de disputas entre os interesses dos produtores de vinho metropolitanos e de jeribita brasileiros. Em diversas situações, a coroa de Portugal proibiu a produção e comércio de cachaça. A primeira proibição de 1649 gerou inúmeros protestos. Como o comércio de cachaça era um dos grandes produtos no comércio negreiro, em 1661 proibição deixou de existir. Somente em Pernambuco, devido a questão holandesa, a proibição na valia. Não obstante, durante todos esses anos, na Bahia, desrespeitaram a proibição, pois dela se tirava o sustento da infantaria. A produção de cachaça nunca se arrefeceu e se assegurava na parte do decreto que autorizava a produção para tão somente ser destinada ao uso dos escravos. Em 1679 houve nova proibição. Desta vez, com forte discurso de que a cachaça causava males aos soldados e moradores de Angola. A determinação real se pautava em atender os interesses dos comerciantes de vinho metropolitanos, os quais observavam a superioridade da cachaça no comércio negreiro, devido à preferência dos africanos pelo produto, com durabilidade e nível alcoólico superior ao vinho. Como a cachaça era muito importante para o comércio negreiro, ele sempre ocorreu na ilegalidade, com vistas grossas dos

¹⁶² *Idem*. p. 32, 33, 34 e 36.

¹⁶³ “Registro das condições com que esta Câmara há de Rematar o Contrato das agoas ardentes e Cachaças que forão Lidas ao Povo e por elle aprovadas”. *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. Atas da Câmara. Vol. 5. P. 62. Ata de 20/02/1672.

funcionários régios. As acusações feitas pelos críticos da cachaça não se sustentavam e, portanto, frente à necessidade comercial, em 1695 ela novamente foi liberada¹⁶⁴.

A pesca da baleia gerava inúmeros produtos que tinham seus contratos arrematados por particulares. Desde 1614 considerados monopólio da Coroa¹⁶⁵, esses direitos rendiam vultuosas quantias às câmaras municipais, servindo para a sustentação da colônia, sobretudo dos presídios. A segunda metade do século XVII, marcada pelo processo de reestruturação das capitanias frente às dificuldades econômicas estabelecidas pelo período de invasão holandesa e as ameaças de possíveis ataques, a necessidade de que muitos produtos fossem utilizados para esse fim, fez com que a pesca da baleia e seus derivados, como o toucinho, as graxas, as barbatanas, os azeites se tornassem elementos de suma importância nas arrecadações. Os contratos¹⁶⁶ sobre esses produtos se tornaram, portanto, uma fonte de manutenção das colônias, tendo a câmara municipal o papel de gerir esses recursos

Devido às condições de penúria em que as tropas viviam, eram constantes as querelas com os moradores do Recôncavo, sendo necessária a intervenção da Câmara municipal para resolver tais conflitos¹⁶⁷. Os soldados viviam em condições de fome, sem receber o soldo e a ração necessária, situação que criava um ambiente propício para desordem social. Por diversas vezes, antes do acontecido de 1688, houve registros de ameaças à população por parte deles. A Câmara, por sua vez, resolvia o problema de maneira provisória, como demonstram as suas *Atas*, de modo que o problema não foi solucionado definitivamente durante o século XVII.

A dificuldade da Câmara em resolver o problema do pagamento do soldo esteve intrinsecamente relacionada à guerra contra os holandeses, uma vez que um número considerável de tropas se instalou na Bahia, ficando a cargo da Câmara do município a responsabilidade pela sua manutenção, conforme *modus operandi* do

¹⁶⁴ RICARDO, Raphael Martins. *A cachaça nos dois lados do Atlântico: produção comércio e proibição*. 2014. 129 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/113814>>.

¹⁶⁵ O contrato sobre o monopólio foi arrematado por Julião Miguel em 1614 pelo valor de 50\$000 anuais. Depois o valor foi crescendo a cada contrato, demonstrando a importância do trato. A pesca tornou-se, dessa maneira, monopólio da Coroa desde o seu início até o século XIX.

Valores dos arremates para a segunda metade do século XVII: 1672 – 1675: 1.800 cruzados; 1676 1678: 11.500 cruzados; 1679 – 1681: 13.000 cruzados; 1687 – 1690: 20.000 cruzados; 1693: 13.000 cruzados; 1696: 9.600. ELLIS, Myriam. “Comerciantes e contratadores do passado colonial”. *Revista do instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo USP, 1982. P.107.

¹⁶⁶ Os contratos podem ser concebidos como uma maneira rápida de resolver problemas financeiros dentro de conjunturas desfavoráveis. ELLIS, Myriam. “Comerciantes e contratadores do passado colonial”. *Revista do instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo USP, 1982. P. 98.

¹⁶⁷ *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*, 1950, vol. 5, p.138 – 41.

Império. Surgem dessa nova despesa os problemas para manter um grande número de homens aquartelados. Isso porque, posteriormente à Restauração de Portugal em 1640, perante a necessidade de enfrentar a guerra contra a Espanha, a coroa sobrecarregou os municípios, inclusive o Recôncavo, com a responsabilidade de manter as tropas, incluindo os soldos e a alimentação da milícia, gerando grande tensão entre a coroa e a Câmara¹⁶⁸. Do ponto de vista sistemático, essa atitude demonstra um *modus operandi* diverso do praticado no período da União Ibérica por parte da administração do império português. Até 1640, parte dos valores para manutenção das tropas saíam da Fazenda Real, e não das Câmaras. Mediante a guerra contra os Habsburgos, as ameaças em várias localidades, as batalhas no continente Europeu, os Bragança transferiram toda a responsabilidade financeira para as Câmaras. Essa resolução é a expressão de um império em crise, cujas consequências pesaram progressivamente nas finanças das colônias. O pedido do Dote e Paz da década de 60 deve ser encarado sob a perspectiva desse princípio, que leva em conta uma Coroa em meio a querelas políticas que a tornam incapaz de solucionar os problemas belicamente, tendo que pagar indenizações para ser respeitada como Estado independente. Como não tinha meios próprios para realizar os pagamentos, a Coroa sobrecarregou suas colônias ao deliberar-lhes essa responsabilidade.

A revolta de 1688, embora atrelada à conjuntura de crise da década de 1680, esteve relacionada à estrutura administrativa colonial, cuja responsabilidade de manutenção do Recôncavo era de responsabilidade da Câmara de Salvador. Dito de outra maneira, a revolta de 1688 é reflexo de uma crise econômica da Bahia, de elementos da sociedade baiana, uma crise na arrecadação colonial, na medida em que os tributos eram controlados e administrados pela Câmara e tinham a função de organizar a vida urbana do Recôncavo. O conceito de crise geral, dessa forma, estende-se até à manutenção da defesa da Bahia, indo além, embora intrinsecamente ligada, à crise do açúcar.

2. É Pedido, não tributo¹⁶⁹.

O mote inicial sobre a abordagem do Estado do Brasil na segunda metade do século XVII deve ser, sob nosso ponto de vista, o processo de constituição do pagamento de dois tributos criados na década de 60 como resultado da conjuntura internacional pela

¹⁶⁸ PUNTONI, Pedro. O Estado do Brasil. p. 150 – 151.

¹⁶⁹ Nos referimos à tese: FERREIRA, Letícia dos Santos. *É Perdido, Não tributo*. O Donativo para o casamento de Dona Catarina de Bragança e a paz de Holanda (c. 1660 – c. 1720). Tese de Doutorado. UFF: Rio de Janeiro, 2014

qual passava Portugal após a sua restauração. Trata-se do dote do casamento de Dona Catarina com Carlos II, rei da Inglaterra¹⁷⁰ e a Paz com a Holanda¹⁷¹, derivados dos acordos pós-expulsão de Pernambuco¹⁷². Ambas as contribuições tiveram como ponto central o contexto do pós-Restauração de 1640 e as guerras que faziam parte do Império Português¹⁷³. Em dificuldades econômicas, o reino não conseguiu angariar toda a quantia e pediu auxílio ao Ultramar. No caso das províncias do “Estado do Brasil”, o pagamento foi programado para ser pago em 16 anos. Com efeito, a saber, por diversas mercês e reclamações, findou-se em 1710 no Rio de Janeiro; e em 1725, na Bahia¹⁷⁴.

A contribuição era voluntária¹⁷⁵, um pedido da Coroa às partes do Império. Entretanto, a partir deste pedido deve-se compreender a natureza das relações políticas do Antigo Regime, as quais valiam-se, demasiadamente, da reciprocidade nas relações entre os centros e as periferias. Desta forma, não se concebia uma recusa ao pedido de maneira injustificada, sem que consequências econômicas, sociais e políticas surdissem. Em outras palavras, pedidos como este estavam relacionados à estrutura social do Antigo Regime, cujo pacto social entre o rei e seus vassallos se fazia valer, implicando na obrigação simbólica de atender às necessidades da Coroa. Assim, para angariar os valores, os colonos deveriam ser convencidos a contribuir com o estabelecimento do “*bem comum*”, visto que, o estabelecimento da paz da Coroa com as nações atendia diretamente aos interesses de todos os súditos, cabendo a todos participar do processo. Como o “*Pedido*” não era um “*imposto*”, ao longo do tempo, recebeu diversos reajustes, teve dinâmicas nas mais variadas possessões ultramarinas, reflexo de uma relação de forças entre os reinóis e os colonos, entre as câmaras municipais, governadores, fintadores e

¹⁷⁰ Concessão de territórios ultramarinos e mais 2 milhões de libras. Portugal teve o prazo de dois anos para pagar.

¹⁷¹ 5 milhões de cruzados de indenização divididos em 16 anos.

¹⁷² FERREIRA, Letícia dos Santos. *É Perdido, Não tributo*. O Donativo para o casamento de Dona Catarina de Bragança e a paz de Holanda (c. 1660 – c. 1720). Tese de Doutorado. UFF: Rio de Janeiro, 2014. Não há referência documental sobre o período que a cobrança findou em Pernambuco.

¹⁷³ A cobrança dos dois tributos, muitas vezes, vista de maneira unificada pela historiografia, eram vistas no reino e no Ultramar de maneiras distintas. No reino, em guerra com a Espanha, coube apenas a cobrança do Dote, enquanto nas outras localidades do ultramar, o Dote e a Paz.

¹⁷⁴ FERREIRA, Letícia dos Santos. *É Perdido, Não tributo*. p. 15.

¹⁷⁵ Esse pedido de ajuda da coroa aos ultramarinos teve inúmeras controvérsias interpretativas. Em primeiro lugar, deve-se distingui-lo de impostos como o dízimo, que era obrigatório. Em segundo lugar, a não obrigação do pagamento não eximia os colonos da contribuição, como caracterizado nas teses de economia do Dom. O pagamento do tributo, uma vez aceito enquanto elemento de sustentação do bem comum, deveria ser pago ao rei, na medida em que se estabeleceu o pacto entre as partes. Dessa maneira, o acordo feito entre a coroa e as sociedades na década de 60 permaneceu até a sua quitação total no século XVIII. A ideia de “economia do Dom”, vista de maneira categórica, objetivamente teórica, esconde interesses econômicos e políticos de ambas as partes, minimizando os conflitos existentes entre as partes. O tributo foi pedido com a finalidade de estabelecer o “Bem comum”, mas acabou por ser combustível para arruinar a economia do Estado do Brasil.

demais membros de todo o império. A intento de exemplo, José Roberto do Amaral Lapa, em sua obra pioneira sobre a Carreira da Índia, demonstrou como em alguns momentos do século XVII, o valor do tributo foi utilizado para reparos dos navios da carreira¹⁷⁶.

A Coroa, depois de muita dificuldade para angariar os valores a serem enviados para Inglaterra e Holanda, pediu ajuda do Ultramar por meio de cartas às colônias. Mediante o pedido, o povo¹⁷⁷ deveria decidir, à sua maneira, como iria realizar a contribuição. Entrementes, coube à Francisco de Barreto, governador do “Estado do Brasil”, em 1662, decidir como iriam cotejar os valores. Ele optou por formar uma junta com 6 membros, cuja função seria organizar as cobranças¹⁷⁸. Depois de algumas discussões, ficou decidido por meio de reunião da junta com o governador, que o “*Estado do Brasil*” ficaria responsável pelo envio à fazenda real de 140 mil cruzados anuais, cujo pagamento seria dividido em 16 anos¹⁷⁹. O governador atribuiu, primeiramente aos membros da Câmara de Salvador, por meio da junta, a responsabilidade de decidir a quantidade que cada capitania iria enviar à fazenda real. Tal fenômeno é representativo da hegemonia política dos camarários baianos sobre outras capitanias. A junta decidiu que assim estariam distribuídas as contribuições: Bahia (50 mil); Pernambuco (47 mil) e Rio de Janeiro (36 mil). Francisco Barreto, entretanto, mudou a resolução, afirmando que as outras capitanias foram excluídas dos pagamentos e a Bahia, sobretudo, privilegiada¹⁸⁰. A historiadora Letícia Ferreira tabelou o processo:

Tabela 2:

Divisão sobre o Dote e a Paz a partir da resolução do Governador Francisco Barreto, em 1662¹⁸¹.

¹⁷⁶ LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. P. 76 -77.

¹⁷⁷ Entenda-se a camada dirigente das colônias, encabeçado pelos governadores gerais em discussão com as câmaras gerais.

¹⁷⁸ As primeiras regras da cobrança foram definidas pelos secretários do Estado: Bernardo Vieira Ravasco, Domingo de Aragão Pereira, Lourenço Barbosa Franca, Lourenço de Abreu Lima, Paulo Antunes Freire. Não há referência na documentação ao 6 membro. “Registro da Resolução que se tomou perante o Senhor Francisco Barreto Governador deste Estado sobre a contribuição do dote da senhora Rainha da Gran Bretanha e paz com Holanda”. *Documentos históricos do arquivo municipal*. Atas da Câmara. Vol. 4. 07/08/1662. P. 136 – 140.

¹⁷⁹ *Idem*.

¹⁸⁰ FERREIRA, Letícia dos Santos. *É Pedido, Não tributo*. p. 88.

¹⁸¹ “Registro da Resolução que se tomou perante o Senhor Francisco Barreto Governador deste Estado sobre a contribuição do dote da senhora Rainha da Gran Bretanha e paz com Holanda”. *Documentos históricos do arquivo municipal*. Atas da Câmara. Vol. 4. 07/08/1662.; Sobre a tabela, consultar: FERREIRA, Letícia dos Santos. *É Pedido, Não tributo*. p. 89.

Capitanias	Resolução da Junta	Resolução do Governador	Alteração %	Porcentagem final
Bahia	55 mil	80 mil	+ 32%	57,14%
Rio de janeiro	36 mil	26 mil	-28%	18,557%
Pernambuco	47 mil	25 mil	-47%	17,25%
São Paulo	0	4 mil	-	2,85%
Itamaracá	0	2 mil	-	1,4%
Paraíba	0	3 mil	-	2,1%

Os moradores da Bahia tentaram se esquivar de sua responsabilidade como maior capitania da colônia e objetivaram sobrecarregar Pernambuco e Rio de Janeiro. O caso de Pernambuco é peculiar e merece análise em outro ponto, mas, a saber, a capitania passava por um período de reconstrução do processo de produção e de uma conturbada disputa política. A resolução do governador está justamente ligada a esses fatores.

Dentro dessa perspectiva do pagamento do donativo, percebemos que houve na Bahia uma grande dificuldade no pagamento do donativo que levou a uma negociação para mudar os termos da contribuição. A Coroa, negociando com os colonos, em alguns momentos chegou a dilatar o tempo de pagamento, em outros, concedeu mercê para o uso do valor em aspectos práticos da colônia, sobretudo, relacionado ao comércio¹⁸². Mediante essas negociações, tornou-se comum o emprego do termo “*ruína*”, em vários setores da sociedade, para definir os problemas baianos, quando relacionados ao donativo.

3. O Conchavo da Farinha

Desde o início do século XVII, a responsabilidade de fornecer a farinha de mandioca (base da alimentação colonial) ao Recôncavo passou a ser das vilas de Cairu, Camamú e Boipeba, que ficavam ao sul. Essa decisão ocorreu no contexto da invasão holandesa à Bahia. Para enfrentar os holandeses, determinou-se que essas vilas fizessem

¹⁸² Segundo Letícia dos Santos Ferreira, o uso do valor do Dote e Paz, assim como vários outros tributos, foi utilizado em outros contextos que não propriamente o pagamento à Inglaterra e Holanda. Essa era uma característica do Antigo Regime. FERREIRA, Letícia dos Santos. *É Pedido, Não tributo*. p. 118.

o fornecimento de toda a farinha necessária às tropas¹⁸³. Havia um contrato entre a Câmara de Salvador e os lavradores das vilas, no qual se determinava que os lavradores deveriam fornecer uma quantidade específica de farinha a um preço tabelado pela Câmara e regulado pelo Governo Geral. O acordo ficou conhecido como “*Conchavo da Farinha*”: a Câmara tabelava o preço, recebia a farinha, pagava as vilas e depois distribuía aos soldados a quantidade necessária à sua manutenção.

Em 1678, segundo Puntoni, o governador Roque da Costa Barreto recebeu uma petição dos soldados do Recôncavo, por meio da qual eles se queixavam dos atrasos no fornecimento da ração. O Governador, ao tentar solucionar o problema, sugeriu que a câmara pagasse os soldados em sal. A Câmara de Salvador explicou que comprava a farinha por um preço mais baixo e a distribuía por um valor mais alto que o comercializado, lucrando, assim, 100%. Pagando os soldados em sal, ela não lucraria. Esse foi o meio pelo qual a Câmara encontrou uma forma para se poupar-se da abertura ocasionada sobre o pagamento das tropas e imputar o ônus às vilas, cujo interesse se voltava para o mercado do Recôncavo.

Ter acesso ao comércio de Salvador significava ter acesso ao comércio marítimo. As vilas forneciam farinha tanto para os moradores da cidade quanto para o mercado Atlântico, tanto para os comerciantes reinóis quanto para os navios negreiros e, dessa maneira, estavam inseridas no âmbito do comércio imperial, de maneira a sentir os problemas estruturais do império e as oscilações do mercado europeu, bem como do tráfico africano.

Quando observamos o fornecimento de alimentos ao Recôncavo, não devemos perder de vista a demanda marítima, pois, em pouco tempo algumas toneladas de farinha eram requisitadas pelos navios¹⁸⁴ e essa situação fazia sentir diretamente na alimentação do Recôncavo. Como em Salvador se encontrava a sede da administração colonial havia um grande número de pessoas reunidas, ou seja, um potencial econômico muito grande e, dessa maneira, têm uma relevância econômica muito grande, de longa duração. As vilas eram responsáveis por parte da alimentação dos navios, considerando a importância de sua produção de mandioca.

¹⁸³ VILHENA, Luiz dos Santos. *Cartas de Vilhena, notícias soteropolitanas e brasílicas*, por... anotadas pelo prof. Braz do Amaral. Vol. 1. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1992 (1802).P. 251 – 252. PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil*. p. 159.

¹⁸⁴ *Idem*. p. 160 – 161.

Além dos navios, outros grupos também passavam pela cidade de maneira esporádica. Essa situação implicava na necessidade de alimentá-los. Observemos o exemplo dos *paulistas*, que em 1673 passaram pela cidade com um número elevado de prisioneiros índios:

É grandíssima a falta que há de mantimentos, e hoje muito apertada com o sustento da gente de São Paulo que no primeiro desta entrou nessa praça victoriosa com 750 prisioneiros, havendo captivado mais de 1.500 que pelo caminho morreram de uma quasi peste; com o que ficaram extintas as Aldeias dos Barbaros de que que principalmente no Recôncavo o maior prejuízo (...) Na terra não ha mantimento algum para o povo, e o presídio padece a mesma falta e dá-me grande cuidado a gente da Conquista, cujo sustento é tão preciso enquanto aqui se detem, e muito mais o que hão de levar para jornada¹⁸⁵.

A demanda alimentar foi tão grande que faltou farinha no Recôncavo. Os lavradores das vilas, ao longo do século, aceitaram – às vezes com alguma ressalva – a posição de submissão perante a Câmara no que se referia à manutenção das tropas por dois motivos: primeiro porque, do ponto de vista legal, a Coroa (por meio de seus agentes coloniais) tinha o direito de limitar, direcionar e organizar a produção na colônia. A Câmara de Salvador se ancorava no governador geral para amparar sua injunção aos lavradores. O controle por parte da metrópole era uma característica típica da colonização de Antigo Regime. Por outro lado, os lavradores dominavam o mercado do Recôncavo e detinham o seu monopólio. A relação dos camarários com os lavradores das vilas abordadas era de conflito e tensão. Mas é evidente que a balança pendia para o lado dos camarários, seja pelo *status* social, seja pelo poder que tinham sobre o controle do mercado baiano.

4. A fome universal

A estrutura da sociedade do Recôncavo era voltada para a produção de açúcar e, com isso, os grandes produtores não se preocupavam em produzir o próprio alimento, sendo necessária uma legislação nesse sentido. A falta de alimentos foi um problema

¹⁸⁵ “Carta que se escreveu ao Capitão Baliazar da Moita Peixoto sobre mandar ciareza das pessoas, que deram a farinha para o Sertão.”. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Portarias e cartas dos Governadores Gerais. 1670 – 1678. Vol. 7. Rio de Janeiro. 1929, p. 345.

constante durante a segunda metade do século, como observamos na documentação. Segundo Caio Prado Junior, essa foi uma característica de toda a época colonial, uma vez que: “a população Colonial, com exceção apenas de suas classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição”¹⁸⁶ ¹⁸⁷ Surtos de fome, de qualquer maneira, surgiram em variadas épocas e causavam temores à sociedade. Para sanar a situação, a Coroa, por meio de dois alvarás (1642 e 1680)¹⁸⁸, tornou obrigatório que os senhores plantassem uma quantia fixa de mandioca, equivalente a 500 covas por escravo. Com isso, o mercado regional de mandioca ficaria, hipoteticamente, aliviado dessa demanda¹⁸⁹. Porém, essas medidas nunca solucionaram o problema. A Câmara de Salvador tentava resolver a questão do fornecimento de farinha por meio de uma pressão política nas vilas adjacentes, proibindo-as de realizar outras atividades, como construir engenhos e criar gado.

Por carta de 30 de janeiro deste anno, que o Senado da Camara desta cidade acompanhou de um requerimento que lhe fez o Juiz do Povo e misteres, me representou o grande inconveniente, que havia nessas Villas se edificarem engenhos de fazer assucar, sendo ellas o único sustento desta praça, e podendo elles ser ruína dos da Bahia, e da conservação deste povo por todas as razões que são notórias. E por (que) as acho mui justificadas, e de nenhuma maneira convem se fabriquem, ou reedifiquem engenhos, nem plantem cannaviais e se divirtam as fabricas da lavoura que ahi costumam ter em prejuizo publico, e dano tão conhecido do serviço de Sua Alteza me pareceu ordenar a Vossas Mercês (como por esta faço) que nessa Villa não consin(tam) que pessoa alguma de qualquer qualidade, estado, foro ou condição que seja plantem canaviaes, ou fabriquem engenho, e em virtude desta lh'o prohiba essa Camara¹⁹⁰

¹⁸⁶ PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 1ª Ed. 1945. 42ª Edição. 2ª reimpressão. São Paulo : Brasiliense, 1997. P. 43.

¹⁸⁷ CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984. 122 – 149. Para ele, o Brasil era um país constituído historicamente de famintos, não havia apenas surtos, mas, havia uma estrutura histórica da fome. O autor demonstra ainda que mesmo as camadas mais superiores (ao contrário da ideia comum difundida por Gilberto Freyre e Caio Prado Junior) da população colonial não faziam refeições diárias capazes de completar a necessidade de macro e micro nutrientes, isto é, não conseguiam suprir demandas de vitaminas e proteínas completas, formando uma sociedade com déficits alimentares. Para ele, a região do nordeste colonial, tomada pela produção de açúcar desregulou e empobreceu a terra e, conseqüentemente, o padrão alimentar do povo da colônia, na medida em que se alimentavam basicamente de hidrocarbonetos derivados dos açúcares, tornou-se muito pobre. Tal medida implicava no aparecimento de diversas doenças, tais como avitaminoses de tipo A e B, escorbuto, raquitismo, anemias, hidropisias, verminoses, etc

¹⁸⁸ FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder*. P. 214-215. Em 1712 houve outro decreto com a mesma finalidade.

¹⁸⁹ DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Morfologia da escassez: crises de fome e política econômica no Brasil colonial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFF, 1990, p. 364 – 365.

¹⁹⁰ “Carta que se escreveu aos Officiaes da Câmara da Villa do Cairu para se não fabricarem nella engenhos.”. *Documentos Histórico da Biblioteca Nacional*, Portarias e cartas dos Governadores Gerais. 1670 – 1678. Vol. 8. 1929, p. 349-350.

Aqui há um empasse, uma vez que havia a necessidade real dos senhores de engenho do Recôncavo de plantar mandioca para sustentar sua escravaria, suprindo, assim, parte do problema alimentar. Por meio da Câmara municipal, os senhores de engenho conseguiam constranger os pequenos lavradores, impelindo-os a permanecerem como produtores e fornecedores de farinha de mandioca. A questão de proibi-los de se envolverem com a atividade açucareira esteve intrinsicamente associada à tensão relativa ao *status* social; mas, também com a possibilidade de transferir a responsabilidade da produção de alimentos, necessários ao sustento da escravaria e das tropas, contudo, não cabia aos senhores essa responsabilidade.

A tensão entre os membros da câmara da Bahia e os pequenos lavradores das vilas adjacentes ocorreu com a supervisão dos governadores gerais, e é nesse sentido que se deu a proibição de 1673. Prevendo um possível descumprimento da lei, no ano seguinte, o governador geral enviou uma carta aos edis das vilas ameaçando de prisão e castigo quem o desobedecesse¹⁹¹. A ação da metrópole, por meio dos seus agentes colonizadores, era pujante e se fazia sentir quando necessário. Não obstante, havia um poder político local – da açucarocracia – capaz de lutar em seu favor, delegando a outra camada social suas obrigações.

A atitude de alguns dos senhores de engenho de ignorar a necessidade de se produzir mandioca, em determinados momentos, causou surtos de fome na escravaria, acarretando na morte de muitos deles. É importante ressaltar que o alimento base era colonial era a mandioca e seus derivados. Contudo, não era apenas dela que a sociedade se alimentava. Dessa maneira, o mote da carestia dos alimentos esteve ligado a outras questões, conectadas à dinâmica do mercado externo e influenciadas pela crise geral do século XVII.

Observemos a análise poética de Gregório de Matos sobre o tema da fome:

Toda a cidade derrota
Esta fome universal
Uns dão culpa total
À câmara, outros à frota:
A frota tudo abarrota
Dentro dos escotilhões,
A carne, o peixe, os feijões;
E se a câmara olha e ri,

¹⁹¹ PUNTONI, Pedro. O Estado do Brasil. p. 168.

Porque anda farta até aqui,
É coisa que não me toca:
Ponto e boca.

Se dizem que o marinheiro
Nos procede a toda lei,
Porque é serviço d'El-Rei,
Concedo que está primeiro:
mas tenho por mais inteiro
O conselho que reparte,
com igual mão e igual arte,
por todos, jantar e ceia;
mas a frota com tripa cheia,
e o povo com pança oca,
ponto e boca.

A fome já me tem mudo,
Que é muda a boca esfaimada,
Mas se a troca não traz nada,
Por que razão leva tudo?
Que o povo por ser sisudo
Largue o ouro e largue a prata
A uma frota patarata,
Que entrando co'a vela cheia,
O lastro que traz areia,
Por lastro de açúcar troca:
Ponto e boca¹⁹².

O poema de Gregório traz a lume várias tensões do período, as quais podem ser entendidas como características de um momento de grandes dificuldades econômicas, políticas e sociais. Na interpretação de Gregório de Matos, a relação dos comerciantes com o povo da Bahia estava na base dos problemas sociais. Os comerciantes retinham as mercadorias nos navios com a finalidade de forcejar a diminuição do preço do açúcar e, dessa maneira, faltavam outros gêneros alimentícios à cidade. Gregório de Matos denunciava a postura da Câmara municipal que fazia vistas grossas para o que ele chamou de “*fome universal*”. Percebe-se por meio da denúncia de Gregório de Matos que os interesses do povo estavam em segundo plano e eram submetidos aos interesses dos comerciantes. Em outras palavras, à medida que os preços do açúcar baixavam, com a contração do mercado na Europa, a tensão entre comerciantes e colonos aumentava. Isso porque os produtores de açúcar não concordavam em entregar seu produto pelo preço que os comerciantes reinóis queriam e, assim, eles retinham suas mercadorias esperando o

¹⁹² MATOS, Gregório de. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Record, 1999, vol. 2. P. 339 – 140.

momento certo de negociar. Essa relação tendia a se acirrar com o surgimento da concorrência das Antilhas no mercado de açúcar. Em resumo, como denuncia Gregório de Matos, no contexto em que se encontravam, os mais prejudicados com a conjuntura era a população da Bahia, a saber, os escravos e demais moradores pobres, que necessitavam de alimentos. A Câmara da Bahia tornou-se também, para o “Boca do Inferno”, uma das responsáveis pela carestia da cidade, uma vez que se esquivava de resolver a tensão entre eles.

Gregório de Matos era um membro da aristocracia, com forte moralismo e concebia o comércio e a classe mercantil como as grandes responsáveis pela situação de penúria que apontava no Recôncavo, acusando o regime de frotas por manipular o preço dos produtos em favor dos comerciantes reinóis e prejudicar os baianos¹⁹³. Os portugueses, demonstra Vitorino de Magalhães Godinho, veem seus produtos, a partir da década de 70, como o açúcar, tabaco não comporem mais o rol de mercadorias das nações francesas, inglesas e holandesas, na medida em que suas colônias antilhanas passaram a produzir. Chegavam a compravam (limitadamente) para revender em outros pontos da Europa, mas, o mercado nacional estava fechado¹⁹⁴. O problema, desta feita, estava relacionado à reestruturação do mercado europeu iniciado depois do surgimento dessas nações como potências coloniais. O desenvolvimento das colônias americanas, da Antilhas espanholas, inglesas e holandesas passaram a produzir mercadorias que concorriam com os produtos dos portugueses no mercado Europeu, dentro do padrão econômico mercantilista, cuja concorrência entre as potências fez surgir a necessidade de proteger a economia com políticas que limitavam a entrada no mercado interno de produtos estrangeiros. A política mercantilista, com efeito, que fechou o mercado para os portugueses, sobrecarregou os produtores coloniais fazendo baixar o valor dos seus produtos¹⁹⁵. Quando Gregório acusa as frotas de ficarem paradas com os seus produtos, muitos dos quais eram alimentos necessários à aristocracia do Recôncavo, nos possibilita compreender um dos mecanismos de exploração dos comerciantes sobre a sociedade colonial. Havia uma disputa de poder entre os comerciantes reinóis e os moradores do Recôncavo e as palavras de Matos demonstram como essa negociação causava danos à

¹⁹³ OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves Gomes. “O problema do final do século XVII na Bahia nos escritos de Gregório de Matos e Sebastião da Rocha Pita.” *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. n. 35, p. 118-135, Jan-Jun, 2017. P. 130 – 131.

¹⁹⁴ GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670 - 1770). P. 74.

¹⁹⁵ COELHO, Rafael da Silva. *A Bahia em suas negociações com a metrópole: tributação, dinheiro e açúcar na segunda metade do século XVII*. Tese de doutoramento. História econômica USP. São Paulo, 2019.

sociedade colonial em função dos lucros dos negociantes ultramarinos portugueses, cujos problemas se encontram na própria estrutura da economia europeia. Em últimas palavras, o problema da alimentação no Recôncavo também deve ser caracterizado, estruturalmente, a partir da crise geral do século XVII. Como os senhores de engenho estavam preocupados em atender ao mercado externo, deixavam em segundo plano a produção de alimentos, gerando em alguns momentos, carestia ou fome. A relação comercial entre reino e metrópole também influenciava nesse processo já que cada vez menos moedas chegavam à Bahia.

5. O problema da moeda

Vitorino de Magalhães Godinho demonstra que em Portugal a crise na economia portuguesa esteve relacionada também à crise da moeda, advinda da diminuição na entrada do metal precioso em Portugal. A crise teria ocorrido em dois momentos no século XVII (1625 - 1630); (1670 - 1680). Afirmou ainda que os portugueses tiveram a plena consciência da crise que se abateu sobre a sua economia e, dessa maneira, promoveram ações que objetivavam a entrada de moeda no reino. Estas ações foram, com efeito, a proposta pelo desenvolvimento da manufatura no reino, cujos objetivos eram de desenvolver indústrias em Portugal para diminuir a entrada de manufaturas estrangeiras no reino. Com o desenvolvimento de manufaturas, Portugal atrairia metais preciosos ao invés de enviar para fora. Este mecanismo possibilitaria a positividade na balança comercial¹⁹⁶. Duarte Ribeiro de Macedo, embaixador em Paris, escreveu em 1675 *Introdução da Artes e Ofícios no Reino*. Segundo Godinho, Duarte Ribeiro de Macedo soube detectar a natureza do problema da falta da moeda porque observou de perto e com admiração a política de Colbert, e assim afirmou que os portugueses teriam se tornado concorrentes dos franceses¹⁹⁷. A crise, portanto, também foi monetária em Portugal. Com o objetivo de recuperar a economia, no reino, os portugueses adotam várias medidas, entre elas, a criação de companhias de comércio, as políticas suntuárias que inibiam o luxo. Isto é, um conjunto de propostas para solucionar e resolver os problemas da crise que passavam.

¹⁹⁶ GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro* (1670 - 1770). P. 76.

¹⁹⁷ GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro* (1670 - 1770). P. 77.

Portanto, como as colônias faziam parte da economia de Portugal, tendo a função que lhe cabia nesse sistema, dentro dos quadros do Antigo Sistema Colonial, lhes foi imputada parte do processo de recuperação. A relação dos comerciantes com os baianos, da tensão sobre o fornecimento de mercadorias ao Recôncavo, demonstradas acima, são uma representação bem definida do exclusivo metropolitano e como, em momentos de crise econômica, a colônia desempenhava o papel que lhe cabia dentro desse circuito comercial: a de explorada economicamente. Essa situação não implica afirmar que não havia negociação entre as partes.

Depois da Restauração de Portugal, em 1640, houve sucessivas tentativas por parte da Coroa portuguesa de fortalecer sua moeda, o que implicou em medidas de reajustes nos valores. Toda a estabilidade que havia anteriormente se desfez. Como o comércio exterior era realizado pelo ouro, o metal fica cada vez mais escasso em Portugal, devido ao déficit da balança comercial, ficando cada vez mais caro. A relação ouro-prata tem oscilações grandes. O cobre passou a ter a sua importância elevada momentos depois à Restauração¹⁹⁸. Essa necessidade metálica vai pesar sobre as colônias portuguesas durante toda a segunda metade do século XVII. Ela é a causa maior da tensão dos comerciantes de Lisboa com os baianos; ela é uma das causas da invasão a Ambuíla¹⁹⁹.

Do ponto de vista da arrecadação de impostos, nesse contexto, as moedas tinham papel quase nulo; porém, do ponto de vista do comércio à longa distância, elas eram cada vez mais necessárias. Observado pelo viés das bases do sistema mercantilista em vigor, o comércio realizado por meio de moedas padronizadas implicava, no caso da relação comercial entre a metrópole e a colônia, na possibilidade de retenção de metais preciosos no centro. Ademais, do prisma da administração colonial, as moedas constituíam-se em um elemento primordial. O exclusivo metropolitano limitava os colonos a comprar os produtos apenas dos comerciantes reinóis e, ao longo da segunda metade do século XVII, recrudesceram os conflitos entre esses comerciantes e os produtores de açúcar baianos, na medida em que as frotas que traziam mercadorias à colônia, ávidas por moedas e inseguras em adquirir o açúcar como forma de pagamento, passam a elevar demasiadamente o valor de seus produtos e a rebaixar o valor da sacarose. A medida de aumento do valor da moeda atingia demasiadamente o açúcar, pois, os

¹⁹⁸MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e ao Atlântico (1570 - 1670)*. vol 2. Lisboa: imprensa Universitária, 1989. p. 170.

¹⁹⁹ Assunto do capítulo 3

comerciantes elevavam o valor dos seus produtos para acompanhar a elevação da moeda. Tal situação implicou na diminuição da moeda na colônia entre os anos de 1660 e 1670. Observemos o que diz Padre Antônio Vieira a respeito:

A Ruína mais sensível e quási extrema que este Estado padece, e sobre que se pede pronto remédio a SM, é a total extinção da moeda, que sempre temeram os interessados mais zelosos, e prognosticaram os mais prudentes²⁰⁰.

A falta da moeda produziu relatos dos mais variados na sociedade, a sua carência causava um clima de insegurança e sinalizava para um período de ruína na sociedade baiana; atrelada à falta alimentos e ao declínio do comércio (principalmente o do açúcar), a sociedade de Salvador sentia o peso do seu papel de colônia em meio a crise geral²⁰¹. Essa situação não era sentida apenas pelos grandes senhores de engenho, mas pela população em geral, que carecia de alimentos e outros elementos para sobreviver: *“Entre as mais necessidades / que padesse este Povo He huma penúria da moeda pro- / sedido de que como as dro- / gas egeneros, que daqui se- / navegação para esse Reino res- / pondem com tanta perda / nos negociantes que querem / levar os Cabedaes em moeda”*

202

Gregório de Matos também foi categórico ao falar dos seus efeitos negativos:

Que mais por sua desonra? Honra
Falta mais que se lhe ponha? Vergonha.

O demo a viver se exponha,
Por mais que a fama a exalta,
Numa cidade onde falta
Verdade, Honra, Vergonha.

2.

Quem se pôs neste socrócio? Negócio.
Quem causa tal perdição? Ambição.
E o maior desta loucura? Usura.

Notável desventura
De um povo néscio, e sandeu,

²⁰⁰ VIEIRA, Padre Antônio. “Ao Conde de Nisa (4-III -1646)”. IN: VIEIRA, Padre Antônio. Obras escolhidas. Volume I. Cartas I. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1951, p. 635.

²⁰¹ Termo de Resolução que se tomou saber senão ir moeda de prata e ouro para nenhum porti fora desta cidade a saber para o Reino Pernambuco e Rio de Janeiro e Angola”. *Documentos Históricos do arquivo municipal da Bahia*, 1950, vol. 5, p. 257.

²⁰² “Registro de uma Carta escrita a Sua Alteza sobre a Moeda em dezessete de Agosto de mil seiscentos e oito”. *Documentos Históricos do arquivo municipal da Bahia*. Cartas do Senado, 2 vol, 1952, p. 48-50.

Que não sabe que o perdeu
Negócio, ambição, usura. (...)

8.
O açúcar já acabou? Baixou.
E o dinheiro se extinguiu? Subiu.
Logo já convalesceu? Morreu.

À Bahia aconteceu
O que a um doente aconteceu,
Cai na cama, o mal lhe cresce,
Baixou, subiu e morreu²⁰³..

Algumas tentativas de resolução foram feitas, tanto pelos moradores locais quanto pela Coroa. A grande dificuldade dos moradores da Bahia consistia em negociar com os comerciantes que não aceitavam trocar suas mercadorias por açúcar e exigiam moedas. Essa exigência fez com que os colonos do Recôncavo sentissem o peso da sua falta desde a década de 1670, sem, entretanto, conseguirem estabelecer uma relação de trocas considerada justa. A Coroa, ao procurar corrigir a situação, realizou o “levantamento” da moeda, elevando o seu valor nominal em cerca de 20%²⁰⁴. Os comerciantes, ao perceberem a medida, acabaram por elevar o valor dos seus produtos de maneira equivalente. Os produtores compravam a crédito e, dessa maneira, acabavam se endividando sem ter moedas para pagar posteriormente. Os comerciantes aceitavam açúcar como forma de pagamento, mas, com preço bem reduzido²⁰⁵.

Dessa forma, o processo de desaparecimento das moedas na colônia esteve relacionado à conjuntura econômica desfavorável no contexto do império português²⁰⁶. A condição de colônia da Bahia (de capital do Estado do Brasil) a colocava em uma posição adversa em relação aos comerciantes metropolitanos, porque o açúcar tinha como mercado principal a Europa. Nessa relação de forças, dificilmente a situação ficaria favorável para o lado dos colonos que eram reféns do exclusivo metropolitano.

²⁰³MATOS, Gregório de. *Juízo anatômico dos achaques que padeciam o corpo da República, em todos os membros, e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia*. Seleção de José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. P. 41 – 42.

²⁰⁴ “Registro de uma Carta escrita a Sua Alteza sobre a Moeda em dezessete de Agosto de mil seiscentos e oito”. *Documentos Históricos do arquivo municipal da Bahia*. Cartas do Senado, 2 vol, 1952, p. 48-50.

²⁰⁵ LIMA, Fernando C. G. de Cerqueira. “Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII”. *Estudos Econômicos*. Vol. 35, nº 1, 2005.

Lima, Fernando C. G. de Cerqueira. “A Lei de Cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”. *Revista de Economia Contemporânea*. Vol. 9, N.2, Maio-Agosto de 2005

²⁰⁶ Outro fator é a diminuição da Prata que vinha por meio do Rio do Prata. Com o fim da União Ibérica o tráfico diminuiu e essa situação implicou em dificuldades para o Brasil.

Em 1679 observamos que a preocupação com a moeda levou à criação da proposta de criação de uma Casa da Moeda, com moeda provincial na Bahia, para sanar o problema de sua escassez na colônia. Nesse sentido, consideremos o relato do procurador da Coroa, Dantas de Araújo:

Agora fa- / zemos presente a Vossa Alteza que nesta Frota vai para esse / Reino amaior parte dedinheiro que nesta Capitania havia sem- / que de nossa parte lhe possamos dar Remedio. Este só consiste - / te em Vossa Alteza mandar / defferir aquella proposta com- / brevidade ou mandar que / nesta Cidade aja Caza de Mo- / eda Provincial de quantida- / de depeza e Valor que Vossa Al- / Teza for Servido dar-lhe para / que não possa correr em ou- / tra parte pois sendo Este Es- / tado tam dilatado e com one- / gocio tam frequente para este Reino cessará detodo seonão / ouver maiormente quan- / do no Estado da India tem / Vossa Alteza trez Cazas de moeda, em Goa, Rio, e norte, sem- / do que o negocio delle he me- / nos útil as Alfandegas de / Vossa Alteza ea sua Real Fa- / zenda do que odeste Esta- / do = Prostrados aos Reaes Péz / de Vossa Alteza pedimos a a Vos-/a Alteza por mercê mande / particular se sirva mandar / (Fl. 239 v.) mandar deferir aquella pro- / posta para que odinheiro, se cunhe, ou mandar que nesta / Cidade se bata moeda Provin- / cial pois são os únicos meios / da Consignação deste Estado/. A Real Pessoa de Vossa Alteza / Guarde Deos muitos annos como todos os Vassallos de Vossa Alteza / Alteza avemos mister Bahi- / a e Camara de Julho quinze / demil seis centos enove²⁰⁷.

O grande problema para ele seria a falta de moeda, causada pelo seu deslocamento em direção à Metrópole. Para sanar essa questão, ele propõe a construção de uma Casa da Moeda no Recôncavo, tendo como argumento basilar a existência de três Casas da moeda no Estado das Índias.

Depois, na década de 80, João Peixoto Viegas reiterou essa necessidade por meio de um parecer²⁰⁸. A casa da moeda da Bahia surgiu apenas em 1694 e foi transferida para o Rio de Janeiro em 1698. Mais tarde, em 1714, foi restabelecida. A mudança para o Rio de Janeiro ocorreu devido ao ouro encontrado em Minas Gerais. A casa da moeda foi inaugurada em um momento no qual o preço do açúcar começava a se elevar e o comércio na Bahia adquiria novo ritmo. A falta da moeda, no discurso dos camarários, se arrastou por décadas. A Casa da Moeda era itinerante, isto é, foi criada com a finalidade de injetar uma quantidade de moedas específica e depois migrar para outra região.

²⁰⁷ “Carta Escrita a Sua Alteza sobre a moeda embarcar para o reino” – 15-07-1679 *Documentos Históricos do arquivo municipal da Bahia*. Cartas do Senado, 2 vol, 1952, p. 52- 53.

²⁰⁸ “Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste; feito por João Peixoto Viegas e” *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. VOL.20. Rio de Janeiro: typographia Leuzibger, 1899. p. 212.

Podemos conceber esse discurso como um projeto político para a Bahia? Em outras palavras, a Câmara forcejou esse discurso sobre a falta da moeda para que uma Casa da Moeda fosse elevada na Bahia? Duvidamos dessa postura, embora, não possamos negar que podem ter havido certos exageros com esta finalidade. Entretanto, alguns fatores apontam para a real escassez da moeda. Existem fontes variadas que apontam para isso, tendo em vista que o discurso não ficou circunscrito aos membros da Câmara, personagens como Padre António Viera e Gregório de Matos (que podem ser concebidos como figuras antagônicas em muitos aspectos) concordaram em sinalizar que a sua carência era a causa dos males na Bahia; procuradores da coroa; a própria documentação relativa às negociações; as reclamações sobre os comerciantes não aceitarem levar o açúcar em troca das mercadorias, gerando dívidas para os senhores de engenho; a existência de um número elevado de moedas falsas ou cerceadas²⁰⁹; e por fim – e mais importante – a própria conjuntura econômica externa apontam para esse aspecto.

Na segunda metade do século XVII, o império português sofreu um processo de rearticulação de sua economia e de reenquadramento político, no qual a Coroa teve que se rearticular no sentido de manter-se independente da Espanha e, além disso, para não ter suas colônias anexadas por outras potências. Como a Coroa não tinha condições financeiras para realizar essas ações, transferiu às colônias o ônus financeiro da luta pela sua independência: os tributos do Dote e da Paz são emblemáticos desse processo. Tal medida era natural mediante a condição de submissão das colônias: devido à política do mercantilismo que sugava para a metrópole o maior número possível de metais preciosos, para suprir a necessidade de moedas que havia no reino por conta da balança de comércio negativa. As teses que defendem que havia uma acumulação de capitais na colônia, como demonstrado no capítulo 1, não dão conta de comprovar essa condição para o século XVII.

As medidas de controle do valor da moeda tomadas pela realeza, como por exemplo a elevação do seu valor nominal – ouro em 25% e de prata em 50% em 1643 –, foram transferidas ao Brasil. A medida visou aumentar as arrecadações em momentos de dificuldades financeiras, como foi o caso do contexto da guerra de Restauração. Em 1663,

²⁰⁹ O cerceamento da moeda é o ato de raspar as extremidades da moeda com a finalidade de extrair metal precioso. A Coroa tomava atitudes para evitar essa prática e punia quem realizava com confisco de bens e degredo. Por exemplo, em 1686, estabeleceu que todas as moedas de ouro do Brasil deveriam ser separadas para receber um cunho e um cordão lateral para evitar a prática do cerceamento.

1673 e 1676 houve novos levantamentos²¹⁰. Essas ações implicaram no desajustamento do comércio colonial, pois, os comerciantes reinóis, ao perceberem a elevação do valor extrínseco, inflacionaram suas mercadorias. É dessa maneira que a colônia passou a sentir a crise que império passava, sofrendo por ser dependente do mercado metropolitano e do direito exclusivo dos portugueses de fornecer as mercadorias à colônia.

O levantamento da moeda teve uma reação ruim para o Brasil açucareiro como um todo. Com a elevação do seu valor extrínseco, as mercadorias metropolitanas tiveram a tendência de se encarecer. Como o principal produto da colônia era a sacarose, a lógica seria a elevação do seu valor. Contudo, as condições de mercado impediam essa medida. As Antilhas do Caribe haviam iniciado a sua produção e, dessa maneira, impediam qualquer atitude de controle de preço do produto. Dessa maneira, os produtores de açúcar estavam à mercê dos comerciantes portugueses e o levantamento da moeda, de maneira imediata, assegurava que a moeda da colônia não saísse da colônia. Entretanto, em médio prazo, essa medida implicava a desvalorização do açúcar, que não conseguia acompanhar a evolução dos preços devido à concorrência antilhana.

A falta de moeda não dificultava apenas o comércio, mas, desarticulava toda a estrutura do sistema colonial. Embora os impostos fossem cobrados e recebidos muitas vezes em mercadorias (como açúcar, tabaco, vinho, óleo de baleia, entre outros), o pagamento do corpo administrativo, governadores gerais, escrivães, capitães, soldados, meirinhos, era feito com moedas. Tanto a metrópole quanto as câmaras precisavam dispor de moedas para realizar esses pagamentos. A sua escassez foi responsável pelo atraso dos soldos em 1688, que gerou a revolta do Terço Velho.

Por muito tempo, houve certo desprezo historiográfico em relação à importância das moedas na economia colonial. Esse desinteresse ocorreu pelo apego historiográfico à condição de colônia como elemento escravista. Em outras palavras, em uma economia em que o escravo não recebia salários e a obtenção dos produtos se dava, em grande parte, a partir de trocas, as moedas teriam pouca importância, seriam poucas e de baixo valor. Com o passar dos anos, os historiadores foram percebendo a necessidade de demonstrar a importância da circulação da moeda nas colônias²¹¹.

A circulação da moeda não interferia apenas nos grandes negócios. Quando em uma sociedade como a colonial há oscilações no valor de alguns tipos de moedas, a

²¹⁰ PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil*. p. 280.

²¹¹ LIMA, Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira. A lei de Copenhague de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil. Rio de Janeiro: *Economia Contemporânea*. 9(2), 2005. P. 391.

vida cotidiana dos mais pobres tem mudanças significativas. No caso de valorização superficial de moedas de grande valor, como o cruzado, moedas pequenas de metal barato perdem o seu valor. Essa situação arruinava o cotidiano das pessoas menos favorecidas, o que fica muito evidente nos relatos abordados acima, como os de Gregório de Matos. Com efeito, a carência de moedas de baixo valor atinge, sobretudo, os mais necessitados: pobres e mendigos. As pequenas vendas, responsáveis pelo comércio de verduras, legumes, condimentos, e outros produtos de baixo valor comercial também eram atingidas. Embora não haja documentação para demonstrar tal flutuação, tanto nas vendas quanto menos nas esmolas, parece lógico que tal setor da sociedade seja o mais atingido, mesmo em uma sociedade com base escravista e predominantemente rural. Além disso, a falta de moeda pode atingir, inclusive, a vivência nos engenhos, na medida em que muitos dos seus trabalhadores não eram escravos e recebiam “salários”.

Em que medida essa situação interferiu na produção e comércio de açúcar?

6. Senhores e Lavradores

A posição social do senhor de engenho carregava consigo aspectos que iam muito além de sua condição econômica, de modo que não era apenas no poder financeiro que residia a magnificência do senhor. O título o dotava de características de nobreza, riqueza, privilégios sociais, políticos e econômicos, dando-lhe muita influência na organização da sociedade. O poder do senhor de engenho esteve intrinsecamente ligado à posse da terra²¹². Desde os primórdios da colonização, a divisão de terras tendeu a valorizar uma pequena camada social, branca e detentora de cabedais suficientes para fazer desenvolver um engenho de açúcar. Além disso, havia a necessidade de enfrentar todas as adversidades que haviam, como por exemplo, a questão indígena²¹³. Sendo assim, não foram pessoas consideradas comuns as primeiras a ter acesso à terra no Brasil, foram pessoas de alta capacidade financeira e social que iniciaram o processo de colonização.

²¹² FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 208.

²¹³ COELHO FILHO, Luiz Walter. *A Capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541 - 1550)*. Salvador: Editora Vila Velha, 2000. P. 29.

Aliado à posse da terra, o principal elemento para o desenvolvimento da produção de açúcar foi, *haud dubie*, a instituição da escravidão. Essa foi a base da produção açucareira colonial. Não obstante, como alertou Ferlini:

a polarização da sociedade colonial em duas categorias fundamentais – senhores e escravos – escondia extensa gama de grupos intermediários que compunham o universo social do Nordeste açucareiro: mercadores, roceiros, artesãos, oficiais do açúcar, lavradores de roça e mesmo desocupados²¹⁴.

Assim, é fundamental não apenas conhecer a existência de camadas sociais, mas, também analisar sua dinâmica intrínseca, suas tensões e conflitos; pois, nessa penumbra escondem-se os mais significantes indícios e manifestações da crise que assolou o Recôncavo.

A produção açucareira da segunda metade do século XVII sofreu alteração de suas características, de forma a passar por uma reestruturação de algumas bases da produção. Vera Ferlini e Stuart Schwartz demonstram que na segunda metade do século XVII, no Recôncavo baiano, muitos lavradores de cana se transformaram em pequenos senhores de engenho²¹⁵.

Antes de adentrarmos nessa questão e em suas implicações para a conjuntura econômica, faz-se necessário explicar, ainda que de forma breve, a composição social do nordeste açucareiro. Tanto a sociedade quanto a organização produtiva nos engenhos açucareiros eram extremamente complexos, com um conjunto de camadas sociais bastante variável. Observemos o organograma produzido por Vera Ferlini:

²¹⁴ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 209.

²¹⁵ SCHWARTZ, S. "Free Labor in Slave Economy: the Lavradores de Cana of Colonial Bahia. In: ALDEN, Dauril. (Org.) *Colonial Roots of Modern Brasil*. Papers of the Newberry Library Conference. California/London: University of California, 1973. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Figura 1: organograma de um engenho²¹⁶

Pela sua complexidade, a produção de açúcar demandava um considerável número de pessoas envolvidas no trabalho do engenho: trabalhadores, em pequeno número, assalariados; especializados; escravos. Para o pleno funcionamento de um engenho, havia a necessidade de que alguns trabalhadores residissem ou executassem suas tarefas na cidade, recebendo uma quantia anual para isso, como é o caso do *Caixeiro*

²¹⁶ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do Açúcar*. Séculos XVI a XVIII. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. Primeira edição: 1984. P. 53.

da cidade, que recebia entre 28 e 90 mil réis anuais, com média de 40 mil réis. Também havia aqueles personagens que eram necessários em momentos específicos, como os *Letrados* que, em épocas de querelas judiciais, recebiam 30 mil réis²¹⁷. A falta de moeda fazia sentir diretamente nessa relação e, por isso, o discurso sobre a falta da moeda é tão importante para explicar suas implicações na produção açucareira, pois, com a sua diminuição os pagamentos seriam em produtos, implicando diretamente na economia dos engenhos.

Os senhores de engenho, de maneira patriarcal, organizavam todas essas camadas sociais. Todos esses setores estavam sob o seu domínio. A existência desses setores remunerados configura uma economia local pouco ou quase nunca tratada pela historiografia como elementos importantes na sociedade. Essas pessoas movimentavam um mercado local e também foram atingidas diretamente pela crise, não sendo apenas o comércio de longa distância a sofrer com a crise no império. É a elas que se refere Gregório de Matos, ao narrar as dificuldades do povo em relação aos comerciantes. Este setor da sociedade, intocável pela documentação que ajudava a movimentar a economia local, as vendas, tabernas, açougues, etc.

Em seu livro *Terra, Trabalho e Poder*, Vera Ferlini trouxe à luz um elemento crucial para se entender a crise da segunda metade do século XVII: a relação dos senhores de engenho com seus lavradores. Ao seguir as linhas gerais de Stuart Schwartz, a autora explicou que nesse período, houve uma relação conflituosa entre os lavradores de cana e os senhores de engenho. No Brasil, especificamente no Nordeste, e diferentemente de todo o Atlântico produtor de açúcar, os lavradores de cana tinham uma posição social muito importante. Por isso, a produção do açúcar e o funcionamento do engenho dependia em demasia dos lavradores de cana:

Desde os primórdios, a economia açucareira no Brasil, distinguiu-se das de suas congêneres no Novo Mundo porque grande parte da matéria-prima essencial, a cana-de-açúcar, e da força de trabalho escrava foi controlada não pelos engenhos, mas por lavradores de cana²¹⁸

A peculiaridade do Brasil, explicou Stuart Schwartz, ocorreu já em sua formação, quando os primeiros senhores sentiam dificuldades para construir os seus

²¹⁷ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do Açúcar*. Séculos XVI a XVIII. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. Primeira edição: 1984. P. 55.

²¹⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. Primeira edição de 1985. P. 247.

engenhos e, dessa forma, os lavradores de cana passaram a ter um papel essencial, não somente para a produção, como também na sociedade. A necessidade prática dos lavradores de cana nutriu-lhes de um *status* social elevado. Nesse sentido – ainda adverte o escritor de *Segredos Internos* – que o termo *lavrador* se refere a qualquer atividade agrícola, *lavrador de mandioca*, *lavrador de tabaco* etc. Tanto os agricultores que visavam à subsistência da sociedade colonial, quanto os envolvidos no comércio Atlântico produzindo açúcar, eram lavradores. Contudo, os lavradores de cana sempre se distinguiram dos outros setores da sociedade pela sua importância social e pelo poder econômico e político de que gozavam, de modo que: “*As petições às câmaras locais e régias provenientes do setor açucareiro geralmente incluíam assinaturas de senhores de engenho e lavradores de cana. Formavam uma parte essencial do mundo dos engenhos*”²¹⁹ Essa posição social dos lavradores foi muito importante, sobretudo, em momentos de crise, como o da segunda metade do século XVII, quando muitos deixaram de apenas lavar a cana e também passaram a moê-la, tornando-se senhores de engenho.

Por isso, a grande tensão entre eles residia na posse da terra. O conceito de posse da terra no Brasil colonial tinha raízes agrárias e portuguesas. Os trabalhadores que plantavam tinham sua posse, adquirida por compra ou por concessão. No Brasil, havia os lavradores de cana que tinham a própria terra e os lavradores que cultivavam as terras de um senhor de engenho. Em muitas situações, eles adquiriam dívidas com os senhores e ficavam obrigados a produzir sua cana em função do senhor, nessa situação era chamada de “cana cativa”. Na prática, “*muitos não dispunham de capital ou crédito necessários para estabelecer fazendas de cana independentes, recorrendo, então, a alguma forma de arrendamento de terras dos engenhos*”²²⁰, que preferiam ficar isento dos riscos de perda; sendo assim, a maneira predileta de produzir era o “*partido de cana*”, “*partido de terço*” ou “*partido de quarto*”, quando um terço ou um quarto ficava com o lavrador; nessas condições o lavrador retinha entre 16,5% e 37,5% do açúcar produzido, apenas. A preferência dos senhores era para arrendar suas melhores terras a lavradores ricos e com “*partido de terço*” para inibir as perdas²²¹.

O tempo de duração e mesmo a forma dos contratos do arrendamento variavam conforme a época e o lugar. “*Conquanto Antonil informasse que, na década de*

²¹⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. Primeira edição de 1985. P. 247 – 248.

²²⁰ *Idem*. P. 249.

²²¹ *Idem*. *Ibidem*.

1680, os contratos eram normalmente de nove ou dezoito anos, no decênio de 1640, preferia-se o contrato de seis anos no Engenho Sergipe”²²². Quando acabava o tempo de contrato, os arrendadores deveriam refazer o contrato ou entregar a terra. Essa situação favorecia o domínio sobre a terra pelos senhores de engenho e, portanto, a manutenção do poder político, econômico e social da colônia.

Entretanto, havia uma tensão nas relações dos senhores de engenho com os lavradores de cana, uma vez que muitos lavradores cogitavam transformar-se em senhores de engenho e, dessa maneira, eram vistos por aqueles como concorrentes de escravos, de lenha e de espaço. A segunda metade do século XVII, no momento de conjuntura econômica de dificuldades para todos, os senhores de engenho passaram a lavar a própria cana com seus escravos para aumentar os lucros perante a baixa do preço do açúcar.

Os lavradores também ficaram em condições difíceis e passaram a moer a própria cana, em engenhos de trapiche, gerando uma mudança significativa na forma de produzir. Essa é uma grande questão levantada por Stuart Schwartz para a segunda metade do século XVII: “*A década de 1660 foi a época que o relacionamento simbiótico entre senhores de engenho e lavradores de cana mais se evidenciou*”²²³.

Com os problemas econômicos que surgiram, a restrição do mercado e a queda do valor do açúcar, os senhores de engenho passaram a utilizar seus escravos para plantar a própria cana. Como a cana dos lavradores ficava parada, eles passaram a construir engenhos para moê-la. Dessa maneira, houve um aumento no número de engenhos que gerou um avanço sobre a mata do Recôncavo baiano. A falta de lenha passou a ser notada pelos senhores que se utilizaram de sua influência política para tentar impedir que novos engenhos fossem construídos ao longo do litoral. Os lavradores, em grande medida, passaram a se transformar em senhores de engenho. Muitas vezes, pobres e endividados, mas, com todos os privilégios políticos, econômicos e sociais que tinham os senhores²²⁴.

Era muito comum a ascensão de lavradores de cana a senhores de engenho. Não obstante, o contexto da segunda metade do século XVII dinamizou o processo e, também, por todas as dificuldades da época, implicou numa reação dos senhores de

²²² *Idem.* P. 250.

²²³ *Idem.* P. 257.

²²⁴ *Idem.* P. 258-59.

engenho já estabelecidos. Para Stuart Schwartz, os lavradores assumiam essa posição com a expectativa de se transformarem em senhores de engenho²²⁵.

Em sua tese de doutorado, Antônio Calos Jucá de Sampaio, ao contestar a existência de uma crise na produção açucareira na segunda metade do século XVII, arrolou uma contagem feita por Antonil sobre os engenhos. Conforme essa contagem, em 1675, a Bahia tinha 130 engenhos e, em 1710, tinha 146; Pernambuco foi de 119, em 1622, para 246; e o Rio de Janeiro, de 60 em 1629, foi para 136. Com base nesses números o autor julgou que não seria possível entender a segunda metade do século XVII como um momento de decadência: “*ora, diante desse quadro, é evidente a fragilidade da ideia de uma decadência seiscentista*”²²⁶.

Dados: MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. p. 255.

Pautada na segurança numérica, ao contrário do pretendido, a afirmação do autor não assegura a inexistência de um padrão negativo para o século XVII, não pelo menos, para o final do século. O seu recorte cronológico (1650 – 1750), em termos documentais, está circunscrito à capitania do Rio de Janeiro. A documentação relativa a outras capitanias é quase nula, para não dizer inexistente. As questões levantadas na

²²⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. Primeira edição de 1985. P. 259.

²²⁶ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

introdução do trabalho fazem uma crítica à produção historiográfica que se preocupou demasiadamente com outra capitania, a da Bahia. Os trabalhos de Ferlini e Schwartz mobilizam, entretanto, documentos relativos às três capitanias, o que nos permite vislumbrar uma conjuntura maior, ainda que o enfoque central de ambos seja a capital do “Estado do Brasil” – a Bahia. É importante levar em conta que a história do “Estado do Brasil” não se resume à Bahia, contudo, deve-se compreender sua primazia em todos os setores políticos, comerciais, econômicos, religiosos. A Bahia era o centro de toda a colonização da América, entre 1640 e até início do século XVIII foi a região mais importante do império português.

Com relação à contagem dos engenhos, em primeiro lugar, devemos discernir entre os tipos de engenhos existentes à época, para que assim possamos pautar nossa análise em um critério que não se restrinja ao âmbito quantitativo apenas, mas que o complemente ou o explique, permitindo vislumbrar suas especificidades em termos práticos:

Dos engenhos, uns se chamam reais, outros inferiores, vulgarmente *engenhocas*. Os reais ganham este apelido por terem todas as partes de que se compõem todas as oficinas, perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios e outros obrigados à moenda; e principalmente por terem a realeza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos e bois e são menos providos e aparelhados; ou, pelo menos, com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente.²²⁷

Como demonstram os estudos sobre os engenhos, sobretudo, a partir da obra de Antonil, havia engenhos de pequeno e de grande porte. Na diferença entre esses dois tipos de engenho, as *engenhocas* e os engenhos reais, reside todo um processo de diferenciação social imanente ao contexto em que eram produzidos. Com as mudanças advindas da segunda metade do século, a saber, as relacionadas aos novos impostos, à queda no valor do açúcar, ao desaparecimento da moeda, tal como discutidos anteriormente, entre outros, criou-se uma tensão entre os senhores de engenho e os plantadores. Os senhores de engenho passaram a utilizar a sua escravaria para plantar a própria cana, o que implicou na diminuição do porte dos engenhos. Especificamente, no

²²⁷ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Por suas Drogas e minas. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1976. Primeira edição 1710. P. 69.

caso da Bahia, o trabalho de Ferlini demonstrou uma participação muito grande de senhores de engenho na produção de açúcar, com base na conjuntura econômica da segunda metade do século XVII. Sua tese é a de que a importância social, relacionada à mudança no contexto econômico do Atlântico, impulsionou os grandes senhores de engenho a apertarem o cerco sobre os lavradores que tinham o intuito de se tornarem pequenos senhores de engenho, os quais contavam com um também pequeno número de escravos para funcionar.

Com a finalidade de verificar essa mudança na estrutura dos engenhos baianos, passamos a analisar a documentação relativa ao período. Percebemos que um grande reflexo dessa mudança foram as diversas maneiras que a sociedade baiana encontrou para sanar o problema da produção. Quando entendemos o período com um momento de crise devemos compreender o rol de possibilidades que existiam à época no sentido de continuar a expandir o setor produtivo. Quando houve a tomada de Pernambuco, alguns colonos migraram para a Bahia. O reflexo foi o crescimento demográfico que implicou num avanço da produção e como o combustível principal era a lenha, percebemos que ela começou a faltar na segunda metade do século. A falta de lenha²²⁸ implicou num conjunto de medidas por parte dos colonos que deixou sinais na documentação, a qual nos permitiu, desta feita, perceber que a grande preocupação com os engenhos era no sentido de melhorar a produtividade das engenhocas movidas por força animal. Se existiram preocupações com engenhos de grande porte, não encontramos vestígios.

Em 1656, João Lopes Sena, um senhor de engenho, pediu ao Senado da Bahia um prêmio, pois, tinha descoberto uma maneira de produzir o açúcar com apenas um terço da quantidade de lenha que até então se utilizava:

Se coze e beneficia o asucar com as coais se ha de gastar menos a tersa parte das lenhas com que agora Se gastão o que vinha a ser em grande utilidade dos engenhos e Senhores delles e em benefício da fazenda Real e deste povo que he grande a despeza das Lenhas que se gastão nos engenhos ²²⁹

²²⁸ Em trabalho clássico José Roberto do Amaral Lapa demonstrou a grande importância da lenha para os senhores de engenho. No capítulo “Matéria Prima” explicou os diversos tipos de madeira utilizada para a construção e conserto de navios e como havia uma disputa – tensão – entre o estaleiro da Bahia e os senhores de engenho pela madeira. LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. P. 83 – 109.

²²⁹ Documentos Históricos Arquivo Municipal da Bahia, vol. 3, 1959, p. 311 - 4.

A lenha era fundamental para o engenho, visto que se constituía em um “combustível” para a produção do açúcar e, tal como afirmou-se na petição, ela era proveniente de locais distantes. Dessa forma, a sua economia tornava-se um aspecto salutar:

E gastando os engenhos menos a tersa parte da lenha do que agora gastão com a emvenção das fornalhas que o ditto João Lopes Sena determinava fazer não avia duvida que era em muita utilidade dos enegenhos e proveito dos Senhores delles por as lenhas virem ia de longe e custarem trabalho porem nas a beira mar e gastão hoje menos a terssa parte Se excuzavão embarcassoins coantas tem oje os engenhos e tem menos Se poderão Benefiçar menos negros e menos trabalho e que em premio disto pedia (...) os coais çidadoins forão todos de acordo com as mais gente do povo (...) ²³⁰

Em nossas pesquisas, não observamos mais referências à invenção. Entretanto, é provável que ela tenha sido utilizada em outros engenhos, visto que abrangia dois aspectos de suma importância para a produção: a diminuição do número de escravos e da lenha utilizada. Ora, se tal mudança na fornalha era funcional e gerava contenção, dificilmente, os senhores de engenho, tomando conhecimento dela e de seus benefícios não a tentariam utilizar. No entanto, foi nos anos 70 que começaram a aparecer cada vez mais mudanças para baratear o processo produtivo.

Em 1673, no engenho de Antônio Ferreira de Souza foi testada a invenção de João Simões. Antônio, como aponta a documentação, era um senhor de engenho conservador em relação aos métodos produtivos e, dessa forma, havia reprovado várias tentativas de mudanças que lhe foram oferecidas. No caso em questão, ele havia acatado prontamente o novo método, que consistia em: “*encinuar afazeres nos Engenhos, do mel fino / assucar Branco que peze aforma duas arrobas de Branco fora mascavado E / do mel ordinário, fazer assucar branco e mascuavo muito bom*”²³¹. E, além disso, também conseguia reduzir a quantidade de lenha: “*E assi mais quer fazer, fornalhas de cozer assucar macho que gaste amenos- / tade da lenha que segastaua, E dando tanta Cinza pera as decoadas como segastaua / muito, Efazendo outra temperegm que mais fácil*”; reduzindo também o número de escravos destinado a essa tarefa²³²:

²³⁰ Idem. Ibidem.

²³¹ “Termo de resolução que se tomou sobre a Petição que fes João Simões, oferecendo nella dar forma e ensino para se fazer do mel fino dos Engenhos, assucar Branco, e do mel ordinário, branco e mascavado e outras utilidades” 23-03-1673. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*, 1950, vol. 5, p.100-101.

²³² Idem. Ibidem.

Assim que parecer ser merecedor de que selhe de Sincoenta Mil reis cada Pessoa / quequizer Usar desta Inuentiua, assim os dos Melles como os do ASSucar macho E esta prestes a encinar atodos os que quizerem; E isto falta / com experiência pelo ter já feito nos engenhos de Antonio ferreira de / Souza, oqual se prova, sendo que todas as outras Inuecturas que outras / Pessoas quizerão praticar sempre as reprouou Eper ellas seconcedeo por este / Senado, mayores prêmios, Eeste engenho ser de grande bem E utilidade / deste Estado, por auer já oje tampoucas lenhas, E do negócio pera Reino/ (Fl. 39) de Portugal, pella conseuação que promete o preço E ualor do assucar, E / ainda aumento por que não senauegarão aassucares Penellas, conque os Es- / trangeiros refinarão os seus assucares das Barbadas, E outros faltando- / lhes conque o refina não os terão entanta cantidade Eterão os desta / Capitania e todo o Estado melhor saída – Pello que pede a vossas mercês / mandem que toda a pessoa que tiuer Engenho em cuja deuellas nesta Capitania / como nas mais do Estado, paguem a elle Sincoenta mil, que cobrara ex- / ecutiuamente detodos no que recebera mercê – Despacho – haja uista desta petição os Senhores deEngenho, Edigão oque çhes parecer, para Sedefinir, Bahia em / Camera 18 de Março de 1673. Lobo – Vascomcelos – Goes – Pinto - / Pela informação que ei tomado, aprovo a inventiua, e aoutro ser grande utilidade abem Comu, eaos que Uzarem, E derijão que paguem eeu me oferesso desde logo / a dar cumprimento ao que mi mandarem – Bahia 21 de março 1673 – Antonio Guedes de Brito / conforme a Petição atrás e informação que Alguos Senadores de Emgenho tenho particularmente junto, Eme / foi premio merecia o Supplicante pelas comueniencias que apresta mis mandarão o que forem Servidos / Bahia 24 deMarço 1673 – Pedro Camelle Pereira Aragão – conforme assinado degaspar de Araujo degoes, Enamesma conformidade meobrigo²³³

Devemos chamar a atenção para alguns pontos dessa petição que sobressaem à falta de lenha, não somente no Recôncavo, mas em todo o “Estado do Brasil”: a plena noção de que as “*Barbadas*”, Antilhas Caribenhas, interferiam diretamente no preço do açúcar. Sob esse ponto de vista, os baianos concebiam os antilhanos, com efeito, como concorrentes. Segundo o parecer, essa medida seria uma forma de diminuir os custos da produção, enfrentado, assim, os competidores.

Manuel Alvares Ribeiro enviou à Câmara de Salvador um outro método importante que visava reduzir o número de cavalos nos “*engenhos de cavalos*”, por meio de uma proposta que fazia uso de apenas dois cavalos como força motriz para a moenda:

(...) sobre a forma enuentiua / que ofereseo nella deenSinar afazer os engenhos de Cauillos moe- / rem Conhu ethe dous Cauillos epor diferente estilo doque athe agora Se / usa eoutras muitas utilidades do bem comum edafabriquia dos engenhos Como / melhor C[ons]ta desu[a] petisão Cujo theor heo seguinte – Manoel / Alures Ribeiro representa a Uossas merses que elle tem feito anova enuen-/tua de negenho pera

²³³Idem. *Ibidem*.

poderem moer Com dous Cauillos que Uossasmerces tem visto / E aperciado por João Dias offisial demoendas de engenho oqual He / muito perito nellas E-porsuaCertião Consta á oporuação dadita / e[n]uentiua aqual pasou por ordem de Uossasmerces por assim lho ordena- / rem; esendo ditta Enuentiua tanto embem Comum deste estado/ e ReConCauo delle para todos os senhores de engenho que oquiserem fazer / enão fasão sem orden desse senado [e] delle Supllicante: auendo lhe pago / oque Uossasmerces lhe tem aluitado desem mil reis Cad[a Senhor] deque ofazendo seja preso odito ofisial epage sinquenta mil reis pera as obras destesenado que P: aUossamercs lhe mandem fazer asento nos Liuros deste Senado pello esCriuão da Camara (...) ²³⁴

Os prêmios pelas invenções de melhorias para os engenhos, regularmente, giravam em torno de 50 mil réis. Contudo, neste caso, foi de 100 mil. A mudança esteve relacionada com engenhos de pequeno porte, mas certamente foi responsável por diminuir os custos da produção, na medida em que menos cavalos eram utilizados no processo. O ano do documento é 1677, quando o preço do açúcar começou a declinar, a moeda diminuir e, dessa forma, a relação dos produtores de açúcar sofreu um processo de míngua. Não entendemos como causal que todas essas mudanças ocorreram nesse contexto e não em outros, elas são manifestações de um contexto de crise.

Em termos de invenções que tinham como finalidade melhorar a produtividade dos engenhos, um dos personagens que mais apareceram na documentação foi o baiano Pantaleão de Fontes²³⁵. Foram várias as suas invenções ao longo do século XVII, uma delas foi muito importante para os senhores de engenho. Segundo demonstram os documentos da época, as chuvas atrapalhavam o processo produtivo, na medida em que a lama impossibilitava o transporte de cana, fazendo com que os carros de bois, juntamente com os escravos, ficassem atolados. Com a impossibilidade dos carros “*romperem a lama*”, os engenhos ficavam parados:

fabriques digo despeneo de suas fazendas excessivo trabalho de esCravos eboes não podem / conseguir moagem desuas Canas somente que choue por serem tan fundas as lamas que senão / pode por ellas romper os boes eCarros e quando semelhora otempo estão já os frutos perdidos / eualle poquo que estão seCorrerão ao suplicante seatreue afazer hum a[art]teficio que com muita facilidade / toda aCana sepossa

²³⁴ “Termo de Resolução que se tomou sobre a petição que fez Manoel Allveres oferecendo nela dar forma a moerem os engenhos de cavalos com menos da metade da fabrica de cavalos que hoje se usa porque é obrigado a moer com um até dois cavalos de que resulta também a utilidade de menos passos de que quer de prêmio sem mil reis que lhe pagarão todos os que tirarem da dita invenção” 16-01-1677. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*, 1950, vol. 5, p. 201 -202.

²³⁵ Esse senhor de engenho possui várias referências na documentação relativa às suas invenções, entretanto, ficam circunscritas às propostas somente não à utilização prática. LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. P. 46

carrear em tempo que os Carros não podem romper aslamas eos
engenhos / em todo otempo podem moer periguoaza que seja achua
eoutrosi seatreua afazer / hu artifício para arrastar moendas Com muito
menos fabrika de boes e[C]om mais facilida- / de daquela Comque se
Costuma aRastar Com menor aproueimento das madeiras: porquanto
donde / SeCostuma tirar cedros Seatreua osuplicante atirar tres oque
tudo empRol eutilida- / de de todos egrande Seruico aopRinCipe(...) ²³⁶

No ano de 1681, ele diminuiu em 1/3 o uso da força motriz nos engenhos d'água que tinham pouca força e precisavam usar cavalos para complementar. Percebemos nesta documentação engenhos que eram mistos, movidos tanto pela água quanto por tração animal e que eles também passaram por mudanças. A invenção seja direcionada a engenhos que ficavam às margens de rios com pouca força d'água, fazendo-se necessário a implementação da tração animal.

a dar modo ettraca para moagem / os engenhos de Cauillos darem ttrês
uoltas emque dauão hua / Como melh[or] Consta dape[ttição] Cuia
ttehor He oseguinte / Dis Panttaleão de fontes morador a quarenta
Annos / nas Cabesseiras de Serguippe do Conde ttermo desta cidade /
da Bahia que elle ttem achado por sua inuentiua hua / forma noua para
que os engenhos de Cauillos enquanto elles dão / huma uolta dara
a[moe]nda ttrês uoltas edous / Comque Se mohera muito mais Canna
doque naforma per-/ zentte que athe Agora seusa e Com major
desCansso dos / Cauillos cuja coueniencia será util eemportante / dos
engenhos que da dita enuensão sequizerem aperueittar / ehe Sertto
oaproueittarem ttodos per ser fácil ede pouqua / despesas que não será
mau de atthe sessenta mil / reis [pou]quo mais per huma Só ues e sertã
como fora / prez[em]tte pello modello que ttem os / pobres de Agoa
e[Se]ajudão de moendas de Cauillos lhe será majs util não usar mais
detoda aBande- / deira de Agoa quer por hem osuplicante lhe sejam
remu- / nerado este seu aluitre eemuentão artes / de Beneficio Comum
eASim – pede auossas mercês que á- / Sestendose e Uzandose dadita
traça selhe Page por / tempo de[dês] annos sincoenta mil reis por
engenho ttodos / aqueles que dadita emuensão uzarem depois deelee ofa-
/ zer todo aquele que o usar noS[e]u engenho eese- / ttiuer dous emais
Page o mesmo pelo de sincoenta / mil reis por Cada hu eque nenhum
possa leuantar / nem Carapina fazer sem Licença delle panttaleão de /
fontes sob pena eeliminação que He estilo emttam / euenttiuas edesse

²³⁶ “Termo de resolução que se tomou sobre a petição de Pantaleão de Fontes ao qual fez nela dar forma para com muita facilidade se poder carrear em tempos que os carros não podem romper as lamas e outro se oferece a dar artifícios para arrastar moedas com muito menos fabrica com notório aproveitamento das madeiras que tudo resulta em utilidade e bem comum deste povo de que quer prêmio de dez mil reis que lhe pagarão todas as pessoas de qual quer qualidade que seja quer usarem da dita invenção ou artifício”. Ata de 31-01-1680. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*, 1950, vol. 5, p. 281-83.

preuilegios e graça selhepace / prouizão a Real Magestade = Despacho (...)²³⁷

Segundo o relato, Pantaleão de Fontes foi um importante morador da região de Sergipe do Conde. Seu conhecimento sobre a produção de açúcar era extenso. Entretanto, as mudanças que ele e outros “inventores” propuseram quase não são referenciadas na historiografia. Talvez, por serem propostas aparentemente simples. No entanto, se atreladas à crise econômica e de concorrência com as Antilhas, observaremos que essas mudanças têm grande significado prático, na medida em que dizem respeito à produtividade, uma maneira de diminuir os custos da produção.

Bento Rodriguez, em 1680, requeria o prêmio de 50 mil de cada senhor de engenho que utilizasse sua invenção. A inovação, segundo a Câmara da Bahia, era muito importante porque refletia no número de animais utilizados. A medida diminuía os custos da produção, pois, a redução no número de cavalos acarretava na necessidade de menos pastos, outro problema com a proliferação das engenhocas:

“(...) se offerse adar modo atrasa para moer os engenhos Com dous Caualllos Como / melhor Consta desua petição cujo theor He oSeguin[te] = dis Bento / Rodrigues defigueiredo que Sendo uossas mercês [ser]uidos quer elle o suplicante da[r h]ua traca para / [q]eu hua [m]oenda de Caualllos possa moer somente Cana com dos Caualllos / quando semohe deprezente com quatro ded[on]desesegue jn[o]meraueis com / uiniensias Como aUossas mercês lhes He presente perquanto sepoupa ametade das / fabricas e a metade dos pas[t]os e Cerquas Co[m] que se podem aCresentar as fazendas [d]e canas em muitos engenhos que os te[m d]e terras boa Cazas deplanatar / [Es]Cuzaremse as mortandades que as todos os annos nas fabriquas consta muitas Conueniencias que mostrará aexperiencia ejecutandose / atraca[dos] engenhos que estão feitos com menos de trinta [m]Il reis oque / tudo resulta emmuito grande cômodo desta republiqua pello que pede / asvossas mercês lhe faSSa mi conseder Licenca para que pessa dahir alias com a dita traça [com] / Condição que nenhum senhor de engenho prezente ou f[u]turo possa usar d[e]lla sem pagar ao suplicante sincoenta mil reis pella inuentia per Cada moenda / dequem quizer

²³⁷ “Termo e resolução que se tomou sobre a petição que fez Pantaleão de Fontes oferecendo nela dar forma com sua inventiva para os engenhos de cavalos darem três voltas enquanto davam uma e pede de prêmio cincoenta mil reis cuja quantia lhe há de pagar toda pessoa que quizer usar da dita inventiva”. Ata de 15-11-1681. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*, 1950, vol. 5, p. 312-315.

usar da dita traça eRecebera mercê despacho ajão uiasta os senhores /
de engenho eCom seu consentimento sehe defira²³⁸

Como demonstra o documento, a inovação estava mais uma vez relacionada a pequenos engenhos, que eram elevados com menos de 30 mil reis. O aparente paradoxo é que, para se utilizar do artifício, o senhor de engenho teria que dispor de mais cabedais que o necessário para elevar o engenho. Tal assertiva denota as facilidades de se elevar um engenho pequeno na Bahia, elemento que explicaria, em parte, o crescimento de pequenos engenhos em detrimento dos grandes.

As inovações propostas eram no sentido de melhorar a produtividade dos engenhos, como um reflexo de uma conjuntura de dificuldades pela qual o “Estado do Brasil” passou durante a segunda metade do século XVII. Resultado de uma crise estrutural do império português. Como a produção nos engenhos era a principal maneira de manter um *status* social elevado, os senhores de engenho e os lavradores persistiam na produção, mesmo em situação desfavorável no mercado. Entretanto, tudo indica que o número de engenhos da segunda metade do século XVII aumentou; mas, a produção não seguiu o mesmo ritmo. Essa situação é resultado imediato da transformação de lavradores em pequenos senhores de engenho. Dessa maneira, a produção de açúcar se manteve quase linear mesmo diante do aumento de engenhos.

Os dados que contabilizam tanto a produção quanto as características dos engenhos no século XVII são esparsas e, dessa maneira, impossibilitam qualquer tentativa exata de contagem de arrobas, com padrões seguros. Contudo, dentro das possibilidades documentais, autores como Frédéric Mauro e Stuart Schwartz, conseguiram perceber o desenvolvimento da produção durante o século. A grande marca da produção durante o século é oscilação na quantidade de arrobas exportadas. Mauro ao produzir uma tabela na qual tentou perceber a evolução da produção de açúcar demonstra essa característica. O próprio autor adverte que as fontes que compõem o quadro são heterogêneas e, portanto, devem ser utilizadas com cuidado. Sendo assim ele percebe que em 1610 houve a exportação de 4.000.000 arrobas. O maior número em todo o século. 4 anos depois, por causa de uma seca, a produção foi de 700.000 apenas. Em 1617 a produção alcança

²³⁸ “Termo e Resolução que se tomou sobre a petição que fez Bento Rodriguez de Figueiredo oferecendo nela dar forma a moerem os engenhos de cavalos com metade dos cavalos que hoje se usa porque se obriga a moer com dois cavalos de que resulta também grande utilidade de menos partes de que quer o prêmio de cinquenta mil reis cuja quantia lhe pagará toda pessoa que usar da dita inventiva” *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*, 1950, vol. 5p. 289-290.

1.000.000. Em 1618, nova baixa por causa de más colheitas e doenças na escravatura, a produção caiu para 500.000. Depois os dados demonstram oscilam entre anos bons e anos ruins, mas jamais chegou novamente aos 4.000.000. Em 1650 atingiu a marca dos 2.100.000. Número bastante refutável, na medida em que os holandeses queimaram mais de 20 engenhos no ataque à Bahia em 1648. O ano de 1670, apenas na Bahia, houve a produção de 2.000.000 arrobas de açúcar. Em 1710, baseado nos dados elaborados por Antonil, tem-se a estimativa de 1.300.000. Os dados apresentados por Mauro e depois por Schwartz e outros estão relacionados às três capitanias: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro²³⁹. Não existe padrão serial para o século. Não podemos dizer que houve aumento ou queda secular. O que podemos fazer é analisar situações específicas, em contextos específicos. Em dissertação de mestrado, baseando-se na análise de Schwartz, Marcelo Lunardi Do Carmo afirmou que a produção no século XVII aumentou 85%²⁴⁰. Como demonstrado por Frédéric Mauro, em diversos momentos durante o século XVII, houve oscilações na produção, portanto, a afirmação de que durante o século XVII a produção aumentou 85% é falha, na medida em que existem referências de 4.000.000 arrobas em 1610. Não podemos estabelecer um padrão para o século já que a produção passou por diversas conjunturas diferentes, que as fontes são diversas.

Os dados utilizados para a contabilização estão, na maioria das vezes, relacionados às caixas exportadas nos navios e ao número de navios. Devemos levar em consideração que algumas vezes, o açúcar ficava parado nos trapiches e se acumulavam por conta da tensão entre a câmara, os produtores e comerciantes. Outro fator a se considerar foram as doenças que, às vezes, matavam boa parte da escravaria; as secas que diminuía a produção. Essa questão é considerada um problema conjuntural e, portanto, explicada no capítulo seguinte.

Mais importante que os dados relativos às arrobas de açúcar exportadas são os engenhos. Os dados relativos as exportações são muito duvidosos para conclusões seculares. Embora os dados referentes ao número de engenhos, embora também muito esparsos podem demonstra muitos pontos importantes.

Analizando o caso da Bahia, Mauro afirmou que “*Mais uma vez a conclusão é clara: enquanto na Baía se evolui da dispersão para concentração, em Pernambuco*

²³⁹ MAURO, Frédéric. *Portugal, Brasil e o Atlântico*. vol. 1. Apêndice.

²⁴⁰ CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. Dissertação de Mestrado em História econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018. P. 69.

evoluiu-se da concentração para a dispersão”²⁴¹. Na segunda metade do século XVII, ao que parece, o problema aumenta com a construção de muitos engenhos pequenos que acabam atingindo os grandes. Continua o autor: “*Em conclusão, entre 1587 e 1662 quanto mais se avança para o Sudoeste e para o mar, mais o número de moinhos aumenta*”²⁴²

Em 1660, podemos observar que o problema da proliferação implicou na falta de cana aos senhores de engenhos reais.

E se mostra que o único que tem para se conservarem os engenhos que há e se aumentar a quantidade de açúcar com os que pode haver, é mandar sua majestade por expressa lei que senão faça mais de novo nesta capitania engenho algum marítimo e os que tiverem cabedal para os fundar os façam pelas terras adentro (que há muitas) a imitação dos de Pernambuco, em parte donde não privem por nenhum caso da lenha ou cana de que se aproveitam ou possam aproveitar os marítimos²⁴³

Esse fenômeno ocorreu, quiçá, como apontou Mauro, por dois motivos: em primeiro lugar pela ameaça indígena, e em segundo, pelo tipo de solo existente na Bahia. “*No conjunto, em 1587 como em 1662, a situação dos engenhos depende, como é evidente, da natureza geológica do subsolo baiano. Todos se encontram solinas de xisto argilosos cretácios que bordejam o Recôncavo*”²⁴⁴. Adentrando no sertão e ao sul, o solo é menos fértil. Dessa maneira, a limitação geográfica se impôs perante a produção e, assim, na região litorânea prevaleceu a produção da sacarose.

Podemos perceber que a segunda metade do século XVII gerou uma concorrência entre os grandes senhores de engenho e os pequenos, sendo os pequenos engenhos os mais aptos para o contexto da crise econômica que se abateu. As engenhocas produziam menos em comparação aos reais: “*os engenhos reais fazem cada ano seis e sete mil pães de açúcar, hoje mal passam de quatro e cinco e se as engenhocas faziam*

²⁴¹ MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (1570 - 1670). P. 258.

²⁴² MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (1570 - 1670). P. 258.

²⁴³ *Representação do Juiz do povo e misteres da Bahia, ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos do Recôncavo e a reparação dos existentes, consideram que o único remédio que há para se conservarem os engenhos e se aumentar com eles a quantidade do açúcar é passar-se lei para se não fazerem mais engenhos a beira mar naquela capitania, e quem os quiser fazer os faça pela terra dentro.* AHU_CU_005-02, CX15, D. 1778. Observar: CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. P. 70.

²⁴⁴ MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (1570 - 1670). P. 262.

quatro mil e mais, são contadas as que chegam a três e quase todas ordinariamente muito menos de dois mil”²⁴⁵.

Dessa maneira, percebemos que enquanto o número de engenhos aumentou a produção não acompanhou o processo, pois, segundo a interpretação dos próprios baianos a capacidade produtiva dos engenhos diminuiu. Alguns engenhos passaram a ser desfabricados, isto é, pararam de produzir, se *arruinaram*. O grande motivo era a falta de cana.

Em Paraguaçu por o capitão Diogo de Aragão Pereira fazer seu engenho ficou fazendo o de Santiago muito menos e se reduziu o da ponta a tão miserável estado que o capitão Antonio Lopes Ulhoa seu dono por se não acabar de perder o vendeu ao memso Diogo de Aragão Pereira. (...) Por Francisco Ferreira Cocim (como ser o homem mais rico do Brasil) fazer o seu engenho novo da Patatiba desfabricou o seu engenho de Jagoaripe que ainda existe, sendo real, por não ter cana para ambos ”²⁴⁶

Marcelo Lunardi do Carmo, ao analisar a conjuntura produziu uma tabela a respeito dos engenhos baianos na década de 1660 e detectou a seguinte situação: 43 engenhos produzindo, 23 engenhocas e 20 reais. O mais interessante é que todos os engenhos que foram desfabricados eram engenhos reais e todos os construídos foram engenhocas²⁴⁷. Vejamos que cada engenho real, produzia entre 7.000 e 6.000 pães de açúcar anuais; as engenhocas, entre 4.000 e 2.000 pães teremos a seguinte situação na década de 60: Reais (entre 120.000 e 140.000 pães); engenhocas (entre 41.000 e 92.000 pães).

Tabela 3
Produção de açúcar na Bahia (1660).

	Produção em pães	Produção em quilos²⁴⁸	Totais em arrobas²⁴⁹	Totais em toneladas
--	-------------------------	---	--	----------------------------

²⁴⁵ *Representação do Juiz do povo e misteres da Bahia, ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos do Recôncavo e a reparação dos existentes, consideram que o único remédio que há para se conservarem os engenhos e se aumentar com eles a quantidade do açúcar é passar-se lei para se não fazerem mais engenhos a beira mar naquela capitania, e quem os quiser fazer os faça pela terra dentro.* AHU_CU_005-02, CX15, D. 1778.

²⁴⁶ *Representação do Juiz do povo e misteres da Bahia, ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos do Recôncavo e a reparação dos existentes, consideram que o único remédio que há para se conservarem os engenhos e se aumentar com eles a quantidade do açúcar é passar-se lei para se não fazerem mais engenhos a beira mar naquela capitania, e quem os quiser fazer os faça pela terra dentro.* AHU_CU_005-02, CX15, D. 1778.

²⁴⁷ CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. Dissertação de Mestrado em História econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018. P. 73.

²⁴⁸ Adotamos a média de 10,9 quilogramas por pão de açúcar.

²⁴⁹ Adotamos o valor de 14,5. Com base em: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. p. 105.

Reais (capacidade produtiva)	140.000	1.547.800	106.745	1.547,8
Reais (Produção)	120.00	1.308.000	90.207	1.308
Engenhocas (capacidade produtiva)	92.000	1.002.800	69.159	1.002,8
Engenhocas unidades)	41.000	446.900	30.820	446,9
Totais (Capacidade produtiva)	232.000	2.528.800	174.400	2.528,8
Totais (Produção)	181.000	1.972.900	136.100	1.972,9

Segundo Stuart Schwartz, em 1675 existiam 69 engenhos na Bahia, eles produziam em torno de 7.500 arrobas anuais, num total de 517.500 arrobas. Como podemos perceber, a conta realizada pelo autor leva em consideração que todos esses engenhos eram reais e produziam o máximo de açúcar de suas capacidades. Essa conta é um exagero e, provavelmente, não se produzia nem a metade disso. Em primeiro lugar, teríamos que levar em consideração que todos os engenhos produzissem o máximo de suas capacidades e, depois, que todos esses engenhos fossem reais. Como podemos observar, os engenhos que predominaram no Recôncavo na segunda metade do século XVII eram pequenos, engenhocas. Quando vamos analisar a produção de açúcar, ainda devemos considerar outro fator: a existência de engenhos mistos, isto é, que produziam a água e tração animal, como demonstramos acima.

Dessa maneira, observamos o seguinte quadro para a produção de açúcar na Bahia. Havia uma competição entre lavradores e grandes senhores de engenho. Os lavradores, até o início do século, plantavam a cana que era moída nos engenhos reais. Sobretudo, depois da restauração, percebemos que houve uma mudança fundamental e os engenhos passaram a diminuir, em quantidade e tamanho. A segunda metade do século XVII ocorre a proliferação de engenhocas e engenhos mistos. Essa situação ocorre porque os lavradores passaram a moer a própria cana em engenhos pequenos, que custavam menos para levantar. Dessa forma, os engenhos reais passaram a ser desfabricados, fruto

da concorrência na produção. Os engenhos pequenos passaram a se adaptar melhor ao contexto de crise. A única vantagem que os grandes senhores tinham era a capacidade de crédito, que lhes possibilitava levantar engenhos com cabedais emprestados, comprar cobs e todos os materiais com promessa de pagamento na próxima safra. Sendo assim, pelo que vimos, a produção da segunda metade do século XVII era feita, principalmente por engenhocas. Portanto, a assertiva na qual se avalia a segunda metade do século XVII como um momento de expansão da produção não resiste à análise documental, na medida em que em quantidades, os engenhos aumentaram, mas não a capacidade produtiva.

Visando diminuir o problema da concorrência entre os engenhos, passaram os baianos a discutir a possibilidade de proibir a distância entre os engenhos. A ideia defendida era a de que o número de engenhos não determinava a produção e sim a quantidade de canas. Se o número de engenhos aumentasse, a produção ao invés de se elevar iria diminuir, pois, faltaria canas para serem moídas²⁵⁰. Ao analisar a questão, Lunardi (2018) percebeu que o debate permaneceu em boa parte da segunda metade do século XVII. Em 1662 o procurador da Fazenda enviou ao Conselho Ultramarino parecer no qual se posicionou contrário à proibição. Afirmou que quando na Bahia existiam mais engenhos a produção era maior e que os problemas na arrecadação da fazenda estavam relacionados à ruína deles. No mesmo ano, “*homens nobres da governança de Salvador*”, enviaram ao Conselho Ultramarino uma representação na qual se colocam ao lado do provedor da Fazenda. A argumentação era a de que os engenhos deveriam ser construídos em caminho ao interior, pois, teriam a finalidade de fazer guerra contra os gentios da terra. Não obstante, no mesmo ano, Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil, se opôs ao procurador da fazenda e aos nobres da terra em requerimento ao Conselho Ultramarino. Em 1663 a Câmara de Salvador também enviou parecer ao Conselho apontando para a necessidade de se construir mais engenhos ao invés de se proibirem, mas com a determinação que respeitassem a distância de meia légua²⁵¹.

Até 1665 ainda não havia nenhuma resposta da Coroa, o governador geral do Brasil, Vasco de Mascarenhas, afirmou que as terras da Bahia estavam cansadas e, portanto, a construção de novos engenhos à beira mar prejudicava a produção de açúcar

²⁵⁰ AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778. CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. P. 117.

²⁵¹ CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. P. 117 120.

no Recôncavo²⁵². Apenas em 1669 o Conselho produziu um parecer no qual se mostrou contrário à construção de engenhos à beira-mar, no qual justificou que o intuito era a conservação do Estado do Brasil e da manutenção da Fazenda Real²⁵³.

Com a resolução do Conselho Ultramarino a discussão arrefeceu e a pauta mudou. No mesmo caminho das reclamações advindas da falta de cana, a discussão na década de 80 foi sobre a falta de lenhas. A Câmara defendeu a tese de que deveria se respeitar a distância de meia légua entre os engenhos e que os haviam sido construídos primeiro deveriam prevalecer. Ainda, afirma-se que não se deveria proibir os engenhos construídos no sertão, pela razão de serem eles os mecanismos de interiorização²⁵⁴. Segundo Marcelo Carmo, depois que D. Pedro expediu legislação seguindo os camarários, os senhores de engenhos mais antigos passaram a se valer das determinações e reclamar da proximidade com base na provisão real²⁵⁵.

7. Queda nos preços do açúcar

A concorrência das Antilhas foi o grande problema para a queda dos preços do açúcar na segunda metade do século XVII? Segundo Alice Piffer Canabrava depois que os holandeses foram expulsos de Pernambuco levaram as técnicas de produção e passaram a concorrer com os brasileiros²⁵⁶. Os próprios produtores brasileiros compreendiam dessa maneira ao afirmar que as causas da ruína dos produtores da Bahia eram as Barbadas²⁵⁷.

Vitorino de Magalhães Godinho, ao analisar a queda geral nos preços na segunda metade do século XVII, afirmou que o açúcar não foi o único a baixar. O tabaco,

²⁵²Carta do governador-geral e vice-rei do Brasil, conde de Óbidos [d. vasco Mascarenhas], ao rei [D. Afonso VI], sobre convir que se conservem os engenhos que existem e não se construírem outros à beira-mar. AHU_CU_005-02, Cx. 18, D. 2077). Apud: CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. P. 117.

²⁵³ CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. P. 120.

²⁵⁴ “Parecer do conselho Ultramarino de 27-10-1681.”. *Documentos históricos da biblioteca nacional*. VOL. 88. 1950. PP 209.

²⁵⁵ CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. P. 117 124.

²⁵⁶ CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas*. (1687 - 1755). São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981, pp. 21-22.

²⁵⁷ “Termo de resolução que se tomou sobre a petição que fez João Simões, oferecendo nela dar forma e ensino para se fazer do mel fino dos engenhos, açúcar branco, do mel ordinário, branco e mascavado e outras utilidades pedindo prêmio de cinquenta mil reis que lhe pagarão todos os que usarem da dita sua invenção” Bahia 23 -03-1673. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia*, 1950, vol. 5, p.100-101.

por exemplo, em Lisboa, custava em 1650 260 réis o arrátel; em 1668 desceu a 200 e em 1688 foi a 70. O cravo foi de 18.000 réis a 5.000 réis em 20 anos²⁵⁸.

Com relação ao açúcar, objeto da pesquisa, devemos observar os dados elaborados por Vera Ferlini.

Tabela

Tabela 4
Bahia (1650 - 1689)
Preço do açúcar Branco

Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/Arroba	Índice
1650	1376	100	1660	1308	95	1670	1412	103	1680	1109	80
1651	1620	118	1661	1308	95	1671	1412	103	1681	1109	80
1652	1620	118	1662	1308	95	1672	1412	103	1682	1109	80
1653	1620	118	1663	1308	95	1673	1412	103	1683	1109	80
1654	1440	105	1664	1308	95	1674	1412	103	1684	1109	80
1655	1447	105	1665	1440	105	1675	1220	88	1685	1109	80
1656	1447	105	1666	1440	105	1676	1001	72	1686	1109	80
1657	1447	105	1667	1440	105	1677	1001	72	1687	1109	80
1658	1447	105	1668	1440	105	1678	1080	78	1688	918	66
1659	1447	105	1669	1412	103	1679	1085	79	1689	778	56

Fonte: FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder*. P. 76.

Tabela 5

Amsterdã (1650 - 1689)
Preço do açúcar Branco

Safra	Florins	Índice	Safra	Florins	Índice	Safra	Florins	Índice	Safra	Florins	Índice
1650	0,67	100	1660	0,69	95	1670	0,35	103	1680	0,28	80
1651	0,73	118	1661	0,69	95	1671	0,29	103	1681	0,28	80
1652	0,69	118	1662	0,69	95	1672	0,28	103	1682	0,27	80
1653	0,66	118	1663	0,69	95	1673	0,28	103	1683	0,25	80
1654	0,69	105	1664	0,39	95	1674	0,28	103	1684	0,25	80
1655	0,69	105	1665	0,40	105	1675	0,28	88	1685	0,25	80
1656	0,69	105	1666	0,40	105	1676	0,28	72	1686	0,26	80
1657	0,69	105	1667	0,40	105	1677	0,28	72	1687	0,26	80
1658	0,69	105	1668	0,40	105	1678	0,28	78	1688	0,26	66
1659	0,69	105	1669	0,35	103	1679	0,29	79	1689	0,24	56

²⁵⁸ GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670 - 1770). P. 75.

Fonte: FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder**. P. 77.

Entre 1670 e 1690 houve uma baixa de 45% na cotação do açúcar baiano. Esse é um índice muito alto para um tipo de produção cujos lucros não são exorbitantes.

Em 1650, o valor da arroba do açúcar branco, em Lisboa, era 3.500 réis; em 1668, 2.400; em 1688, 1.300; na Bahia, respectivamente, 1.376, 1.444 e 918. Observamos a partir desses dados que a margem de lucro dos comerciantes reinóis diminuiu com a crise. Em 40 anos, a queda foi bastante drástica.

Não obstante, devemos levar em consideração que a moeda portuguesa sofreu diversas alterações durante o século XVII. Outra questão a ser observada são os diversos levantamentos da moeda no Brasil, que elevou o valor da moeda metropolitana em cerca de 20%. Contudo, mesmo com essa diferença, desprezando o transporte, o valor das mercadorias trocadas, a margem de lucros dos comerciantes, ainda assim, o valor do açúcar diminuiu consideravelmente nesses 40 anos. O gráfico acima explica, em partes, o fato de cada vez mais os comerciantes que iam para a colônia a partir de Portugal preferirem o pagamento em moedas ao pagamento em açúcar.

De certa maneira, do ponto de vista dos dados relativos ao preço do açúcar, os senhores de engenho perderam menos do que os comerciantes. Entretanto, outras questões devem ser levadas em conta, uma vez que se mostram diretamente ligadas ao valor da produção, tais como: o valor dos escravos e as questões naturais (secas e doenças).

8. Características conjunturais da crise açucareira da segunda metade do século XVII

Doenças causadas por vírus, entre elas a varíola, a febre amarela, a gripe, o COVID-19 etc. são muito difíceis de se controlar devido a invisibilidade aos olhos humanos e a facilidade de transmissão. Se essa dificuldade ocorre mesmo em sociedades cujo conhecimento microbiano é bem desenvolvido, como as atuais, era muito mais nas sociedades anteriores ao século XIX quando prevalecia a teoria dos “*miasmas*” para explicar as pestes²⁵⁹. Assim, as epidemias com grande índice de mortalidade, eram também chamadas de pestes.

²⁵⁹ Martelli CMT. “Dimensão Histórica das Epidemias”. *Rev Patol Trop.* 6: 1-8, 1997

O verbete “*Peste*” do Dicionário de Bluteau é bastante representativo sobre a explicação dos miasmas. A “*peste*” era um “*mal epidêmico, cuja essência, no meio dos estragos, que causa, ainda se ignora*”. A peste, segundo alguns médicos, seria uma “*febre agudíssima, maligna, contagiosa, venenosa, a qual se manifesta com bubões, nodoas*” e que matam inúmeras pessoas. Para outros, “*a peste é um levedo, e fermento contagioso (...) cujas causas remotas são, ou malignos influxos celestes, ou indigestas, e cruas exalações da terra*” que surgiam da terra durante os terremotos, juntando-se ao ar e a água. Ao contaminar a terra, atacava os animais subterrâneos, “*como formigas, minhocas, coelhos, toupeiras*”, fazendo fugirem de seu habitat natural; ao atacar as águas, matavam todos os peixes. “*Manifestam a peste do ar, as árvores, ervas, feras, e todas as criaturas vegetativas, que ante tempo se murcham, caem as aves mortas, corrompe-se a carne fresca, o pão mole se enche de bolor*”, matando até os homens de boa saúde. A transmissão da peste era ainda mais assustadora para eles: “*não só pelo contato corporal se comunica a peste, mas pega-se aos panos, vestidos, roupas, cartas, papeis, e envolta nas mercancias, se leva de um reino para outro*”. Em cada reino a peste se apresenta de uma maneira, “*nos mais ordinários são carbúnculos, ou antrazes, tumores debaixo dos braços, nas virilhas, e em partes glandulosas, suores frios, modorras, urinas negras, câmaras coliquativas, frenesis, palpitações nos corações*”²⁶⁰.

A teoria dos miasmas coaduna elementos teóricos do epicurismo, a tradução medieval mística e sobrenatural e a influência do movimento dos astros sobre a natureza, tais como cometas e eclipses. Em suma, a própria sociedade ao se desvirtuar, ao se tornar corrupta e pecadora, provocava a influência divina que implicava na erupção de vulcões e terremotos, cujas consequências eram a corrupção dos ares.

Isto é o que prognosticava o cometa da Bahia, e todos estes horrores tão medonhos os que encobriram as sombras daquela palma, a qual, porém, não esquecida da sua melhor figura, chegou o ano de mil seiscentos cinqüenta e quatro, se mostrou tão verdadeiramente palma, e tão prodigiosamente vitoriosa que, levantando-se, e pelejando só as relíquias dos pernambucanos contra toda a Nova Holanda, defendida e presidiada com dezenove fortes reais, a venceram toda de Norte a Sul, e de cabo a cabo, reconquistando em dois dias tanta terra quanta se não podia andar a bom passo em quatro meses. Mas se aquele teu primeiro cometa, ó Bahia, debaixo da figura de palma, dissimulava e encobria trinta anos inteiros de tantos trabalhos, calamidades, assolações, perdas irreparáveis, que ainda duram, e tantos rios de sangue e mortes semnúmero, o que agora tens diante dos olhos em figura de espada, que cuidas que te pode prognosticar, e que te está dizendo Deus por ele?

²⁶⁰ Bluteau, Raphael. **Dicionário Português e Latino**. Lisboa. 1720.

Nesse texto de Vieira conseguimos perceber como era forte a ligação da análise sobre os astros e sua relação divina. O cometa de 1618 teria prognosticado guerras, doenças e mortes. O cometa de 1695 era tão somente uma ameaça divina (por isso o formato de espada²⁶¹) que não se concretizaria se os baianos melhorassem suas ações “*Em conclusão, persuade-se à Bahia que não há cometa que prognostique grandes calamidades, e isto é que lhe ameaça e está dizendo Deus pela voz do cometa presente*”²⁶² Sendo assim, as explicações sobre as calamidades estavam intrinsicamente ligadas à vontade divina e às ações humanas, cabendo a eles interpretar e tomarem uma postura correta.

8.1. As bexigas

As bexigas, nome dado ao vírus da varíola²⁶³, foi a doença que mais matou na história da humanidade e ela influenciou profundamente a economia portuguesa na segunda metade do século XVII. Os documentos demonstram com bastante clareza essa relação. Observemos a definição de Bluteau sobre elas:

Procede de um sangue viciado, que causa essa efervescência na massa sanguínea, e do sangue reconcentrando nas bostelas²⁶⁴ se geram uns pequenos abcessos, com impressões corrosivas na pele, que nela deixam umas pequenas cicatrizes. Gastam as bexigas três dias para sair, depois nove estão secas. É mal contagioso, e tão perigosamente simpático, que muitas vezes a irmãos, e irmãs, ainda que distantes uns dos outros, no mesmo tempo se comunica²⁶⁵.

Consta no verbete que existiam várias formas de bexigas: *bexigas negras*, *bexigas de pelo de lixa*, *bexigas de ta*, *bexigas doidas*. O termo varíola, *Variolae*, entretanto, era utilizados apenas em alguns contextos por médicos latinos²⁶⁶. Na América

²⁶¹ A palavra espada aparece 29 vezes no texto.

²⁶² idem

²⁶³ Da família do *poxviridae*, subfamília *chordopoxvirinae*, gênero *Orthopoxvirus*, espécie *Vaccinia vírus*, causadores da *smallpox* (varíola humana), *cowpox* e *vaccinia*. Existem outras espécies *vaccinia vírus* que atacam outros vertebrados, como gados, marsupiais, roedores, etc. como demonstra Hiria Hiromi Okuda em sua tese de doutoramento. soroepepidemiológico e caracterização de amostras pela técnica de PCR e RFLP. Tese de doutoramento em Epidemiologia Experimental e Aplicada as Zoonoses. USP: São Paulo, 2013.

²⁶⁴ Leia-se pústulas.

²⁶⁵ BLUTEAU, R. Vol. 2. P. 115.

²⁶⁶ O nome da doença vem do latim, “Varius”, usado por Plínio e Celsus para indicar uma enfermidade na pele.

portuguesa, em toda a documentação consultada, a doença é chamada de bexigas, inclusive algumas outras varicelas também eram, por ventura, chamadas de bexigas.

Relatos de epidemias de varíola existem desde o princípio das civilizações, muito anterior à era cristã²⁶⁷ e não há consenso do seu surgimento. Estudos arqueológicos demonstram que possivelmente um dos primeiros surtos tenham ocorrido durante o reinado de Ramsés V, na medida em que seu corpo mumificado, datado do ano 1157 a. C., aponta para morte por varíola²⁶⁸. De qualquer maneira, estudos demonstram que a varíola era comum em quase todas as civilizações. Uma evidência irrefutável da naturalização dessa epidemia é a relação religiosa que os diversos povos construíram com ela ao conceberem deuses. Índia, *Sitala Mata*; Japão, *Tametomo*; China, *Ma-Chen* e *Pan-Chen*; yorubás africanos, *Sopona*, que chegou ao Brasil com o nome de *Omolu* e *Obaluaê*²⁶⁹.

O controle sobre a varíola ocorreu apenas com a descoberta do processo de imunização iniciado por Edward Jenner no final do século XVIII, já sob à luz da razão iluminista. A perspectiva anterior, de maneira quase geral, se pautava na explicação mística e sobrenatural, daí a importante relação com os deuses. Na Índia antiga alguns brâmanes itinerantes trabalhavam no processo de prevenção da doença coletando o líquido de pústulas de doentes com algodão para passar na pele de pessoas saldáveis esfolando-as a fim de lhe provocarem uma forma branda da enfermidade. O detalhe sagrado que se misturava ao profano era embeber no rio Ganges o algodão que ficava por seis horas na pele ferida e em contato com o líquido contaminado. Na China existe a lenda da monja eremita do Tibet que preparava um pó com as cascas da ferida de variolados e misturava a ervas e colocava nas narinas de crianças. Não há pesquisas relacionadas à mortalidade em ambos os métodos de imunização, mas, a saber o método de Jenner, “variolação”, aparentemente mais seguro, ocasionou inúmeras mortes tanto de varíola quanto por outras doenças como a sífilis que passava pela contaminação de braço a braço. Importante notar aqui, entretanto, era a naturalidade com que era tratada a doença milenar e que esses dois métodos de imunização foram difundidos pelos povos antigos, na Grécia,

²⁶⁷ Schatzmayr HG. “A Varíola, uma antiga inimiga”. *Cad Saúde Pública*. 17: 1525-1530, 2001

²⁶⁸ Martins RA. “A Varíola e a Descoberta da Vacinação”. In: *Contágio. História da Transmissão das Doenças Transmissíveis*. Capítulo 7. P. 125.

²⁶⁹ *idem*

no Egito e, por fim, na Turquia. Quando os europeus chegaram a esse local, de maneira indireta, aprenderam o método que por meio e levaram à Europa²⁷⁰.

Da influencia indiana sobre os turcos surgiu a técnica de fazer arranhões nas testas e braços de pessoas saudáveis e embeber com líquidos de pústulas maduras coletadas de variolados, em outros termos, pessoas que tinham resistido à doença e criado anticorpos serviam de estímulo para que pessoas que não tinham sido atingidas pelo vírus já tivessem adquirido a imunidade. O médico grego Emmanuel Timoni em 1713 foi o primeiro a se interessar pelo método chamando a atenção da *Real Society* de Londres, mas apenas em 1725 houve real interesse, quando em Newgate foram feitos testes parcialmente bem-sucedidos com presos, que passou a ser chamado de “*variolação*” e “*inoculação de bexigas*”²⁷¹. Depois da experiência lida pelos jesuítas portugueses no século XVIII o método foi amplamente utilizado nas américas.

Fizemos esse breve resumo da história do conhecimento sobre as práticas de imunização para demonstrar que o período que estudamos não havia conhecimentos adquiridos pelos colonos capazes de imunizar a sociedade colonial e, dessa maneira, apenas a quarentena era utilizada como maneira de prever que a doença grassasse toda a sociedade. Ao tratar do assunto, Celina Martelli nos esclarece:

A prática da quarentena, como esforço de regulamentação para lidar com as epidemias, consistindo no isolamento dos doentes "contagiosos", deriva da Idade Média, sob a inspiração dos ensinamentos bíblicos. O número quarenta é o número bíblico da provação, considerado número arquétipo e cabalístico: Jesus permaneceu quarenta dias no deserto; os hebreus vagaram durante quarenta anos entre o Egito e a Terra Prometida; o dilúvio foi provocado por uma chuva de quarenta dias; no Levítico (12:2 I 5), a purificação de parturientes se processava em 40 dias, quando davam à luz um menino e, se fosse menina, seria de duas vezes 40. Também no tantrismo budista, o “*serviço*” da mulher está dividido em provações de 40 dias. A quarentena, enquanto intervenção de saúde pública, permanece até os dias atuais, embora o tempo de isolamento seja estabelecido pelo período de transmissibilidade da doença sob investigação²⁷².

A documentação que consultamos não faz referência a qualquer tipo de imunização sobre a doença, apenas, o cuidado com os considerados vetores dela, o tráfico

²⁷⁰ Martins RA. “A Variola e a Descoberta da Vacinação”. In: *Contágio. História da Transmissão das Doenças Transmissíveis*. Capítulo 7. P. 128.

²⁷¹ MARTINS, RA. “A Variola e a Descoberta da Vacinação”. In: *Contágio. História da Transmissão das Doenças Transmissíveis*. Capítulo 7. P. 125.

²⁷² MARTELLI, Celina Maria Turchi. Dimensão Histórica das Epidemias. *Rev Patol Trop* 6. p. 3.

negreiro e os africanos, considerados os responsáveis pela doença. Além da quarentena, a medicina de cura que tratava dos enfermos tanto no Brasil quando em Portugal era rudimentar, mesmo valorizando a importância em curas sobre outras doenças, com efeito, pela excelente medicina jesuítica que misturava a farmacologia europeia, oriental e indígena²⁷³. A varíola matou dezenas de milhares de pessoas, sobretudo, indígenas desde os primeiros contatos com os europeus. Além da varíola, outras doenças, como a *Influenza*, a sífilis e o sarampo grassaram as sociedades indígenas numa verdadeira guerra biológica.

De verdade, a vulnerabilidade dos índios ao choque epidemiológico – resultante da união microbiana do mundo completada pelos Descobrimentos – constituiu um fator restritivo à extensão do cativeiro indígena e, inversamente, facilitou o incremento da escravidão negra. Em virtude da do fracionamento demográfico, da dispersão territorial e da ausência de animais domésticos (suscetíveis de transmitir zoonoses), os povos pré-cabralinos permaneciam ao abrigo das pandemias que açoitaram o novo mundo²⁷⁴.

A vulnerabilidade indígena às doenças que não eram conhecidas pelo seu sistema imune implicou num verdadeiro holocausto e, de certa forma, incentivou o uso de mão de obra africana. Não afirmamos que as doenças impediram o uso de mão de obra dos locais, pois, até o fim do século XVI eles eram os grandes responsáveis pelo trabalho na colônia e, com o desenvolvimento do comércio negreiro, com leis que restringiam sua escravização, com a alta mortalidade, com as fugas constantes, os negros assumiram o papel principal, embora não exclusivo, do trabalho na produção de açúcar.

Longe de imputar à varíola a responsabilidade pela escravidão ou pelo tráfico, queremos demonstrar que a naturalização sobre a doença que havia nas sociedades escravizadas, facilitou o processo. A própria construção do universo religioso dos africanos da África central tornava plenamente normal a presença do achaque e a presença de Orixás são a prova disso²⁷⁵.

Obalúaué (Rei Dono da Terra) ou Omolu (Filho do Senhor) são os nomes geralmente dados a Sànpònná, deus da varíola e das doenças contagiosas, cujo nome é perigoso ser pronunciado. Melhor definindo,

²⁷³ CALAINHO, Daniela Buono. “Jesuítas e medicina no Brasil colonial”. *Revista Tempo*. Vol. 19. Rio de Janeiro. P. 15.

²⁷⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos Viventes*. p. 127.

²⁷⁵ Consultar: VERGER, Pierre. *Orixás*; PRADI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 202 – 220.

ele é aquele que pune os malfeitores e insolentes enviando-lhes a varíola²⁷⁶

No capítulo seguinte tratamos melhor da varíola no continente africanos, contudo, é importante, nesse momento, levar em consideração que ela era intrínseca às sociedades que compunham a maior parte dos escravos transportados ao Brasil e, naturalmente, lidavam melhor e mais espontaneamente com a situação que os indígenas. Quando, por exemplo, surgiu a febre amarela em Pernambuco e Bahia, entre 1685 e 1686, o espanto pelo desconhecido era tão grande que os relatos sobre o medo do contágio foram muito maiores que o da conhecida e mais mortal varíola.

Os escravos eram considerados, no Brasil, apenas ferramentas de trabalho, e, dessa maneira, apenas números nas descrições sobre as mortes por varíola. No caso dos indígenas, desde os primeiros contatos foram dizimados pelo vírus e, por isso, a historiografia especializada, ressaltou esse aspecto e a mortalidade dos negros africanos tenha ficado eclipsada pelo volume de informações relativas aos indígenas. Alguns documentos ainda tratam das mortes de escravos e deixam ambígua a conclusão sobre a contagem de mortos. Observemos o caso do relatório do embaixador inglês no Brasil, que afirmou que no surto variólico de 1666 mais de 16 mil escravos morreram. Não houve distinção entre índios e negros²⁷⁷. A conta sobre o número de escravos dizimados pelas doenças é impossível de ser feita para o Brasil colonial²⁷⁸.

O trabalho feito é no sentido de avaliar as consequências dessas doenças na produção colonial, do ponto de vista econômico. Como vimos acima, os dados relativos a Londres demonstram que mais de 7% da população morreu contraindo a doença e imaginamos que esse valor não seja inferior para o Brasil do mesmo período, a julgar pelos relatos até mais, já que os navios que chegavam da África nesse período estavam cheios de doentes vindos de Angola, Costa da Mina e São Tomé²⁷⁹.

Joseph Miller e Daril Alden, em artigo importante, defendem a tese de que todos os surtos de varíola que a América passou foram ocasionados por vírus advindos

²⁷⁶ VERGER, Pierre. *Orixás*. p. 75.

²⁷⁷ BOXER, Charles e ALDRIDGE, J. C. *Descriptive list of the state papers 'Portugal' 1661 – 1780 in the Public Record Office*, London, vol. 1. P. 64. Documento assinado por Sir Robert Southwell (20/11/1666). *Apud*. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. p. 131.

²⁷⁸ Existem dados relativos à cidade de Londres. Entre 1650 e 1660 4,8%; 1661 – 1670, 3,6%; 1671 – 1680, 7,1%; 1681 a 1690, 7,4%; 1691 a 1700, 5,1%. Martins RA. “A Varíola e a Descoberta da Vacinação”. In: *Contágio. História da Transmissão das Doenças Transmissíveis*. Capítulo 7. P. 129.

²⁷⁹ ALDEN, Daril e MILLER, Joseph. “Out of Africa: The Slave Trade and the Transmission of Smallpox to Brazil, 1560-1831. *The Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 18, No. 2. 1987, pp. 195-224

de fora, transportados pelo tráfico negreiro. Ao observar a documentação relativa às pestes da segunda metade do século XVII, tanto em Angola quanto na Bahia, podemos perceber que os dois surtos que existiram na Bahia (1665/6 e 1685) tiveram relações diretas com o tráfico. Dessa maneira, neste capítulo, nos concentramos em demonstrar que a mortalidade causada pelos surtos de varíola implicou em prejuízos constantes aos senhores de engenho, causando o endividamento, problemas na produção e falências.

A varíola esteve presente em todo o território colonial tocado pelos navios negreiros. Depois da Restauração, ao menos três grandes surtos existiram até o final do século e as consequências foram extremamente negativas para a economia colonial, intensificando a crise. Em 1642 os Oficiais da Câmara do Rio de Janeiro escreveram uma carta ao novo rei explicando a gravidade de uma epidemia de bexigas que tinha assolado a capitania e que provocou “*grande mortandade*” de escravos que afetou a produção de açúcar. Os moradores tinham ficado, segundo a petição, sem condições para sustentar a infantaria e, por isso, precisavam de moedas para sustentar as tropas. Ainda, pedia ao rei que se dessem licenças para navios de pequeno volume com produtos metropolitanos aportarem.²⁸⁰ Em fevereiro de 1644, menos de dois anos depois, os camarários enviaram nova carta ponderando sobre a gravidade do surto e suas consequências na capitania e na produção de açúcar devido a quantidade excessiva de escravos mortos²⁸¹. Não encontramos relatos para outras capitanias.

O grande surto variólico no Brasil, com efeito, ocorreu entre 1665 e 1666, com relatos em boa parte do território. Em 10 de março de 1666, os camarários cariocas enviaram carta ao rei explicando que a produção de açúcar tinha sido reduzida por causa da mortandade dos escravos e que não poderiam pagar o tributo do “Dote Paz”, devido à “*pobreza instaurada*” na capitania. O pedido era de dilação do prazo²⁸². O mesmo foi feito pelos baianos, que estiveram expostos um ano antes ao surto²⁸³. A peste de 1665/66 causou tantos danos financeiros aos baianos que ainda em 1681 eles sentiam o peso das dívidas adquiridas por causa do surgimento do vírus.

Os oficiais da Câmara da Bahia, por carta de 30 de junho deste ano, representam a Vossa Alteza o **miserável estado em que se acha aquela cidade e seu Recôncavo**, ocasionado dos limitados rendimentos dos

²⁸⁰ AHU_ACL_CU_017, Cx. 2\Doc. 107 (1). Projeto Resgate – Rio de Janeiro Avulsos (1614 - 1830)

²⁸¹ AHU_ACL_CU_017, Cx. 2\Doc. 116 (1) Projeto Resgate – Rio de Janeiro Avulsos (1614 - 1830)

²⁸² AHU_ACL_CU_017, Cx. 4\Doc. 362 (1) Projeto Resgate – Rio de Janeiro Avulsos (1614 - 1830)

²⁸³ “Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 24 de outubro de 1681.” DHBN. CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO BAHIA 1673 — 1683. Vol. 88 P. 211-12

seus frutos e do pouco valor dele, do qual nascia uma ruína geral a todos aqueles moradores.

E sobre ela o estrago que este ano fizeram as bexigas que reputaram por peste, com as quais ficaram as fábricas dos engenhos e fazendas de canas muito diminutas (...) (grifos nossos)²⁸⁴.

Ainda afiançam que,

Os oficiais da Câmara da Cidade da Bahia, em carta de 9 de julho deste ano, representam a Vossa Alteza os serviços que aqueles moradores tem feito assim na guerra como na paz, com fazendas e vidas, padecendo por esta causa os trabalhos manifestos e sobretudo o de duas pestes de bexigas, com que se acham tão atenuados da fazenda que apenas podem hoje sustentar as famílias que antes eram bem abundantes. E que desejando acrescentar seus filhos com o lustre das boas artes e ciências nas Universidades do Reino, e autorizá-los com os graus de licenciados e doutores o não podiam fazer por falta de cabedais para os enviar e sustentar neste Reino, como convém²⁸⁵.

Nas cartas citadas acima, percebemos que o endividamento dos senhores de engenho foi muito grande, ao ponto de eles afirmarem que não conseguiam sustentar suas famílias, que o luxo tinha deixado de existir e que os seus filhos não conseguiam mais ir ao reino estudar. Tais reclamações são indícios de que a classe dos senhores de engenho empobreceu no período. Essas reclamações dos senhores de engenho ajudam a comprovar a tese desenvolvida de que a segunda metade do século XVII foi um momento de diminuição geral do tamanho dos engenhos, na prevalência das *engenhocas* em detrimento dos engenhos reais.

Nossa pesquisa sobre a estrutura dos engenhos apenas foi possível para a Bahia, entretanto, ao analisar a temática das doenças, conseguimos perceber que a sensação de empobrecimento fomentada pelas doenças se fizeram presentes em várias capitanias. Em 12 de março de 1666, o ouvidor-geral do Rio de Janeiro, Manuel Dias Raposo, enviou carta à Coroa afirmando que a morte de escravos na capitania era tão grande que havia deixando os senhores de engenho empobrecidos por causa da queda na produção de açúcar²⁸⁶. No mesmo ano, no Espírito Santo, alguns engenhos que tinham sido “*desfabricados*” e, dessa maneira, assumidos pelo fazendeiro e senhor de engenho

²⁸⁴ “Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 24 de outubro de 1681..” DHBN. CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO BAHIA 1673 — 1683. Vol. 88 P. 211-12

²⁸⁵ “Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 13 de Novembro de 1681.” ..” DHBN. CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO BAHIA 1673 — 1683. Vol. 88. Vol. 216-17

²⁸⁶ AHU_ACL_CU_017, Cx. 4\Doc. 363 (1) Projeto Resgate – Rio de Janeiro Avulsos (1614 - 1830)

Fernandes Monsanto, que explicava ter perdido boa parte da escravatura para as bexigas, 19 peças pedia a reposição dessas peças e foi atendido pelo governo da Bahia²⁸⁷.

O relato de Sebastião Rocha Pitta da conta de explicar que a epidemia de varíola começou em Pernambuco, ganhou força na Bahia e chegou, por fim, ao Rio de Janeiro de maneira avassaladora.

As casas, que contavaõ nas suas famílias de portas a dentro o numero de quarenta, ou cincoenta pessoas, não tinhaõ huyi a sãa, que podesse curar das enfermas, nem sahir a buscar os remedios, e chamar os Médicos, os quaes não podiaõ acudir às innumeraveis partes para onde eraõ solicitados, e não atinavaõ nas medicinas, que haviaõ de applicar, porque com incerto effeito experimentavaõ sararem huns das que outros morriaõ, com que tudo era confusão, e sentimento²⁸⁸.

Os relatos de Rocha Pitta dialogam com a documentação das Atas da Câmara, das cartas do Senado e pareceres do Conselho Ultramarino até no ponto em que citam o cometa como responsável pelo aviso sobre o surgimento das doenças.

no seguinte de mil e seis centos e sessenta e seis, experimentou o Brasil huma das mayores Calamidades, que padecera desde o seu descobrimento, e conquistas, precedendo hum horroroso Cometa, que por muitas noites tenebrosas, ateado em vapores densos, ardeo com infausta luz sobre a nossa America, e lhe annunciou o damno, quẽ havia de sentir ; porque ainda que os Metheoros se formaõ de incêndios casuaes, em que ardem os átomos, que sobindo da terra, chegaõ condensados à tesféra, as cinzas em que se dissolvem, são poderosas assim a inficionar os ares para infundirem achaques, como a descompor os ânimos para obrarem fatalidades ; tendo-se observado, que as mayores ruynas nas Republicas, e nos viventes trouxeraõ sempre diante estes sinaes. Tal foy o que appareceo no Brasil hum anno, antes dos estragos, que se lhe seguirão²⁸⁹.

O autor demonstrou que a doença foi desastrosa para as capitanias, especialmente, na Bahia a pobreza se generalizou em todas as camadas populares. Muitos senhores de engenho perderam quase todos os seus bens devido ao surto porque ele interferiu diretamente na produção dificultado o cultivo dos alimentos, o que levou a uma fome no Recôncavo.

²⁸⁷ Portaria, que se passou para se numdar escravos a Fazendas Engenhos de Marcos Fernandes Monsanto na Capitania do Espirito Santo” IN: *DHBN. 1660 – 1670*. Vol. 7. 1929. P. 270- 271.

²⁸⁸ Idem. P.248.

²⁸⁹ PITTA, Sebastião da Rocha Pitta. *História da América Portuguesa*. Livro sexto. P. 247.

constando a mayor parte daquelles habitadores de escravos para as fabricas dos Engenhos, fazendas, e lavouras, houve alguns Senhores destas propriedades, que perdendo todos os que tinhaõ, ficaraõ pobres, e não poderaõ em sua -vida tornar a beneficiar as suas possesoens, ficando em muita necessidade algumas Familias nobres, que possuirão grandes cabedaes²⁹⁰.

Embora a narrativa de Rocha Pitta pareça exagerada, se observada em conjunto com a economia e com os relatos da Câmara, percebemos que todas as colocações do autor de história da América portuguesa estão corretas. A dívida contraída pelos senhores de engenho na segunda metade do século XVII foi muito alta. Uma das questões era a falta de moeda para compra dos produtos vindos do reino, a outra é a queda na produção de açúcar. Os senhores de engenho, sem capital para comprar os produtos, passaram a dar as safras seguintes e o açúcar ainda não produzido como garantia. Com as mortes dos escravos entre 1665 e 1666, os senhores de engenho não tinham condições de pagar seus credores e, dessa maneira, passaram a ser executados em seus equipamentos de engenhos, nas peças de cobre, na escravatura e, por isso, muitos deles foram desfabricados. Por isso, nesse período, houve uma grande mudança na estrutura dos engenhos, prevalecendo os pequenos em detrimento dos grandes. Com as diversas reclamações, a Coroa passou a proibir que a execução das dívidas passasse de 50% dos rendimentos do engenho e tampouco na escravaria²⁹¹. A Reclamação desses senhores era a de que a dívida havia sido contraída devido ao surto de bexigas de 1665²⁹² e que o número de escravos que haviam morrido impossibilitava a produção, causando a inadimplência²⁹³

com que facilitou a alguns moradores circunvizinhos a cultivar as terras que por falta de engenho estavam devolutas e tendo-o assim feito por causa das reais safras que houve os anos passados e **grande mortandade de negros pelas bexigas**, que deram geralmente, ficou o engenho quase desfabricado e para o poder tornar a reformar fez grandes empenhos que não pode satisfazer, antes se impossibilita pela quantidade de donativos que pagam, assim antigos, sustento da infantaria como para o dote da Senhora Rainha da Grã Bretanha, e pazes de Holanda, com o que alguns credores o executam nos negros, fábrica do Engenho e outros efeitos que tem, e se continuarem com o obrigarem

²⁹⁰ Idem. P. 249.

²⁹¹ “Carta de Sua Alteza sobre Luiz Nunes Santarém não ser executado por seus credores mais que na metade do rendimento do seu Engenho” DHBN. CARTAS REGIAS (1667 — 1681). Vol. 67. P. 53.

²⁹² AHU_ACL_CU_005, Cx. 25\Doc. 3006 (1). Projeto Resgate —Luisa da Fonseca (1599 - 1700).

²⁹³ Cópia da Petição de Luiz Nunez Santarém. DHBN. CARTAS REGIAS (1667 — 1681). Vol. 67. P. 54.

a seus devidos ficará de todo arruinado e não poderá continuar com moer o engenho tanto em seu prejuízo e da fazenda de Vossa Alteza²⁹⁴

Pensando na Bahia, capital do Estado do Brasil, maior centro produtor de açúcar, percebemos que a crise da década de 80, sobretudo depois de 85, esteve atrelada à uma variedade de fatores, entre os quais a doença das bexigas foi fundamental. Os anos que se seguiram aos surtos de 1665 e 1666 foram terríveis aos baianos e, ainda no início da década de 80 não haviam se recuperado²⁹⁵ e navios com bexigas continuavam a chegar da África.

Recebi a carta de Vossas Mercês com o aviso da nomeação dos oficiais para a saúde pois tanto convém haver esse resguardo como se conhece do dano (pois houve com falta dele pela entrada da fragata Madre de Deus que veio da Mina a esta Bahia, cheia de bexigas, para destruição deste povo, como se experimentou tanto a custa dele, e assim devem Vossas Mercês ordenar as pessoas nomeadas para esta diligência (prontamente acudam toda e qualquer embarcação que entrar nesta Bahia a visitá-la em companhia do médico e quando se necessite de alguma despesa para este efeito será justamente para que se ponha por obra o que não entendi depois que teve aviso de Vossas Mercês ou por esperar a minha resolução. Deus guarde a Vossas Mercês muitos anos. Bahia, 20 de agosto de 1682. Antônio de Sousa.²⁹⁶

Ao que parece, o surto da Costa da Mina do início da década de 80, não causou muitos danos na Bahia. Entretanto, navios chegados com doentes de Angola causaram nova epidemia no Recôncavo e, dessa maneira, diversos pedidos de traficantes para irem à Costa da Mina em detrimento de Angola surgiram, observemos os argumentos contidos num desses registros de alvarás de 22 de julho de 1685:

nele o mal de bexigas de tal maneira que se pode temer que em muitos anos se não refaça a perda de muitos negros que morreram nele retardando se poderem vir as embarcações a este Estado que precisamente são necessárias para a conservação dos Engenhos dele. Hei por bem conceder (como pela presente faço) na forma que tenho ordenado) a licença que pede para partir (à conservação dos Engenhos dele digo) para a Costa da Mina, e vir a esta cidade livremente em direitura sem tomar o porto ele São Thomé (sem embargo de que o não podia fazer sem ir registrar aquela Ilha) pagando os direitos que

294 Cópia da Petição de Luiz Nunez Santarém. *DHBN. CARTAS REGIAS* (1667 — 1681). Vol. 67. P. 54.

295 “Provisão de Sua Alteza sobre se não arrematarem os fructos da terra.” In: *DHBN*. (1651 - 1693). Vol. 32. P. 369 – 371. Documento de 30 de janeiro de 1682

296 “Carta para os oficiais da Câmara sobre os oficiais da saúde.” Vol. Vol. 86. *DHBN, PERNAMBUCO E OUTRAS CAPITANIAS DO NORTE CARTAS E ORDENS 1727 — 1732. SENADO DA CÂMARA BAHIA 1657 — 1696* Vol. 86. P. 231.

pertencerem à Fazenda Real nesta cidade dando fiança na forma do estilo a qual lhe mandará tomar o Provedor delia ela quantia que julgar bastante a segurança que contêm as cláusulas desta licença depois de posta a arqueação na forma do estilo pelo que ordeno a todos os Governadores Capitães-mores Provedores da Fazenda Real Alfândega das Capitanias deste Estado lhe não impeçam fazer sua viagem antes lhe dêem para isso todo o favor, e ajuda que necessário lhe for para firmeza do que lhe mandei passar a presente sob meu sinal e selo de minhas armas a qual se registara nos livros da Secretaria deste Estado e nos mais a me tocar e se guardará e cumprirá tão pontual e inteiramente como nela se contém sem dúvida embargo nem contradição alguma²⁹⁷.

Podemos observar, também, que o processo ocorreu em concordância com a legislação da época, com a lei das arqueações de 1684, que tentava controlar o tráfico diminuindo a mortalidade a bordo. De qualquer maneira, as medidas de contenção objetivadas com a lei das arqueações e com a diminuição do tráfico entre Angola e Brasil não foram capazes de inibir a disseminação do vírus da varíola e a Bahia foi tomada rapidamente pela epidemia que se espalhou por outras partes do Brasil e ceifou a vida de milhares de negros, índios e alguns brancos. Partindo da experiência da peste de 1666, os baianos se preocupavam sobretudo com a economia, com a conservação dos engenhos e muito pouco com vida. Em nenhum dos relatos oficiais existe a preocupação com as mortes em si, apenas com a economia, com a situação dos engenhos e com as contas a pagar. A produção de açúcar, entretanto, é a única e exclusiva preocupação nos relatos; a vida ceifada dos escravos pela varíola era vista apenas como uma perda econômica, uma peça a repor, como um trabalhador a menos no engenho. Essa situação, em síntese, é a demonstração em essência do pensamento da elite colonial do século XVII. Dessa forma, pulularam pedidos de mudança na rota do tráfico negreiro para Costa da Mina entre 1686^{298 299} e 1687³⁰⁰. Esses pedidos, no entanto, devem ser entendidos, conjuntamente, a partir do incremento do comércio de tabaco entre as duas regiões³⁰¹.

²⁹⁷ “Registo do Alvará por que se concedeu licença a Antônio de Andrade Mestre do Patacho Santo Antônio e Almas para ir à Costa da Mina”. In: *DHBN*. (1681 - 1686). Vol. 28. P. 317.

²⁹⁸ “Registo de uma Provisão de licença para a Sumaca S. Antônio e Almas do Mestre Francisco Pereira de Garcia poder partir para a Costa da Mina”. In: *DHBN*. (1681 - 1686). Vol. 28. P. 332.

²⁹⁹ “Registo do Alvará pelo qual se concedeu licença a João Martins Vianna Capitão do Patacho Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio”. In: *DHBN*. (1681 - 1686). Vol. 28. P. 424.

³⁰⁰ Registo de um Alvará de Licença con= cedido pelo Marquez das Minas Governador e Capitão Geral a Francisco Guerreiro Mes= tre da Sumaca por nome N. S^o. do Amparo Santo Anf Dnio e Almas para carregar e par=> tir para a Costa da Mina. In: *DHBN*. (1687 - 1690). Vol. 101.

³⁰¹ CARVALHO, Leonardo Dallacqua e SALLES, Wesley Dartagnan Salles. “Varíola, Tabaco e Sistemas Atlânticos”. *Revista Brasileira do Caribe*. Vol. 16. N. 32. 2016; VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Editora Corrupio, 1987.

Embora o surto variólico em Angola tenha sido muito grande não era o único fornecedor do vírus. Por exemplo, em 4 de janeiro de 1681 uma sumaca chegou de São Tomé com 97 negros doentes que foram postos em quarentena³⁰², outra embarcação da Costa da Mina em 1682:

Recebi a carta de Vossas Mercês com o aviso da nomeação dos oficiais para a saúde pois tanto convém haver esse resguardo como se conhece do dano (pois houve com falta dele pela entrada da fragata Madre de Deus que veio da Mina a esta Bahia, cheia de bexigas, para destruição deste povo, como se experimentou tanto a custa dele, e assim devem Vossas Mercês ordenar as pessoas nomeadas para esta diligência (prontamente acudam toda e qualquer embarcação que entrar nesta Bahia a visitá-la em companhia do médico e quando se necessite de alguma despesa para este efeito será justamente para que se ponha por obra o que não entendi depois que teve aviso de Vossas Mercês ou por esperar a minha resolução. Deus guarde a Vossas Mercês muitos anos. Bahia, 20 de agosto de 1682. Antônio de Sousa.”³⁰³.

A varíola na Bahia, durante a segunda metade do século XVII, tinha vários focos e todos eles estiveram relacionados com o trato negreiro. Embora, os relatos portugueses tenham pesado para o surto angolano da década de 80, Luanda não foi o único porto a transportar a doença ao Brasil. O peso do achaque na produção, como demonstram os relatos, foi muito pesado, como ocorreu em 1665/66, mas, com o agravante da crise econômica causada pela queda no valor do açúcar, da falta moeda, do endividamento dos senhores de engenho (em boa parte influenciado pelas mortes de varíola), etc. A peste de 1685, assim como no passado, dizimou parte da população e causou pânico devido à enorme mortalidade.

Os oficiais da Câmara da Cidade da Bahia, em carta de 20 de julho deste presente ano, dão conta a Vossa Majestade que na aflição em que a todos punha a peste que deu naquela cidade, obrigara a todos a que não só tratassem dos remédios naturais senão também solicitassem a misericórdia e piedade divina por todos os meios que pudessem mover a levantar castigo tão rigoroso.³⁰⁴

³⁰² “Carta para o Capitão Pedro Lobão Monteiro”. In: *DHBN*. 1663 – 1685. VOL. 9. 1929. P. 86.

³⁰³ “Carta para os oficiais da Câmara sobre os oficiais da saúde.” Vol. Vol. 86. *DHBN*. PERNAMBUCO E OUTRAS CAPITANIAS DO NORTE CARTAS E ORDENS 1727 — 1732. SENADO DA CÂMARA BAHIA 1657 — 1696 Vol. 86. P. 231.

³⁰⁴ Parecer do conselho Ultramarino. 15 de novembro de 1686. *DHBN*. CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO BAHIA 1683 – 1695. Vol. 89. P. 56 -57.

Como observado acima, nesse contexto, havia um apelo muito grande ao território do sagrado para curar a peste. De fato, na sociedade colonial, baseada em valores do Antigo Regime, o aspecto sobrenatural das doenças surgia com força em momentos de desespero com esse, ao ponto de o Conselho Ultramarino sugerir que para além dos remédios naturais deveriam recorrer à piedade divina. De fato, a peste de 85, foi tão mortal quanto a de 20 anos anterior.

Embora dois surtos tenham ocorrido, com grandes mortes e perdas nos anos de 1665, 1666 e 1685, observamos na documentação que o vírus sempre esteve presente tanto na capital do Brasil quanto e outros rincões da América. Apesar das pesquisas apontarem para o fator exógeno do vírus, atrelando os surtos ao tráfico negreiro, não podemos descartar – de modo algum – que a doença tenha se tornado endógena na colônia em alguns momentos. A tese de que sempre o vírus migrou e causou os surtos é bastante tentadora, visto o constante fluxo do tráfico, a coincidência de que quando havia epidemias nos fornecedores irradiava-se também na colônia americana. Para além do transporte do próprio vírus, no que se refere à mortalidade, existe um conjunto de fatores que dão sentido a duração e gravidade da doença - a qualidade da imunidade dos infectados, na maioria das vezes pelo regime alimentar. Não é verdade que epidemias virais não têm sucesso em sociedades bem alimentadas, mas é muito mais efetiva em ambientes de regime alimentar pobre, como era a sociedade colonial. Assim, todos reconheceram que em 1685 a sociedade baiana entrou em colapso. Observemos esse relato do Conselho Ultramarino:

Que do mesmo modo achara também que nunca os moradores daquela cidade estiveram mais impossibilitados que agora por as bexigas lhe levarem maior parte dos escravos, não renderem as safras a metade do que era estilo, terem as suas fazendas com pouco benefício, acrescentando-se a isto a falta de moeda e a carestia dos usuais, com que se lhes dificultaria muito poderem mostrar o zelo com que sempre serviram a Vossa Majestade, principalmente quando tinham sobre si os donativos do dote de Inglaterra e paz de Holanda e as fintas que contribuíam para o sustento da Infantaria³⁰⁵

Como observamos nos relatos acima, a epidemia intensificou a crise econômica que a Bahia passava ao ponto de as safras serem reduzidas pela metade, impossibilitando os baianos de cumprirem com seus compromissos financeiros com a

³⁰⁵ Parecer do conselho Ultramarino. 8 de novembro de 1681. *DHBN. CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO BAHIA 1683 – 1695*. Vol. 89. P. 25.

Coroa e com seus credores. Ainda mais porque ao mesmo tempo que passou por dois surtos de varíola em menos de 20 anos, a Bahia viu surgir a primeira epidemia de febre amarela de sua história. Antes de entrarmos nesse assunto, cabe ressaltar que a varíola, segundo alguns relatos, continuou a existir no Brasil colonial.

Embora, a documentação sobre a disseminação da varíola pelas capitanias seja esparsa e o foco de nossa análise seja a Bahia, percebemos que depois do surto baiano, algumas outras localidades também tiveram epidemias ou casos isolados retratados na documentação. A documentação aponta para os paulistas e seu avanço pelo sertão como grandes propagadores da doença no final do século, com diversos relatos. A “guerra dos bárbaros” foi um dos principais fatores de disseminação da doença. Em 28 de maio de 1686, na Capitania de São Vicente no “*Terço dos paulistas*” o relato de que morreram vários escravos e soldados³⁰⁶. Depois de conquistado Palmares, ao tentar controlar o sertão, os paulistas serviram apoio incondicional no avanço pelo interior do Estado do Grã-Pará e Maranhão e, dessa maneira, as bexigas os acompanhou por todo esse processo, conforme demonstram alguns relatos dizimando aldeias inteiras³⁰⁷. Em 15 de março de 1696 António de Albuquerque Coelho explicou: “*experimentou este Estado com o mal das bexigas uma notável ruína, na mortandade de muitos brancos, com a maior parte dos escravos, a que se seguem grandes fomes.*”³⁰⁸. Assim, os pedidos de auxílio militar, financeiro e por alimentos pulularam. No final de 1698 vários pedidos³⁰⁹³¹⁰ foram feitos nesse sentido, já que muitos soldados se revoltavam perante à fome e às mortes de seus companheiros pelas bexigas³¹¹. A doença era atrelada à falta de alimentos: “*Por algumas cartas que chegaram a esta cidade, ... Terço dos Paulistas eram mortas, ... por pessoas ... por doença das bexigas que lhes veio com falta de mantimentos*”

³⁰⁶ “Registo da Carta Patente do posto de Mestre de Campo do Terço de Paulistas brancos índios armados que por ordem do Sua Majestade que Deus guarde há de vir da Capitania de S. Vicente para a guerra dos bárbaros do Rio Grande provido na pessoa do Sargento-maior Manuel Alves de Moraes Navarro aprovado pelo mesmo Senhor para se lhe encarregar aquela guerra” *DHBN*. (1695 —1697), vol. 57. P. 84.

³⁰⁷ AHU_ACL_CU_009, Cx. 9\Doc. 928 (1) Projeto Resgate – Maranhão (1614 - 1833).

³⁰⁸ Carta do Governador do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.” in: *DHBN*. (1692 – 1698). P. 404.

³⁰⁹ Carta para Caetano de Mello de Castro Governador de Pernambuco sobre o 3.º dos Paulistas socorre-lo com gente e mantimentos, ... com armas. ... r o engenheiro ver o conserto de que necessita” *DHBN*. (1692-169). Vol. 38. P. 455 – 56.

³¹⁰ “Carta para o Capitão-mor da Paraíba Manuel Soares Albergaria sobre socorrer o Terço dos Paulistas com mantimentos e u gente possível e sobre uma carta para o Capitão-mor do Rio Grande” *DHBN*. (1692-169). Vol. 38. P. 458 – 459.

³¹¹ “Carta para o Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro sobre a doença de Bexigas que deu no seu Terço falta de mantimentos quietação dos Officiaes e Soldados: e paz com o gentio”. *DHBN*. (1692-169). Vol. 38. P. 459.

³¹². Dessa forma, a o governador do “*Estado do Brasil*” determinou que se enviassem alimentos, armas e dinheiro para apaziguar a situação na região logo no início de 1699³¹³³¹⁴.

Um dos aspectos que nos chama a atenção é que as pessoas atingidas pela doença, quando sem condições materiais, estavam à mercê da caridade de instituições religiosas. No grande surto carioca da década de 90, o padre Francisco de Matos, reitor do Colégio da Companhia de Jesus exerceu papel importante no atendimento de pessoas carentes atingidas pelo achaque, incentivou outros padres a fazerem o mesmo³¹⁵. Nesse momento o surto de varíola foi tão grande no Rio de Janeiro que as obras básicas, como a manutenção de fortaleza para defesa da cidade, ruas, praças, ficaram abandonadas por falta de trabalhadores atingidos pela doença³¹⁶.

Como podemos observar na documentação, a população da Bahia e parte do Brasil colonial, na segunda metade do século XVII teve sua economia profundamente modificada pela expansão da doença e, sobretudo entre as décadas de 70 e 80 acelerou o processo de endividamento dos senhores de engenho perante à Coroa e credores.

Depois do surto da década de 60, a Bahia continuou a receber escravos doentes de variadas localidades, como aponta a documentação, sobretudo entre 1681 e 1682. Quem relatou a presença da doença na Bahia antes mesmo de 1685 foi Vieira. Em 1683, seu irmão Bernardo Vieira de Ravasco, o Governador Antonio Sousa de Meneses, o *Braço de Prata*, entre outros, foram acusados de terem participado do assassinato do Alcaide da Bahia, Francisco Teles de Meneses³¹⁷. Quando, em sua defesa, escreveu ao Conde da Castanheira, Simão Correia da Silva, em 25 de junho de 1683, afirmou que a Bahia passava por diversos problemas que fizeram com que a frota de 1683 fosse à Europa com “*mais queixas que caixas, porque faltou novidade do açúcar, e foi ano fertilíssimo das novidades que V. S. a ouvirá por outras vias*”³¹⁸. Segundo o Jesuíta a situação da

³¹² “Carta para o Capitão-mor da Capitania do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo, que se lhe remeteu por via do Capitão-mor da Paraíba, recomendando-se-lhe a resposta sobre o serviço de Sua Majestade que Deus guarde”. *DHBN*. (1698 - 1712). Vol. 39. P. 3 e 4.

³¹³ “Carta para o Provedor da Fazenda do Rio Grande Manuel Tavares Guerreiro sobre os 6 mil cruzados que se lhe remeteram para socorrer o Terço dos Paulistas e ele socorrer ao Arraia” *DHBN*. (1698 - 1712). Vol. 39. P. 13 -14.

³¹⁴ “Carta para o Capitão-mor do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo sobre várias matérias, tocantes ao Terço dos Paulistas, e conserto da fortaleza”. *DHBN*. (1698 - 1712). Vol. 39. P. 13 -14.

³¹⁵ AHU_ACL_CU_017, Cx. 6\Doc. 567 (1) Projeto Resgate – Rio de Janeiro Avulsos (1614 - 1830)

³¹⁶ AHU_ACL_CU_017, Cx. 6\Doc. 565 (1) Projeto Resgate – Rio de Janeiro Avulsos (1614 - 1830)

³¹⁷ Carta CXCI. A Roque da Costa Barreto. 25 de junho de 1683.

³¹⁸ CARTA CXCI - Ao Conde da Castanheira -1683 — Junho 25. In: VIEIRA, Antonio. *Cartas do Padre António Vieira*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio D’Azevedo. Tomo 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. P. 481

Bahia já em 1683 era muito terrível, “*À peste das bexigas se seguiu a fome, e à fome a guerra intestina, que tem destruído, e arruinado tudo*”³¹⁹. Vieira escreveu essa carta sob a acusação de ter participado de um complô para assassinato e, logicamente, para explicar a decadência geral da Bahia e defender a si e sua família deu peso à ruína social. Em 20 de junho, Vieira escreveu novamente ao Conde de Castanheira afirmando que muitas regiões ultramarinas se encontravam em dificuldades devido às doenças:

Goa, defendida por milagre, ficava ainda no mesmo perigo. Angola ardendo em peste de bexigas, e quási despovoada. Esta costa novamente infestada de corsários, que tomaram o nosso Provincial, e na terra muitas doenças com freqüentes e arrebatadas mortes: tudo lástimas e desenganos³²⁰.

8.2. A “Bicha”

O ano de 1685, dessa maneira, narrado por todos os setores da sociedade colonial, foi o ápice da epidemia no império português na parte Atlântica. É exatamente nesse contexto que surgiu a febre amarela no Brasil, na terra arrasada pela varíola e pelas dívidas que os colonos não conseguiam pagar. Segundo o estudo de Odair Franco, mais de 900 pessoas morreram e outras 25.000 se infectaram, apenas na Bahia³²¹. A *bicha*, como foi chamada na documentação, era um novo tipo de peste que surgiu em Recife, Pernambuco, em 1695 e se espalhou por outras regiões, chegando à Bahia em 1686. Os relatos sobre as bexigas deixam de aparecer na documentação baiana para dar lugar às referências à *bicha*, que durou até a década de 90.

A febre amarela é uma doença ocasionada por um flavivirus, cujo vetor é o mosquito: *Aedes Aegypti* nas zonas urbanas e o *haemagogus* nas zonas rurais. A doença, endêmica do continente africano, característica de primatas, chegou ao Brasil em 1685 no Recife e rapidamente se espalhou por todo o território. Segundo os relatos da época, a doença chegou da África a partir de um navio negreiro vindo de São Tomé, o qual tinha

³¹⁹ CARTA CXCI - Ao Conde da Castanheira - 1683 — Junho 25. In: VIEIRA, Antonio. *Cartas do Padre António Vieira*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio D’Azevedo. Tomo 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. P. 481

³²⁰ CARTA CCVIII - Ao Conde da Castanheira - 1685 — Junho 20. In: VIEIRA, Antonio. *Cartas do Padre António Vieira*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio D’Azevedo. Tomo 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. P. 519.

³²¹ FRANCO, Odair. *História da Febre-amarela no Brasil*. Ministério da saúde. Departamento de endemias rurais. Rio de Janeiro, 1969. P. 25.

um barril de carne podre que havia sido aberto e contaminado os ares. Entretanto, o viajante francês Bardot, esteve na ilha entre os anos de 1684 e 1686 e não se referiu à doença naquele contexto. Ainda mais, não se encontra nenhuma evidência de doentes a bordo do navio durante a viagem, apenas, quando já desembarcado e aberto o barril de carnes podres, e, por conseguinte, adoeceu um tanoeiro que teria transmitido a doença a outros moradores da mesma casa e o surto se alastrou³²²

Os sintomas do mal eram bastantes novos para eles:

Era huns o calor tépido, e o pulso sossegados; noutros inquietos, e grande febre; huns tinham anciãs, e delírios; outros animo quieto, e discurso desembaraçado. Huns com dor de cabeça, outros sem ellas, e finalmente desiguaes athe na crise do contágio, porque acabavão ao terceiro, ao quinto, ao sexto, ao sétimo, e ao nono dia; alguns ouve, que morreão ao primeiro e ao segundo”³²³.

A doença chegou à Bahia no dia 4 de abril de 1686. Um dos mais importantes relatos sobre a *bicha* foi a do historiador Sebastião da Rocha Pitta. Segundo ele, os dois primeiros a sofrerem com a doença foram dois homens que, na companhia de uma meretriz, foram envenenados por ela e, dessa maneira, disseminaram a doença. Boa parte da população do Recôncavo, segundo os relatos do historiador, contraiu o mal. As casas se encheram de doentes terminais e as Igrejas de mortos e nenhuma medida adotada por médicos conseguia minimizar as consequências e muitos deles acabavam morrendo também³²⁴. Em carta de 2 de maio de 1686 a Diogo Marchão Temudo, Padre António Vieira asseverou que o mal era tão grande que parte da população corria para o mar afim de fugir da morte “*que pegava muitos*”³²⁵. O próprio Vieira, em carta a Roque da Costa Barreto, em julho de 1689, afirmou que foi pego pela *bicha*:

é a que escrevo de cama, em que três vezes me derribou a *bicha*, que quer Deus me morda só dos joelhos abaixo, posto que com uma terrível erisipela, acompanhada de tão ardente febre que totalmente me priva de juízo. Assim, o fez já o ano passado neste mesmo Junho e julho, em que depois de mês e meio de cama me deixou ainda nela a partida da frota”³²⁶

³²² FRANCO, Odair. *História da Febre-amarela no Brasil*. Ministério da saúde. Departamento de endemias rurais. Rio de Janeiro, 1969. P. 12.

³²³ COUTO, D. Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1904. p. 532.

³²⁴ Inserir nota

³²⁵ VIEIRA, CARTA CCXII – A Diogo MArchão Temudo. 525 – 527.

³²⁶ CARTA CCXXXV – A ROQUE DA COSTA BARRETO. P. 577 – 578.

Ainda faz notar que pela quantidade de pessoas que contraíram a doença implicou na queda de produção dos engenhos: “*este ano deixaram de moer muitos engenhos, e no seguinte haverá muito pouco deles que possam fornecer*”³²⁷. Afirmou que o estado da economia era tão grave que, exacerbadamente, afirmou, “*brevemente tornaremos ao primitivo estado dos índios, e os portugueses seremos brasis*”³²⁸. Dois anos depois, em carta ao Marquês das Minas, afirmou que a *bicha* ainda mordida o Recôncavo e, “*o mais mordido nos dois meses passados foi o colégio, em que da Páscoa ao Espírito Santo enterramos oito religiosos de todas as idades*”³²⁹.

A causa dos sucessivos surtos de doenças que surgiam na Bahia, segundo o parecer do Governador António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, era o tráfico negreiro. Segundo ele, sobretudo os escravos que vinha de Angola, Costa da Mina e São Tomé, estavam sujeitos às doenças pelas condições que ocorria o tráfico negreiro.

se evitassem todos os navios especialmente os que vinham de Angola e São Tomé e Costa da Mina, para assim se evitar os danos que com certeza julgavam os médicos e homens experimentados que vinham de ditas partes a corromper e infeccionar essa cidade, que contavam lamentável lástima se tem experimentado, e havendo-se respeito a outros exemplos de visitas que fizeram por ordem deste senado em os anos passados como a qual se fez na Nau Santa Marta e Nossa Senhora da Conceição as quais se mandaram para o morro fazer quarentena por cuja razão se continuarão sempre as visitas de ditos navios (...) que desembarcassem gente que vinha em dita embarcação por muitas dela danificada e muita dela com sarna e lepra, e constando ao dito médico por declaração do Capitão do dito pataxo se lhe haviam morto quinze ou dezesseis negros fora outros que se mataram a levantar³³⁰.

O medo do contágio por qualquer tipo de doença supostamente advinda do continente africano perpassou a documentação relativa à Bahia entre o início da década de 1680 e meados 1690. É muito importante ressaltar que, longe de saber as causas de todas essas doenças virais, os moradores do Recôncavo atribuíam à corrupção do ar a causa dos males e, nesse sentido, o tráfico negreiro era muitas vezes responsabilizado. Como observado no documento acima, além das “*bexigas*” e da “*bicha*”, outras doenças

³²⁷ CARTA CCXXXVII – A DIOGO MARCHÃO TEMUDO. P. 580 – 581.

³²⁸ *idem*

³²⁹ CARTA CCLV – Ao Marquês das Minas. 1 de julho de 1691. P. 617.

³³⁰ “Termo de Resolução e assento que se tomou sober ir navio que veio da Costa da Mina de João Godinho damaja ter a quarentena na Ilha de Itaparica no Sítio que [e]lha mão de manguinho por julgar o Médico da Cidade o doutro Manoel de Matos de Viveiros por não vir capaz e ser conveniente a que fosse esta quarentena”. *Atas da Câmara 1684 – 1700*, vol. 6, p. 23.

atingiram o Recôncavo. O surto de varíola, pelo que consta a documentação, acabou por volta de 1686 na Bahia. A febre amarela, entretanto, durou pelo menos até o início da década de 90. A intensidade foi muito menor na Bahia que em Pernambuco, onde surgiu a primeira campanha profilática da história do Brasil.

Os objetivos eram voltados para purificar o ar, por meio de quarenta de fogo nas ruas. Os próprios moradores ficaram encarregados de acender fogueiras com ervas cheirosas (murta, incenso, almecega, bálsamo, óleo de copaíba, erva cidreira, etc.) nas ruas durante um mês. Ainda, executaram estrondos de artilharia durante no nascer e findar do dia. Casas foram purificadas durante 8 dias, abrindo janelas, caíndo-se as quais haviam falecidos da febre. Segregação dos doentes; enterro com covas fundas e fogueira sobre o sepultado – durante três dias. Foi criada uma polícia sanitária no porto. Elencaram um rol de meretrizes para serem expulsas, pois, foram consideradas responsáveis. Por fim, a proibição de “mulheres de qualquer” qualidade andarem sozinhas à noite. Todo o processo profilático está descrito no livro de Ferreira da Rosa³³¹

Quais as causas dessas epidemias terem atingido brutalmente o Brasil na segunda metade do século XVII? Embora, sempre, desde o início da colonização, houvesse surtos de variadas doenças, sobretudo pelos primeiros contatos, a segunda metade do século teve ao menos três grandes epidemias mortais: as de varíola de 65/66 e de 85 e a febre amarela do mesmo ano.

9. A fome e a peste

A Bahia, na segunda metade do século XVII, passou por diversos momentos cuja falta de alimentos levando à população a fome generalizada. Segundo Francisco Carlos Teixeira, nos anos de 1650, 1651, 1652, 1671, 1673, 1674, 1687, 1688, 1692, 1697, 1698 e 1700 em Salvador houve falta de alimentos ou fomes. Mas, apenas após 1687 a rotina dos baianos teria sido deveras alterada, haja vista a penúria de alimentos e das reclamações da população a Antônio de Souza Meneses. Foi neste momento que a infantaria começou a dar sinais de descontentamentos com relação aos seus vencimentos, todos pagos em farinha. Em suma, o autor defende a tese de que a fome era uma constante

³³¹ ROSA, João Ferreira. *Trattado Unico da Constituiçam Pestilential de Pernambuco*. Oficina de Miguel Menescal: Lisboa, 1694

e que a década de 80 produziu uma alteração na opinião popular³³². Essa mudança de ânimos no Recôncavo, portanto, segundo Teixeira, ocorreu devido a uma prolongada seca e as relações políticas conflituosas entre o Governador Geral e as autoridades locais. Além disso, o autor explica que para além dessas questões, o surgimento da febre amarela acabou por intensificar os problemas, implicando em sublevações. Dessa maneira, os anos finais da década de 80 tem como palco disputas políticas, secas gravíssimas, doenças, revoltas populares.

Toda essa situação de calamidade influenciou a interpretação de Vieira sobre o Cometa, concebendo “a volta do encoberto”, D. Sebastião que salvaria a Bahia da catástrofe. Obviamente, como apontado acima, as autoridades locais, entre eles a família de Vieira, tornou-se inimiga do Braço de Prata e, o cometa e o contexto foram utilizados por Vieira argumentos para criticá-lo. As críticas das elites locais, na interpretação de Teixeira, tinham sentido prático, mediante ao fato da falta de alimentos no Recôncavo ter como responsabilidade a sua má administração. Não obstante, mesmo com a chegada do novo Governador, Antônio Luís de Sousa Telo (1684 - 1687), e o restabelecimento do envio de alimentos ao Recôncavo, a situação dos baianos não melhorou. Num primeiro momento foram abafadas as revoltas e estabelecida a paz, contudo, em 1686 a febre amarela grassou toda o Recôncavo.

É importante perceber que o surgimento da febre amarela surgiu uma conjuntura de mais de um ano da grande fome, mas, podemos estabelecer um paralelo entre sua disseminação e a carência de alimentos, isto é, pela debilidade física dos moradores da região os vírus tinham um ambiente propício para operar. Se, com efeito, as causas do surgimento da febre amarela não podem ser relacionadas à crise alimentar, igualmente, não podemos afirmar que ela não tenha facilitado a disseminação e intensificado a gravidade.

O número exato de vítimas nunca foi calculado, com o abandono dos registros paroquiais, dos ritos fúnebres e do enterramento em campo santo, em virtude do elevado número de vítimas, “com que se contavam os mortos pelos enfermos”. Só em Salvador, nos meses de verão de 1686, contam-se 200 vítimas por dia, das quais não se salvam mais de dois³³³

³³² TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Morfologia da escassez*. P. 181.

³³³ TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Morfologia da escassez*. P. 193.

A peste e os temores que ela causou impulsionou ainda mais a falta de alimentos à cidade, já que os comerciantes temiam ser pegos por ela. O fluxo de alimentos, por muitos meses, se manteve irregular e muitos morreram – de fome ou doentes. Teixeira demonstra que até 1687, a produção no campo não tinha sido tão atingida quanto na cidade, já que a maioria dos escravos nesse lugar não tinham sido atingidos. A produção, dessa forma, não foi drasticamente atingida. Entretanto, entre 1686 e 1687 o que até então a carência de alimentos, decorrentes de problemáticas políticas, veio se agravar em fome geral por causa da forte seca que se abateu sobre todo o Recôncavo. Eis a explicação para o decreto de Matias da Cunha em 1688 obrigado a todos os plantadores (mesmo os quais não eram senhores de engenho), a plantarem 500 covas de mandioca por escravo. Situação que causou uma fortíssima reação das elites locais. Em parecer do Procurador Mor da Fazenda ao conselho Ultramarino, observamos a reação contrária com a justificativa de não haver escravos necessários sequer para a produção, muito menos teriam para plantar mandioca³³⁴³³⁵.

*

A crise na produção de açúcar da segunda metade do século XVII é resultado de fatores que vão muito além da própria produção de açúcar. Em primeiro lugar, a própria união ibérica que trouxe ao império português inimigos que açambarcaram seu território e passaram a concorrer diretamente com os próprios portugueses que estavam acostumados com o sistema de monopólio. Quando os holandeses, portanto, tomaram Pernambuco, boa parte dos produtores migraram para a Bahia. Nesse momento, houve um avanço e um aumento no número de engenhos no Recôncavo que depois da Restauração sofreu com o surgimento de concorrentes. Em primeiro lugar, a própria retomada de Pernambuco, pode ser concebida como um grande problema para os baianos e, ainda mais importante, o surgimento da Antilhas transformaram a condição dos baianos. Nesse processo, a Restauração portuguesa imputou aos portugueses a necessidade de pagar inúmeros tributos, entre os quais, Dote e Paz, atingiram diretamente a açucarocracia baiana. Além desse ponto, a falta de moedas

³³⁴ Parecer apresentado ao conselho Ultramarino pelo Procurador Mor da Fazenda Real na Bahia, salvador. 06-02-1688. **DHBN**. Vol. 89.

³³⁵ Podemos perceber nesse documento que a elite local tentou desviar a atenção das autoridades metropolitanas para as plantações de tabaco que passaram a competir em importância com o açúcar. Teixeira assevera que essa atitude foi com o intuito de eliminar as plantações de tabaco do Recôncavo.

portuguesas impingiu às colônias a condição de fornecedora, gerando um desequilíbrio no comércio entre os metropolitanos e colonos, fruto de inúmeras reclamações dos produtores. As moedas diminuíram porque os comerciantes passaram a exigir o pagamento em espécie. As medidas que a Coroa buscou para sanar a situação acabaram diminuindo o valor do açúcar no comércio. Dessa maneira, a falta de moedas no reino também deve ser vista como um elemento intrínseco à crise baiana, na medida em que a condição de colônia fazia com que os produtores se tornassem reféns dos comerciantes lusitanos. Como os baianos não tinham cabedais para comprar os produtos necessários passaram a dar as safras futuras como garantia. Muitas vezes não conseguiam pagar e, como observamos na documentação, eram cobrados. Muitos senhores de engenho entraram em falência. Nesse momento que muitos dos grandes engenhos deixaram de existir e deram lugar para engenhocas com menor capacidade produtiva, elevadas por ex-lavradores de açúcar que passaram a moer sua própria cana. Por isso, o número de engenhos na Bahia se elevou nesse período, entretanto, a produção não acompanhou a mesma proporcionalidade.

Ainda cabe ressaltar que os senhores de engenho estavam endividados, em primeiro lugar porque depois da Restauração da Coroa, assumiram a segurança da Bahia tendo que sustentar a milícia local e ainda pagar os tributos necessários. Nesse ponto, com toda uma estrutura produtiva já deficiente, com concorrentes mais aptos ao comércio, que o surto de varíola de 1665/6 veio arrasar com eles com a morte da escravaria. O endividamento foi ainda maior e se arrastou até a década de 1680, quando mais duas pestes – de varíola e de febre amarela – arrasou com a sociedade baiana. Ainda nesse momento diversas secas e fomes contribuíram para o que os próprios baianos chamaram de ruína da Bahia. E é justamente nesse momento que os preços do açúcar despencam caracterizando aquilo que chamamos de crise do açúcar.

CAPÍTULO 3

RUÍNAS DE ANGOLA

Pareceu ao Doutor Bento Teixeira de Saldanha representar a V. Magestade que o tracto, e comercio de Angolla (como o das mais conquistas) está quasi perdido; porque o stimulo da ambição insaciauel dos homens por differentes causas o tem chegado a este mizerauel estado, cujas memorias, se não podião repetir sem lagrimas; e se persuadia, que de gouerno rico, e poderoso, que fora, tornaria a ser Feytoria, como no principio de sua Conquista³³⁶.

A escravidão africana e o tráfico negreiro se constituíram em elementos estruturais da produção Ocidental, “os escravos negros eram ‘a força e o nervo desse mundo ocidental’”³³⁷. No momento em que os holandeses tomaram Pernambuco, imediatamente, sentiram a necessidade de açambarcar a praça de Angola, a principal região fornecedora de escravos ao Brasil. Em carta ao rei D. João o Pe. Gonçalo afirmou, “*Sobretudo é necessário que V. Magestade mande com brevidade socorro àquela praça, por ser de grande importância, porque sem Angola não há Brasil*”³³⁸. O Conselho Ultramarino, igualmente, reconheceu que sem Angola a produção de açúcar no Brasil era inconcebível³³⁹. No mesmo cenário, Pe. António Vieira, ao escrever ao Marques de Nizza, disse a frase mais emblemática sobre o assunto: “*Todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros*”³⁴⁰. Anos depois, Antonil, ao explicar os modos pelos quais o senhor deveria tratar a escravaria, definiu de maneira clara a importância dos escravos para a produção no Brasil: “*Os escravos são as mãos, e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar, aumentar fazenda, nem ter engenho corrente*”³⁴¹.

³³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino sobre a moeda de cobre. (31-3-1688). AHU., Angola, cx. 13, doc. 72.

³³⁷ WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Companhia editora Americana, 1976. P. 35.

³³⁸ “*Carta do Padre Gonçalo a El-Rei.*” (25-06-1646). AHU – Angola, cx. 3.

³³⁹ “Consulta do Conselho Ultramarino sobre as minas e socorro de Angola” (5-7-1646). AHU – Angola, CX. 3 - *Cod. De Consultas Mixtas n. 13, fl. 348. Monumenta Missionária Africana*. P. 428.

³⁴⁰ VIEIRA, Pe. Antonio. *Obras escolhidas*. Prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951. v.I, “Cartas (I)”. p. 126.

³⁴¹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulencia do Brazil, por suas drogas e minas*. P. 31.

Os escravos são, dessa maneira, a força central da produção nas várias regiões do Brasil. Tanto indígenas quanto africanos foram duramente escravizados, mas, africanos foram a grande maioria. O Brasil, em todos os séculos de escravidão, foi o local que mais recebeu africanos em toda a história do tráfico negro. Neste capítulo demonstramos, assim, as características do tráfico negro em função da crise geral do século XVII em sua relação com a produção do açúcar brasileiro.

1. Estimativas sobre o tráfico negro

Apenas no século XVII, as estimativas são de que quase 1 milhão de escravos africanos desembarcaram no Brasil. As principais regiões fornecedoras foram Angola e Congo, com a ascensão da Costa da Mina no final do século como reflexo da crise geral do império português frene aos seus concorrentes³⁴².

Para corroborar nossa tese, começamos por demonstrar algumas estimativas sobre o tráfico, a partir de tabelas sobre o trato negro. Nos baseamos nos trabalhos de Philip Curtin, David Eltis e Richardson³⁴³, impulsionadores e criadores de uma base de dados sobre o tráfico de escravos³⁴⁴. Embora, os trabalhos quantitativos sobre o tráfico negro sejam mais atrelados às estimativas que aos números reais, podemos perceber algumas tendências muito importantes para nosso trabalho.

Tabela 6

Escravos embarcados no continente africano (1601 - 1700)

Faixa de ano	Senegâmbia	Serra Leoa	Barlavento	Costa do Ouro	Golfo do Benin	Regiões do Golfo da Guiné	África Central e Ilha de Santa Helena	Regiões do Índico	Outras regiões	Totais
1601-1610	12.606	0	0	0	0	1.726	34.226	0	37.908	86.466

³⁴² VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Editora Corrupio, 1987. P. 9.

³⁴³ A primeira versão da base de dados, antes do acesso à internet, era por meio de CD-ROM. David Eltis, Stephen Behrendt, David Richardson e Herbert Klein, *The Transatlantic Slave Trade, 1527-1867: A Database on CD-ROM*, New York: Cambridge University Press, 1999.

³⁴⁴ Disponível em www.slavevoyages.org. Observe também o trabalho sintetizado da base de dados: ELTIS, David, e RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

1611-1620	15.103	0	0	0	2.398	5.073	57.491	0	10.347	90.412
1621-1630	16.779	0	0	0	2.311	4.179	73.673	0	3.371	100.313
1631-1640	9.065	0	0	0	2.262	1.893	71.524	0	5.400	90.144
1641-1650	4.044	90	0	1.061	3.288	12.749	21.107	0	9.204	51.543
1651-1660	6.500	676	461	1.761	9.060	9.539	11.098	0	14.089	53.184
1661-1670	4.406	117	0	7.715	18.461	17.193	16.279	636	21.259	86.066
1671-1680	9.271	0	0	20.838	20.594	16.155	27.292	2.388	22.215	118.753
1681-1690	14.632	1.085	180	10.940	62.163	15.080	35.921	6.915	33.423	180.339
1691-1700	12.125	912	0	16.951	67.307	16.292	42.724	1.884	64.743	222.938
Totais	104.531	2.880	641	59.266	187.844	99.879	391.335	11.823	221.959	1.080.158

Gráfico 5

Porcentagem de escravos que desembarcaram no Brasil por regiões (1601

- 1700)

Gráfico 6
Escravos embarcados no continente africano com destino ao Brasil (1601
- 1700)

Observamos que a região da África Central liderou no número de escravos transportados durante boa parte do século, entretanto, por volta da década de 70 passou a dividir a ponta com a Costa do Ouro, graças ao sucesso da Costa da Mina. Entretanto, em números gerais, a região da África Central sempre foi a principal região exportadora.

Tabela 7
Número de escravos desembarcados no Brasil (século XVII)

Faixa de Ano	Amazônia	Bahia	Pernambuco	Brasil: Sem inf. Porto	Sudeste	Total
1601-1610	0	9.189	18.658	0	6.432	34279
1611-1620	0	21.659	35.202	735	15.163	72.759
1621-1630	0	30.860	42.494	245	21.600	95.199

1631-1640	0	30.860	6.721	0	21.600	59181
1641-1650	0	22.949	18.964	1.159	15.917	58.989
1651-1660	0	36.530	11.392	0	25.571	73.493
1661-1670	0	42.433	19.992	0	31.118	93543
1671-1680	250	32.693	22.379	143	23.273	78738
1681-1690	0	29.974	25.000	0	20.981	75.955
1691-1700	846	56.325	45.721	0	39.428	141.474
Total	1.096	313.473	246.523	2.282	221.083	784457

Ao observarmos as estimativas dos escravos desembarcados no Brasil, década a década durante o século XVII, temos a seguinte situação para a região produtora de açúcar: Pernambuco foi a região mais atingida com relação às disputas bélicas de Portugal e Holanda. No período que ficou sob o jugo holandês, a compra de escravos diminuiu consideravelmente e isso fez com que os holandeses tomassem Angola para suprir essa demanda. Na década de 1640 houve certa retomada, mas na década de 1650 nova queda com recuperação progressiva a partir da década de 1660. Até a década de 1630, Pernambuco foi a principal compradora de escravos do Brasil, depois do ataque

dos holandeses jamais recuperou seu posto. A década de 1630, contudo, foi um momento decisivo, um ponto de viragem para o tráfico negreiro para o Brasil, que vinha numa ascensão e passou a entrar em declínio. Houve uma retomada na década de 1650, mas, entrou em declínio novamente em 1670 para voltar a se recuperar na década de 1690.

Embora, observado em gráfico, o tráfico negreiro do século XVII luso-brasílico, possa representar um aumento, comparando-o com o século XVIII, o crescimento é quase nulo.

O aumento que observamos no século XVIII esteve relacionado à recuperação econômica do império português e ao contexto econômico europeu. Em capítulo anterior, demonstramos que o número de engenho baianos aumentou durante o século XVII. Trabalhando com a ideia de crise geral do século XVII, demonstramos que a produção na Bahia não amentou apesar da ampliação no número de engenhos contados por Antonil, no início do século XVIII. O mesmo ocorreu com o tráfico negreiro, que não foi observado aumento significativo, que possa justificar o incremento desses engenhos. Se o número de engenhos reais tivesse aumentado no Brasil de maneira predominante não se teria notado aumento equivalente no tráfico negreiro?

Ainda têm outro fator a se levar em consideração, os diversos surtos de varíola que existiram durante a segunda metade do século, nos quais os senhores de engenho reclamaram da morte na escravaria. Oras, se havia um número grande de mortes,

a substituição seria necessária, por que mesmo assim não observamos picos nas importações?

2. Preços

Outro elemento que nos leva a pensar que no século XVII não houve expansão econômica no tráfico de escravos para o Brasil são os preços dos escravos. Como observado em capítulo anterior que até a década de 1630, reflexo da expansão iniciada no século XVI – na fase (a) – houve crescimento em quase todos os setores da economia e os preços dos produtos, inclusive da cada vez mais valorizada, a escrava.

Tabela 8

Estimativas da margem de comércio (Angola e Brasil).

Década	Angola	Brasil (a)	Brasil (b)	Margem (a)	Margem (b)
1600	12\$000	-	-	-	-
1610	21\$000	26\$000	30\$000	0	9\$000
1620	21\$000	30\$000	50\$000	5\$000	29\$000
1630	21\$000	40\$000	80\$000	9\$000	59\$000
1640	21\$000	40\$000	80\$000	19\$000	58\$000
1650	22\$000	40\$000	80\$000	18\$000	58\$000
1660	22\$000	-	-	-	-
1670	22\$000	45\$000	60\$000	23\$000	38\$000
1680	22\$000	50\$000	60\$000	18\$000	38\$000
1690	22\$000	40\$000	60\$000	18\$000	38\$000
1700	22\$000	75\$000	95\$000	53\$000	73\$000

Miller observou que o preço dos escravos em Angola não teve muita variação durante o século XVII, apenas na primeira década foi de 12\$000 para 21\$00 e se manteve nessa faixa durante todo o século. O preço de venda no Brasil, entretanto, teve maiores variações. Subiu até a década de 30 e depois se manteve estável até a década de 70. Entre 1650 e 1670, houve uma queda no valor dos escravos de 80\$000 para 60\$00, nos preços mais altos. Nos escravos com menores valores, a tendência foi outra, de subida, ainda que pequena, de 40\$000 para 45\$000. A partir desses dados, não podemos afirmar que o comércio negreiro de Angola para o Brasil deva ser entendido como um período de expansão e sim de estagnação.

3. Legislação

O tema da legislação relativa ao comércio negreiro é de suma importância para compreendermos as características da crise geral do século XVII. Talvez a lei mais citada pelos historiadores seja a “*lei das arqueações*” de 1684 que procurou limitar a ação dos traficantes³⁴⁵. A lei de 1684 foi reflexo de uma conjuntura de crise na década de 80,

³⁴⁵ SALLES, Wesley Dartagnan. *Em tempos de Crise: o império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a lei das arqueações* (1640 - 1695). Curitiba: Editora Prisma, 2017. Capítulo 5.

relativas a falta de escravos para produzir nos engenhos de açúcar, sobretudo pela mortalidade elevada ocasionada por doenças como a varíola. Não obstante, ela também refletiu uma característica secular do comércio negreiro que elevava a mortalidade no tráfico. Outra característica importante é o controle sobre as peças que eram traficadas, do ponto de vista fiscal, tributário³⁴⁶.

Ao contrário do que boa parte da historiografia compreendeu, a lei não foi a primeira a tentar diminuir a violência no tráfico negreiro. Em diversos outros momentos, mesmo sob a administração espanhola, tentaram minimizar a mortalidade a bordo dos navios. Em todas as administrações, se tentou, de alguma maneira controlar as ações dos traficantes. Ainda quando o tráfico negreiro se estruturava, D. Manuel, em Regimento de 2 de agosto de 1519 regulou de maneira categórica a maneira de se fazer o tráfico em S. Tomé, determinando o soldo dos tripulantes, a maneira de marcar os escravos, os mantimentos necessários para sustentar a escravaria, proibiu a embarcação de escravos doentes, prestação de contas dos quais morriam e o preço máximo de cada um deles³⁴⁷. Conforme o tráfico cresceu em números, o controle sobre os traficantes ficou cada vez mais difícil e as preocupações se voltaram em momentos específicos.

Um dos principais elementos foi a questão do batismo. Os traficantes, segundo a documentação, não praticavam a conversão correta por meio do batismo. Em 1618, por exemplo, em carta régia, se apontou “*sobre os defeitos que há nos Baptismos dos negros adultos que de Guiné e Angola se leuão às Índias*”³⁴⁸. Em 1619, depois em 1622 e 1623 em novas consultas, se percebeu que os batismos eram feitos de maneira superficial.

E também porque poderia acontecer que entre tanta multidão de negros algus entendaõ ser Baptismo o que se lhes faz, e como não contradizem, conforme a todos os Doctores ficaõ baptizados. Porque posto que não seja consentimento expresso, basta para ficar sendo Baptismo, quando delle tenhaõ noticia, que não contradigaõ. E que ainda que estes quando são perguntados em índias digaõ que não entenderão que cousa era Baptismo, poderá acontecer, como hé gente barbara, que não tenhaõ inteira lembrança e não entendem a prohibiçaõ da reiteraçãõ do sacramento, cuidando que não monta nada serem baptizados outra uez, e diraõ que a não entenderão³⁴⁹.

³⁴⁶ “LEI SOBRE A ARQUEAÇÃO DOS NAVIOS (28-3-1684)”. *ARQUIVO DE CABO VERDE* — , liv. 42, fls. 29v-32v. — Cód. 544, fl. 50v.do AHU.

³⁴⁷ *REGIMENTO DO TRATO DE S. TOMÉ (8-2-1519)*. ATT — *Leis e Regimentos de D. Manuel*, fls. 83-88 v.

³⁴⁸ *CARTA RÉGIA AO DESEMBARGO DO PAÇO (11-9-1618)*. ATT — *Desembargo do Paço*, 1618, fl. 234.

³⁴⁹ “Consulta Da Junta Sobre O Baptismo Dos Negros Adultos Da Guiné (27-6-1623)” *AHU.*, Cód. 35, fls. 120v.-124.

Num dos momentos de maior expansão do comércio negreiro, do maior pico produtivo de açúcar da América portuguesa, a questão do Sacramento do Batismo foi muito importante. A documentação demonstrou-nos que os traficantes, frente à crescente demanda americana pouco se preocupavam com a qualidade da conversão, a fazendo de maneira superficial. Os escravos transportados pouco entendiam o que acontecia com eles. Depois de observar essas irregularidades a Coroa escreveu decreto organizando o processo do batismo³⁵⁰. Esse sacramento entrou em evidência, mais uma vez no final do século, quando D. Pedro, em 1684, determinou que os escravos deveriam estar batizados serem transportados até o Brasil. Entretanto, em 1697, o Bispo de Cabo Verde, em carta ao rei afirmou o batismo era desrespeitado completamente e que, ainda era impossível que em todos os navios fossem padres fazer a conversão³⁵¹. Pelo que indica a carta do Bispo, os comerciantes pouco se preocupavam com a importância do Sacramento e com a legislação específica.

Os traficantes tinham uma lógica que ia, muitas vezes, em contraposição à legislação. Em 1664, por exemplo, a Coroa determinou que o Provedor da Fazenda de Angola tomasse especial cuidado com o tráfico negreiro, na medida em que as cargas de escravos nos navios eram duplicadas e, dessa maneira, havia falta de água a bordo dos vasos na travessia, ocasionando alta mortalidade. Por isso, determinou que para cada 100 “peças” se deveriam levar 20 pipas de água³⁵². A preocupação da Coroa sobre a quantidade de água a bordo ocorreu depois de uma petição dos moradores de Angola na qual apontavam para as atitudes dos traficantes depois da Restauração de 1640, que passaram transportar:

dobradas peças de escravos, do que requerem suas capacidades (...) Sem se fazer vistoria da aguada que leuão, de que nascem consideraueis danos, alem do grande encargo de consciência, com a morte de tantas almas, em que tem muita perda os homes de negocio”³⁵³

Além do número de mortes em excesso, as perdas fiscais também pesaram na resolução da Coroa em começar a observar a arqueação dos navios com mais ênfase. A crise financeira que passava a Coroa neste momento fez com que começasse a se

³⁵⁰ “Carta Régia Aos Governadores De Portugal (4-8-1623)”. ATT — *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 26, fl. 130.

³⁵¹ “Carta Do Bispo De Cabo Verde Sobre O Baptismo Dos Escravos (17-6-1697)”. AHU - Cabo Verde, cx. 8.

³⁵² “Carta Régia Sobre A Agua Dos Navios (23-9-1664)”. AHU., Cód. 92, fl. 375.

³⁵³ “Consulta Ao Conselho Ultramarino (12-8-1664)”. AHU., Cód. 16, fls. 127 V.-128.

observar as embarcações com maior cuidado. A demanda por escravos saudáveis e as reclamações sobre a falta de escravos no Brasil, impulsionavam resoluções como essa. Por exemplo, observamos em 1670 provisão régia incentivando os navios de Angola aportassem no Rio de Janeiro:

Eu o Principe faço saber aos que esta minha prouizaõ uirem, que tendo respeito ao que me representou o procurador da Camara da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em rezaõ de ser grande a falta que experimentaõ aquelles moradores da escrauaria do gentio de Guiné, assy pela mortandade que ouue com as bexigas que deraõ naquella çidade hauerá quatro annos, como por falta de nauios de Angola, naquelle porto, e terem os senhores dos nauios mayores conueniências em nauegar de Angola para Pernambuco, e para a Bahia por ser a uiagem mais breue, por cujo respeito deixauaõ de hir ao Rio de Janeiro, e se passaua muito tempo sem aportar nelle, nauio algum de Angola, de que procedia desfabricaram-se os engenhos por falta de escrauos, tudo em prejuizo de minhas rendas reais³⁵⁴

Quando os senhores de engenho se sentiam prejudicados em relação ao tráfico negreiro eles faziam sentir a necessidade por meio de cartas à Coroa. A falta de escravos nas capitanias produtoras de açúcar foi uma constante durante o século XVII, principalmente em períodos de morte da escravaria por doenças, como a varíola ou febre amarela³⁵⁵.

A lei das arqueações de 1684, que regulou o tráfico negreiro em vários segmentos, foi o reflexo de um conjunto de interesses diversos, de longa e curta duração. O primeiro ponto que a lei visava atingir era inibir a superlotação a bordo:

Sendo informado que na condução dos negros cativos que vam desse porto para o estado do Brazil e do Maranhão, obram os carregadores e mestres das naos, a violência de os trazerem tam apertados e unidos, huns com os outros, que não somente lhes falta o dezafoço necessário para a vida, cuja conservação he comuã, e natural para todos, ou sejam livres ou escravos, mas do aperto com que vem succede altrataram-se de maneira, que morrendo muitos, chegam impiamente lastimozos os que ficam vivos³⁵⁶.

A mortalidade aumentou depois do período da Restauração por causa da superlotação e falta de suprimentos necessários e, dessa maneira, no auge da crise açucareira, a Coroa de Portugal, depois de inúmeras reclamações, resolveu tentar diminuir

³⁵⁴ “Provisão Régia Sobre Os Navios De Escravos (13-10-1670). ATT., *Chancelaria de D. Afonso VI*, Liv. 41, fl. 41 v. P. 124.

³⁵⁵ O assunto foi discutido em capítulo posterior

³⁵⁶ “Carta Régia Sobre A Arqueação Dos Navios Negreiros (30 – 03 - 1684)”. AA., 1936, Pp. 321-322.

a mortalidade a bordo, com a arqueação em todos os portos. Além da superlotação, havia a problemática da desnutrição e desidratação:

Serão obrigados os ditos navios e embarcações (a) levar os mantimentos necessários para darem de comer aos ditos Negros tres vezes no dia e fazer e levar agoa que abunde para lhes darem de beber em cada hum dia huma canada infalivelmente³⁵⁷

A preocupação com a alimentação estava ligada ao tempo de viagem, que passou a ser determinada pela Coroa: Angola a Pernambuco, 35 dias; Bahia 40 e Rio de Janeiro 50 dias. Como visto acima, a viagem de Angola até o Rio de Janeiro não era muito atrativa pelos traficantes, que passaram a deixar de lado em preferência pela Bahia e Pernambuco, necessitando de alvará de incentivo a este destino.

Em junho de 1697 o Bispo de Cabo Verde enviou ao rei uma carta explicando os porquês de não seguir as determinações da lei das arqueações, no tocante a se colocar sacerdotes a bordo, dizendo que eram tão poucos que seria impossível cumprir o decreto. Mais que isso, afirmou que a falha não era apenas sua. Segundo ele, em todo o continente, onde havia vários sacerdotes, não se seguia a lei. Ainda afirmou que não era possível batizar a todos com a estrutura que tinham³⁵⁸. A legislação passou a tentar inibir as ações dos traficantes, dentro de uma lógica de transportar o maior número possível de cativos com a menor quantidade de suprimentos. A lei das arqueações, dessa maneira, era um empecilho aos traficantes que abarrotavam os tumbeiros de negros para vender na América, por valor até 4 vezes maior ao que compravam no continente africano.

A década de 1680 foi escolhida pela Coroa portuguesa para tratar do assunto com mais determinação por causa dos problemas que o tráfico e Angola passavam, cujos relatos demonstram a ruína total do trato e da região.

4. As causas da ruína de Luanda

Assim como ocorreu nos documentos da Câmara Municipal da Bahia, os relativos ao período em Luanda, têm o mesmo tom e a mesma terminologia: apontam

³⁵⁷ “Regimento Sobre O Embarque De Negros De Angola (18 – 03 - 1684). AHU., *Angola*, cx. 12. — Impresso.

³⁵⁸ “Carta Do Bispo De Cabo Verde Sobre O Baptismo Dos Escravos (17-6-1697)”. AHU - Cabo Verde, cx. 8.

para a ruína. Dois fenômenos, nos documentos, estão ligados à linha interpretativa desse processo: a falta de moedas e o abandono da região pelos traficantes. Ambas as situações tiveram características estruturais e conjunturais.

Assim como ocorreu em todo o império português, a falta de moedas afetou significativamente a colonização de Angola. Em primeiro lugar, observamos as dificuldades relatadas pelos administradores e demais setores angolanos a respeito das relações de trocas que existiam em Luanda. Em 1641, integrantes da Igreja residentes na colônia afirmaram que o comércio e as taxas apenas eram pagos com “*libongo*” ou pano africano, que era equivalente ao *limbongo*. Nesse sentido, o clero e a igreja perderiam entre 20% e 30% nos negócios³⁵⁹. A partir desse momento, percebemos o começo de um discurso muito significativo no sentido que tem como objetivo eliminar os instrumentos de troca africanos, com a finalidade de favorecer os portugueses. O discurso sobre a falta da moeda em Luanda foi muito forte nesse período. Em 1649, Salvador Correa de Sá enviou auto ao rei questionando sobre a demanda popular de substituir as moedas locais pelas de cobre. É muito evidente que a relação de trocas entre os africanos e portugueses, baseada nos interesses reinóis em detrimento dos africanos, visto às inúmeras tentativas de exclusão dos produtos africanos no comércio. No momento em que Salvador Correia de Sá enviou o documento à Coroa ele afirmou que os vereadores da cidade reclamaram da falta da moeda e que essa situação implicava na dificuldade de sustentar a infantaria local³⁶⁰. O problema da sustentação da infantaria percorreu os dois lados do Atlântico, como pudemos ver nas reclamações dos baianos, mas, é evidente que no caso aqui em tela, os interesses estavam além disso. A própria resposta do rei é significativa nesse sentido. Segundo o Conselho Ultramarino, os panos eram necessários ao comércio local, sobretudo porque dele participavam toda a população de Luanda, sendo assim, a extinção dos *libongos* como moeda arruinaria os angolanos e, portanto, em consequência, as arrecadações da Coroa³⁶¹.

Característica muito peculiar da personalidade de Salvador Correia de Sá, era a capacidade de tomar atitudes por conta própria sobre os assuntos administrativos e, por isso, depois de enviar a carta ao rei em 31 de janeiro de 1649, por conta e risco, mesmo depois o parecer do Conselho, mandou cunhar moedas de cobre em Angola e limitar o

³⁵⁹ “Alvará Ao Vigário Da Conceição De Luanda (20-10-1641)”. A T T — *Chancelaria de D. João IV*, livro. 12, fl. 171.

³⁶⁰ “Auto sobre a cunhagem de moeda (31 – 01 - 1649)”. AHU — *Angola*, cx. 3.

³⁶¹ “Consulta Do Conselho Ultramarino (18-08-1649)”. AHU — *Angola*, cx. 3. — Cód. 14, fis. 182V-183V.

uso dos *libongos*. Nesse sentido, a Coroa enviou carta proibindo terminantemente que se cunhasse moeda em Angola e que se recolhesse as quais tinham sido cunhadas, com o argumento de que essa atitude prejudicava a Fazenda Real³⁶². Depois dessa resolução Real, Salvador de Sá e seus sucessores diminuíram a pressão para eliminar do comércio os panos de Luanda e apenas voltaram a fazer em 1662, com André Vidal de Negreiros. Mais de 10 anos se passaram desde que Salvador Correia de Sá tentou impor à força a implantação da moeda de cobre em Angola. Dessa vez, André Vidal de Negreiros conseguiu convencer o Conselho de que os *libongos* eram um empecilho ao comércio e que o uso de moedas de cobre era melhor que os panos locais, sobretudo porque tinham perdido o valor³⁶³. Em outubro de 1663 o Conselho deliberou a favor do pedido de Negreiros e concordou que se batesse moeda em Luanda. Interessante notar no discurso foi a justificativa de que os panos de palha acabavam por influenciar e permitir a corrupção, implicando em prejuízos à Fazenda Real³⁶⁴. Seguindo a deliberação do Conselho, a Coroa acabou por deixar nas mãos da Câmara de Luanda a resolução para o caso, acreditando no discurso de que os panos entravavam o comércio local³⁶⁵.

5. O massacre de Ambuíla e a conversão da rainha Nzinga.

A questão da falta de moedas em Luanda afetou outra característica das relações políticas na África central. Quando os holandeses foram expulsos de Angola, Salvador Correia de Sá³⁶⁶ e seus sucessores implantaram em Angola, uma política voltada para a captura de escravos, visando atender a demanda americana. Não foi por acaso que ele utilizou tantos recursos e tropas americanas na recuperação de Luanda. Depois desse avanço sobre a região, as curvas relativas ao número de cativos cresceram de maneira acentuada por alguns anos.

Quando os holandeses foram expulsos, houve uma reorientação da política colonizadora da região e os interesses luso-brasílicos se tornaram cada vez mais efetivos. Os cuidados com a presença estrangeira aumentaram. Outro ponto foi o de repovoar a

³⁶² Carta Régia A O Governador De Angola. (18 - -2 - 1650) AHU—Cód. 275, fl. 160

³⁶³ Carta Do Governador De Angola A El-Rei (11-2-1662). AHU., *Angola*, cx. 7. — Original.

³⁶⁴ Consulta Ao Conselho Ultramarino (5 - 10 1663). AHU., Cód. 16, fl. 89 v.

³⁶⁵ Carta Régia Ao Governador De Angola (5-11-1664). AHU., Cód. 275, fl. 354

³⁶⁶ BOXER, C. R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602 - 1685)*. Op. Cit.

região e trazer de volta os fugitivos do contexto de ataque holandês³⁶⁷. Houve, da mesma forma, a necessidade de perdoar as dívidas que muitos sobas tinham contraído antes da invasão³⁶⁸. Os portugueses tomaram para si as terras do entorno do Rio Zenze, Dande e Cuanza e, por meio de sesmarias, redistribuíram para os habitantes do interior. Essa atitude teve em mira retomar a produção de alimentos que quase cessou com a presença holandesa, além disso, passou organizar o fornecimento de água – tão em falta em Luanda – a partir do Rio Maiga. Do ponto de vista econômico, com a finalidade de dinamizar o comércio, instituiu a utilização de moedas de cobre em substituição das até então vigentes (panos e palhas)³⁶⁹. Depois que os holandeses foram expulsos, a maior preocupação era que eles organizassem um ataque para retomar a região e, por isso, com toda a deficiência marítima, construíram galés para servir de transporte e fazer ligações internas; construíram hospitais, presídios, conventos³⁷⁰. Toda essa estrutura foi montada para organizar o comércio de escravos e dinamizá-lo. Nesse sentido, os portugueses redistribuíram os arrendamentos dos contratos de preamento³⁷¹. Segundo Ralph Delgado, foi nesse momento que uma colonização efetiva de Angola foi iniciada³⁷².

Em 20 de setembro de 1647, Salvador Correia de Sá se tornou o primeiro Governador e Capitão geral de Angola³⁷³ e quando entrou no poder teve a função de sistematizar uma política voltada para a conquista da região, com o intuito de dinamizar o comércio negreiro. Para isso, dois vieses diplomáticos coexistiam: a da rainha Nzinga no noroeste de Angola e ao Norte, Gacia II, “Rei do Norte”. Percebemos que depois de 1640, a efetividade dessa política perversa de captura de pessoas se intensificou. Entre 1640 e 1670³⁷⁴, período de 30 anos, as estimativas apontam para um aumento de 100% no número de cativos embarcados com destino ao Brasil via África Central: década de

³⁶⁷ Em 4 de Maio de 1649 o rei enviou à Luanda 6 mulheres portuguesas para que fundassem família. O rei enviou uma carta a Salvador Correia de Sá afirmando que era para ele trasladá-las a casas de homens bens casado enquanto esperavam maridos. Carta Régia a Salvador Correia de Sá (04-05-1649). AHC — Cód. 275, fl. 148. (MMA, 1981, vol. XII, p.344). Em 1651 ocorreu o mesmo segundo os anexos da carta.

³⁶⁸ Carta Patente De Salvador Correia (16-01-1650). AHA - *Livro de Patentes do tempo do Sr. Salvador Correia de Sá e Benevides*, vol. 2º, fl. 146 V.-148. — Publicado era A. A., 2.A Série, vol. II, p. 181-183. (MMA, 1981, vol. XII, p.472-473).

³⁶⁹ Consulta do Conselho Ultramarino (18-08-1649). AHU — *Angola*, cx. 3. — Cód. 14, fis. 182V-183V. (MMA, 1981, vol. XII, p.393-394).

³⁷⁰ Confirmação da Administração do Hospital Geral de Angola (23-11-1650). A H U — *Angola*, cx. 3. — Cód. 278, fl. 339. (MMA, 1981, vol. XII, p.618-619).

³⁷¹ Consulta do Conselho Ultramarino (08-07-1649). AHC—Cód. 14, fls. 173 e seguintes. — *Angola*, cx. 3. — Original. (MMA, 1981, vol. XII, p.357-361).

³⁷² DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Vol 2. Angola: Edição do Banco de Angola, 1972. P. 22.

³⁷³ BOXER, C. R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602 - 1685)*. Op. Cit.

³⁷⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Op. Cit. 247 – 327.

1640 c. de 53 mil; década de 1650 c. de 70 mil; e na década de 60 o pico de 103 mil embarcados.

Observando a comunicação do rei de Portugal com o Governador de Angola, percebemos que havia uma ansiedade para atacar e capturar os vizinhos de Luanda. A Coroa de Portugal, entre os anos de 1649 até 1666 serviu de freio para os interesses dos governadores brásílicos, pedindo moderação e justificativas para ataques. Dessa maneira, a Coroa tentou, por diversas vezes, moderar o avanço militar sobre os reinos adjacentes a Luanda, como o de Garcia II, ao norte. Segundo as ponderações reinóis, os portugueses não tinham condições de resistir a grandes ataques dos africanos, caso esses revidassem às pretendidas ofensivas³⁷⁵. A proposta da Coroa era a de se fazer um acordo com o rei do Congo³⁷⁶. A contragosto dos interesses das camadas escravistas residentes em Angola, não houve avanços sistemáticos na década de 50. Em 1651, D. João enviou carta cumprimentando Salvador Correia de Sá pelas suas ações perante a situação e pelo estabelecimento da paz. O seu sucessor – Rodrigo de Miranda Henrique (27 de Fevereiro de 1651 a 12 de fevereiro de 1653) recebeu instruções para proceder da mesma maneira³⁷⁷. Devemos nos lembrar que a Coroa portuguesa, nesse contexto, estava com diversos problemas militares na Europa e a escolha para se sustentar no poder foi fazer acordos diplomáticos. Diversos pactos foram realizados posteriormente a 1640 para evitar confrontos militares e não foi diferente em Angola. Portanto, as prerrogativas da Coroa com relação tanto a Garcia II e Nzinga estiveram baseadas na sua filosofia diplomática posterior a Restauração – evitar confronto e tentar ceder em alguns pontos pelo objetivo maior.

Entre as décadas de 50 e 60 percebemos grande tensão entre os interesses dos comerciantes de escravos e a Coroa de Portugal: de um lado, a Coroa queria evitar o desgaste militar; de outro, os comerciantes buscando atender os seus interesses econômicos. Ainda, devemos levar em consideração, os interesses brásílicos na região. O caso das duas realezas africanas é exemplar nesse sentido. Dessa maneira, a rainha dos Imbangala, Nzinga, para sobreviver e se assegurar no poder teve que se associar aos portugueses mais uma vez, certamente a contragosto, se converteu ao catolicismo.

³⁷⁵ “Carta Régia Ao Governador de Angola (23-04-1649).” AHU - Cód. 275. Fl. 247. In: (MMA, 1981, vol XII, p.343).

³⁷⁶ “Carta Régia a Salvador Correia de Sá (26-04-1649).” AHC —Cód. 275, fl. 147 v. (MMA, 1981, vol XII, p.344).

³⁷⁷ “Carta Régia ao Governador de Angola. (22-09-1651).” AHTJ — Angola, cx. 3. Cópia. (MMA, 1982, vol XIII, p.83).

A rainha Nzinga é uma personagem lendária na história de Angola. Para parte dos africanos, ela é concebida como a fiel depositária da resistência aos europeus. Segundo a corrente historiográfica liberal de Angola no contexto de sua independência, ela teria enfrentado duramente os portugueses e depois os holandeses, reflexo de um proto-nacionalismo em função de um proto-pan-africanismo. Não obstante, ao observar a evolução do comércio negreiro na região da África Central, Nzinga teve uma função muito importante para a destruição completa de muitos grupos africanos e para o próprio destino dos Imbangala. Para assumir o poder em 1622, e se tornar a rainha dos Imbangala, se sustentou em acordos com os portugueses para afastar seus rivais e em 1624 assumiu o governo e se tornou, assim, uma das principais fornecedoras de escravos aos europeus com o suporte europeu. Ela assumiu o monopólio do fornecimento de escravos e, dessa maneira, é bem verdade, impediu que os portugueses entrassem no sertão e colonizassem o território. Nzinga, não obstante, passou a atacar os povos na região limítrofe do rio Cuanza e escravizá-los para vender aos europeus. Quando os holandeses atacaram Luanda, ela logo se aliou a eles, novamente, com a função de fornecedora de escravos. A despeito do apego ideológico e do romantismo sobre sua história, ela abriu as portas da região para os comerciantes europeus e para, sobretudo, aos missionários cristãos, ao receber em sua capital e se tornar católica³⁷⁸.

Quando, em 1648, os holandeses foram expulsos de Angola, a ela apenas restou o comércio com os portugueses, e, por isso, depois de muita pressão dos lusitanos, em 1656, novamente se aliou aos lusitanos em função do comércio negreiro, em 1659 se atrelou ao cristianismo. Logo depois, morreu e deixou legado à próxima geração, o fardo da presença portuguesa e do catolicismo. Com a disputa dinástica, sem a figura da rainha, houve o enfraquecimento do trono e o reino foi parcialmente conquistado pelos portugueses³⁷⁹. Quando faleceu, já tinha convertido boa parte dos seus súditos ao catolicismo e, ao deixar sua irmã – também católica – como herdeira do trono gerou forte questionamento dos Imbangala, ao ponto de em 1666, Nzinga Amona tomar o poder

³⁷⁸ MILLER, J. C. Nzinga of Matamba in a New Perspective. IN: *The Journal of African History*. Vol. 16, No. 2, 1975. P. 203.

³⁷⁹ THORNTON, J. Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. *The Journal of African History*. Vol. 32, No. 1 (1991), pp. 25-40; Para a descrição sobre sua conversão e os pormenores ver: CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, Pe. João António (1622-1692). *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola* (2 vols.) 1965. Ainda para uma crítica acerca da análise textual das fontes escritas a respeito da rainha, bem como de todas as fontes da época ver: HEINTZE (2007). A conversão de Ana de Sousa foi um fato de muita importância para época. A ponto de receber uma breve papal em congratulação à sua conversão, ver: “Breve Do Papa Alexandre VII A Rainha Ana De Sousa Jinga” (19-06-1660). AV., *Epistolas ad Principes*, vol. 64, fls. 70 V.-71. Devemos observar que todo o discurso sobre o assunto são de fontes europeias.

assassinando sua esposa, a herdeira do trono, envenenando-a e a toda camada portuguesa que a cercava, lutando contra os interesses de rapinagem do tráfico.

Veremos abaixo que o início da década de 60 em Angola foi marcado por um processo de avanço dos interesses escravistas na região de Angola, como jamais tinha ocorrido antes. Os interessados, a contragosto da Coroa de Portugal, massacraram e escravizaram dezenas de milhares de africanos.

5.1. A era de ouro do tráfico escravista na África Central.

Luiz Felipe de Alencastro rotulou os governadores João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, por terem interesses no Estado do Brasil de governadores brasílicos em Angola³⁸⁰. O sucessor do breve governador Rodrigo de Miranda Henrique, Luis Martins Sousa Chichorro não tinha interesses no Brasil, tais como Salvador de Sá e os outros dois brasílicos, entretanto, estabeleceu uma política voltada para a empresa escravista durante suas medidas diplomáticas. Foi ele quem negociou com a rainha Nzinga e a submeteu ao catolicismo. O fez chantageando-a frente ao sequestro de sua irmã (D. Bárbara de Araujo), que estava “*ainda sob custódia benigna*” dos portugueses que ainda exigiram cerca de 129 cativos como pagamento³⁸¹. Além de submeter a rainha aos interesses portugueses, em seu governo começou a ofensiva sobre o rei do Norte (Congo).

De maneira oposta à Nzinga, Garcia II não se submeteu às prerrogativas de Chichorro e dos traficantes negreiros. Observamos, com isso, que o governador passou a profanar a sua imagem para a Coroa de Portugal. O que percebemos na leitura da documentação sobre a postura de rei em relação à diplomacia com a Coroa de Portugal é a tentativa de negociar amistosamente. A se destacar, Chichorro iniciou a construção do desgaste da imagem do rei do Norte em relação à Coroa portuguesa, discurso diverso da postura da Coroa portuguesa

Garcia II, assim como Ana Souza (a Nzinga), também subiu ao trono por meio de auxílio dos europeus. No caso em tela, ele aproveitou-se da querela entre as potências europeias para subir ao poder. A tomada de Angola pelos holandeses coincidiu com a

³⁸⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Op. Cit.

³⁸¹ SANTOS, Martins. *A História de Angola através dos seus personagens principais*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967. P. 167.

morte do rei do Congo, Alvaro VI, aliado dos portugueses e católico. D. Alvaro foi escolhido para assumir o poder, mas, Garcia, irmão do rei morto, assumiu o poder por meio das armas, se intitulando Garcia II, Rei do Congo³⁸².

Garcia II se aliou aos holandeses e ficou com essa pecha até sua morte. Quando os portugueses retomaram o poder em Luanda, passaram a forcejar situações no sentido de deteriorar a imagem do rei, lhe exigindo em demasia escravos e ações militares. Observe a resposta do rei Chichorro sobre este ponto.

Luis Martinz de Sousa Chichorro, &.^a O Ouvidor geral do Reino de Angolla (que hides gouernar) me deu conta particular da cauza de que procede hauer de prezente nelle tão poucos escrauos, sendo o vnico cabedal de seus moradores, apontando que para os hauer, deuia eu mandar fazer guerra a ElRey de Congo, a Rainha Ginga, e á Prouincia de Quissama, todos perseguidores dos souas meus vassallos, por terem comercio com os Portuguezes, e que este cessaria totalmente, se eu não defendesse com minhas armas os vassallos e amigos, e castigasse aos inimigos.

E hauendo mandado uer e considerar as razoes da dita carta, com a atenção que requiere matéria tão graue, e tão chea de escrúpulos, me pareceo dizeruos, que a estes inimigos tenho perdoado os agraues e guerra que athé á recuperação desse Reino tinhaõ feito contra minhas armas, vnindose com os olandezes, e fazendo a meus vassallos em sua companhia. E que assy, sem darem nouas cauzas, e serem muy justificadas, se não deue com razão romper com elles, nem catiuallos, attropelando nisso as leis da natureza, couza muy estranhada dos Summos Pontifiçes, e dos Reis destes Reinos³⁸³.

Chichorro fez acusações ao rei de que ele estava perseguindo os sovas avassalados pela Coroa portuguesa, de não enviar escravos o suficiente a Luanda. Chichorro sugeriu que o rei deveria atacar a rainha Nzinga e escravizar seus soldados. Observamos nesse ponto, uma das maiores tendências da presença portuguesa no litoral africanos, produzindo a discórdia entre os reinos para se aproveitar no mercado negreiro.

O rei de Portugal enviou carta diretamente ao Governador de Angola e afirmou que não deveriam atacar os reinos de maneira injustificada, “*attropelando nisso as leis da natureza*”:

que no cazo que cometaõ nouas culpas, perseguindo ou damneficando a meus vassallos Portuguezes, ou Gentios, ou impedindo o comercio

³⁸² CORREIA, Sthéfanie Caroline Boechat. *O reino do Congo e os miseráveis do mar: o congo, o sonho e no Atlântico 1600 – 1650*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2012. P. 110.

³⁸³ “Carta Régia Ao Governador De Angola (16-9-1653).” AHU — Cód. 275, fl. 228v. (MMA, vol. XI, 1981, p. 328).

que os souas quizerem ter com elles, ou fauorecendo os inimigos de minha Coroa, ou prohibirem a pregação do Sagrado Euangelho, sendo estas cauzas verdadeiras, justificadas e não affectadas, podereis fazer guerra aos ditos inimigos, sempre com grande consideração e cautella, medindo vossas forças com as suas, e não vos empenhando nunca no certo, de maneira que deixeis enfraquecida essa praça, e exposta a huã inuazaõ dos inimigos, que tanto a apetece³⁸⁴.

Afirma que já tinha perdoado Garcia II de sua traição no tempo dos flamengos e que um ataque a seu reinado apenas deveria ocorrer em caso de atrapalhar o processo de evangelização. As frases do rei são bastante claras nesse sentido. A rainha Nzinga fez acordo e não teve seu reino atacado até sua morte; Garcia II não se submeteu e num processo de destruição de sua imagem perante a Coroa de Portugal, foi atacado e morto em 1665. Os três governadores, Chichorro, Vieira e Negreiros, utilizaram de todos os meios necessários para manchar a sua imagem e justificar o massacre de Ambuíla.

A documentação a respeito da relação de Garcia II com os grandes homens de Luanda indicam uma espécie de conspiração no sentido de justificar um ataque militar, do governador aos membros da Igreja. Por que, no entanto, apenas não entraram no território do rei e o atacaram? Salvador Correia de Sá tinha um respeito enorme em todas as partes do império português, por seu poder político, pela sua capacidade de mobilizar recursos em função da Coroa e, ainda assim, teve suas aspirações de atacar Garcia II freadas. A necessidade de capturar escravos, lucrar com o tráfico, depois da retomada de Luanda, fez com que ele direcionasse suas atenções sobre o Congo. Chichorro continuou com essa política, inútil perante à Coroa que, de maneira alguma autoriza o ataque.

Dessa maneira, quando Vieira tornou-se governador, teve que justificar o ataque e nesse sentido fez inúmeras acusações a Garcia II, enviando à Coroa de Portugal. Em primeiro lugar, atacaram a sua religiosidade, afirmando que ele era apenas “Cristão de nome” e por tanto era criminoso perante a Igreja. Devemos nos lembrar que quando Garcia II fez acordo com os holandeses, não permitiu que calvinistas entrassem em seu reino porque era um reino católico³⁸⁵. As acusações sobre a religiosidade dele eram, nesse sentido, infundadas. Mas, um dos vieses encontrado pela aristocracia de Luanda para deturpar a imagem do rei foi o religioso, o mais grave de todas as faltas, que podia

³⁸⁴ “Carta Régia Ao Governador De Angola (16-9-1653)”. AHU — Cód. 275, fl. 228v. (MMA, vol. XI, 1981, p. 330)

³⁸⁵ CORREIA, Sthéfanie Caroline Boechat. *O reino do Congo e os miseráveis do mar: o congo, o sonho e no Atlântico 1600 – 1650*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2012. P. 112.

justificar uma “*guerra justa*”. Ao afirmarem que o gentio impedia o resgate – no sentido católico – estavam acusando-o de crime grave contra a evangelização. Ao fazer isso, impedia que recuperassem as almas católicas e escravos para o Brasil: causando uma perda não apenas religiosa, mas também financeira. As acusações iam além do impedimento de entrada no sertão. Garcia II fez um acordo com Salvador Correia de Sá no qual teria que devolver todos os escravos fugidos que entrassem em seu reino, segundo Vieira, ela não cumpria o acordo ao incentivar as fugas de escravos em Luanda para seu reino. Os escravos lauandanses com o mínimo desentendimento com seus senhores, fugiam para o norte, onde eram recolhidos pelo rei herege. Pelo fato de não concordar em atacar a rainha Nzinga antes dela fazer o acordo de paz com os portugueses, foi chamado de traidor, de inimigo do povo de Luanda, de assassino de clérigos, de aliado dos espanhóis e holandeses³⁸⁶.

A tese dos homens poderosos de Angola era a de limitar a autonomia que tinha Garcia II e enfraquecer o capital político perante a Coroa de Portugal. As acusações feitas a ele, ainda na década de 50 foram muito graves e colocava a Coroa de Portugal em xeque sobre seu poder no África. Ao acusá-lo de matar clérigos, roubar escravos e se aliar a estrangeiros em guerra com Portugal, ele teria cometido crimes gravíssimos, contra a Igreja, contra a Fazenda e contra a segurança da Coroa portuguesa³⁸⁷. Apenas um desses crimes já era o suficiente para a implantação de uma “*Guerra Justa*”. Garcia II bloqueou o avanço dos traficantes ao norte de Luanda, impedindo o avanço deles sobre seu reino. De todas as acusações feitas a ele, nenhuma delas foi comprovada ao rei de Portugal, que não autorizou o ataque. Percebemos que o discurso contra Garcia II tinha interesses políticos velados. A Coroa de Portugal não tinha condições materiais para sustentar um avanço militar, já que ainda estava em guerra com Castela. Negociava acordos de paz com a Inglaterra e Holanda. O rei do norte tinha um exército muito forte e um ataque a ele poderia ser, do ponto de vista diplomático, um tiro no pé, enfraquecendo Luanda que ficaria a mercê de ataques estrangeiros e mesmo de inimigos locais. Fica evidente nas cartas enviadas por D. Afonso a Vieira que era preferível ter Garcia II como aliado que como inimigo. A narrativa na África sobre as heresias de Garcia foi tão convincente que

³⁸⁶ SALLES, Wesley Dartagnan. *Em tempos de Crise: o império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a lei das arqueações (1640 - 1695)*. Curitiba: Editora Prisma, 2017. P. 253.

³⁸⁷ “Declaração de Guerra ao Rei do Congo (11-03-1659)” AHU. *Angola*, cx. 6. — Original. Em 29 de 04 se repetiu a acusação ao rei por meio de uma carta da Câmara de Luanda. Asseverou-se o caráter de o rei do Congo roubar os escravos dos moradores de Luanda. “Carta Da Camara De Luanda A El-Rei D. Afonso VI”. AHU., *Angola*, cx. 6. — Original. Em 07-05-1659, novamente Vieira escreve ao rei afirmando a necessidade de atacar o rei do Congo. Carta Do Governador Geral De Angola A Ei-Rei D. Afonso VI.

o próprio Papa Alexandre VII enviou carta a ele pedindo que eliminasse as heresias do seu povo³⁸⁸. Vieira nunca mobilizou qualquer ataque ao reino do Congo, jamais conseguiu colocar em prática o seu plano de rapina. Teve seus planos interrompidos pela sua excomunhão³⁸⁹.

De qualquer maneira, quando assumiu o governo em 1661, o novo governador, André Vidal de Negreiro tinha em suas mãos toda a estrutura escravista dentro de Luanda e, acima de tudo, a imagem de Garcia deteriorada. Negreiros teve muito mais sucesso que Vieira contra Garcia II. Dom Afonso VI tinha interesses em minas de cobre no território do Congo³⁹⁰. Quando recebeu o pedido de investigação sobre as minas de cobre, prontamente elas apareceram dentro do reino do Congo – três meses após a carta ter chegado de Portugal³⁹¹. Em 1660 Garcia II deixou o trono para seu sucessor Antônio I, que manteve a mesma política de defesa do território.

Em 1664, entretanto, a questão das minas deu argumentos para o ataque. Mesmo assim, como podemos observar, do momento de origem das suspeitas das minas até o ataque, demoraram-se longos meses. Quando Negreiros recebeu a carta da Coroa prontamente se direcionou no sentido de entrar no reino do Congo, sendo impedido por Antonio I. Ele disse claramente que não existem minas em seu reino:

(...) hé pera desempenho dessas minhas terras, que em direito são desta coroa, e pera quietaçam delias, mas numqua se me admitio rezam, pello que acabo de crer, que outros dizem que quando mandava passaria a conta do capitulado era tributo que pagava a el-Rey de Portugal, a quem reconheço por Irmão e Amigo, e suposto que V. S.a dis na sua que a guerra se fes com iustiça, rezam acho eu que a verdade hé desterrada nestes tempos; o que V. S.a alega do descobrimento das minas de ouro que consta pellas capitulações, não acho nellas capitolo que rezaçe tal condição, mormente que não as há, e aynda que informão a V. S.a o contrario, eu de minha parte digo que posto que as ouvera não as devo a nenhum, e assy que não seia isto motivo de inquietações das terras que de direito são sugeitas a minha croa, ao que me averey por descontente e comfio na prudença de V. S.a que outro tanto não uze, a quem o çeo guarde muitos annos³⁹²

³⁸⁸ “Carta Do Papa Alexandre Viião Rei Do Congo D. Garcia II (05-10-1660)”. AHU. *Angola*, ex. (Original). — AV., *Epistolae ad Principes*, vol. 64, fis. 99-99 v. — Michael a Tugio, *Bullarium Capucinorum*, VII, p. 200.

³⁸⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Op. Cit. . P. 277.

³⁹⁰ “Carta Régia Ao Governador Geral De Angola (22-12-1663). AHU. *Angola*, cx. 7.” (MMA, vol. XVII, 1981, p. 473).

³⁹¹ “Carta Do Governador Geral De Angola Ao Rei Do Congo D. Antonio I (15-03-1664).” AHU. *Angola*, cx. 8. (MMA, vol. XVII, 1981, p. 475),

³⁹² “Carta Do Governador Geral De Angola Ao Rei Do Congo D. Antonio I (15-3-1664).” AHU. *Angola*, cx. 8. (MMA, vol. XVII, 1981, p.476-477).

Antonio I além de negar a existência de Minas em seu território, acusou Negreiros de mentir, deixando claro que sabia dos interesses dele em seu reino, utilizando de falsas acusações para promover o ataque. Tem como ponto central de sua argumentação a relação com Afonso VI – “irmão e amigo” e afirma que a atitude de Negreiros ia contra os costumes. Em suma, negou a entrada no território. Entretanto, a preocupação de Afonso I com as moedas locais, *Panos Libambos*³⁹³, levou-o a pedir conferência sobre os fatos. As moedas locais dificultavam o comércio na região. Tinham a expectativa de que as moedas chegassem ao Brasil por meio do tráfico negreiro³⁹⁴. Assim, a mudança que houve na mentalidade do Conselho Ultramarino sobre as “*panos de Luanda*”, auxiliaram a argumentação sobre o ataque sobre o Congo.

Negreiros enviou uma carta aos munícipes de Luanda pedindo ajuda financeira para atacar o Congo. Em 15 de Abril de 1665 a câmara de Luanda se negou a auxiliar porque passavam por dificuldades financeiras, justamente devido ao problema no trato sertanejo de escravos³⁹⁵. Interessante notar a tensão, pois, os religiosos portugueses que residiam no Congo enviaram carta em 13 de junho a Negreiros em favor do rei do Congo, pedindo que não houvesse o ataque. Os clérigos asseveraram que o ataque ao Congo não se enquadrava no conceito de “*guerra justa*” e, dessa forma, Antonio I poderia reclamar ao rei de Portugal³⁹⁶. Em resposta aos clérigos, Negreiros afirmou que não preparava um ataque, mas, apenas fazer cumprir o acordo que Garcia II tinha feito com Salvador de Sá, no qual autorizava vistoriar as terras do Congo em caso de presença de Minas de cobre³⁹⁷.

A questão da justificativa do ataque foi tão grande que o *Mercurio Portuguez*, noticiou que António I agrupou suas tropas contra os portugueses³⁹⁸, demonstrando que

³⁹³ Nesta carta é negada a existência de minas de ouro, mas, a questão eram as minas de cobre.

³⁹⁴ “Carta Régia Ao Governador De Angola (05-11-1664).” AHU. Cód. 275, fl. 354. (MMA, vol. XVII, 1981, p.506-507).

³⁹⁵ “Carta Dos Oficiais Da Câmara De Luanda Ao Governador Geral De Angola (15-04-1665).” AHU. Angola, cx. 8. (MMA, vol. XVII, 1981, p.533-534).

³⁹⁶ “Carta Do Cabido E Religiosos Do Congo Ao Governador Geral De Angola (13-6-1665).” AHU. Angola, cx. 8. Assinaram a Carta: O Cônego Simão de Medeiros — Antonio do Couto — Manoel Pinto — Frei Francisco de Sam Salvador, capuchinho — O cônego Miguel de Casto — Frei Jozeph de Bassano, capuchinho — O Cônego Estevão Castanho — O Padre Manoel Roíz de Medeiros — O Padre Joam Mendes de Távora.

³⁹⁷ “Carta Do Governador Geral De Angola Ao Cabido E Religiosos Do Congo (25-6-1665).” AHU. Angola, cx. 8. (MMA, vol. XVII, 1981, p.547-548).

³⁹⁸ “Pregão De Guerra De D. António I Contra Os Portugueses (13-7-1665)” MACEDO, António de Sousa, *Mercúrio Portuguez com as novas do mez de julho do anno de 1666*, Lisboa, 1666. — BNL., Res. 110 (V). — Paiva Manso, *Historia do Congo*, Lisboa, 1877, pp. 244-245, doe. CL. ((MMA, vol. XVII, 1981, p554-555).

a necessidade de legitimar o ataque chegou até o reino. Me parece que houve toda uma arquitetura retórica para explicar o ataque. Os clérigos do Congo, como última alternativa, tentam articular a paz, servindo de mensageiro de Antonio I, afirmando que se existissem Minas em seu reino era de desconhecimento dele e que mesmo que houvesse não tinha obrigações de deixar os portugueses entrarem, segundo os termos do acordo de paz com Salvador Correia de Sá³⁹⁹. O *Mercúrio Portuguez* ajudou a legitimar a imagem de um grande rei do Congo, com grande número de soldados, que havia traído a Coroa de Portugal⁴⁰⁰. Dessa maneira, o conceito de “*Guerra Justa*” poderia ser legalmente utilizado. Negreiros, enfim, deu um ultimato a Antonio I, pedindo autorização para entrar no reino e conferir a existência das minas de cobre⁴⁰¹. O Conselho Ultramarino queria a todo custo evitar o confronto, mesmo com todo interesse nas minas de cobre para enviar ao Brasil, carente de moeda⁴⁰². O interesse em atacar e escavar o Congo era, de fato, de Negreiros. Assim o fez.

Por que a Coroa de Portugal demorou tanto tempo para autorizar o ataque ao Congo? Ele era enorme e muito poderoso, por isso, todo o cuidado em autorizar o ataque e fazer prevalecer a aliança que tinha. O Congo não era considerado um lugar avassalado, mas, um reino parceiro de armas, católico e que tinha dezenas de clérigos dentro do seu território, que oferecia diversos benefícios à Coroa de Portugal.

O ataque ao reino do Congo ocorreu a partir de grande preparação por parte de Negreiros, contando com tropas de três continentes: África, Europa e América. A batalha que colocou fim ao reino livre do Congo e destronou Antonio I ocorreu em Ambuíla, com cerca de 20 mil soldados para o lado dos portugueses e 19 mil para o Congo⁴⁰³. Segundo Luiz Felipe de Alencastro os números são hiperestimados⁴⁰⁴. O

³⁹⁹ “Carta Do Cabido E Religiosos Do Congo Ao Governador Geral De Angola (19-7-1665)”. AHU. Angola, cx. 8. (MMA, vol. XVII, 1981, p.551-552).

⁴⁰⁰ Observe como a imagem do rei foi construída para os portugueses de Portugal. “Dom Antonio o primeiro do nome, por divina graça, Alimentador da Conversam da Fé de Jesus Christo, Defensor delia nestas partes da Ethiopia, Rey do antiquíssimo Reino de Congo, Angola, Matamba, Veangá, Çundi, Lulha e Sonso, Senhor dos Ambüdos, e dos Matumbalas, que se interpretam homens mortos, e resuscitados e de outros muitos Reinos e Senhorios a elles comarcãos, daquem e dalém e do mui espantossissimo rio Zaire, suas margens e agoas vertentes, e de toda a costa do mar salgado e suas prayas etc.” “Pregão De Guerra De D. António I Contra Os Portugueses (13-7-1665)”. MACEDO, António de Sousa, *Mercúrio Portuguez com as novas do mez de julho do anno de 1666*, Lisboa, 1666. — BNL. Res. 110 (V). — Paiva Manso, *Historia do Congo*, Lisboa, 1877, pp. 244-245, doe. CL. (MMA, vol. XVII, 1981, p. 554-555).

⁴⁰¹ “Carta Do Governador Geral De Angola Ao Cabido E Religiosos Do Congo (18-8-1665)”. AHU. Angola, cx. 8. (MMA, vol. XVII, 1981, p. 566-567).

⁴⁰² “Consulta Ao Conselho Ultramarino (7-9-1665)”. AHU. Cód. 16, fl. 174. (MMA, vol. XVII, 1981, p. 571-573).

⁴⁰³ “Descrição Da Batalha De Ambuíla (20-10-1665)”. BNL. *Mercúrio Portuguez*, 1666, Res. 110 (V). (MMA, vol. XVII, 1981, p. 575 - 581).

⁴⁰⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes. Op. Cit. P. 290.

resultado da batalha foi a vitória dos portugueses, com a desarticulação total do reino. Antonio I foi capturado e decapitado. Houve um saque das riquezas do reino e a escravização coletiva de boa parte do povo, com o intuito de servirem ao Brasil.

Quais os resultados da derrota de Antonio I? Em primeiro lugar não houve o controle dos portugueses sobre a região, como talvez se esperava, embora o reino tenha se descentralizado após Ambuíla. Em segundo lugar, não existiam as minas de cobre, argumento central de ataque. Do ponto de vista legal, à época, o ataque não poderia ser – como foi feito – baseado no conceito de “*guerra justa*”. As minas de cobre não existiam e ao que parece fora apenas um pretexto para o ataque. O reino do Congo, pelo menos na documentação, não aparece como uma ameaça militar. Das acusações feitas aos dois últimos reis do Congo, nenhuma se confirmaram. O grande interesse dos governadores brasílicos era, de fato, a rapina escravista.

As atitudes dos governadores em relação à organização do tráfico na África central se refletiram nos primeiros anos depois que assumiram, do ponto de vista das estimativas houve grande aumento no número de pessoas escravizadas e transportadas para as Américas. O avanço sobre o Congo e sobre os Imbangalas, não foram os únicos fatores que explicam o grande aumento numérico.

6. A tentativa de monopólio da África Central

Desde os tempos de Viera, houve um avanço sistemático contra os a Ordem Missionária de Luanda. Em 1659, Vieira passou a explicar à Coroa os problemas da atividade negreira em relação aos Jesuítas.

Na folha da despeza que cada anno se faz neste Reino uay lançada huã addição de dous mil cruzados que por ordinário se paguaõ aos Religiozos da Companhia, de que V. Magestade lhe faz esmola, enquanto naõ pessuïrem bens de que comodamente se possaõ sustentar, e por se ocuparem na propaguação da fee, promulguação do euangelho, e conuerção das almas; e porque estes motiuos tem secado, me pareceo dizer a V. Magestade que a caza do Colégio desta Cidade se acha oje com mais de sincoenta propriedades grandes, que aquy chamaõ arimos, situados nas melhores paraguens deste monopólio na captação dos escravos, isto é, os atravessadores, brancos compravam os escravos no sertão e, além de não pagar as taxas, vendiam para quem o desejassem

já que não havia o controle dos portugueses. Em outras palavras, os pumbeiros estavam desviando escravos para o mercado espanhol⁴⁰⁵.

Segundo Viera, a atitude dos Jesuítas prejudicava a Fazenda Real e o comércio negreiro, na medida em que suas propriedades, favoreciam o comércio irregular de cativos do sertão, pois, estavam nos pontos estratégicos do comércio e, dessa maneira, autorizavam os pumbeiros desviarem os cativos para o mercado espanhol.

Em 1647, a coroa havia autorizado a venda de escravos para Castela, como mostra a Consulta do Conselho UltramarinoReino, de que tiraõ grandíssimo lucro cada anno, e em todos mais de dez mil negros seus escrauos, com que uem a pessuir mais de hum milhaõ com as cazas que tem nesta praça, que saõ as mais e as melhores, que alugaõ a moradores, e por este respeito se fica escuzando aquela despeza, que taõ necessária hé para se aplicar á fortificação das forças desta praça e do sertão, que taõ atenuadas estaõ, como a V. Magestade reprezento por outra carta; como também porque estes Religiozos naõ accodem a sua obreguação com entrarem no sertão a precurar a conuerção das almas, que foy sempre o principal intento com que V. Magestade os mandou a esta Conquista, antes estaõ sempre nesta Cidade tratando do grangeo de suas fazendas, e da administração de seus guados, de que tem huã grande quantidade, occupandosse também no resgate do sertão a que mandaõ seus escrauos e pombeiros, queobraõ com desaforos e tiranias fiados no fauor dos Religiozos, a que se deue accudir com lhes mandar que naõ tenhaõ tanta escrauaria junta, pois lhes naõ saõ necessários tantos, sendo elles oito, que se podem accomodar com menos. V. Magestade mandará o que for seruido⁴⁰⁶.

A posição de Vieira para com os Jesuítas estava ligada à política de melhoria no comércio negreiro⁴⁰⁷ e o trecho da carta acima, de 1659, é satisfatória em demonstrar que segundo Vieira, os Jesuítas não cumpriam seu papel evangelizador. A principal acusação é de que os eles deixavam de exercer sua atividade evangelizadora para o enriquecimento próprio a partir do comércio negreiro. Importante entender que desde o início da colonização os jesuítas tinham conquistado um papel especial na sociedade, conquistando as melhores localizações, as melhores terras e uma importante posição política, embora, não tiveram sucesso contra os traficantes, muitos deles se tornaram

⁴⁰⁵ “Carta Do Governador Geral De Angola A El-Rei De Portugal (05-11-1658).” In: AHU. *Angola*, cx. 6. (MMA, 1981, vol XII, p. 179-180)

⁴⁰⁶ “Carta Do Governador Geral De Angola A El-Rei De Portugal (05-11-1658)”. In: AHU. *Angola*, cx. 6. (MMA, 1981, vol XII, p. 179-180).

⁴⁰⁷ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes*. Op. Cit. P. 287.

partícipes ativos no tráfico. Além do mais, o que mais incomodava Vieira era o fato deles deixarem de entrar no sertão para evangelizar e ficavam acomodados na riqueza material.

De tanto atacar a ordem Jesuíta, acabou sendo excumungado no final do seu governo. De qualquer maneira, suas palavras geraram desconforto à Igreja e Capuchinos italianos chegaram como respota a essas averbações⁴⁰⁸. O Conselho Ultramarino, não obstante, entendeu que, de fato, havia a necessidade de mais empenho nas entradas ao sertão, na conversão e batizado dos povos “bárbaros” e, assim, aconselhou a entrada de Carmelitas em Luanda⁴⁰⁹. Para facilitar esse processo, organizou as rotas intenas que levavam os comerciantes de escravos até Luanda, construiu inúmeras fortalezas para assegurar, tanto a entrada das ordens religiosas quanto o fluxo de traficantes.

Mesmo com a excomunhão de Vieira, o ataque aos religiosos continuou com a entrada de Negreiros, cujos objetivos coadunavam com os de Vieira sobre o comércio negreiro. Quando começou a governar, prontamente, determinou que os Jesuítas deveriam pagar taxas sobre os direitos dos escravos, na medida que grande parte deles eram comerciantes⁴¹⁰. Contudo, para enfrentar, Negreiros, diferentemente de Vieira, se escorou em seus asseclas.

É importante ressaltar que nesse momento a Coroa de Portugal estava lutando pela guerra de independência, que durou até 1668. Ter comerciantes espanhóis em território angolano era um risco. Dessa forma, além de constranger os missionários evangélicos, ele limitou a ação de “estrangeiros” comerciantes em Luanda. Segundo seu parecer, ao deixar nas mãos de homens brancos e pardos o comércio eles acabariam “*avexando*” os “*pombos*”⁴¹¹. A questão aqui é fiscal e também de controle do número de cativos que viriam para Brasil. Ao receber a carta de Negreiros, o rei assinou um alvará de proibição aos estrangeiros e brancos comercializarem em Angola⁴¹². Além da segurança em relação a possíveis ataques estrangeiros, havia a questão do empobrecimento dos moradores de Luanda cuja base econômica era o comércio negreiro com o interior. A entrada de concorrentes iria diminuir a capacidade econômica desses comerciantes que entravam no sertão a negociar cativos e voltavam para o litoral com

⁴⁰⁸ “Requerimento De Frei Serafim De Cortona A El-Rei De Portugal”. AHU. Angola, cx. 6. (MMA, 207-208).

⁴⁰⁹ Consulta do Conselho Ultramarino (21-05-1659).

⁴¹⁰ “Carta Régia Ao Provedor Mor Da Fazenda (17-9-1663)”. AHU. C6d. 275, fl. 338 v. (MMA, vol. XVII, 1981, p. 455).

⁴¹¹ Pombo: feira sertaneja na qual se comercializava escravos. Havia redes fixas e móveis de feiras na região de Angola.

⁴¹² “Carta Régia Ao Governador De Angola (12-12-1664)”. AHU. Cód. 275, fl. 356. (MMA, vol. XVII, 1981, p. 514-515).

milhares de cativos. Para realizar esse comércio, eles trocavam por produtos trazidos ou de Portugal ou do Brasil, como a cachaça⁴¹³.

A preocupação sobre a influência dos atravessadores em Luanda já se fazia presente no governo de Salvador Correa de Sá. Em fevereiro de 1656 a Câmara de Luanda enviou uma carta ao rei explicando que a presença dessa categoria social causava o empobrecimento do povo:

Também damos conta a uosa Magestade das desordens que há neste pouo, pellos muitos atrauesadores que há nelle das fazendas, que uem de mar em fora, de que naçe perecerem os pobres, pella grande carastia em que se poiem as fazendas, e as tornarem estes a reuender pello que querem, com pretexto de não auer castigo pera eles; e a este exemplo comprão muita poluora, armas e moniçõis com que resgatão pessoas comtra a escomunhão da bulia da Sea, de que se não conhece por uia de justiça, por não ser cazo de deuassa, que pidimos a uosa Magestade o faça, mandando por prouizão sua que por estes cazos se possa deuasar e ser punido por uia de justiça (...) Os poucos moradores deste Reino estão muito atrasados e cada ves o uão sendo mais por cauza das diuidas que deuem, antes e depois da recuperação delle, e a maior cauza hé perque andão homêns brancos espalhados pellos pumbos e feiras contra a forma do Regimento de uosa Magestade e estes só, resgatão as pessas para quem os manda, e os escrauos mercadores dos moradores empatados por esta via. E aynda algũa que por sua endustria resgatão estes lha tomão por força, de que cauza grande damno, a este pouo, e são auexados os moradores, em suas fazendas por lhes faltar o resgate das pessas, e não só padecem os moradores, mas também os souas uasallos de uosa Magestade são participantes e oprimidos, de que nasce a rebelação de alguns⁴¹⁴.

O problema, evidentemente, está muito além do empobrecimento dos pombeiros angolanos, embora este seja o argumento central do pedido. A questão por trás é o monopólio do comércio negreiro. Esses atravessadores não pagavam as devidas taxas,

⁴¹³ CURTO, José C. *Álcool e escravos*. op. cit. ; LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico*. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654 - 1760). USP: Tese de Doutorado, 2008; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes. Op. Cit. ; MILLER, J. C. Way of death. Op. Cit. . Muitos produtos eram utilizados no processo de troca europeia e africana pelos escravos. Muito se discutiu em relação a isso. José Curto, mostra em sua obra original sobre a produção e comércio do álcool nas sociedades africanas, que já se produzia bebidas alcoólicas na África Central, não obstante, com um teor alcoólico muito baixo: chegando, no máximo, a 6% de concentração alcoólica. Era o Malavu extraído da palmeira de ráfia. Havia, também, a cerveja, Walo, cujo valor alcoólico era menor ainda. Assim, quando surgem as bebidas européias, como o vinho Português que tinha maior valor alcoólico, há a aceitação fácil dos africanos no comércio. Depois, com o surgimento da geribita, cachaça brasileira, com o valor alcoólico extremamente alto, ela se torna um fator de grande importância na produção de cativos. O mercado do álcool, sobretudo até 1680, dominou mormente o processo de troca de cativos dentro dos pombos africanos. O século XVIII o álcool, distante de deixar de ser comercializado, passou a dividir o espaço com o tabaco e os panos da Índia.

⁴¹⁴ “Carta da Câmara de Luanda a El-Rei D. João IV (19-2-1656)”. (MMA, 1981, vol XII, p. 12 - 13)

tanto à Coroa quanto à câmara de Luanda, seja sobre o comércio dos bens negociáveis no trato, ou mesmo sobre as peças de escavos. A autorização da Coroa de Portugal em 1647 sobre a venda de escravos ao mercado espanhol implicou no advento de estrangeiros em Luanda cuja consequência imediata foi a entrada no comércio de homens suspeitos, do desvio enorme de peças. A Coroa tinha como foco principal os tributos arrecadados no comércio, entretanto, depois de pressão por parte da elite luandense proibiu a venda⁴¹⁵.

O comércio negreiro dizia respeito não apenas aos comerciantes, ele era responsável por amparar vários setores da sociedade. Em primeiro lugar o fisco da Coroa, a Fazenda Real; em segundo lugar, a Câmara de Luanda, que sustentava seus presídios; no Brasil se cobrava, até a década de 60 taxas para a sustentação da milícia⁴¹⁶. Do ponto de vista prático, do trabalho, o comércio negreiro dizia respeito aos senhores de engenho do Brasil também, na medida em que eles eram a base da produção de açúcar.

Em 1651, Rodrigo de Miranda pediu licença ao rei para comercializar com Castela. O rei deliberou o pedido negando-o com a justificativa segundo a qual o Brasil passava por grandes dificuldades, isto é, “*se se admitirem hüs e outros nauios uiraõ a faltar os escrauos necessários pera os engenhos do Brasil*”⁴¹⁷ O outro argumento era o de que “*inposebelita e incarese o prouimento dos negros pera o Brasil*”⁴¹⁸. Na deliberação se ponderou que Espanha e Portugal estavam em guerra e que o comércio negreiro entre eles era um “*donativo de guerra*” à Coroa de Castela, na medida em que os escravos geravam grandes lucros à Coroa e aos colonos espanhóis⁴¹⁹.

E no que toca ao comercio com castelhanos, parece que os nauios que uierem em dereitura de Indias ao Porto de Angolla, seyaõ premetidos, porque sempre trazem patacas pera a saca e pagaõ grandes direitos delia⁴²⁰, mas naõ os que forem de Hespanha a buscar negros sem tocarem primeiro Indias, porque pera a compra delles naõ leua[õ] patacas senão fazendas, com que de nicíssidade abarataão as que forem deste Reyno e também tem o risco de hirem de parte mais suspeitosa,

⁴¹⁵ “Provisão sobre os escravos de Angola (21 – 04 - 1649)”. Bolletim Do Conselho Ultramarino, Lisboa, 1867, vol. I, p. 262-263. Transcrito do *Livro de Regimento, do Conselho Ultramarino*. (MMA, 1965, vol. X, p. 341-42).

⁴¹⁶ “Provisão sobre os escravos de Angola (21 – 04 - 1649)”. Bolletim Do Conselho Ultramarino, Lisboa, 1867, vol. I, p. 262-263. Transcrito do *Livro de Regimento, do Conselho Ultramarino*. (MMA, 1965, vol. X, p. 341-42).

⁴¹⁷ “Consulta do Conselho Ultramarino (09-08-1651)”. BNL — CP, Cód. 738, fls. 43f436v. (MMA, 1971, vol. XI, p. 66-67).

⁴¹⁸ *Idem. Ibidem.*

⁴¹⁹ *Idem. Ibidem.*

⁴²⁰ Neste ponto o Conselho vê com bons olhos o comércio com as Índias, pois, ele traz patacas. Mas, não os quais viriam diretamente da Espanha. De certa forma, é reconhecido comércio com a Espanha, desde que vindo das índias.

alem de que se se admitirem hüs e outros nauios uiraõ a faltar os escauos necessários pera os engenhos do Brasil⁴²¹.

O comércio com Castela gerava três linhas de preocupação: a necessidade de enviar escravos para o Brasil entrava em conflito com os enormes lucros que o comércio com a Espanha gerava, pois, os espanhóis traziam moedas e não fazendas. O comércio com Castela, do ponto de vista fiscal, era muito mais lucrativo. O terceiro ponto é a presença de estrangeiros na África, dentro do contexto da “Guerra de Restauração”. A rentabilidade do comércio com Castela implicava, portanto, essa contradição de interesses na aristocracia dos três continentes, em Luanda, Lisboa e Estado do Brasil. Ainda temos os interesses dos próprios traficantes. O conselho ultramarino, ao ponderar a esse respeito, explicou que o Estado do Brasil deveria estar em primeiro plano nos interesses dos traficantes “*por Angolla ser praça taõ nessessaria pera nosa comceruação dos comércios e fazendas do estado do Brasil*”⁴²². Para os Castelhanos, os interesses estavam ligados às minas e por isso deveria ser limitado o tráfico negreiro com eles: “*parece que sempre se hade euitar quanto for posiuel o comercio de Castella*”.

Dois decretos visaram favorecer o comércio do Brasil com Angola, em 1649 e em 1655. Ambos tiveram como ponto central a questão fiscal. Como eram cobradas taxas sobre o tráfico com a finalidade de assegurar a defesa do território tanto em Angola (presídios), quanto no Estado do Brasil (milícia), os traficantes passaram a evitar o comércio com o Brasil em função de Castela. O Conselho orientou no sentido de retirar as taxas no Brasil e, dessa maneira, a coroa legislou em função dos traficantes proibindo a cobrança no Brasil, o que já tinha sido feito em 1649⁴²³.

A Coroa observou que depois da retomada de Angola das mãos dos holandeses era necessário melhorar o comércio negreiro na região com a finalidade de atender as necessidades internas da produção no Brasil. Dessa forma, enviou personagens fortes para comandar Angola, sujeitos como Salvador de Sá, Vieira e Negreiros. Foi por isso que quando Vieira chegou em Luanda trouxe consigo um exército muito grande, desproporcional à época⁴²⁴. Em nome do comércio negreiro, adotou medidas duras contra

⁴²¹ Consulta do Conselho Ultramarino (09-08-1651)”. BNL — CP, Cód. 738, fls. 43f436v. (MMA, 1971, vol. XI, p. 66-67).

⁴²² Consulta do Conselho Ultramarino (09-08-1651). BNL — CP, Cód. 738, fls. 43f436v. (MMA, 1971, vol. XI, p. 66-67).

⁴²³ “Decreto Sobre A Escravatura No Brasil (03-04-1655)”. ATT — Chancelaria de D. João IV, liv. 26, fl. 293v. (MMA, 1971, vol. XI, p. 477-78).

⁴²⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Op. Cit. . P. 275.

setores privilegiados da sociedade luandense, ao ponto de no fim do seu governo ser excomungado.

Passados poucos anos do massacre Ambuíla, a situação acerca do problema da falta de moeda em Luanda persistia ao ponto de a Câmara de Luanda apontar a situação de Angola como um momento de ruína, cujas causas eram advindas do sistema de trocas se sustentar nas “*macutas*”, moeda de pano angolana que, da mesma forma que na década de 50 incomodou governadores anteriores, sobretudo, Salvador de Sá e Vieira. Segundo a carta da Câmara ao rei: “*de todo se tem arroinado estes moradores e não só arroinados nos cabedais mas tambem no que todos padecemos com a falta de moeda pera comprar nem a ortelisa nem outras couzas meudas desta calidade*”⁴²⁵. Até o ano de 1676 tanto o Conselho Ultramarino quanto o rei não responderam a demanda da Câmara de Luanda no que se refere a moeda de palha e a Câmara enviou outra carta à Coroa reforçando o pedido para utilizar a moeda de cobre⁴²⁶. Em 1679, o Senado de Luanda expôs ao rei os motivos pelos quais eram a favor da extinção dos panos de palha sendo utilizados como moeda. Segundo o documento, até a tomada dos holandeses, os panos tinham um tamanho padrão e eram muito utilizados por todos os setores da cidade de Luanda, para cobrir negros nos navios, para pagar aluguel de casas e valiam cerca de 500 réis cada. Depois da expulsão dos holandeses os “gentios” mudaram o tamanho e qualidade dos panos, fazendo com que eles perdessem o seu valor, de maneira progressiva, com o passar dos anos, arruinando assim a economia luandense⁴²⁷ e, sobretudo, acarretando prejuízos à Fazenda Real, porque os contratos de comércio eram feitos baseados na moeda *Libongo*, cada vez mais depreciado⁴²⁸. Em 1686, no auge de um surto de varíola, a situação da falta de moeda ainda afligia a administração em Luanda, ao ponto de a Câmara dizer que a cidade estava arruinada e sequer conseguia enterrar os mortos em local adequado porque faltava moeda para construir um cemitério fechado, que protegesse os corpos dos ataques de lobos⁴²⁹. Em 1688 houve um novo pedido da Câmara ao rei, explicando que os *Libongos* estavam sendo falsificados e as moedas de

⁴²⁵ “Carta Da Camara De Luanda A El-Rei Sobre A Moeda Das Macutas (10-5-1673)”. AHU., *Angola*, cx. 10.

⁴²⁶ Luanda, Arquivo Municipal. Carta Do Senado Da Câmara De Luanda A Sua Alteza D. Pedro. (11-11-1676).

⁴²⁷ 250, 150 e 40 réis em 1679.

⁴²⁸ José de Almeida Santos, *Luanda d'Outros tempos*. Luanda, s.d., pp. 50-55. Memória Do Senado Da Câmara De Luanda. Luanda — Arquivo Municipal. Aos Reitores Da Companhia E Do Carmo (24-05-1679).

⁴²⁹ “Requerimento Dos Officiais Da Câmara De S. Paulo De Luanda (22-3-1686)”. AHU., *Angola*, cx. 13, doe. 72

cobre solucionariam o problema⁴³⁰. Em 1689, o próprio governador enviou carta ao rei afirmando que os panos de palha não eram mais feitos e não tinha utilidade no comércio de Luanda e que a proibição do uso de moedas de cobre causavam a ruína da cidade e impossibilitava de manter a milícia⁴³¹.

Já eu ui que era falta de dinheiro para pagamento de exércitos. Se fabricasse algum cõ mais valor que intrinseco; mas este mesmo valor fantástico que se lhe daua para os soldados, tinha para todos, com que os soldados erão pagos inteiramente; e a experiência mostrou os grandes danos, que daqui se seguiaõ; porem, moeda que tem hũ preço quando se dá aos soldados, e outro quando elles o passaõ aos outros, não satisfaz aos soldados, e melhor lhes era daremlhes menor moeda com valor comum, pois tendo a mesma utilidade ficauão sem engano. Se entãõ era conueniente mudar de moeda, e por em Angola alguã de cobre, em que se acrecentasse ao ualor intrinsico a despesa de sua braçagem, e senhoreagem real, e ainda o premio da viagem, em que os moradores tinhaõ muito menos perda, que a do annual consumo das macutas; agora que os negros não querê fabricalas era preciso, recorrer a este caminho⁴³².

Podemos observar que a questão da falta de moeda de cobre era vista como a causa dos problemas econômicos de Luanda. Por que a Coroa demorava para se posicionar a respeito? Teria sido em função do malogro das minas de cobre do Congo?

Ainda em 1689, o Ouvidor Geral da Coroa fez grande discurso em favor das moedas de cobre e afirmou que as “*macutas*” eram a causa dos problemas e da ruína de Angola.

Naõ serue de menor utilidade para a conseruação deste Reino do que acodirlhe com a moeda de cobre que se pertende, ou na falta se lhe poderá reear alguã total ruina, o achamos em taõ mizerauel estado que não hé posiuel o poderse descobrir esta comirrã moeda chamada macuta (dinheiro com que se pagaua em hum quartel a infantaria) no tue o contratador tinha taõ grandes avanços como taõ bem conueniencias V. Magestade⁴³³.

É muito interessante notar que o discurso sobre o estado de Luanda é muito parecido com o de Salvador, seja na questão da varíola – tratada em tópico posterior – seja pela questão da falta da moeda e ruína de ambos os lugares, tendo como elementos centrais a necessidade de sustentar as milícias locais. A Câmara, em 1689, enviou carta

⁴³⁰ “Representação A Sua Majestade Dos Officiais Da Câmara (10-2-1688)” AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 72.

⁴³¹ “Carta Do Governador De Angola Sobre O Dinheiro De Cobre (23-2-1689)”. AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 98.

⁴³² “Carta Do Governador De Angola Sobre O Dinheiro De Cobre (23-2-1689)”. AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 98.

⁴³³ “Carta Do Ouvidor Geral De Angola Sobre As Macutas (25-2-1689)” AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 98.

ao rei afirmando que os problemas da economia de Luanda, a ruína que se encontrava, ocorreu pela não deliberação do pedido do rei em 1673⁴³⁴. Por fim, depois de tanta pressão de todos os setores da administração de Luanda, o Conselho Ultramarino deliberou em favor dos argumentos da Câmara, Governador e Ouvidor de Luanda:

Pareço ao Concelho que conçideradas as rezoês que representaõ, o gouernador, ouuidor geral, e offiçiaes da Camara de Angolla, de que aquella Conquista se perde, se se lhe não acudir promptamente, a se lhe metter cobre, que corra em lugar das macutas, para as comprarem os géneros, que por esta chamada moeda se dauaõ, e se pagaua á Infanteria, e uiuiaõ todos os moradores daquelle Rejno; e que hoie nem estas há, por extinguirem os negros as fabricas delias, e se acharem sem nenhum género de moeda para se poderem remediar⁴³⁵.

O Conselho, ao responder em favor dos requerentes, não obstante, fez duas importantes ressalvas: a primeira era a de que a ideia lançada de que as moedas locais atrapalhavam o comércio negreiro e de marfim não tinha validade porque os *libongos* apenas serviam para a troca de mercadorias comestíveis, frutos, hortaliças, etc. Portanto, o discurso sobre a ruína da economia não poderia ser atrelado ao problema dos panos de palha. Quiçá, por isso, a Coroa, por tantos anos, não respondeu aos suplicantes angolanos. A outra assertiva era a de que as moedas locais, nas partes do império português, não poderiam mudar de maneira banal.

Que os frutos daquella Conquista eraõ negros e marfim, e estes não se faziaõ, nem fizeraõ nunca com libongos, nem com outra alguã moeda, porque os libongos seruiaõ só para comprar as couzas comestueis, que aly se produzem, e nunca com elles nos Pumbos se resgatauaõ negros nem marfim, que saõ os géneros que seruem para o negocio e trato daquella Conquista; que todo o cuidado daquelles moradores, hera que os homens de mar em fora, sejaõ obrigados a lhe uenderem os géneros que leuaõ para o comercio publico, a troco de seos frutos, e que os effeitos delles, sejaõ moeda corrente para todos, e para tudo na forma que V. Magestade pagaua aos soldados, e isto nunca fora nem podia ser que de mais de ofender ao bem publico do comercio eraõ prodigiozas as conçequências que se hauiaõ de seguir em prejuízo da fazenda de V. Magestade, e da conçeruação daquellas Conquistas: e estes taes moradores pello caminho donde maginauaõ aumentarasse se hauiaõ de acabar de perder; que isto mesmo tinha vottado sobre esta matéria repetidas uezes⁴³⁶.

⁴³⁴ “Carta Do Senado Da Câmara De Luanda Sobre A Moeda De Cobre (7-3-1689)”. AHU., Angola, cx. 10.

⁴³⁵ “Consulta Do Conselho Ultramarino Sobre Às Macutas De Angola (3-11-1689)”. AHU., Angola, cx. 13, doc. 98. —Cód, 554, fls. 61 V.-63.

⁴³⁶ “Consulta Do Conselho Ultramarino Sobre Às Macutas De Angola (3-11-1689).” AHU., Angola, cx. 13, doc. 98. —Cód, 554, fls. 61 V.-63.

A análise do Conselho era real em relação à economia de Luanda, vertebralmente ligada ao comércio negreiro. O discurso da falta da moeda de cobre, ao que parece, foi um falso problema que atendia apenas aos interesses das camadas administrativas de Luanda. Observemos uma carta dos oficiais da Câmara de Luanda de 1699:

Officiaes da Camara do Reyno de Angolla, etc.a. Viose a uossa carta de 12 de Julho deste ano, em que pedis se suspenda com a remessa da moeda de cobre para esse Reyno, por ser bastante o que tem hido para elle, e lhe puder rezultar ruina se se continuar com mais quantidade por não ter sabida, e a que ahi se acha ser bastante para o manejo desses moradores, porque por este caminho sesaria o clamor que hauia das macutas e libongos, de sua pouca duração, e ao tempo que chegou o uosso auizo achaua já feita a que se remete nesta ocaziaõ, porem daqui em diante se suspenderá este prouimento athé que o tempo mostre a prouidência que se deue dar neste particular.⁴³⁷

A ruína de Luanda foi uma hipérbole no discurso com o objetivo de introduzir as moedas de cobre em Luanda ou as causas dos problemas eram outras? Em pouco tempo de extinção das moedas locais percebemos na documentação que as trocas locais se arruinaram totalmente e o problema maior de Luanda continuou, a queda nas exportações dos navios negreiros. Quais as causas dessa queda?

O surgimento de outra região exportadora, Costa da Mina em função do aparecimento de um surto de varíola em Angola, aliado ao comércio de tabaco, preterido pelos povos da Costa da Mina e pela própria característica do comércio dessa região. Veremos melhor em tópico abaixo.

Depois da batalha de Ambuíla, a Coroa portuguesa enviou para governar Angola Tristão da Cunha (1666 - 1667) “*Tudo leva a crer que Tristão da Cunha, armando outra jogada, desmontou a operação de rapina que Negreiros e seus homens planejavam perpetrar no Congo*”⁴³⁸. A Coroa de Portugal percebeu os planos dos governadores brasílicos e, dessa maneira, enviou um governador direto de Portugal, que não tinha influências locais ou sobre os negócios do Estado do Brasil. Quando assumiu o poder, tomou medidas impopulares, proibiu a venda de pólvora, recolheu as tropas que estavam na dívida do reino do Congo, colocadas ali para dominar e escravizar todo o reino.

⁴³⁷ “Carta Régia Aos Officiais Da Câmara Da Cidade De Luanda. (14-12-1699)”. AHU., Cód. 545, Fl. 119v.

⁴³⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Op. Cit. p. 300.

Sua missão era a de reorganizar Luanda em suas várias esferas administrativas, em função dos interesses da Coroa de Portugal:

O novo chefe da colônia vinha incumbido, pelo rei, de tratar, com eficiência, de alguns problemas arrastados e urgentes: a cobrança dos donativos para a paz com a Holanda e para o dote da rainha da Inglaterra, contra cujo pagamento a Câmara mandara, a Lisboa, três representantes; reforma do exército, com vista à redução de encargos, em face da diminuição dos remédios; a participação da colônia na montagem *da fábrica de galeões* do Rio de Janeiro; e a inquirição e exploração das riquezas do subsolo mormente do Loango⁴³⁹

Tristão da Cunha foi à colônia direto de Portugal para fazer, exclusivamente, aquilo que o rei havia lhe pedido: promover uma política de paz com o rei de Angola; fazer um levantamento de sovas que estavam em guerra e tentar entender os porquês dos levantes; promover a cristianização pacífica; fazer um levantamento das minas que existiam na região; fazer levantamento das terras devolutas e retirá-las das mãos de quem não produzia; a implantação da cultura do Algodão e do açúcar, como no Brasil⁴⁴⁰. Talvez o ponto mais importante do regimento seja a questão do tráfico negreiro.

E porque sou informado que há naquelle Reyno muitas desordens nos resgates das pessoas, e que hé principal occasião hirem homens brancos ás feiras resgatar e mandarem os seos negros ao caminho atravessar⁴⁴¹ as pessas que vem para ellas, de que resulta grande prejuizo ao bem comum, e ao serviço de Deus, e meu, e hé muita cauza de se levantarem⁴⁴² as feiras e as não haver, e crescer o preço das pessas, e minguar a quantidade das que se costumaõ embarcar, pelo que vos emcomendo que pois os mercadores negros que trazem as pessas a vender ás feiras com facilidade, e pouco intereçe se mudaõ de huns lugares a outros, que nisso mandeis ter advertença necessaria, assim a se fazerem nas partes mais acomodadas para se poder prover nas estorçoens e mais officios que se nelle fizerem, como para escravos e fazendas estarem com mais segurança, e de todo defendereis que não vaõ brancos ás feiras, e se façaõ os resgates nellas, e não em outras nenhumaes partes, nem haja nas ditas feiras homens brancos, ainda que seja com pretextos de guardar justiça, e manterem ordem; este Capitulo observareis como também a Provizaõ que sobre ele mandei passar, para que não fosse ao pombo homens brancos, nem pardos, que mandareis

⁴³⁹ DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Vol 2. Angola: Edição do Banco de Angola, 1972. P. 290.

⁴⁴⁰ “Regimento do Governador de Angola. Capítulo 18.” AHU., Cód. 169 (*Regimentos de todas as Conquistas*), fls. 18-25; *Angola*, cx. 9. O Regimento consta de 36 Capítulos. Foi integralmente publicado por J. J. de Andrade e Silva in *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1856, vol. de 1657-1674, pp. 110-117, transcrito da *Colecção de Legislação* de Monsenhor Trigo, da Academia das Ciências de Lisboa. (MMA, vol. XIII, 1981, p. 17-25).

⁴⁴¹ Monopolizar.

⁴⁴² Abolirem.

publicar naquelle Reyno, nas partes publicas, e Prezidios e se registará em todos e na Camara, e livros da fazenda⁴⁴³.

Desde a restauração de Angola em 1648, como apontamos acima, a questão dos personagens que iriam trabalhar no apreamento e venda de escravos ficou saliente. A grande questão que surgia era a de que os portugueses temiam a entrada em solo angolano de estrangeiros, implicando no perigo de terem novamente a região conquistada por outras nações europeias. O outro ponto é a lucratividade que o tráfico negreiro feito com os inimigos de Castela gerava à Coroa. Depois de muita pressão dos residentes de Angola, chamando a atenção para os perigos da entrada de estrangeiros no território, a Coroa passou a proibir que homens brancos participassem do apreamento de cativos. Dessa maneira, apenas homens negros poderiam entrar no sertão e negociar nas feiras.

O Regimento de Tristão da Cunha nos dá condições para perceber que a política de apreamento de cativos realizada pelos governadores brasílicos implicaram na desorganização da sociedade africana, ao ponto de fazer a Coroa enviar um governador com a finalidade de reverter tais ações de rapinagem. As medidas adotadas por Tristão da Cunha foram tão impopulares que ele acabou sofrendo uma quartelada em 1667, pouco tempo depois de chegar em Luanda. A escolha do rei por um governador que não tinha ligações com as colônias americanas, pouco tempo depois de Ambuíla, demonstra o descontentamento da Coroa em relação às atitudes tomadas no Congo.

No capítulo 19 do Regimento, o rei determinou que o governador fizesse um levantamento das terras distribuídas em Angola, desde Paulo Dias de Novais, com a intenção de reorganizar o território. Essa atitude desagradou a elite Angolana que não aceitou a administração aparelhada aos interesses portugueses e promoveu uma revolta contra o governador. Observando as estatísticas relacionadas ao período da década de 1660 percebemos que o avanço numérico esteve ligado ao esforço dos governadores brasílicos em Angola e que depois desse processo os números do tráfico caíram e voltaram a um período de recessão. O governo de Tristão da Cunha foi uma ruptura no processo de expansão da sobre a região da África Central, sobretudo no processo de expansão no Congo. Mesmo tendo seu governo desarticulado pela morte do rei, com lutas pela sucessão, os portugueses não conseguiram mais avançar, seja pela resistência, seja por causa do governo de Tristão da Cunha. Tais medidas contra o processo de rapina implicou no desagrado dos parceiros de Negreiros estabelecidos em Angola.

⁴⁴³ *Regimento do Governador de Angola*. Capítulo 18. AHU., Cód. 169

Segundo Ralph Delgado, o grande problema do governador, que o levou a sofrer uma revolta, foi ter levado seu Regimento muito a sério, sobretudo, os trechos que se referem à divisão da terra e na cobrança do Dote da princesa Catarina e da Paz com a Holanda. Fernandes Vieira, anos antes, foi excomungado justamente por desapontar parte da elite Angolana, a do clero. As relações políticas em Luanda necessitavam de experiência devido a multiplicidade de interesses existentes. Quando Negreiros chegou com seus apaniguados estruturou uma máquina de dominação escravista sistemática. Isso ficou como legado. Ao tentar desmontar essa estrutura, foi deposto e colocada uma junta administrativa em seu lugar, até assumir em Francisco de Távora em 1669.

Em outras palavras, o declínio no comércio negreiro na África Central, depois da década de 1620, no contexto da crise geral do século XVII, não pode ter como base a ascensão numérica da década de 60 que tem como fator a tentativa de rapinar o sertão elaborada por alguns governadores específicos, Salvador Correia de Sá, Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros que tinham por objetivo a recuperação de Pernambuco e também o Rio de Janeiro. A análise dos gráficos sobre o tráfico acompanham a produção açucareira no tocante ao momento de crise estrutural do império português. A crise de Angola era sistêmica, própria de sua característica de colonização, baseada na dominação e monopólio, como foi exposto acima. Os traficantes de escravos, lusobrasílicos e estrangeiros, ao ficarem cerceados de traficar em Luanda, acabaram migrando para outras regiões.

7. Crise da África Central e o surgimento da Costa da Mina: aspectos estruturais.

O breve período que Tristão da Cunha ficou no poder arrefeceu o poder militar dos portugueses nas regiões limítrofes de Angola. No momento de retomada das ações militares, no avanço sobre o Congo que propôs Tristão da Cunha em 1670, não havia mais condições de realizar o plano de ataque e domínio da região, pois, a esperança de tomar o poder colocando um marionete no poder do antigo rei desaguou perante o próprio resultado da batalha de Ambuíla, que gerou uma guerra civil pela disputa pela Coroa: “foi um total e completo transtorno que derrubou os próprios fundamentos da sociedade e abalou a visão de mundo (...)”⁴⁴⁴. A sociedade se fragmentou e passou a fazer

⁴⁴⁴ VASINA, J. “Angola e seus vizinhos”. In: OGOT, A. *História geral da África*. Brasília: Unesco, 2010. 668.

guerras com o objetivo de vender cativos aos europeus, assim permaneceu durante todo o século XVII⁴⁴⁵

Os interesses lusobrasílicos passaram a se sobressair perante os interesses dos portugueses, causando uma diminuição do poder da Câmara de Luanda. No que se refere ao tráfico, os mestiços, intermediários do tráfico⁴⁴⁶, aparentemente tomaram conta do processo de escravização. Depois de 1670, a ameaça de espanhóis já não se fazia mais sentir devido ao reconhecimento de paz pelos espanhóis. As reclamações sobre essa categoria, iniciadas no governo de Chichorro, não faziam mais sentido prático. Entretanto, devido a limitação da documentação sobre o assunto, a ausência de reclamações dos camarários e do governador, não conseguimos saber se os brancos pararam de traficar, conforme aspirava Chichorro, ou se a paz com a Espanha e Holanda tranquilizou a aristocracia local. Como a questão dos estrangeiros estava relacionada ao monopólio português sobre o tráfico, acreditamos que o número de pessoas brancas entrando nas feiras do interior tenha diminuído, em função da maneira como os governadores brasílicos organizaram o comércio. Ademais, a desconfiança sobre os homens brancos, depois das relações diplomáticas tanto com a rainha dos Imbangala e o rei do Congo, implicou numa limitação das relações sociais. Ao norte de Angola, a pulverização do reino do Congo e a guerra civil limitou o avanço; a leste um verdadeiro cinturão de resistência apareceu no reino Imbangala. Sendo assim, o avanço português nessas regiões, o domínio territorial e controle das feiras de comércio, apenas ocorreu no século XVIII.⁴⁴⁷

Até 1670, Luanda era, *haud dubie*, o principal porto escravista. Depois disso, começou a perder espaço para outros portos, sobretudo para Costa da Mina, como exposto nos gráficos acima. Quais as causas?

A crise do império português ocorreu pela mudança de característica no processo de colonização. O primeiro tipo de colonização dos ibéricos se baseou no monopólio, no exclusivo metropolitano, no qual as metrópoles extraíam todas as riquezas

⁴⁴⁵ MILLER, J. C, *Way of death*. Op. Cit. P. 33.

⁴⁴⁶ Para uma definição da função social dos intermediários do tráfico de escravos consultar, entre outros, Alberto da Costa e Silva. *A Manilha e o Libambo*. Dois termos gerais prevalecem Lançados, que em definição significa “Lançados ao litoral”, ou seja, esquecidos e assimilados à população local. Também, eram chamados de tangos-maos, o mesmo que portugueses que viviam entre os locais e assimilavam os seus costumes. Havia a variação, pombeiros ou pumbeiros, que é uma definição mais específica, que tem variação dos Pumbos: feiras sertanejas de escravos. Esta última definição não faz referência a origem do país, a cor, apenas se refere à “profissão” do ser. Ver também, principalmente em relação aos “pumbeiros” o “Parecer de Francisco Leitão sobre a missão dos Capuchinhos (04-12-1643). In: (MMA, vol. IX, p. 85).

⁴⁴⁷ Mapa sobre o avanço português MILLER, J. C, *Way of death*. Op. Cit. P. 133.

possíveis de suas colônias; no caso do Brasil, pau-brasil, açúcar, tabaco e outros gêneros; no caso africano; ouro, marfim, escravos. O regime de monopólio das vendas por parte dos metropolitanos, dava aos países ibéricos as condições necessárias para controlar o preço deles, na África, na Ásia, na América e na Europa. Com a disputa entre as potências, iniciada no século XVI pela tentativa de supremacia dos Habsburgos e pela contestação das outras potências (Holanda, Inglaterra e França), os ibéricos passaram a perder esse regime de colonização baseado no monopólio. Os portugueses, atrelados aos espanhóis entre 1580 e 1640, tiveram a parte Oriental império corroído por ataques holandeses e ingleses, inimigos dos espanhóis. Nas primeiras décadas do século XVII, toda a estrutura colonial portuguesa tinha se moldado em função do Ocidente, do comércio de açúcar e do tráfico negreiro. Pela lucratividade que o comércio de açúcar passou ter nas últimas décadas do século XVI, ingleses, franceses e holandeses passaram a disputar a produção com os portugueses, atacando sistematicamente os territórios americanos e africanos.

Peter Emmer compreendeu que dessa relação surgiram dois sistemas no Atlântico: o ibérico e o holandês, não capitalista e capitalista. Em ambos os casos, investiram um capital inicial para desenvolver a colônia e depois passaram a agir de maneira diferente. O tráfico negreiro passou a ser a base de sustentação dos dois modelos de colonização, entretanto, com o passar do tempo de modo diferente. Em primeiro lugar, a diferença consistia na própria característica das metrópoles. As nações colonizadoras de tipo ibérico não conseguiram enviar produtos industrializados e duas consequências surgiram: pequenos polos de desenvolvimento e a participação de outras nações em suas colônias⁴⁴⁸. Dessa maneira, a maximização dos lucros nas colônias de tipo holandês, foi muito maior. Teriam sido as únicas plantations de tipo capitalista, baseada no sistema de oferta e demanda. A tese central de Peter Emmer é de que apenas no Caribe a colonização foi do tipo capitalista, com base no livre mercado⁴⁴⁹.

O comércio que existiu em Angola foi diferente do existente nas outras regiões em dois pontos: em primeiro lugar, em Angola, não se permitia a presença estrangeira no comércio negreiro, em segundo lugar, os portugueses instalados em Angola conseguiram submeter, ao menos em alguns quilômetros próximo ao litoral, a população local, na Costa do Ouro esse processo não ocorreu. A historiografia que até então procurou explicar a mudança de região do tráfico feito por brasileiros o fez levando

⁴⁴⁸ EMMER, Peter. "The Dutch and the Making of the Second Atlantic System". In SOLOW, Barbara (Ed.). *Slavery and the Rise of the Atlantic System*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993. P. 77 – 80.

⁴⁴⁹ *Idem. Ibidem.*

em consideração dois elementos: o surgimento da varíola em Angola e a atratividade pelo tabaco baiano. Oras, essas duas teses apenas reforçam o caráter principal da mudança e não são as verdadeiras motivações da ascensão da região exportadora.

A Fortaleza de Elmina, batizada de Costa da Mina devido ao fluxo de ouro que os portugueses extraíam no início da colonização, foi tomada pelos holandeses em 1637 e, a partir disso, nunca mais conseguiram recuperar o seu monopólio. No contexto das invasões holandesas à América, África e Ásia a fortaleza foi dominada em 1637 e, depois disso, a região foi dividida pelas várias nações europeias⁴⁵⁰. Os portugueses tentaram, em diversos momentos, recuperar a região e monopolizar o comércio de escravos que havia ali, mas jamais tiveram o sucesso como em Angola. Entre as diversas tentativas de reconquistar a região, o exemplo de Luanda é citado para organizar ataques

Tanto que os Olandeses se fiserão senhores de todas as fortalezas que tínhamos na Costa da Mina, eflo descudo em que as acharão, escramentando em nossas mesmas perdas, repararão as roinas, acressentando mayores defenças, e fortificaçoís novas nos lugares mais cómodos. Depois cõ a noticia da restauração de Angola, e ultimamente cõ a de Pernambuco (donde logo que a conseguimos se ouvera de intentar esta empresa, a que eu me oferesi apontando a aos Generais mesmo em Recife) avisados destes sucessos, e temerosos de que a fortuna das armas portuguesas não deixasse lugar aonde se arvorassem as bandeiras de Olanda do Cabo de Boa Esperança para o Norte, trabalharão diligentissimamente em milhorar cõ grandes ventajês todas suas fortificaçoís, que conservaõ oje muito mais guarneçadas de gente, artelharia e bastimentos.⁴⁵¹

Depois que em 1648 os holandeses foram expulsos de Luanda, centralizaram suas forças na Costa do Ouro, cujo comércio se fazia diretamente com os povos locais e onde os portugueses tinham apenas acordos locais. Elmina era, nada mais que um entreposto comercial e os portugueses tinham feito acordos comerciais com povos locais, diferente de Angola onde se desembarcavam governadores, religiosos, e demais setores da burocracia portuguesa. Observemos a análise de Roquinaldo Ferreira a respeito da presença portuguesa na região da Costa do Ouro:

Entre 1482 e a tomada do Castelo da Mina por forças holandesas, em 1637, Portugal não só praticamente dominou as trocas comerciais na

⁴⁵⁰ FERREIRA, Roquinaldo. *A primeira partilha da África*. Decadência e ressurgência do comércio português na Costa do Ouro. (ca. de 1637 a ca. de 1700). VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.479-498, jul/dez 2010

⁴⁵¹ “Carta De Brito Freire A El-Rei (29-11-1657).” BNL., CP, Ms. 738, fls. 345-346 v. —Publicado por Frazão de Vasconcelos, *Mundo Português*, Lisboa, Dezembro de 1934.

Costa do Ouro, mas também estabeleceu a estrutura comercial que vigoraria até o advento do colonialismo moderno, no século XIX. Nesta configuração, os europeus controlavam o comércio costeiro a partir de entrepostos comerciais – fortalezas, fortes ou feitorias –, mas os africanos tinham controle absoluto das rotas internas de comércio. Esta estrutura permaneceu praticamente intacta mesmo depois da expulsão dos portugueses do Castelo da Mina e a intensificação do comércio por parte de várias nações européias, na segunda metade do século XVII⁴⁵².

Não eram somente os holandeses quem tinham fortalezas, inúmeras, na região, suecos, prussianos, dinamarqueses e ingleses também⁴⁵³. Com a queda nas exportações de escravos africanos ao Brasil, a Coroa portuguesa começou a adotar medidas que buscavam fornecer mão de obra aos senhores de engenho. Com os problemas relacionados à Angola, passou a tentar recuperar o comércio da Costa do Ouro, especificamente, a Costa da Mina. Frente à essa necessidade, a Coroa incumbiu a Junta de Comércio do Brasil a recuperar o monopólio na região:

E porquanto para elle ter o successo que se pertende, e se seguir vtilidade, que as naçoens de Europa lograõ, comuem darlhe tal jorna, que ao tempo que aquelle gentio se abraçe com o nosso commercio, diminua a daquellas naçoens. E por se não poder conseruar a continua asistencia do socorro, e nauegaçoens, e que a empenho e despeza, que mandei azer se não desuaneça, por todaz estas consideraçoens: Hey por bem de largar á Junta do Commercio Geral do Brasil, atendendo ao bom acerto, com que prouê na administração da Fazenda, e apresto de suas armadas, e ao mais a que o moueo este commercio da Costa da Mina, para que o administre com o mesmo poder, jurisdição, direcção, com que o faz ao do Brazil, lucrando todos os interesses, direitos e pertenças, que delle tirar, para o que será obrigado a mandar continuar o dito commercio, na melhor forma, que lhe parecer, e com que administra o do Brasil. E para este fim poderá nomear Feitores nas Feitorias que se introduzirão, aos quaes remeta as fazendas, que ouuerem de beneficiar e estes lhe daraõ conta de suas remessas e seguirão suas ordens e regimentos, como fazem os mais administradores.

Com declaração, que os postos de guerra das Fortalezas que se fizerem, me consultará a Junta trez sogeitos, e uindome a consulta, a mandarei uer no conselho ultramarino, para que dos sogeitosconsultados proponha, o que lhe parecer, na forma que o fazem os donatarios das terras vltramarinas, em escolher e nomear o que for mais comueniente. E do que nomear mandarei declarar á Junta, que pello conselho vltramarino se lhes cassará patente; porquanto nesta forma se não segue prejuizo nem controuersia de jurisdição entre estes Tribunaes, e ser assim conforme á boa direcção deste negocio⁴⁵⁴.

⁴⁵² FERREIRA, Roquinaldo. *A primeira partilha da África*. P. 481.

⁴⁵³ FERREIRA, Roquinaldo. *A primeira partilha da África*. P. 482.

⁴⁵⁴ “Comércio da Costa da Mina (6/5/1680)”. ACL’— *Colecção de Legislação* Trigoso, Liv. 9, doc. 64. (MMA, vol. VII, 1981, p.645-646)

A grande característica do comércio dessa região era que os povos locais faziam o comércio e os europeus não mais ficavam enclaves litorâneos, dando uma característica diferenciada ao comércio. Mesmo que em Luanda o avanço ao sertão tenha demorado até o século XVIII, as características do trato negreiro se pautavam no monopólio português, com a exceção do período holandês, oposto ao comércio na Costa da Mina. Contudo, mesmo os povos fazendo o comércio livremente, os holandeses passaram a aventar o monopólio da região, num regime de concorrência:

Os moradores desta Ilha com os do Brazil hiaõ aos resgates da costa da Mina aonde faziam seu negocio liurement e tirauam bastantes lucros, e rezultauam direitos á alfandega desta Ilha; hoie o nam podem fazer por andarem na mesma Costa naos da Companhia de Olanda que em uendo embarçam portugueza, e como estaz sam de pequena força, as leuam ao castello da Mina aonde o General quarteia as carregaçõis e tirandolhe o mestre manda as embarçaõis pella costa abaixo com flamengos dentro que roubaõ o que querem e despois mandaõ os mestres a bordo; e por se querer defender huã sumaqua desta Ilha do Sargento Mor Fernando Soares de Noronha O se puzeram os Flamengos em armas, e deram com duas ballaz no piloto e alguns marinheiros por terem pouca defeza se lançaram ao mar, e morrerão afogados sete. E ultimamente chegou aquy hum patacho de Bernardo Diaz Rapozo quase todo roubado e huã sumaqua do Brazil roubada tanbem, de que me paresseu dar conta a V. Magestade e também de que nam se fazendo hoie negocio na costa da Mina resulta hum grandíssimo prejuízo a esta Ilha, asim á fazenda de V. Magestade como aos moradores e ficarem sem grangeio nenhum, e mais pobres do que estam hoie⁴⁵⁵.

A grande problemática do final do século XVII das colônias do império Atlântico português, como veremos em capítulos posteriores, é surto de varíola que a partir da década de 80 dizimou pessoas em ambas as margens do Atlântico. Alguns autores, inclusive, explicaram a ascensão da região da Costa da Mina a partir desse processo. Entretanto, pelo que evidenciamos na documentação, a quebra do regime de monopólio causado pelos portugueses e ingleses foram os grandes responsáveis pelo período de pouco crescimento do século XVII. Depois da década de 1620, o crescimento que era muito grande, diminuiu em função da entrada de outras nações, só se recuperando no final do século, depois da descoberta do ouro. Em últimas palavras, a crise geral do século XVII implicou na reestruturação do império colonial português. Por isso, os portugueses tentaram fechar as portas de Luanda aos estrangeiros e, por algum tempo, tiveram sucesso. Em meados do século, governadores brasílicos, que apenas pensavam

⁴⁵⁵ Carta de Bernardo de Sousa Lima a sua Majestade El-Rei (20-12-1687) AHU., S. Tomé, cx. 3, doc. 87. (MMA, vol XVIII, 1982, p. 92).

nos interesses escravistas do Brasil, realizaram um projeto de rapina, aumentando, por alguns anos o fluxo de cativos transportados, tendo um refluxo no final do século. Quais as causas? Não se nega os efeitos da varíola, como apontou parte da historiografia, mas a relação dos governadores de meados do século, sobretudo em relação à rainha Nzinga e aos reis do Congo, de massacre e tentativa de dominação do sertão, inibiu as relações comerciais entre eles. Além disso, os portugueses tentaram mudar as características do comércio local, modificando os meios de troca, tentando à força, colocar moeda de cobre como a única responsável pelo comércio. Tais medidas desarticularam o comércio local, como demonstra a documentação sobre Angola no final do século. Assim, quando houve o surto de varíola, Angola, assim como o Brasil, passavam por um processo de readaptação, com o surgimento de um novo sistema de colonização.

8. As causas conjunturais das ruínas de Angola

O comércio negreiro entre Angola e Brasil foi quase totalmente dominado pela elite produtora de açúcar do nordeste brasileiro, especialmente Pernambuco, entre os anos de 1660 e 1670. Por isso, quando os problemas da década de 1680 surgiram, facilmente, Angola deixou de ser a predileta entre os baianos e foi substituída pela Costa da Mina, fazendo com que o comércio da região entrasse num período de crise. Como explicado acima, a causa geral dessa crise, tem elementos estruturais, principalmente próprios da característica econômica europeia, cuja concorrência no mercado internacional implicou no surgimento da Costa da Mina como produtora da mercadoria escrava a partir do monopólio criado pelos brasílicos na segunda metade do século XVII. Observamos que o grande salto no número de cativos saídos de Angola nesse período foi expressão máxima da demanda brasileira aportada pela política da Coroa de Portugal em função das suas necessidades. A era de ouro do tráfico Angolano no século XVII foi reflexo, assim, da concorrência entre as potências e da política protecionista da Coroa de Portugal que depositou em Angola os esforços depois da retomada de 1648. As ruínas de Angola são a expressão de elementos da estrutura econômica europeia, bem como de elementos conjunturais, assim, como a economia brasileira.

Ao observar a economia de Angola, diferente do Brasil, não obstante, temos que ter em perspectiva a seguinte situação: existiam grandes civilizações organizadas em torno de um Estado que cobrava tributos, redes de comércio, moedas próprias. Havia toda uma dinâmica social que não existia no Brasil. Os portugueses que passaram a residir nesses locais tiveram que se adaptar a essa condição, negociando com esses reis, adaptando o cristianismo e negociando a partir das regras locais. Embora, no início da colonização portuguesa no Brasil a resistência indígena tenha sido constante e forte, ao longo do século XVII, ela já tinha, exceto em caso como a guerra dos bárbaros, praticamente desaparecido. Assim, as regras econômicas e as discussões políticas ocorriam apenas na esfera colonizadora, diferentemente, do continente africano cujo comércio acontecia em concordância ou guerra contra os povos locais.

A criação do comércio negreiro em escala mundial desestruturou o padrão e a economia desses povos atrelando-os às flutuações das economias europeias e americanas. Foi por causa da carência de metais no reino português e em função da recuperação econômica de Pernambuco que a longa duração do pacto político da Coroa portuguesa com o rei do Congo se desfez culminando na batalha de Ambuíla. A vida não somente dos escravizados, mas de toda a população da faixa territorial tocada pelo tráfico negreiro passava a ser decidida a partir dos interesses dos europeus, em outras palavras, em função da dinâmica econômica e política dos povos europeus. Recentemente, a corrente revisionista ligada à escola historiográfica ART tentou demonstrar a capacidade de negociação que os povos locais tinham, a autonomia política em função de uma crítica teórica ao absolutismo monárquico, deixando de conceber, estrategicamente, massacres como os de Ambuíla.

Em um parecer bastante elucidativo, o conselho ultramarino conseguiu explicar de maneira muito clara quais eram os problemas sentidos pelos luandenses no contexto da crise da década de 80⁴⁵⁶.

O primeiro e mais grave problema relacionado à economia era a corrupção do próprio povo local de Luanda. Segundo relatos sucessivos da Câmara de Luanda, a centenária moeda local, as macutas, tinham perdido suas características que sempre produziram efeito econômico em Angola porque a ganância dos locais deturbou suas características e as fizeram perder o valor:

⁴⁵⁶ Consulta do Conselho Ultramarino sobre a moeda de cobre. (31-3-1688). AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 72.

que em Loanda corrião como dinheyro era género tão vil e inútil, que fora daquella Cidade, nem entre nós, nem entre os bárbaros, tinha uzo, nem estimação, e o gentio a fabricava só para no la vender; que hũa macuta constava de retalhinhos em forma quadrada de largura e comprimento de huma mão travessa, fabricados a modo de esteyras de hũa palha ou feno tão ténue, que só com o uzo de passar de humas mãos para as outras como dinheyro, se consumia e em breve tempo, e perdião aquelles moradores cada tres e quatro annos mais de quinze mil cruzados⁴⁵⁷

O discurso, como discutido em tópico anterior, faz parte do interesse dos homens bons de Luanda para forcejar a introdução das moedas de cobre. Nesse ponto percebemos um enorme conflito entre os interesses dos autóctones, da câmara e ainda do Conselho que ponderava com cuidado inibindo qualquer mudança drástica sobre a matéria. Mas, o grande problema era que com o minguar do comércio de escravos na região, o peso do discurso em seu favor fazia sentir em favor dos camarários, alegando que, “*que os contractadores de Angolla tinham por condição no seu contracto, que introduzindosse naquelle Reyno moeda, e extinguindosse a de macutas*”. Conscientes da importância do comércio negreiro para a economia do império, conseguiam mobilizar argumentos muito fortes. A Câmara afirmava que o comércio de escravos com sentido ao Brasil estava ameaçado porque os presídios⁴⁵⁸ estavam se enfraquecendo, pois, os soldados responsáveis eram pagos com macutas, cujo preço estava depreciado. Assim, a falta de moeda acabava por inibir o apreamento e a segurança no tráfico porque havia o desinteresse dos soldados no avanço ao território, diminuindo, portanto, o fluxo do sertão ao litoral. Como consequência,

Viria a faltar na presciza despeza daquellas Conquistas de cuja conservação dependia a do estado do Brazil, aonde entravão daquele Reyno todos os annos seis para sette mil escrauos, que ainda não bastauão para o fornecimento dos engenhos e lauouras, e sem hauer o resgate e comercio de Angolla não via donde sepudesse suprir aquella falta⁴⁵⁹

O assunto do problema da falta de moeda de cobre, nesse contexto, foi utilizado pelos homens bons de Angola, como um mecanismo de convencimento da

⁴⁵⁷ Consulta do Conselho Ultramarino sobre a moeda de cobre. (31-3-1688). AHU., Angola, cx. 13, doc. 72.

⁴⁵⁸ Estrutura militar e administrativa que dividia a organização com o governador geral de Angola. VANSINA, p. 662.

⁴⁵⁹ Consulta do Conselho Ultramarino sobre a moeda de cobre. (31-3-1688). AHU., Angola, cx. 13, doc. 72.

Coroa, tendo o tráfico negreiro como elemento central. Além do tráfico, segundo o documento, o “*Evangelho*” não se propagaria para além das fronteiras já conquistadas. Seria a falta de moeda a grande responsável pela queda nos números do tráfico de escravos nessa região? As ruínas de Angola foram construídas pela carência de moeda, conforme aponta a documentação?

Depois da Restauração, os governadores enviados a Angola acabaram por tomar medidas arbitrárias e em função dos seus interesses estabelecidos no Brasil essa situação acabou por criar descontentamento em vários setores da sociedade. Em primeiro lugar, depois do massacre de Ambuíla, o reino do Congo se desestruturou e causou um arrefecimento do comércio da região. Depois da morte da Rainha Ginga, os Imbangalas também se enfraqueceram. Os traficantes oriundos da capital do “Estado do Brasil”, a Bahia, mais importante compradora de escravos, passou a tecer críticas aos Governadores angolanos com interesses em Pernambuco, por isso a Coroa enviou Tristão da Cunha em 1666 a Angola. Seu regimento claramente visava frear as ações dos governadores brasílicos. Como toda a estrutura montada por André Vidal de Negreiros estava em andamento, nada pode fazer, os interesses em Angola favoreciam os pernambucanos.⁴⁶⁰

Antonio de Oliveira Cadornega denunciou com certa reprovação essa atitude dos governadores e os observa como autoritários⁴⁶¹, assim como boa parte da população local. Os governadores que assumiram depois tiveram que governar com muitas dificuldades e observar a perda de interesse dos baianos em relação ao comércio com Luanda. Tristão da Cunha tentou ainda avançar sobre o Congo e sofreu uma grande derrota em 1670, no já desarticulado reino. Embora, se como resultado de Ambuíla, a maior batalha do século, o número de prisioneiros enviados ao Brasil – sobretudo Pernambuco – foi enorme, os anos que se seguiram foram de diminuição perante a falta de um governo central fornecedor de escravos. O reino do Congo tinha sido, na prática, um grande auxiliar dos portugueses no continente africano, tanto no que diz respeito ao tráfico de escravos quanto no avanço cristão⁴⁶², causando, posteriormente à conquista grandes prejuízos aos portugueses.

⁴⁶⁰MILLER, Joseph C. “A economia Política do Tráfico Angolano de escravos no Século XVIII”. In: PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio Sombra. *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. P. 17 – 18.

⁴⁶¹ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Tome III. Lisboa, Agência do Ultramar. 1681. P. 199.

⁴⁶²THORNTON, J. K. Afro-Christian yncrretism in the Kingdom of Kongo *The Journal of African History*. Vol. 54. N. 1. Cambridge University Press, 2013.

Analizados os gráficos, observamos ainda um aumento nas exportações até a década de 70, muito em função do avanço sobre o reino do Dongo⁴⁶³ quando em 1671, depois da batalha de Pumbo Andongo, a família real⁴⁶⁴ foi feita prisioneira e o controle da região se estabilizava. O acordo com o herdeiro da rainha Nzinga foi feito apenas na década de 80⁴⁶⁵ período em que o avanço pelo sertão já tinha se estagnado. Dentro desse contexto é que houve a queda nos números relativos ao tráfico de escravos, justamente da diminuição das guerras angolanas. O tipo de comércio realizado pelos portugueses na região pressupunha a guerra e o avanço territorial. Essa é uma das causas que explicam a crise da década de 80.

A segunda causa é relativa à natureza e ao regime climático da própria região e suas consequências. Como demonstrou Joseph Miller em seus trabalhos, o padrão climático da região abordada, implicava uma instabilidade pluviométrica e, portanto, grande inconstância da agricultura devido às secas. Por exemplo, o século XVII em Angola passou por várias secas, pragas de gafanhotos, fomes e epidemias⁴⁶⁶. Ainda explicou que a fome ocasionada pela seca fazia com que os africanos, de tempos em tempos, fugissem dos seus locais estabelecidos para procurar alimentos e, nesse processo, ficavam à mercê de doenças. Assim, a seca levava à fome e a fome à doença. Entretanto, quando havia chuvas torrenciais, havia doenças o surgimento de doenças tropicais, como a febre amarela. A chuva criava boas condições produtivas e vinham boas colheitas e à relativa fartura de alimentos, mas, contraditoriamente, as chuvas torrenciais também eram capaz de trazer doenças⁴⁶⁷. Este é o caso, por exemplo, do excesso de chuva das décadas de 60 e 80 quando o a abundância pluviométrica coincidiu com a disseminação da varíola em Angola. Observemos, em síntese, o pensamento de Miller sobre o assunto:

A seca também reabastecia a população das principais regiões produtoras de escravos da África Centro-Occidental. Todos estes reinos de Kasanje e Matamba no meio Vale do Cuango, as partes Nsonso e Zombo do Leste do Kongo do Vale do Nkisi, os estados Ovimbundu do populoso planalto central, o governo Humbe na planície de

⁴⁶³ VASINA, P. 668.

⁴⁶⁴ A família real do Dongo foi feita de refém pela coroa portuguesa, retirada da África e enviada para o reino com o objetivo de servir de ferramenta para chantagens contra o povo do Dongo. LARA, Silvia Hunold. Depois da batalha de Pungo Andongo (1671). *Revista de História (São Paulo)* n. 175, p. 205-225, jul.dez., 2016

⁴⁶⁵ VASINA, P. 668.

⁴⁶⁶ MILLER, Joseph C. "The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa. *The Journal of African History*, Vol. 23, No. 1, 1982. P. 21.

⁴⁶⁷ MILLER, Joseph C. "The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa. *The Journal of African History*, Vol. 23, No. 1, 1982. P. 23.

inundação do Cunene, as porções de Luvale Zambeze superior, estavam em nós de densidade demográfica . Ondas periódicas de refugiados circundante das terras secas fugiam para essas áreas quando a chuva não vinha. Lá os refugiados muitas vezes aceitavam o estado civil de subordinados como —convidados ou —escravos, um preço pelo asilo para os proprietários de terras na terra das comunidades locais. Muitos desses recém-chegados acabaram mais tarde nos tribunais de reis e mercados de venda de escravos. Outra competição violenta ocorria pela diminuição das pastagens, campos aráveis e alimentos, queimados com o início das graves secas devem ter produzido cativos que os vencedores poderiam trocar por comida. A ética da eliminação de um dependente pela fome não existia de maneira clara, mas a troca de um poderia conseguir racionalizar tal sacrifício forçado, pelo menos, aumentava a esperança de salvação tanto para o vendedor quanto para o vendido⁴⁶⁸ (tradução livre)

A carência alimentar ocasionada pela fome, implicava na escravização de entes queridos e, por isso, tanto em períodos de seca e de fome o fluxo do tráfico negreiro continuava. No caso do tráfico negreiro, com efeito, o tráfico tendia a se dinamizar em períodos de guerra, fome e mesmo doenças⁴⁶⁹. Em primeiro lugar porque a carência alimentar implicava na entrega de pessoas do bando a traficantes em troca de bens; em segundo, pelo enfraquecimento físico se tornavam presas fáceis. Observemos que as doenças da década de 60 na África central coincidem com o aumento nos números do tráfico, com leve aumento, também impulsionado pelo avanço ao reino do Congo. Guerra, peste e fome dinamizavam o tráfico.

A década de 80, entretanto, foi um período de queda nos números relativos ao tráfico em Angola, como apontamos acima. Esse período, contudo, passou um surto de varíola e, ainda assim, teve os números de exportações diminuídos. A historiografia voltada para os estudos sobre a produção brasileira, a partir de Pierre Verger, explica essa queda a partir do comércio de tabaco que passou a fazer parte ativa do comércio com a

⁴⁶⁸Drought also replenished the population of the principal slave-producing regions of West-Central Africa. All of these - the kingdoms of Kasanje and Matamba in the middle Kwango valley, the Nsonso and Zombo parts of eastern Kongo in the Nkisi valley, the Ovimbundu states of the populous central highlands, the Humbe polity in the Kunene floodplain, the Luvale portions of the upper Zambezi - lay in nodes of demographic density. Periodic waves of refugees from the surrounding dry land fled into these areas when the rain failed. There the refugees often accepted subordinate civil status as 'guests' or 'slaves', a price for asylum on the land of local communities of land-owners. Many of these newcomers ended up later at the courts and markets of slave-selling kings and merchants. Elsewhere violent competition for dwindling grazing lands, arable fields, and food, flared with the onset of serious drought and must have produced captives whom the victors could sell for food. The ethics of disposing of a starving dependant were by no means clear, yet one could conceivably rationalize such a forced sacrifice as at least raising the hope of salvation for both seller and sold. MILLER, Joseph C. "The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa. *The Journal of African History*. P. 29.

⁴⁶⁹ MILLER, Joseph C. "The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa. *The Journal of African History*, p. 30.

região da Costa da Mina⁴⁷⁰. Segundo essa linha de pensamento, a preferência pelo tabaco brasileiro teria sido a grande responsável pela mudança de direção do tráfico em direção ao Golfo do Benin, especificamente, o porto da Costa da Mina. Esta tese não está errada, entretanto, junta-se a ela outros elementos.

A tese de Miller é a de que o surto de varíola que se alastrou pelo continente africano implicou na mudança de direção dos traficantes brasileiros à Costa da Mina. Se observarmos a documentação sobre o período, podemos perceber que as consequências das bexigas em Luanda foram devastadoras para eles. Embora não existam números sobre os mortos na região, e elas fazerem parte do cotidiano dos africanos e dos próprios europeus que residiam ali, podemos extrair de alguns documentos que a mortandade era alta.

Em 1686 os oficiais da câmara de Luanda, em requerimento enviado à Coroa, pedem para taxar as pipas de vinho a fim de construir um cemitério murado em Luanda específico para o tráfico, afim de evitar que as bexigas continuassem a se espalhar pela região. Segundo o documento, os lobos invadiam a Igreja à noite à fim de escavar os túmulos para se alimentar dos diversos mortos e o cheiro podre invadia a cidade e as doenças – lembremos da crença na teoria dos miasmas – não cessavam. Como primeira tentativa de solução o governador tinha colocado dois guardas para atirar e evitar que os lobos espalhassem os corpos para fora do cemitério, mas, não havendo solução, a reforma e o muro eram necessários⁴⁷¹. As bexigas, “*mal que matou muyta gente*”⁴⁷², iniciada no início da década de 80, acabou por dificultar os negócios do tráfico e, por isso, os oficiais da câmara, diretamente envolvidos no negócio, tentavam diminuir os seus efeitos.

A grande preocupação com o comércio negreiro ocorria em função da diminuição das viagens ocorridas a partir da década de 80 e da má fama que Luanda passou a ter no Brasil. Por isso, a necessidade de medidas que solucionassem o contágio. A lei das arqueações de 1684 está relacionada a esta necessidade angolana e brasileira.

As pesquisas de Miller são satisfatórias em explicar a mortalidade no comércio negreiro a partir de fatores não apenas relacionados ao comércio oceânico, mas

⁴⁷⁰ VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Editora Corrupio, 1987. Para Pernambuco, observar, LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico*. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654 - 1760). USP: Tese de Doutorado, 2008

⁴⁷¹ “Requerimento dos oficiais da Câmara de S. Paulo de Luanda” (22-3-1686) AHU., Angola, cx. 13, doe. 72.

⁴⁷² “Carta do Clero de Angola ao Nuncio Apostólico” (17-10-1687). APF., SRC, Angola, Congo, vol. 2, fis. 127-128.

também, e sobretudo, continental. Como explicado acima, as chuvas torrenciais, intercaladas com secas longas, causavam prejuízo às populações da África Central. Em artigo bastante elucidativo, o autor explicou que a grande mortalidade relacionada ao comércio negreiro, ocorria antes mesmo deles embarcarem nos navios, devido ao longo tempo que ficavam no sertão. Na maioria das vezes, esses escravos migravam de uma região a outra e, por isso, as intempéries e a mudança do regime alimentar acabavam por fragilizar o sistema imunológico desses escravos, ocasionando diarreias e demais doenças. Assim, a mortalidade anterior ao embarque era muito superior aos índices a bordo. A mortalidade a bordo dos navios era a ponto do *Ice Berg* na questão relacionada à mortalidade dos escravos⁴⁷³.

A lei sobre a arqueações dos navios, muito além do que a historiografia relacionada ao assunto entendeu, tinha como objetivo não apenas frear a ação dos traficantes negreiros no litoral e oceano. Como demonstrado em tópico anterior, desde a década de 60 existia a preocupação com os negros no transporte. Entretanto, conseguimos entender que mais do que frear as ações dos traficantes era também uma forma de recuperar a saúde dos escravos já debilitados pelo transporte no sertão. A lei de 1684, portanto, foi uma resposta às diversas críticas que os baianos começaram a tecer sobre os escravos advindos de Luanda, doentes de varíola.

Os capítulos VII e VIII da lei das arqueações dão conta desse tema ao obrigar os comerciantes a fornecer comida e água suficientes aos escravos em relação aos dias de viagem, 35 Pernambuco, 40 Bahia e 50 Rio de Janeiro. Observamos que essa medida é contínua ao processo de recuperação dos escravos que chegavam com o sistema imune debilitado. Logicamente que o tráfico negreiro tinha toda a crueldade que a historiografia demonstrou, contudo, a etapa anterior ao embarque poderia ser muito mais mortal e cruel.

Em suma, a tese da varíola não pode ser a causa principal ou exclusiva das ruínas de Angola. A tese da Câmara, como demonstrado, explica-a a partir da falta de moeda de cobre, o que também não podemos aceitar, haja vista que, como afirmou o conselho ultramarino, o comércio negreiro sempre funcionou. A ruína da Bahia se explica pela perda de confiança dos traficantes baianos sobre as autoridades, como afirmou Miller?

A crítica dos baianos, apesar de extremamente discreta, fazia referência explícitas à animosidade e à crise de lealdade em Angola. No entanto, revelou a existência de um padrão geral então prevalecente: quase todos

⁴⁷³ MILLER, Joseph. History Mortality in the Atlantic Slave Trade: Statistical Evidence on The Journal of Interdisciplinary History, Vol. 11, No. 3 (Winter, 1981), pp. 385-423.

os poderosos governadores procuravam defender, em primeiro lugar, seus interesses particulares, e em segundo lugar, procuravam favorecer os comerciantes de Pernambuco além de trabalharem em aliança com as famílias crioulas, que cresceram graças ao suprimento de alimentos de Luanda e seu porto.⁴⁷⁴

Oras, não podemos acreditar que o desinteresse da Bahia por Angola, seja pela perda de confiança, seja pela varíola, como observamos em capítulo anterior. Nossa tese central é a de que a causa da ruína de Angola, a despeito das características conjunturais apontadas aqui, estão relacionadas a perda do monopólio que o império português sofreu a partir da primeira metade do século XVII, fruto do contexto da crise geral do século. O surgimento de concorrentes, no caso aqui, da região da Costa da Mina, foi um duro golpe em todos os setores da economia portuguesa.

É nessa conjuntura que o tabaco surgiu como uma mercadoria importante dentro de uma nova realidade iniciada na década de 70, com a ascensão da Costa da Mina como exportadora de escravos, em concorrência com Angola. A ascensão da Costa da Mina corrobora a tese de Peter Emmer sobre a perspectiva de dois sistemas atlânticos.

Vejamos o que diz sobre Paul Lovejoy sobre o assunto:

Em primeiro lugar, a perspectiva de lucro comercial parece ter sido um forte motivo na luta pelo poder ao longo das lagunas que ficavam atrás do golfo do Benim. Vários portos da laguna tentaram dominar o mercado, desde Popo Grande e Pequeno, no oeste, até Uidá, Offra, Jakin, Epa, Apa, porto Novo, Badagry e Lagos, a leste. Aladá, situada no continente, impôs com sucesso algum domínio sobre as lagunas. Seus portos em Offra e Jakine e posteriormente seu controle sobre Uidá asseguraram o domínio do comércio exportador no final do século XVII, quando as exportações tornaram-se importantes. Em segundo lugar, o reino ioruba de oió iniciou uma série de guerras no interior que resultou na escravização de muitas pessoas. Oió era um estado na savana; a sua capital estava localizada apenas a 50 km de Níger e a 300 km da costa. Sua força estava na cavalaria, baseada em cavalos importados do norte distante, que permitia ao estado dominar o comércio até a costa. Em terceiro lugar, o Daomé, situado a 100 km do litoral, intervinha na política costeira e atacava os seus vizinhos do norte desde a década de 1720, aumentando assim o volume de exportação. Daomé utilizava Uidá como seu principal porto, como fez Oió até a última quarta parte do século. Uidá permaneceu como principal porto e pode ter sido responsável por quase um milhão de escravos do final do século XVII até o início do século XIX. Embora Oió forçasse o Daomé a pagar tributos, isso não era suficiente para garantir acesso a Uidá, e

⁴⁷⁴ MILLER, Joseph C. “A economia Política do Tráfico Angolano de escravos no Século XVIII”. In: PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio Sombra. *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. P. 17 – 18

por conseguinte Oiό desenvolveu portos alternativos em Porto Novo e Badagry mais para leste⁴⁷⁵

A ascensão dessa região ocorreu porque Angola estava fechada para os estrangeiros conforme a política portuguesa e luso-brasílica posterior à Restauração. A proteção ao comércio negreiro em Angola, depois da tentativa de os povos comercializarem, implicou na necessidade do surgimento de outros portos para sanar a grande demanda que surgiu com a necessidade de mão de obra das Antilhas açucareiras e da América Espanhola.

O porto de São Jorge da Mina, em teoria pertencia aos portugueses, mas, desde a década de 70 que a tentativa de o monopolizar havia fracassado. Devido às reclamações dos senhores de engenho no Brasil sobre a falta de escravos para plantar, a Coroa incumbiu a Junta de Comércio do Brasil de retomar o monopólio comercial em função da demanda por escravos.

E porquanto para elle ter o successo que se pertende, e se seguir vtilidade, que as naçoens de Europa lograõ, comuem darlhe tal jorna, que ao tempo que aquelle gentio se abraçe com o nosso commercio, diminua a daquellas naçoens. E por se não poder conseruar a continua asistencia do socorro, e nauegaçoens, e que a empenho e despeza, que mandei azer se não desuaneça, por todaz estas consideraçõens: Hey por bem de largar á Junta do Commercio Geral do Brasil, atendendo ao bom acerto, com que prouê na administração da Fazenda, e apresto de suas armadas, e ao mais a que o moueo este commercio da Costa da Mina, para que o administre com o mesmo poder, jurisdição, direcção, com que o faz ao do Brazil, lucrando todos os interesses, direitos e pertenças, que delle tirar, para o que será obrigado a mandar continuar o dito commercio, na melhor forma, que lhe parecer, e com que administra o do Brasil. E para este fim poderá nomear Feitores nas Feitorias que se introduzirão, aos quaes remeta as fazendas, que ouuerem de beneficiar e estes lhe daraõ conta de suas remessas e seguirão suas ordens e regimentos, como fazem os mais administradores.

Com declaração, que os postos de guerra das Fortalezas que se fizerem, me consultará a Junta trez sogeitos, e uindome a consulta, a mandarei uer no conselho ultramarino, para que dos sogeitosconsultados proponha, o que lhe parecer, na forma que o fazem os donatarios das terras vltramarinas, em escolher e nomear o que for mais comueniente. E do que nomear mandarei declarar á Junta, que pello conselho vltramarino se lhes cassará patente; porquanto nesta forma se não segue prejuizo nem controuersia de jurisdição entre estes Tribunaes, e ser assim conforme á boa direcção deste nego⁴⁷⁶

⁴⁷⁵ Há um conflito acerca da importância de Oiό e Daomé no tráfico de escravos. A avaliação do autor procurou matizar a importância de cada linha de pensamento. (LOVEJOY, 2002. p. 101-102).

⁴⁷⁶ Comércio da Costa da Mina (6/5/1680). ACL'— *Colecção de Legislação* Trigoso, Liv. 9, doc. 64.

Observemos que a designação real ocorreu em função dos interesses brasileiros e com o método português de tratar as relações comerciais, visando o monopólio e a expulsão de outras nações. Ao contrário do que acontecia em Luanda, as relações comerciais na Costa da Mina e demais portos, se estabelecia sem o controle monopolizador dos portugueses. Dessa maneira, a região de Angola havia se constituído aos moldes de um tipo de colonização que passava a minguar, frente ao estilo livre dos portos estabelecidos no Golfo do Benin. É nesse sentido que houve a ascensão dos cultivadores de tabaco baianos ligados ao comércio negreiro, que observavam na região melhores condições que em Angola, conseguindo crescer em um momento de crise do império. É nítido como os traficantes, acostumados a comercializar livremente com os Angolanos, começam a sofrer com a concorrência:

Os moradores desta Ilha com os do Brazil hiaõ aos resgates da costa da Mina aonde faziam seu negocio liurementemente e tirauam bastantes lucros, e rezultauam direitos á alfandega desta Ilha; hoie o nam podem fazer por andarem na mesma Costa naos da Companhia de Olanda que em uendo embarcaçam portugueza, e como estaz sam de pequena força, as leuam ao castello da Mina aonde o General quarteia as carregaçoís e tirandolhe o mestre manda as embarcaçoís pella costa abaixo com flamengos dentro que roubaõ o que querem e despois mandaõ os mestres a bordo; e por se querer defender huã sumaqua desta Ilha do Sargento Mor Fernando Soares de Noronha O se puzeram os Flamengos em armas, e deram com duas ballaz no piloto e alguns marinheiros por terem pouca defeza se lançaram ao mar, e morrerão afogados sete. E ultimamente chegou aquy hum patacho de Bernardo Diaz Rapozo quaze todo roubado e huã sumaqua do Brazil roubada tanbem, de que me paresseu dar conta a V. Magestade e também de que nam se fazendo hoie negocio na costa da Mina rezulta hum grandíssimo prejuízo a esta Ilha, asim á fazenda de V. Magestade como aos moradores e ficarem sem grangeio nenhum, e mais pobres do que estamhoie⁴⁷⁷

A concorrência imputou aos portugueses um duro golpe do qual apenas se recuperou com a descoberta de ouro em Minas Gerais e a mudança nas relações coloniais. As doenças, como a varíola, não podem ser consideradas as principais causas do abandono de Angola, como deixou a entender Miller a partir da leitura da documentação relativa à administração de Angola e do Brasil. A varíola, como demonstramos em capítulo anterior, sempre foi partícipe da produção no Brasil, desde a década de 40 e em grande intensidade na década de 60, não pode ser responsável pelo abandono na década

⁴⁷⁷ Carta de Bernardo de Sousa Lima a sua Magestade El-Rei (20-12-1687) AHU., S. Tomé, cx. 3, doc. 87.

de 80, cujo surto foi menor. Demonstramos, ainda, que Luanda não era o único porto a enviar escravos doentes. Frente a essas reclamações da Câmara da Bahia, a coroa resolveu legislar para dar uma resposta aos senhores de engenho do Brasil, com a lei de 1684.

Por fim, ao observar a retomada dos índices relativos ao tráfico nos gráficos que elaboramos acima, não podemos ver como elementos que escapam à conjuntura de crise do império português anverso aos concorrentes. Tal avanço ocorreu a partir justamente da recuperação de Pernambuco a partir dos interesses de governadores como João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. A declaração de guerra à realeza do Congo, do ponto de vista da Coroa de Portugal, ocorreu com o argumento de existência de minas de cobre, que a Coroa carecia tanto em contexto de crise econômica. Depois do fracasso se esfacelaram as relações comerciais com o Congo perante à própria desintegração do reino. O mesmo com os Imbangala sem cúmplice Nzinga e com o Dongo. Sendo assim, a década de 80, para além da peste de bexigas e da carência de moedas de cobre no comércio negreiro, como apontou a documentação, entrou em crise porque fazia parte de toda uma conjuntura econômica do império que demonstramos ao longo de todo esse trabalho.

As ruínas de Angola, sendo assim, como a Bahia também, têm características estruturais e também conjunturais, sendo as últimas as mais fáceis de explicar, as visíveis na documentação porque na maioria das vezes são observadas pelos homens do seu tempo. Os elementos de longa duração requerem um olhar mais distanciado, como procuramos demonstrar nesse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise estrutural do século XVII, com suas profundas mudanças, em função do desenvolvimento do capitalismo, inaugurou nova etapa no processo de colonização no ocidente, com o surgimento de concorrentes, abalando as estruturas do sistema colonial português, até então baseado no regime de monopólio. Essa nova condição promoveu mudanças na maneira de realizar o tráfico negreiro, no modo de produzir açúcar, com variadas manifestações, na Bahia e em Angola, nas sociedades baiana e angolana, na relação entre comerciantes reinóis e produtores de açúcar. Para além das manifestações conjunturais, a crise do tráfico em Angola e da produção de açúcar na Bahia são manifestações da crise estrutural, que redefiniram a dinâmica da colonização portuguesa no Atlântico, a partir de então principal eixo do Império.

A controvérsia acerca da crise geral do século XVII, iniciada a partir dos apontamentos de Hobsbawm, são importantes para a compreensão da colonização portuguesa na América e na África. Embora a visão esquemática de Hobsbawm sobre a passagem do feudalismo para o capitalismo tenha recebido críticas sobretudo pela visão marxista, seus apontamentos sobre o esgotamento do desenvolvimento no século XVI, são relevantes para explicar as características dos problemas que surgiram no século XVII português.

As críticas elaboradas por Jucá Sampaio sobre a existência de crise na produção açucareira no Brasil têm o Rio de Janeiro e seu vigor econômico como maiores exemplos da contradição de tais afirmações. Sua pesquisa sobre o Rio de Janeiro tem como recorte cronológico os anos de 1650 a 1750, não obstante, a documentação ente 1650 e 1700. A partir desses questionamentos, tornou-se necessário revisitar criticamente o tema da crise geral do século XVII.

A crise geral do século XVII foi um momento de “derrapagem”, de reestruturação do sistema capitalista. A tendência de desenvolvimento do século XVI mudou por volta de 1610 e depois de 1619 entrou em declínio, no caso ibérico 1650. As diversas guerras que assolaram o continente europeu reconfiguraram o mapa hegemônico do ocidente e colocaram Portugal na periferia desse sistema e Inglaterra, Holanda e França no centro. Essa nova condição colonial implicou no rearranjo político e econômico dos lusitanos, sobretudo depois de 1640, quando se colocaram sob a égide dos ingleses.

O período entre 1640 e 1668 da guerra de restauração sobrecarregou de gastos a coroa portuguesa, que transferiu esses gastos às colônias, arrochando o sistema fiscal. Ao mesmo tempo que a economia ocidental apresentava baixas, numa crise que se prolongava. A reestruturação econômica portuguesa sob o espectro da crise e das ameaças holandesas e espanholas, passou pela centralização dos interesses no comércio do Atlântico Sul. Por isso a fundação do Conselho Ultramarino, das companhias de Comércio cujos objetivos eram a exploração do tráfico negreiro africano e o desenvolvimento da produção açucareira, o aprofundamento das relações com o Comércio do Prata, o avanço pelo sertão do Estado do Brasil.

A crise na produção de açúcar da segunda metade do século XVII é resultado de fatores que vão muito além da própria produção de açúcar. Em primeiro lugar, a própria união ibérica que trouxe ao império português inimigos que açambarcaram seu território e passaram a concorrer diretamente com os próprios portugueses que estavam acostumados com o sistema de monopólio. Quando os holandeses, portanto, tomaram Pernambuco, boa parte dos produtores migraram para a Bahia. Nesse momento, houve um avanço e um aumento no número de engenhos no Recôncavo que depois da Restauração sofreu com o surgimento de concorrentes. Em primeiro lugar, a própria retomada de Pernambuco, pode ser concebida como um grande problema para os baianos e, ainda mais importante, o surgimento da Antilhas transformaram dessa sociedade. Nesse processo, a Restauração portuguesa imputou aos portugueses a necessidade de pagar inúmeros tributos, entre os quais, Dote e Paz, atingiram diretamente a açucarocracia baiana. Além desse ponto, a falta de moedas portuguesas impingiu às colônias a condição de fornecedora, gerando um desequilíbrio no comércio entre os metropolitanos e colonos, fruto de inúmeras reclamações dos produtores. As moedas diminuíram porque os comerciantes passaram a exigir o pagamento em espécie. As medidas que a Coroa buscou para sanar a situação acabaram diminuindo o valor do açúcar no comércio. Dessa maneira, a falta de moedas no reino também deve ser vista como um elemento intrínseco à crise baiana, na medida em que a condição de colônia fazia com que os produtores se tornassem reféns dos comerciantes lusitanos. Como eles não tinham cabedais para comprar os produtos necessários passaram a dar as safras futuras como garantia. Muitas vezes não conseguiam pagar e, como observamos na documentação, eram cobrados. Muitos senhores de engenho entraram em falência. Nesse momento que muitos dos grandes engenhos deixaram de existir e deram lugar a engenhocas com menor capacidade produtiva, elevadas por ex-lavradores de açúcar que passaram a moer sua própria cana.

Por isso, o número de engenhos na Bahia se elevou nesse período, entretanto, a produção não acompanhou a mesma proporcionalidade.

Ainda cabe ressaltar que os senhores de engenho estavam endividados, em primeiro lugar porque depois da Restauração da Coroa, assumiram a segurança da Bahia tendo que sustentar a milícia local e ainda pagar os tributos necessários. Nesse ponto, com toda uma estrutura produtiva já deficiente, com concorrentes mais aptos ao comércio, que o surto de varíola de 1665/6 veio arrasar com eles com a morte da escravaria. O endividamento foi ainda maior e se arrastou até a década de 1680, quando mais duas pestes – de varíola e de febre amarela – arrasou com a sociedade baiana. Ainda nesse momento diversas secas e fomes contribuíram para o que os próprios baianos chamaram de ruína da Bahia. E é justamente nesse momento que os preços do açúcar despencam caracterizando aquilo que chamamos de crise do açúcar.

A regressão secular que atingiu os países europeus entre 1611-1622 apenas impactou a produção açucareira depois de 1650 e, atrelada a elementos conjunturais, começou a arrefecer a euforia produtiva no Brasil de pois de 1660, igualmente ao trato negreiro em Angola. Tanto em Angola quanto na Bahia os efeitos da crise se intensificam depois da década de 1670. Tanto a Câmara da Bahia quanto a de Angola retratam as perdas.

Os efeitos da crise aumentam a tensão entre os colonos e os mercadores reinóis e o comércio colonial se deteriora progressivamente. As cartas da Câmara de Salvador ao conselho Ultramarino são demonstrativas desse processo ao demonstrar as dificuldades dos senhores de engenho na relação comercial com os mercadores reinóis. Em Luanda, depois de 1670, houve uma drástica queda com o abandono dos comerciantes baianos.

Os efeitos da tributação posterior à Restauração (causados pela manutenção de um exército que combateu em várias frentes até 1668), a queda geral nos preços, a falta de moedas no reino e na também na colônia intensificou a percepção sobre a crise, sobretudo com queda nos preços do açúcar entre 1670 e 1690.

A década de 1680, dessa maneira, representa o ponto mais da depressão econômica, tendo o ano de 1687 como o ápice das dificuldades. Em Portugal, várias medidas foram tomadas para superar a crise, tais como o incentivo industrial e manufatureiro. Tanto em África quanto América se incentiva a busca por metais preciosos. Percebemos, também, propostas advindas das próprias colônias para superar a

conjuntura, na produção de açúcar, invenções para diminuir os custos da produção; no tráfico angolano, o uso de moedas de cobre.

Com efeito, a crise geral do século XVII, implicou a reformulação do sistema colonial, sobretudo pelo surgimento da produção antilhana. Em outras palavras, o açúcar português teve que passar do mercado de monopólio ao regime de concorrência. A prática do monopólio possibilitava o controle sobre os preços do produto mediante ao controle do mercado, e, dessa forma, facilitava a negociação com a Europa. O surgimento das Antilhas podou essa capacidade e por isso as dificuldades na negociação entre os produtores de açúcar brasileiros aumentam.

Os surtos de varíola na Bahia que dizima parte da escravaria baiana, em conjunto com o endividamento dos senhores de engenho perante tanto ao pagamento do Dote e Paz quanto pelas dívidas com os mercadores europeus, fazem com que os baianos sintam duramente a queda nos preços do açúcar entre os anos de 1670 e 1690.

No caso do Rio de Janeiro as condições são opostas. Depois da retomada de Angola por Salvador de Sá as relações com o Rio de Janeiro se tornam mais dinâmicas no tocante ao tráfico negreiro. Concomitantemente, o aumento do comércio com a região do Prata possibilitam a ascensão do Rio de Janeiro com centro do império e não a acumulação de capitais a partir da produção de açúcar.

FONTES

“Alvará Ao Vigário Da Conceição De Luanda (20-10-1641)”. A T T — *Chancelaria de D. João IV*, livro. 12, fl. 171.

“Auto sobre a cunhagem de moeda (31 – 01 - 1649)”. AHU — *Angola*, cx. 3.

“Breve Do Papa Alexandre VII A Rainha Ana De Sousa Jinga” (19-06-1660). AV., *Epistolas ad Príncipes*, vol. 64, fls. 70 V.-71

“Carta Da Camara De Luanda A El-Rei D. Afonso VI”. AHU., *Angola*, cx. 6. — Original.

“Carta Da Camara De Luanda A El-Rei Sobre A Moeda Das Macutas (10-5-1673)” . AHU., *Angola*, cx. 10.

“Carta De Brito Freire A El-Rei (29-11-1657).” BNL., CP, Ms. 738, fls. 345-346 v. — Publicado por Frazão de Vasconcelos, *Mundo Português*, Lisboa, Dezembro de 1934

“Carta Do Bispo De Cabo Verde Sobre O Baptismo Dos Escravos (17-6-1697)”. AHU - Cabo Verde, cx. 8.

“Carta Do Bispo De Cabo Verde Sobre O Baptismo Dos Escravos (17-6-1697)”. AHU - Cabo Verde, cx. 8.

“Carta Do Cabido E Religiosos Do Congo Ao Governador Geral De Angola (19-7-1665)”. AHU. *Angola*, cx. 8.

“Carta Do Cabido E Religiosos Do Congo Ao Governador Geral De Angola (13-6-1665).” AHU. *Angola*, cx. 8

“Carta Do Governador De Angola A El-Rei (11-2-1662)”. AHU., *Angola*, cx. 7. — Original.

“Carta Do Governador De Angola Sobre O Dinheiro De Cobre (23-2-1689)”. AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 98.

“Carta Do Governador De Angola Sobre O Dinheiro De Cobre (23-2-1689)”. AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 98

“Carta Do Governador Geral De Angola A El-Rei De Portugal (05-11-1658)”. In: AHU. *Angola*, cx. 6.

“Carta Do Governador Geral De Angola A El-Rei De Portugal (05-11-1658).” In: AHU. *Angola*, cx. 6.

“Carta Do Governador Geral De Angola Ao Cabido E Religiosos Do Congo (18-8-1665).” AHU. *Angola*, cx. 8.

“Carta Do Governador Geral De Angola Ao Cabido E Religiosos Do Congo (25-6-1665).” AHU. *Angola*, cx. 8.

“Carta Do Governador Geral De Angola Ao Rei Do Congo D. Antonio I (15-03-1664).” AHU. *Angola*, cx. 8.

“Carta Do Ouvidor Geral De Angola Sobre As Macutas (25-2-1689)” AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 98

“Carta Do Papa Alexandre Viiao Rei Do Congo D. Garcia II (05-10-1660).” AHU. *Angola*, ex. (Original). — AV., *Epistolae ad Principes*, vol. 64, fis. 99-99 v. — Michael a Tugio, *Bullarium Capucinatorum*, VII, p. 200.

“Carta Do Senado Da Câmara De Luanda Sobre A Moeda De Cobre (7-3-1689).” AHU., *Angola*, cx. 10.

“Carta Dos Oficiais Da Câmara De Luanda Ao Governador Geral De Angola (15-04-1665).” AHU. *Angola*, cx. 8.

“Carta Régia A O Governador De Angola. (18 - -2 – 1650).” AHU—Cód. 275, fl. 160.

“Carta Régia a Salvador Correia de Sá (04-05-1649).” AHC — Cód. 275, fl. 148.

“Carta Régia a Salvador Correia de Sá (26-04-1649).” AHC —Cód. 275, fl. 147 v.

“Carta Régia Ao Desembargo Do Paço (11-9-1618).” ATT — *Desembargo do Paço*, 1618, fl. 234.

“Carta Régia Ao Governador De Angola (05-11-1664).” AHU. Cód. 275, fl. 354.

“Carta Régia Ao Governador De Angola (12-12-1664).” AHU. Cód. 275, fl. 356.

“Carta Régia Ao Governador De Angola (16-9-1653).” AHU — Cód. 275, fl. 228v.

“Carta Régia Ao Governador de Angola (23-04-1649).” AHU - Cód. 275.

“Carta Régia Ao Governador De Angola (5-11-1664).” AHU., Cód. 275, fl. 354

“Carta Régia ao Governador de Angola. (22-09-1651).” AHTJ — Angola, cx. 3. Cópia

“Carta Régia Ao Governador Geral De Angola (22-12-1663).” AHU. *Angola*, cx. 7.

“Carta Régia Ao Provedor Mor Da Fazenda (17-9-1663)”. AHU. C6d. 275, fl. 338 v.

“Carta Régia Aos Oficiais Da Câmara Da Cidade De Luanda. (14-12-1699)”. AHU., Cód. 545, Fl. 119v.

“Carta Régia Sobre A Agua Dos Navios (23-9-1664)”. AHU., Cód. 92, fl. 375.

“Carta Régia Sobre A Arqueação Dos Navios Negreiros (30 – 03 - 1684)”. AA., 1936, pp. 321-322.

“Comércio da Costa da Mina (6/5/1680)”. ACL'— *Colecção de Legislação* Trigo, Liv. 9, doc. 64.

“Consulta Ao Conselho Ultramarino (12-8-1664)”. AHU., Cód. 16, fls. 127 V.-128.

“Consulta Ao Conselho Ultramarino (5 – 10 1663)”. AHU., Cód. 16, fl. 89 v.

“Consulta Ao Conselho Ultramarino (7-9-1665)”. AHU. Cód. 16, fl. 174.

“Consulta Da Junta Sobre O Baptismo Dos Negros Adultos Da Guiné (27-6-1623)” AHU., Cód. 35, fls. 120v.-124.

“Consulta do Conselho Ultramarino (09-08-1651)”. BNL — CP, Cód. 738, fls. 43£436v

“Consulta Do Conselho Ultramarino (18-08-1649)”. AHU — *Angola*, cx. 3. — Cód. 14, fis. 182V-183V.

“Consulta Do Conselho Ultramarino Sobre Às Macutas De Angola (3-11-1689).” AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 98. —Cód, 554, fls. 61 V.-63.

“Consulta Do Conselho Ultramarino Sobre Às Macutas De Angola (3-11-1689)”. AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 98. —Cód, 554, fls. 61 V.-63.

“Consulta do Conselho Ultramarino sobre as minas e socorro de Angola” (5-7-1646). AHU – *Angola*, CX. 3 - *Cod. De Consultas Mixtas n. 13, fl. 348. Monumenta Missionária Africana.*

“Declaração de Guerra ao Rei do Congo (11-03-1659)” AHU. *Angola*, cx. 6. — Original.

“Decreto Sobre A Escravatura No Brasil (03-04-1655)”. ATT — *Chancelaria de D. João IV*, liv. 26, fl. 293v.

“Descrição Da Batalha De Ambuíla (20-10-1665)”. BNL. *Mercúrio Portuguez*, 1666, Res. 110 (V).

“Lei Sobre A Arqueação Dos Navios (28-3-1684)”. *Arquivo De Cabo Verde* — , liv. 42, fls. 29v-32v. — Cód. 544, fl. 50v.do AHU.

“Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 13 de Novembro de 1681.”

“Pregão De Guerra De D. António I Contra Os Portugueses (13-7-1665)”. MACEDO, António de Sousa, *Mercúrio Portuguez com as novas do mez de julho do anno de 1666*, Lisboa, 1666. — BNL. Res. 110 (V). — Paiva Manso, *Historia do Congo*, Lisboa, 1877, pp. 244-245, doe. CL.

“Pregão De Guerra De D. António I Contra Os Portugueses (13-7-1665)” MACEDO, António de Sousa, *Mercúrio Portuguez com as novas do mez de julho do anno de 1666*, Lisboa, 1666. — BNL., Res. 110 (V). — Paiva Manso, *Historia do Congo*, Lisboa, 1877, pp. 244-245, doe. CL.

“Provisão Régia Sobre Os Navios De Escravos (13-10-1670). ATT., *Chancelaria de D. Afonso VI*, Liv. 41, fl. 41 v. P. 124.

“Provisão sobre os escravos de Angola (21 – 04 - 1649).” Bolletim Do Conselho Ultramarino, Lisboa, 1867, vol. I, p. 262-263. Transcrito do *Livro de Regimento, do Conselho Ultramarino*

“Provisão sobre os escravos de Angola (21 – 04 - 1649)”. Bolletim Do Conselho Ultramarino, Lisboa, 1867, vol. I, p. 262-263. Transcrito do *Livro de Regimento, do Conselho Ultramarino*.

“Regimento do Governador de Angola. Capítulo 18.” AHU., Cód. 169 {*Regimentos de todas as Conquistas*}, fls. 18-25; *Angola*, cx. 9. O Regimento consta de 36 Capítulos. Foi integralmente publicado

“Regimento Do Trato De S. Tomé (8-2-151 9)”. ATT — Leis e Regimentos de D. Manuel, fls. 83-88 v.

“Regimento Sobre O Embarque De Negros De Angola (18 – 03 - 1684). AHU., *Angola*, cx. 12. — Impresso.

“Registro das condisonis conque esta Camara há de Rematar oContrato das agoas ardentess e Cachaças que forão Lidas ao Povo Eper elle aprovadas”. *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. Atas da Câmara. Vol. 5. P. 62. Ata de 20/02/1672

“Registro de uma carta dos Officiais da Câmara escrevão a Sua Magestade em dois de Abril de 1651” *Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia. Cartas do Senado*. 1638 – 1673. 1 Volume. P. p. 32. 33, 34 e 36.

“Representação A Sua Majestade Dos Officiais Da Câmara (10-2-1688)” AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 72.

“Requerimento De Frei Serafim De Cortona A El-Rei De Portugal”. AHU. *Angola*, cx. 6.

“Requerimento Dos Officiais Da Câmara De S. Paulo De Luanda (22-3-1686)”. AHU., *Angola*, cx. 13, doc. 72

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. VOL.20. Rio de Janeiro: typographia Leuzibger, 1899. “Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste; feito por João Peixoto Viegas e”.

ANDRADE e SILVA. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1856, vol. de 1657-1674, pp. 110-117, transcrito da *Colecção de Legislação* de Monsenhor Trigo, da Academia das Ciências de Lisboa.

Carta do governador-geral e vice-rei do Brasil, conde de Óbidos [d. vasco Mascarenhas], ao rei [D. Afonso VI], sobre convir que se conservem os engenhos que existem e não se construírem outros à beira-mar. AHU_CU_005-02, Cx. 18, D. 2077

Documentos Histórico da Biblioteca Nacional, Portarias e cartas dos Governadores Gerais. 1670 – 1678. Vol. 8. 1929 “Carta que se escreveu aos Officiaes da Câmara da Villa do Cairu para se não fabricarem nella engenhos.”.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Portarias e cartas dos Governadores Gerais. 1670 – 1678. Vol. 7. Rio de Janeiro. 1929 “Carta que se escreveu ao Capitão Baliazar da Moita Peixoto sobre mandar ciareza das pessoas, que deram a farinha para o Sertão, p. 345.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 101. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1953. “Registo de um Alvará de Licença concedido pelo Marquez das Minas Governador e Capitão Geral a Francisco Guerreiro Mestre da Sumaca por nome N. S.º. do Amparo Santo Antônio e Almas para carregar e partir para a Costa da Mina”.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 28. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1934. “Registo do Alvará por que se concedeu licença a Antônio de Andrade Mestre do Patacho Santo Antônio e Almas para ir à Costa da Mina”.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 28. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1934. “Registo do Alvará pelo qual se concedeu licença a João Martins Vianna Capitão do Patacho Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 28. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1934. “Provisão de Sua Alteza sobre se não arrematarem os fructos da terra.”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 38. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1937. “Carta do Governador do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 38. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1937. “Carta para Caetano de Mello de Castro Governador de Pernambuco sobre o 3.º dos Paulistas socorre-lo com gente e mantimentos, ... com armas. ... r o engenheiro ver o conserto de que necessita”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 38. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1937. “Carta para o Capitão-mor da Paraíba Manuel Soares Albergaria sobre socorrer o Terço dos Paulistas com mantimentos e urgente possível e sobre uma carta para o Capitão-mor do Rio Grande”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 38. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1937. “Carta para o Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro sobre a doença de Bexigas que deu no seu Terço falta de mantimentos quietação dos Officiaes e Soldados: e paz com o gentio”.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 39. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1938. “Carta para o Capitão-mor da Capitania do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo, que se lhe remeteu por via do Capitão-mor da Paraíba, recomendando-se-lhe a resposta sobre o serviço de Sua Majestade que Deus guarde

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 39. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1938. “Carta para o Provedor da Fazenda do Rio Grande Manuel Tavares Guerreiro sobre os 6 mil cruzados que se lhe remeteram para socorrer o Terço dos Paulistas e ele socorrer ao Arraia”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 57. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1942. “Registro da Carta Patente do posto de Mestre de Campo do Terço de Paulistas brancos índios armados que por ordem do Sua Majestade que Deus guarde há de vir da Capitania de S. Vicente para a guerra dos bárbaros do Rio Grande provido na pessoa do Sargento-maior Manuel Alves de Moraes Navarro aprovado pelo mesmo Senhor para se lhe encarregar aquela guerra”.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 67. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1945. “Carta de Sua Alteza sobre Luiz Nunes Santarém não ser executado por seus credores mais que na metade do rendimento do seu Engenho”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 67. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1945. “Cópia da Petição de Luiz Nunez’ Santarém”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 7. Rio de Janeiro, 1929. “Portaria, que se passou para se namdar escravos a Fazendas Engenhos de Marcos Fernandes Monsanto na Capitania do Espirito Santo”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 86. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1949. “Carta para os oficiais da Câmara sobre os oficiais da saúde.”

Documentos históricos da biblioteca nacional. VOL. 88. 1950 “Parecer do conselho Ultramarino de 27-10-1681.”.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 88. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1950.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 88. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1950. “Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 24 de outubro de 1681.”:

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 88. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1950.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 89. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1950.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 89. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1950. “Parecer do conselho Ultramarino. 15 de novembro de 1686.

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 89. Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1950. “Parecer do conselho Ultramarino. 8 de novembro de 1681”

Documentos Históricos da Biblioteca nacional. Vol. 9. Rio de Janeiro, 1929. “Carta para o Capitão Pedro Lobão Monteiro”.

Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia, 1950, vol. 5. “Termo de resolução que se tomou sobre a petição de Pantaleão de Fontes ao qual fez nela dar forma para com muita facilidade se poder carrear em tempos que os carros não podem romper as lamas e outro se oferece a dar artifícios para arrastar moedas com muito menos fabrica com notório aproveitamento das madeiras que tudo resulta em utilidade e bem comum deste povo de que quer prêmio de dez mil reis que lhe pagarão todas as pessoas de qual quer qualidade que seja que usarem da dita invenção ou artifício”. Ata de 31-01-1680.

Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia, 1950, vol. 5. “Termo de resolução que se tomou sobre a Petição que fez João Simões, oferecendo nella dar forma e ensino para se fazer do mel fino dos Engenhos, assucar Branco, e do mel ordinário, branco e mascavado e outras utilidades” 23-03-1673.

Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia, 1950, vol. 5 “Termo de resolução que se tomou sobre a petição que fez João Simões, oferecendo nela dar forma e ensino para se fazer do mel fino dos engenhos, açúcar branco, do mel ordinário, branco e mascavado e outras utilidades pedindo prêmio de cinquenta mil reis que lhe pagarão todos os que usarem da dita sua invenção” Bahia 23 -03-1673.

Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia, 1950, vol. 5 “Termo de Resolução que se tomou sobre a petição que fez Manoel Allveres oferecendo nela dar forma a moerem os engenhos de cavalos com menos da metade da fabrica de cavalos que hoje se usa porque é obrigado a moer com um até dois cavalos de que resulta também a utilidade de menos passos de que quer de prêmio sem mil reis que lhe pagarão todos os que tirarem da dita invenção” 16-01-1677. =

Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia, 1950, vol. 5. “Termo de Resolução que se tomou saber senão ir moeda de prata e ouro para nenhum porti fora desta cidade a saber para o Reino Pernambuco e Rio de Janeiro e Angola”.

Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia, 1950, vol. 5 “Termo e Resolução que se tomou sobre a petição que fez Bento Rodriguez de Figueiredo oferendo nela dar forma a moerem os engenhos de cavalos com metade dos cavalos que hoje se usa porque se obriga a moer com dois cavalos de que resulta também grande utilidade de menos partes de que quer o prêmio de cinquenta mil reis cuja quantia lhe pagará toda pessoa que usar da dita inventiva”

Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia. Atas da Câmara. 1684-1700. Salvador, s/d., v. 6. “Termo de Resolução e assento que se tomou sober ir navio que veio da Costa da Mina de João Godinho damaja ter a quarentena na Ilha de Itaparica no Sítio que [e]lha mão de manguinho por julgar o Médico da Cidade o doutro Manoel de Matos de Viveiros por não vir capaz e ser conveniente a que fosse esta quarentena”.

Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia, 1950, vol. 5. “Termo e resolução que se tomou sobre a petição que fez Pantaleão de Fontes oferecendo nela dar forma com sua inventiva para os engenhos de cavalos darem três voltas enquanto davam uma e pede de prêmio cincoenta mil reis cuja quantia lhe há de pagar toda pessoa que quiser usar da dita inventiva”. Ata de 15-11-1681.

Documentos Históricos do arquivo municipal da Bahia. Cartas do Senado, 2 vol, 1952. “Carta Escrita a Sua Alteza sobre a moeda embarcar para o reino” – 15-07-1679 p. 52-53

Documentos Históricos do arquivo municipal da Bahia. Cartas do Senado, 2 vol, 1952. “Registro de uma Carta escrita a Sua Alteza sobre a Moeda em dezessete de Agosto de mil seiscentos e oito”.

Documentos históricos do arquivo municipal. Atas da Câmara. Vol. 4. “Registro da Resolução que se tomou perante o Senhor Francisco Barreto Governador deste Estado sobre a contribuição do dote da senhora Rainha da Gran Bretanha e paz com Holanda”. 07/08/1662.

José de Almeida Santos, *Luanda d'Outros tempos*. Luanda, s.d., pp. 50-55. Memória Do Senado Da Câmara De Luanda. Luanda — Arquivo Municipal. Aos Reitores Da Companhia E Do Carmo (24-05-1679).

José de Almeida Santos, *Luanda d'Outros tempos*. Luanda, s.d., pp. 50-55. Memória Do Senado Da Câmara De Luanda. Luanda — Arquivo Municipal.

Representação do Juiz do povo e misteres da Bahia, ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos do Recôncavo e a reparação dos existentes, consideram que o único remédio que há para se conservarem os engenhos e se aumentar com eles a quantidade do açúcar é passar-se lei para se não fazerem mais engenhos a beira mar naquela capitania, e quem os quiser fazer os faça pela terra dentro. AHU_CU_005-02, CX15, D. 1778.

Cartas Vieira:

VIEIRA, Antonio. **Cartas do Padre António Vieira**. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio D'Azevedo. Tomo 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

____ Carta CXCI - Ao Conde da Castanheira -1683 — Junho 25.

____ Carta CCVIII -Ao Conde da Castanheira - 1685 — Junho 20.

____ Carta CXCI. A Roque da Costa Barreto. 25 de junho de 1683.

____ Carta CCXII – A Diogo Marchão Temudo.

____ Carta CCXXXVII – Diogo Marchão Temudo

____ Carta CCLV – Ao Marquês das Minas – 1691 Julho 1.

Projeto Resgate – Rio de Janeiro Avulsos (1614 - 1830)

____ AHU_ACL_CU_017, Cx. 2\Doc. 107.

____ AHU_ACL_CU_017, Cx. 2\Doc. 116

____ AHU_ACL_CU_017, Cx. 4\Doc. 362

____ AHU_ACL_CU_017, Cx. 4\Doc. 363

____ AHU_ACL_CU_017, Cx. 6\Doc. 567

____ AHU_ACL_CU_017, Cx. 6\Doc. 565

Projeto Resgate –Luisa da Fonseca (1599 - 1700).

____AHU_ACL_CU_005, Cx. 25\Doc. 3006.

Projeto Resgate – Maranhão (1614 - 1833).

____AHU_ACL_CU_009, Cx. 9\Doc. 928

Sites:

<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>

<http://www.jstor.org/>

<http://www.slavevoyages.org/voyage/search>

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru, Edusc. 2007.

ALDEN, Dauril e MILLER, Joseph. “Out of Africa: The Slave Trade and the Transmission of Smallpox to Brazil, 1560-1831”. *The Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 18, No. 2 (Autumn, 1987), pp. 195-224

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ALMEIDA, Mônica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: As privatizações no Governo Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de história, Rio de Janeiro, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Por suas Drogas e minas. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1976. Primeira edição 1710.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A grande Revolução Inglesa, 1640 – 1780*. Revolução Inglesa e Revolução Industrial na Construção da Sociedade Moderna. São Paulo: Departamento de História – USP Editora Hucitec, 1996.

BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. A aventura da modernidade. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império Português*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2007. Primeira edição é de 2005.

BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Municipais no Império Português. O exemplo do Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: USP, 1998.

BOXER, Charles Ralph. Descriptive list of the state papers 'Portugal' 1661 – 1780 in the Public Record Office, London, vol. 1. P. 64. Documento assinado por Sir Robert Southwell (20/11/1666)

BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

BRAUDEL, F. SPONNER, *Prices in Europe from 1450 to 1750*” IN: RICH, E. E. *The cambridge Economic History of Europe*. The economy of expanding Europe in the Sixteenth and Seventeenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Primeira edição de 1967.

BRAUDEL, F. SPONNER, *Prices in Europe from 1450 to 1750*” IN: RICH, E. E. *The cambridge Economic History of Europe*. The economy of expanding Europe in the Sixteenth and Seventeenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Vol. 3. O tempo do mundo. Trad. Telma Costa. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CALAINHO, Daniela Buono. “Jesuítas e medicina no Brasil colonial”. *Revista Tempo*. Vol. 19. Rio de Janeiro, 2005.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio português no Rio da Prata (1580 - 1640)*. Editora Itatiaia: São Paulo, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1979.

CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. Dissertação de Mestrado em História econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018

CARMO, Marcelo Lunardi do. *D. Pedro II e as reformas no Brasil Colônia*. Dissertação de Mestrado em História econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2018.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua e SALLES, Wesley Dartagnan, “Varíola, Tabaco e Sistemas Atlânticos”. *Revista Brasileira do Caribe*. Vol. 16. N. 32. 2016.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984.

CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, Pe. João António (1622-1692). *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola* (2 vols.) 1965

CERQUEIRA, Jackson B. Uma visão do Neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. *Sitientibus*. N. 39. Feira de Santana, 2008.

COELHO FILHO, Luiz Walter. *A Capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541 - 1550)*. Salvador: Editora Vila Velha, 2000.

COELHO, Rafael da Silva. *A Bahia em suas negociações com a metrópole: tributação, dinheiro e açúcar na segunda metade do século XVII*. Tese de doutoramento. História econômica USP. São Paulo, 2019.

CORREIA, Stéfanie Caroline Boechat. *O reino do Congo e os miseráveis do mar: o congo, o sonho e no Atlântico 1600 – 1650*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2012.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil. (Séculos XVI-XVII)*. Ofícios, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: ANNABLUME/FAPEMIG, 2009.

COSTA, Valter Mattos. *O Canto Da Seria*. A influência pós-moderna na Historiografia. Fluminense do Antigo Regime nos Trópicos. 2014. 238 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de história, Rio de Janeiro, 2014.

COUTO, D. Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1904.

CURTO, José C. *Álcool e escravos. O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico Atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Trad. Márcia Lameirinhas. Lisboa: Editora Vulgata, 2002.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Morfologia da escassez: crises de fome e política econômica no Brasil colonial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFF, 1990.

DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Vol 2. Angola: Edição do Banco de Angola, 1972.

DERRIDA, J. *Positions*. Trad. Alan Bass. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DOOB, Maurice. *A evolução do Capitalismo*. Trad. Manuel do Rego Braga. 3ª ed. São Paulo: Nova cultural, 1988.

ELLIOTT, John H. "Revolution and Continuity in Ealy modern Europe" in: PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routladge, 1978.

ELLIOTT, John. *Imperial Spain. 1469 – 1716*. Edward Arnold. 1963.

ELLIOTT, John. *Imperial Spain. 1469 – 1716*. Edward Arnold. 1963.

ELLIS, Myriam. "Comerciantes e contratadores do passado colonial". *Revista do instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo USP, 1982.

ELTIS, David, e RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

EMMER, Peter. "The Dutch and the Making of the Second Atlantic System". In SOLOW, Barbara (Ed.). *Slavery and the Rise of the Atlantic System*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993

FERLINI, Vera Lúcia A. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do Açúcar*. Séculos XVI a XVIII. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. Primeira edição: 1984.

FERLINI, Vera Lúcia. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Fernando Novais: Braudel e a " missão francesa" in: *Estud. av.* vol.8 no.22 São Paulo, 1994.

FERREIRA, Letícia dos Santos. *É Perdido, Não tributo*. O Donativo para o casamento de Dona Catarina de Bragança e a paz de Holanda (c. 1660 – c. 1720). Tese de Doutorado. UFF: Rio de Janeiro, 2014

FERREIRA, Roquinaldo. *A primeira partilha da África*. Decadência e ressurgência do comércio português na Costa do Ouro. (ca. de 1637 a ca. de 1700). VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.479-498, jul/dez 2010

FOUCAULT, M. *Poder e saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A vontade de Saber*. São Paulo, Graal, 1999.

FRAGOSO, J. & GOUVÊA, M. de Fátima. *Na Trama das Redes*. Política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. "História econômica", CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRAGOSO, João. "Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 29, 2002.

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. In: *História* (São Paulo). V. 31. N 2. 2012.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Odair. *História da Febre-amarela no Brasil*. Ministério da saúde. Departamento de endemias rurais. Rio de Janeiro, 1969.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Formação da Família Brasileira sob o regime patriarcal. 18ª edição brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1977. Primeira edição de 1933.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Os Descobrimentos e a economia Mundial*. Vol. 1. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978

GURGEL, Cristina. *Doenças e curas. O Brasil nos primeiros séculos*. Editora Contexto: São Paulo, 2010.

HARVEY, David. *A condição Pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Sobral e Maria Estela Gonçalves. 17ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes.” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima, et al (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HESPANHA, António Manuel. “Introdução”. IN: MATTOSO, José (Direção). *História de Portugal*. HESPANHA, A. M. (Coordenação). *O Antigo Regime*. (1620 – 1807). Vol. 4. Lisboa: Estampa, 1998.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012. Primeira edição em artigo em 2007 no Almanack Braziliense.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume/UFMG, 2010.

HOBSEBAWM, Eric. “The General Crisis of the European Economy in the 17th Century” *Past & Present*, nº 5. 1954. Pp. 33-53.

HOBSEBAWM, Eric. “The General Crisis of the European Economy in the 17th Century” *Past & Present*, nº 5. 1954. Pp. 33-53.

HOBSEBAWM, ERIC. , “The Crisis of the Seventeenth Century,” *Past & Present*. N. 6, 1954

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. 14ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Primeira edição de 1936.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: UFMG/Nova Fronteira, 2000.

LANDURIE, Emmanuel Le Roy. *Les Paysans de Languedoc*. Paris: Paris S.E.V.P.E.N, 1966.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968

LIMA, Fernando C. G. de Cerqueira. “Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII”. *Estudos Econômicos*. Vol. 35, nº 1, 2005

LIMA, Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira. A lei de Cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil. Rio de Janeiro: *Economia Contemporânea*. 9(2), 2005.

LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico*. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654 - 1760). USP: Tese de Doutorado, 2008.

LUBLINSKAYA, Alexandra Dmitrievna. *French Absolutism: The Crucial Phase. 1620*

LUBLINSKAYA, Alexandra Dmitrievna. *French Absolutism: The Crucial Phase. 1620 – 1629*. Cambridge University Press, 1968.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A Fazenda”. in: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Dinheiro para a guerra: as Décimas da Restauração”. *Hispania – Revista Espanhola de História*. Vol, n. 64, N. 1. 2004.

MAGALHAES, Pablo Antonio Iglésias. *Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624 – 1654)*. Tese de doutoramento, vol. 1. UFBA: Bahia, 2010.

MARTELLI, Celina Maria. “Dimensão Histórica das Epidemias”. *Rev Patol Trop*. Vol. 6: 1997, pp 1 – 8.

MARTINS, Roberto de Andrade; et al. *Contágio. História da Transmissão das Doenças Transmissíveis*. São Paulo: Editora Moderna, 1997

MATOS, Gregório de. *Juízo anatômico dos achaques que padeciam o corpo da República, em todos os membros, e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia*. Seleção de José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

MATOS, Gregório de. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e ao Atlântico (1570 - 1670)*. vol 2. Lisboa: imprensa Universitária, 1989.

MENDES, Claudinei. M. M. *Política e história em Caio Prado Júnior*. São Luís: 1ª ed. UEMA, 2008

[MENZ, Maximiliano. M.](#) *Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770)*.

MILLER, J. C, *Way of death*

MOUSNIER, Roland. J. H. ELLIOTT, STONE, Lawrence, TREVOR-ROPER, H. R., KOSSMANN E. H., HOBSBAWM, E. J. e HEXTER, J. H.; IN: *The General Crisis of the Seventeenth Century*. "Source: *Past & Present*, 1960.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979

OKUDA, Hiria Hiromi. *Soroepiepidemiológico e caracterização de amostras pela técnica de PCR e RFLP*. Tese de doutoramento em Epidemiologia Experimental e Aplicada as Zoonoses. USP: São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves Gomes. "O problema do final do século XVII na Bahia nos escritos de Gregório de Matos e Sebastião da Rocha Pita." *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. n. 35, p. 118-135, Jan-Jun, 2017

PARKER, G. "Crisis and Catastrophe: The Global Crisis of the Seventeenth Century Reconsidered" IN: *The American Historical Review*, Vol. 113, No. 4. 2008.

PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

PARKER, Geoffrey and SMITH, Lesley. "introduction" in: PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

PIMENTA, Tânia Salgado e GOMES, Flávio. *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. CNPq/Outras Letras: Rio de Janeiro, 2016.

PIRENNE, Henry. *Maomé e Carlos Magno*. O impacto do Islã sobre a civilização europeia. Editora Puc/Rio: Rio de Janeiro, 2010 (primeira Edição 1937).

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Livro sexto. Imprensa Economica: Bahia, 1870.

PRADI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 24ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 1ª Ed. 1945. 42ª Edição. 2ª reimpressão. São Paulo : Brasiliense, 1997.

PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII” IN: *Penélope. Fazer e desfazer história*. N. 6. (Setembro de 1991).

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650/1720*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil*. Poder e política na Bahia colonial. 1548 – 1700. Alameda: São Paulo, 2017. Referência ao capítulo “O mal do Estado Brasília. A crise na Bahia do século XVII”. Publicado pela primeira vez em 2010.

RICARDO, Raphael Martins. *A cachaça nos dois lados do Atlântico: produção comércio e proibição*. 2014. 129 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/113814>>.

ROMANO, Ruggiero. “Tra XVI e XVII secolo. Una crisi economica 1619-1622”. *Revista Estorica Italiana*. 1962.

ROMANO, Ruggiero. “Tra XVI e XVII secolo. Una crisi economica 1619-1622”. *Revista Estorica Italiana*. 1962. 480 – 451.

SALLES, Wesley Dartagnan. *Em tempos de Crise: o império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a lei das arqueações (1640 - 1695)*. Curitiba: Editora Prisma, 2017.

SALLES, Wesley Dartagnan. *A quebra do paradigma “Sentido Da Colonização”*: notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos. *Almanack* [online]. 2017, n.15, pp.245-293

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANDRONI, Pedro. (org.) *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Martins. *A História de Angola através dos seus personagens principais*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.

SCHATZMAYR, Hernan. Gonçalves. “A Varíola, uma antiga inimiga”. *Cad Saúde Pública*. Vol. 17, 2001.

SCHÖFFER, Ivo. “Did Holland’s Golden Age Coincide With a Period of Crisis?” in: PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

SCHWARTZ, S. “Free Labor in Slave Economy: the Lavradores de Cana of Colonial Bahia. In: ALDEN, Dauril. (Org.) *Colonial Roots of Modern Brasil*. Papers of the Newberry Library Conference. California/London: University of California, 1973.

SCHWARTZ, Stuart. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva.” *Economia e Sociedade*. Campinas, (13): 129-153, dez. 1999.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. Primeira edição de 1985.

SIERRA, Juan Lopes. O panegírico fúnebre a D, Afonso Furtado (1676). (Org.) SCHWARTZ, S e PÉCORA. *As excelências do governador*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 3 ed. Brasília: Editora do Senado Federal, 2005. Primeira edição de 1936.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra*. Política e administração na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STEENSGAARD, Niel. "The seventeenth-Century crisis". IN: PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley (org). *The general Crisis of the Seventeenth Century*. London and New York: Routledge, 1978.

SWEEZY, P. DOBB, M., TAKAHASHI, H.K., HOLTON, R., HILL, C. *Do Feudalismo ao Capitalismo*. Trad. Manuel Vitorino Dias Duarte. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

THORNTON, J. Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. *The Journal of African History*. Vol. 32, No. 1 (1991), pp. 25-40.

TREVOR-ROPER, H. R. The General Crisis of the 17th Century. IN: *Past and Present*. n. 16. 1959. Pp. 31-64.

TREVOR-ROPER, Hugh. The General Crisis of the 17th Century. IN: *Past and Present*. n. 16. 1959. Pp. 31-64.

VASINA, J. "Angola e seus vizinhos". In: OGOT, A. *História geral da África*. Brasília: Unesco, 2010.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Editora Corrupio, 1987.

VERGER, Pierre. *Orixás*. Solisluna Design Editora, 2018

VIEIRA, Padre António. "Ao Conde de Nisa (4-III -1646)". IN: VIEIRA, Padre António. *Obras escolhidas. Volume I. Cartas I*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1951.

VIEIRA, Pe. Antonio. *Obras escolhidas*. Prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951

VILHENA, Luiz dos Santos. *Cartas de Vilhena, notícias soteropolitanas e brasílicas, por... anotadas pelo prof. Braz do Amaral*. Vol. 1. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1992 (1802).

VRIES, Jan de. *The Economy of Europe in an Age of Crisis, 1600-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

WALLERSTEIN, E. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Academic Press, 1980.

WALLERSTEIN, E. *The Modern World-System*. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. California: University of California Press, 1974.

WALLERSTEIN, E. Y a-t-il une crise du XVIIe siècle ?. In: *Annales*. Économies, Sociétés, Civilisations. 34^e année, N. 1, 1979. pp. 126-144.

WALLERSTEIN, Emmanuel. Y a-t-il une crise du XVIIe siècle ?. In: *Annales*. Économies, Sociétés, Civilisations. 34^e année, N. 1, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. Y a-t-il une crise du XVIIe siècle ?. In: *Annales*. Économies, Sociétés, Civilisations. 34^e année, N. 1, 1979. pp. 126-144

WHITE, Hayden. *Meta-história*. A imaginação histórica do século XIX. Tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Companhia editora Americana, 1976.